

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

MAYARA FERREIRA MATTOS

**O RISCO NAS/DAS MARGENS: A OCUPAÇÃO POMAR DO CAFEZAL
NO DISCURSO DA GOVERNABILIDADE**

**BELO HORIZONTE
2018**

MAYARA FERREIRA MATTOS

**O RISCO NAS/DAS MARGENS: A OCUPAÇÃO POMAR DO CAFEZAL
NO DISCURSO DA GOVERNABILIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Andréa Luisa Zhouri Laschefski

BELO HORIZONTE

2018

AGRADECIMENTOS

Como um pomar que cultivamos e vemos crescer as mais belas árvores dando frutos, esse trabalho foi regado com muito carinho e dedicação, não só pelas minhas mãos, mas por todos(as) que fizeram dele uma possibilidade. Acredito que a colheita, assim como o plantio, só se torna possível se pensado-realizado coletivamente. Assim, a gratidão é o adubo necessário para que a semente se fortaleça e floresça!

Ao chegar no Pomar, eu ainda era uma mudinha, hoje sou árvore de tronco resistente, por isso agradeço, imensamente, a todos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal pelo afeto e inspiração. Essa ocupação de solo fértil fez brotar em mim esperanças quanto à existência de um mundo que caiba todos os outros mundos. Em especial agradeço a Maurício, Cheila, Neila, Gilson, Val, Djalma, Baiano, Ana Paula, Reinaldo e toda a família Rosa: uma linda flor do Pomar. A cada mutirão aprendi com esses(as) mestres sobre a vivência coletiva, foi semeando e construindo um futuro melhor que me tornei uma amiga e aliada.

Sou muito grata à minha família, raiz forte que dá sustentação. Minha mãe a germinar, minha vó e meu padrinho a cultivar, minhas tias e tios a regar e minhas primas e primos a fazer nossa plantação mais rica em amor. No quintal de casa compartilhamos sonhos, alegrias e angústias, o roçado sempre foi árduo, mas somos de uma safra resistente, daquelas que não murcham facilmente. Ao Martin, meu companheiro querido, gratidão eterna por me nutrir de amor, juntos(as) somos mais fortes.

À minha família extensa eterna gratidão pelo compartilhamento, pela presença que traz conforto e alegrias. Amigas e amigos da vida, e de parte dela (a universidade), esse percurso foi muito mais florido com vocês. Agradeço ao João Paulo, Fernanda, Tiago, Ric, Gustavo, Dudu, Lucianas, Maria Augusta, Ulisses, Marlon, Daniel, Íris, Carlos Eduardo, Ernst, Vanessa, Marquinhos, Isabela, Aiano e Fábio por tantos aprendizados e crescimento. Um agradecimento especial à Aninha, essa jardineira amiga que cultiva com muito amor cada plantinha que chega ao PPGAN. Às(aos) amigas(as) de longa data e àquelas(es) um pouco mais recente uma gratidão que não cabe no peito: Tiago, Ingrid, Dayane, Isabella, Fanny e Leandro, somos todos(as) árvores de um mesmo jardim.

Gratidão à Andréa que me orientou a germinar as palavras, os frutos desse trabalho também fazem parte da sua dedicação. À Raquel e Dora que aceitaram, prontamente, o convite para a banca, sou muito grata por contribuírem com essa colheita.

RESUMO

Por meio do olhar de uma agente de estado, militante social (apoiadora) e pesquisadora (antropóloga), a etnografia proposta discute as ações do estado-capital e as diversas faces dessas atuações no que concerne os discursos sobre a situação de risco geomorfológico constatada em laudos perito-judiciais em relação à Ocupação Pomar do Cafezal localizada no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte/MG. Sem desconsiderar a multiplicidade de atores envolvidos, opto por um recorte em que os instrumentos técnicos de estado, a categoria/noção de risco, a produção das margens e os conflitos discursivos entre ocupantes e gestores(as) públicos(as) estão no centro da narrativa-análise.

Palavras-chave: risco, ocupação urbana, resistência, Antropologia do Estado, governabilidade.

ABSTRACT

Through the eyes of a state agent, social activist (supporter) and researcher (anthropologist), the proposed ethnography discusses the actions of the state-capital and the various faces of these actions with regard to the discourses on the geomorphological risk situation observed in expert-judicial reports in relation to the Pomar do Cafezal Occupation located in the Aglomerado da Serra, Belo Horizonte/MG. With no disregard to the multiplicity of actors involved, the narrative-analysis is centred on the technical instruments of state, the category/notion of risk, the production of the margins and the discursive conflicts between occupiers and public agents.

Keywords: risk, urban occupation, resistance, State anthropology, governability.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABECE: Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural
ABMS: Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica
ASF: Arquitetos Sem Fronteiras
CDH: Comissão de Direitos Humanos
CDI/MG: Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais
CMH: Conselho Municipal de Habitação
CODEMIG: Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais
COMDEC: Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
COMPDEC: Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil
CPT/MG: Comissão Pastoral da Terra/Minas Gerais
CRAS: Centro de Referência de Assistência Social
CREAR: Centros de Referência em Áreas de Risco
DHMG: Direitos Humanos do Ministério Público
DPDH: Defensoria Especializada em Direitos Humanos Coletivos e Socioambientais
DPMG: Defensoria Pública de Minas Gerais
DC: Defesa Civil
FERROBEL: Ferro de Belo Horizonte S.A
IAB: Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBAPE: Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de Minas Gerais
LOP: Liga Operária
MCMV: Minha Casa Minha Vida
MLB: Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MPE: Ministério Público Estadual
MST: Movimento Sem Terra
MTL: Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
NUDEC: Núcleos Comunitários de Defesa Civil
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OP: Orçamento Participativo
OPH: Orçamento Participativo da Habitação
PBH: Prefeitura de Belo Horizonte

PCR: Partido Comunista Revolucionário
PEAR: Programa de diagnóstico e intervenção em áreas de risco
PGE: Plano Global Específico
PMMG: Polícia Militar de Minas Gerais
PNDC: Política Nacional de Defesa Civil
PNPDEC: Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PSOL: Partido Socialista
PT: Partido dos Trabalhadores
PUC: Pontifícia Universidade Católica
PVV: Programa Vila Viva
RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte
ROTAM: Rondas Táticas Metropolitanas
SDHMG: Secretaria de Direitos Humanos de Minas Gerais
SINDEC: Sistema Nacional de Defesa Civil
SINPDEC: Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SMH: Sistema Municipal de Habitação
TJMG: Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais
Urbel: Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
ZAR: Zona de Adensamento Restrito
ZEIS: Zonas de Especial Interesse Social
ZPAM: Zona de Preservação Ambiental

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Área ocupada por moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal vista pelo google earth no ano de 2011, quando o processo de ocupação ainda ocorria lentamente	33
Imagem 2 - Planta geral de Belo Horizonte em 1895.....	42
Imagem 3 - Mapa do Aglomerado da Serra subdivido em suas seis vilas, conforme designação da Urbel.	52
Imagem 4 - Quadro realizado pela equipe de arquitetos(as) que trabalharam na Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (OFIAUP), disciplina da Faculdade de Arquitetura da UFMG.	59
Imagem 5 - Quadro realizado pela equipe de arquitetos (as) que trabalharam na Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (OFIAUP), disciplina da Faculdade de Arquitetura da UFMG.	63
Imagem 6 - Charge de Luiz Roberto realizada em agosto de 2016. “A previsão meteorológica é de que projetos de Pomares coletivos vão enfrentar enxurradas de dificuldades para evitar o desabamento das precárias condições de vida dos trabalhadores.”	130
Imagem 7 - Quadro operativo lógico pelo qual os(as) agentes públicos da Urbel e da Defesa Civil esquematizam o risco.....	153

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Placa de boas vindas ao Pomar do Cafezal.....	16
Foto 2 - Vista parcial da ocupação Pomar do Cafezal em meio ao Aglomerado da Serra.....	25
Foto 3 - Chamada realizada pelos ASF para o mutirão de construção do Pomar do Cafezal nos dias 05 e 06 de abril de 2014.....	39
Foto 4 - Reunião na Ocupação Temer Jamais para a organização da resistência contra o despejo na manhã de domingo (18/09/2016).....	79
Foto 5 - Momentos antes do ataque da PMMG à Ocupação Temer Jamais na manhã de domingo (18/09/2016).....	80
Foto 6 - Moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal visitam a Ocupação Dandara em conjunto com as Brigadas Populares em 18/05/2014.....	93
Foto 7 - A arquiteta Margarete Leta (chapéu) com sua turma visitando uma moradora da Vila Pomar do Cafezal em 08/02/2014.....	102
Foto 8 - VI Mutirão para a construção do Pomar do Cafezal em 03/05/2014.....	104
Foto 9 - XXI Mutirão realizado em 2015, nota-se a presença massiva de apoiadores(as) e apenas poucos(as) moradores(as).....	105
Foto 10 - Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal e um apoiador das Brigadas Populares em 11/04/2014. Da esquerda para a direita: Cheila Cabral, Maurício Nogueira, Luiz Fernando Vasconcelos, Claudiana Vieira Gonçalves, Weberson Gonçalves, Gilson Santos e Maria Inês Alves.....	108
Foto 11 - Memorial do Pomar do Cafezal construído em 29/03/2014 com os nomes dos(as) moradores(as) e apoiadores(as) do projeto.....	110
Foto 12 - A Comissão de Moradores entregou o contra laudo em janeiro de 2014 a todas as emissoras de tv e rádio que divulgaram informações tendenciosas sobre a ocupação.....	111
Foto 13 - Faixa colocada em meados de 2014 na encosta condenada pela Urbel.....	112
Foto 14 - Campanha organizada pela comissão contra as remoções em 11/01/2014. Gilson, sua esposa, suas três filhas e filho posam para a foto segurando o cartaz afirmando que não sairão das suas casas.....	113
Foto 15 - Pixação na pista de skate da praça que fica acima da encosta declarada como de alto risco pela Urbel e pela Defesa Civil.....	114

Foto 16 - Divulgação da ocupação em 11/03/2015 no final da Rua Coronel Jorge Davis, Bairro Novo São Lucas.....	115
Foto 17 - Sr. José: "... eu não tenho nada além disso aqui! Se fosse esperar por Prefeitura e gente de Prefeitura eu estava morando nas Ruas...". José segura um exemplar do jornal do Cafezal em 09/01/2014.....	116
Foto 18 - Entrega do Prêmio Gentileza Urbana de 2015.....	117
Foto 19 - Convocação para o piquenique-conversa sobre as eleições de 2016 em 17/05/2015, evento organizado pelas Brigadas Populares para apresentação das candidaturas do PSOL.	118
Foto 20 - 3º Almoço do trabalhador realizado em 01/05/2016	119
Foto 21 - II Festa Junina do Pomar do Cafezal realizada em 04/07/2015.....	120
Foto 22 - Ocupação do prédio da Urbel em julho de 2014.....	121
Foto 23 - Um dos últimos mutirões em parceria com os(as) apoiadores(as) da Vila Pomar do Cafezal realizado em 24/07/2016 para a construção da escada hidráulica responsável por escoar a água da chuva	123
Foto 24 - Casa demolida pela Urbel em 19/12/2013	148
Foto 25 - Segunda audiência pública realizada em 09/05/2013	169
Foto 26 - Terceira audiência pública realizada em 16/12/2013.....	171
Foto 27 - Quarta audiência pública realizada em 13/02/2014. Momento em que Gilson entrega o contra laudo em defesa dos(as) moradores(as) para as autoridades públicas presentes, da esquerda para a direita: o Cel. Alexandre Lucas (Defesa Civil), Isabel Volponi (Urbel), Claudia Spranger (Promotora de Justiça), Cheila Cabral (calça preta e blusa cinza), Gilson (laudo nas mãos), Maurício Nogueira (camisa branca) e outros(as) moradores(as) e apoiadores(as) da Vila Pomar do Cafezal.....	174
Foto 28 - Quinta e última audiência pública realizada em 01/03/2016.....	176
Foto 29 - Baiano com o cartaz da campanha de resistência da Comissão de Moradores em 11/01/2014.....	179
Foto 30 - Cópia da notificação recebida por um morador da Vila Pomar do Cafezal em 2013	187
Foto 31 - Dois agentes do PEAR da Urbel fazem vistorias na Vila Pomar do Cafezal em 02/01/2014, conforme relato acima.....	190
Foto 32 - Processo de remoção de uma família da área e conseqüente demolição da cada em 03/02/2014 acompanhado da PMMG.....	193

Foto 33 - Momento em que o agente da Urbel dá as costas para Maurício em 27/12/2013 .	196
Foto 34 - Organização dos trabalhos a serem realizados em um dos mutirões em novembro de 2015	203

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1º ATO (EXPOSIÇÃO): Os primeiros contatos da agente de estado no contexto da narrativa.....	26
1.1 Os primeiros momentos de tensão e desespero: os(as) moradores(as) relatam a ação dos(as) agentes da Urbel e da Defesa Civil na ocupação.....	32
1.1.2 O discurso dos(as) agentes da Urbel e da Defesa Civil quanto aos acontecimentos acima narrados	35
1.2 Pequena pausa no enredo: O processo de ocupação da Vila Pomar do Cafezal sob o panorama da cidade informal	40
1.2.1 O horizonte que a nova capital delimitou como belo	41
1.2.2 Devires memoriais urbanos: O Aglomerado da Serra e a contra ordem urbanística.....	51
1.2.3 As vilas do Aglomerado da Serra e suas (con)formações	53
1.2.4 A “produção da localidade” da Vila Pomar do Cafezal	57
1.3 A política dos(as) governados(as): Trajetórias de vida e as experiências de luta dos(as) moradores(as) da Ocupação Vila Pomar do Cafezal para consolidarem o direito à moradia.....	62
2º ATO (TRANSCURSÃO) O não lugar das margens: intervenções, segregações e disputas pelas práticas do fazer-cidade	72
2.1 “Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”	73
2.2 O direito à moradia como prática política insurgente no contexto urbano	83
2.2.1 A emergência das ocupações urbanas na RMBH.....	90
2.3 A entrada de novos atores em cena: a (con)formação da resistência	95
2.3.1 A (in)governabilidade nas/das margens: o contra laudo e a perspectiva de permanência na localidade	96
2.3.2 As estratégias de resistência e as agencialidades nas/das margens	107
2.3.3 Conflitos na condução do projeto político do movimento de resistência.....	124
3º ATO (DESENLACE) Os <i>experts</i> do risco e a autoridade do poder-dizer: O debate em torno do conceito/noção de risco, suas mobilizações e intervenções na arte de governar	129
3.1 O risco sob a perspectiva sócio-antropológica	132
3.1.1 A gestão governamental dos riscos	140
3.1.2 A construção social da moradia de risco	147

3.1.3 A fórmula do risco: o discurso técnico e a luta pela verdade	152
3.2 As audiências públicas: o palco dos embates travados entre a gestão política intervencionista do risco e a resistência dos sujeitos-objetos de intervenção	167
3.2.1 (Re)fazendo o estado-capital por suas margens: algumas reflexões sobre a resistência da Vila Pomar do Cafezal.....	179
4 NOTAS FINAIS DE UM PROCESSO (IN)CONCLUSO	198
BIBLIOGRAFIA	204

Por que ocupamos?

Ocupamos pelo direito
aos legítimos direitos
injustamente negados,
sonegados.

Ocupamos porque
plantamos,
mas não podemos comer
Fabricamos,
mas não podemos comprar
Construímos,
mas não podemos morar.

Falta saúde,
já arrancada no berço
Proletária não tem tempo
de amamentar
Esperamos em filas,
quem irá de nossos filhos
cuidar?

Faltam escolas,
educação em migalhas,
sempre ao fio da navalha,
formatada em mais-valia;
trabalhador só pode estudar
para aprender as máquinas
operar
Conhecer e direcionar
ficou para os filhos da burguesia.

Falta moradia,
esse nosso maior direito
Jogados nos morros então,
empreiteiras apostam bilhões
no jogo da especulação;
só somos lembrados
em dias de pleito.

Já ocupamos
navios, capitânias, cercanias,
vilarejos, quilombos, cortiços
e mucambos, escombros, bairros
e terras,

estamos hoje em
vuelas, favelas, juntando alegrias
na grande nação
periferia.

Ocupamos e ocuparemos
a história esquecida,
sem memória,
a que não se ensina
na escola,
porque edificamos tudo
que aí está,
porque
nunca paramos
de lutar
e trabalhar.

Somos muitos
somos tantos e tantas
diversidades amplas
somos:
mães, pais, empregados, ambulantes,
feirantes, pedreiros e pintores,
babás, enfermeiras e operadores,
auxiliares, vendedores, pastores,
pensadores, artistas, violeiros e
cantores, jardineiros, confeiteiros,
gestores, poetas, motoristas, frentistas,
atores, médicos, professores e educadores,
domésticas, dançarinas, estudantes, freelancer...
escritores, narradores e boias-frias.

Movimentamos o dia e a noite,
muitas vezes embaixo de açoites,
não desistimos,
temos fibra e orgulho
e saber que somos
trabalhadores,
garantindo o preço
porque somos os
verdadeiros
donos do mundo!

(Lene Souza, poeta do MTST-Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto)

INTRODUÇÃO

“...por colonização, compreendemos todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território geográfico. E chamamos contracolônização todos os processos de resistência e luta em defesa dos territórios dos povos contracolônizadores, seus símbolos, significações e modos de vida.” (Nêgo Bispo, quilombo Saco do Curtume/PI)

Foto 1 - Placa de boas vindas ao Pomar do Cafezal



Fonte: Arquivo pessoal da autora, imagem realizada em agosto de 2015.

A intenção desse exercício etnográfico é refletir sobre a relação entre risco, conhecimento e poder, suas articulações discursivo-analíticas e a gestão do risco pelos dispositivos da governabilidade. Neste processo, a narrativa não perde de vista os sujeitos que são objeto de políticas pelo estado-capital¹, os quais possuem trajetórias marcadas pela luta por moradia e melhores condições para se habitar a cidade de Belo Horizonte/MG. Todo o enredo diz respeito ao processo de ocupação de uma área ainda em desuso no Aglomerado da Serra, a Vila Pomar do Cafezal, interpelada pelo poder público por estar situada numa área

¹ Utilizo o termo conjugado “estado-capital” no sentido de evidenciar a relação que se institui entre o estado e as dimensões do poder econômico. Essa confluência mútua pode ser observada na sua materialização, por exemplo,

caracterizada como de alto risco geológico pela Defesa Civil e pela Urbel (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte).

Esta etnografia compreende os processos de disputas territoriais e conflitos em torno do poder-dizer em que se situa a noção de risco, analisados sob o prisma de uma antropóloga que é simultaneamente agente de estado e militante. Neste sentido, este trabalho não se configura como uma etnografia da Vila Pomar do Cafezal orientada pelos moldes clássicos, ou seja, aquela que sugere um universo fechado em sua dinâmica interna específica. Como meio analítico e recurso de escrita, desloco meu olhar para as práticas de estado, focando nas ações e discursos dos(as) agentes públicos(as) envolvidos(as) nas tentativas de intervencionar as famílias da ocupação que produziam a localidade conhecida, posteriormente, como Vila Pomar do Cafezal. Vale salientar que a teorização que versa sobre a produção da localidade, conforme defende APPADURAI (2004), ocorre por meio dos processos de circulação e alterações constantes responsáveis por produzir o cotidiano. A localidade é produzida por sujeitos que estão ainda a elaborar as suas subjetividades. Sendo expressa tanto por práticas materiais quanto por uma “estrutura de sentimento” responsável por dar sentido às práticas sociais situadas. Assim, a construção material da Vila Pomar do Cafezal, entendida como um espaço social compartilhado, conflui com a emergência das identidades locais dos sujeitos que produzem e são produzidos pela localidade.

Como uma análise de processos e procedimentos, a etnografia realizada se desenvolve em uma variação de escalas que não só privilegia os fatores locais, como procura dimensionar as conexões com o global. A micro análise desloca a atenção para os fenômenos localizados, observados em arenas distintas, privilegiando uma abordagem do (re) fazer das tramas sociais (REVEL, 1998).

Quanto à prática etnográfica, expressa como exercício reflexivo na minha tríplice presença em campo, examino a localização dos(as) agentes no campo diferencial de poder(es) e os consequentes constrangimentos e forças dela decorrentes, responsáveis ainda por conformar a produção do conhecimento antropológico em tais condições. Deveras, a prática antropológica não pode se furtar, nessas condições, a operar como registro textualizado do próprio conflito, da perspectiva do coletivo bem como de seus anseios e reivindicações em termos de seus direitos territoriais (OLIVEIRA, 2014). Sendo assim, minha atuação, expressa pela pesquisa-ação, com as devidas apropriações políticas do discurso antropológico, diz respeito à participação num campo particular em que a produção acadêmica se articula à ação política dos movimentos sociais, assim como do próprio exercício de desconstrução do estado por meio das práticas de seus(suas) agentes.

Apesar da multiplicidade de atores envolvidos nessa trama, meus(minhas) interlocutores(as) primordiais, além dos(as) agentes de estado e apoiadores(as)-militantes sociais, são os(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal, os(as) quais nos ensinam por meio da mobilização frente às remoções, que os diversos aparatos de estado não dão conta e/ou recusam outras lógicas viventes no meio urbano. No intuito de situar a multiplicidade desses atores, opto por uma narrativa em que a minha entrada em campo conduz o(a) leitor(a) ao longo da escrita. Assim, os capítulos desta dissertação foram divididos em três atos, que no contexto teatral perfazem o nome das divisões ou unidades que compõem uma peça de teatro. A narrativa que se segue, assim como as peças de teatro clássicas, desenrola-se em uma trama ocorrida em três tempos, discricionariamente e analiticamente definidos aqui por mim, da seguinte forma:

1º ato (exposição): diz respeito a minha entrada no campo como agente de estado (oficiala de justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais). A finalidade, nesse momento, é revelar os primeiros contatos com a recente ocupação localizada na Vila Santana do Cafezal e a recepção dos(as) ocupantes em relação ao processo judicializado que objetivava a remoção de todas as famílias da área, assim como a demolição das suas casas. Além disso, intento rememorar a atuação inicial dos(as) agentes da Urbel e da Defesa Civil na região. Logo em seguida, esboço uma contextualização geral da formação urbanística da cidade de Belo Horizonte, do Aglomerado da Serra e do processo de (con)formação da localidade recém ocupada (Vila Pomar do Cafezal), para que o cenário em que se desenvolve a trama seja vislumbrado pelos(as) leitores(as).

O intuito desse exercício inicial é trazer para o primeiro plano elementos das trajetórias de vida e da mobilização política desses atores em campo, para que, então, haja familiaridade quanto aos sujeitos da narrativa. O pano de fundo para se compreender as agencialidades² dos sujeitos políticos está na resistência para a permanência, lema criado pelos(as) moradores(as) que se recusaram a deixar suas casas mesmo após a judicialização do processo que outorgou a remoção das famílias da área definida como de alto risco por meio do laudo produzido pela Urbel em conjunto com a Defesa Civil.

No que diz respeito à história oral e às trajetórias de vida aqui narradas, saliento que me inspirei nessas propostas de construções de relações para melhor apresentar os(as)

² O termo agenciamento está sendo usado aqui não no sentido individual que essa ideia possa remeter (ORTNER, 2007), daí estar acoplado ao termo coletivo. Dessa forma, agenciamento implica coletividade porque é composto por uma multiplicidade de forças, desejos e relações que muitas vezes se encontram em um mesmo projeto a ser perseguido. Vale lembrar também que o(a) agente está sempre enredado em relações de poder, de desigualdade, de competição, etc (ORTNER, 2007).

moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal. Não construí de fato trajetórias de vida desses sujeitos devido a exiguidade de tempo, porém esses modos de abordagens proporcionaram elementos de compreensão quanto aos sujeitos de pesquisa. O propósito metodológico em evocar aspectos das trajetórias de vida dos sujeitos marcados pela luta por moradia surge da necessidade em adotar uma perspectiva em que esses atores políticos possam não apenas relatar suas vivências, mas a intervenção do estado-capital. Como proposto por Le Ven (1996), o objetivo, então, é tentar acompanhar as emoções e os sentimentos para revelar o sentido de um percurso de vida, nesse caso, marcado por constantes processos de vulnerabilização desses sujeitos.

Ademais, como defende Thompson (1992), uma entrevista pode ser realizada de diferentes maneiras. Desse modo, optei por não realizar entrevistas semiestruturadas com os(as) moradores(as). Não fiz uso de gravadores ou anotações no clássico caderno de campo. Esse tipo de estratégia me pareceu dificultar a construção da empatia e o compartilhamento fecundo das histórias. Ao invés disso, privilegiei o que Le Ven (1996) denomina de “o instante da entrevista”, analisando o ver, o ouvir e o falar no processo de conversas avulsas. Percebi, então, que esse momento comporta dimensões inesperadas, flui num sentido mais dinâmico e revela muito mais que a memória pode trazer à tona. Adotar uma perspectiva em que os únicos registros que a própria agente de estado-militante-pesquisadora possui estão na memória, me exige também um esforço em rememorar os acontecimentos e os relatos produzidos nas interações compartilhadas. Pois, essas conversas foram transcritas a partir das lembranças que precisei acionar, gerando efeitos de revelação e reflexão que não foram possíveis no momento da entrevista (BOURDIEU, 2008).

A memória não é cronológica nem linear e a percebemos como um conjunto de experiências que ocorreram num espaço e num tempo diversos do tempo presente - o tempo do ‘rememorar’. E o instante do rememorar implica o lembrar e o imaginar, pois apenas traços destas experiências podem ser resgatados; elas nunca serão representadas - trazidas para o presente de novo - tais como ocorreram no passado. Além disso, por mais que se possa resgatar do passado, há sempre lacunas de lembrança: a memória do esquecimento. (LE VEN, 1996, p. 59)

As histórias compartilhadas ao longo dos meus contatos com os(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal decorreram de encontros casuais (em muitos dos quais eu estava na região cumprindo mandados como oficiala de justiça), nenhuma foi planejada. Em meio a conversas sobre assuntos variados, às vezes os(as) próprios(as) entrevistados(as) comentavam sobre suas experiências no local ou sobre suas trajetórias, mas também houve momentos em que precisei perguntar diretamente o que achava ser importante ouvir.

Tanto o olhar antropológico quanto o ouvir, associados ao processo de escrita, cumprem funções básicas na pesquisa antropológica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996). Como reflexão no exercício da pesquisa e da produção de conhecimento, o olhar, o ouvir e o escrever são (re)elaborados conforme o contexto etnográfico nos exigem, devendo ser problematizados a medida que esses sentidos acabam sendo “disciplinados” (no sentido da Antropologia como disciplina acadêmica). A entrevista seria, então, esse modo todo especial de ouvir que interligado ao ver desenvolve observações muito peculiares. É preciso notar também as relações de poder que atravessam essas três dimensões do fazer antropológico, uma vez que a relação com os sujeitos de pesquisa nem sempre é dialógica. Por isso, a interlocução deve ser exercitada no sentido de promover o “encontro etnográfico” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996).

Por ter tido uma inserção diferente no local, ou seja, por meio do meu trabalho como oficiala de justiça e, posteriormente, como apoiadora nos mutirões realizados no Pomar, penso que a minha pesquisa se apresentou como algo secundário para os(as) moradores(as) da ocupação, embora mencionada em inúmeras ocasiões, frente aos conflitos travados pela comunidade e minhas outras inserções naquele contexto. Assim, as conversas travadas se desenrolaram despretensiosamente, possibilitando uma inter-ação³ nos termos defendidos por Le Ven (1996).

Como suporte analítico, ainda farei uso das informações contidas na página do Facebook⁴ que a Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal criou no intuito de organizar o movimento de resistência das famílias que se recusaram deixar a área condenada pelo risco geológico de acordo com o laudo da Urbel. Depoimentos, relatos de acontecimentos cotidianos e denúncias são expressas em textos, fotos e vídeos, quase todos produzidos por Maurício Nogueira, morador da ocupação mais ativo no processo de resistência formulado.

Por conseguinte, o ato se encerra com a minha entrada no campo como apoiadora-militante do movimento de resistência das famílias da Ocupação Vila Pomar do Cafezal contra o processo de demolição/remoção promovido pela PBH visando a evacuação da área sob alegação de alto risco geológico constante nas peças técnicas produzidas tanto pela Urbel quanto pela Defesa Civil.

³ Inter-ação trata-se efetivamente de “uma ação entre os cúmplices envolvidos no processo de entrevista. Há uma interessante troca de ‘saberes’, possível quando da utilização da história oral, pois tratamos de informações que estão vivas.” (1996, p.63)

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/Vila-Pomar-do-Cafezal-245395828947421/> Acesso em: 25/01/2018

Voltando ao enredo da trama, o 2º ato (transcursão) inicia-se, então, sob a minha perspectiva como apoiadora-militante social por direito à moradia. Numa rápida mudança do cenário, contarei sobre um processo de ocupação, na região do Barreiro, em que participei como apoiadora. O objetivo desse relato é no sentido de familiarizar os(as) leitores(as) quanto aos processos de ocupação urbana na RMBH. Seguindo a essa narrativa, pontuarei questões importantes quanto ao contexto de déficit habitacional, direito à moradia e ao “fazer-cidade” (AGIER, 2015), além de outras temáticas relevantes que atravessam os espaços urbanos contemporâneos.

A Antropologia Urbana, associada a um campo acadêmico mais diversificado, traz à tona desafios e novos arranjos que permitem ampliar o prisma discursivo quanto à cidade e às suas dinâmicas. Por esse motivo intenciono evidenciar as relações de poder e assimetria no meio urbano, privilegiando as estruturas burocráticas e as possibilidades do “fazer-cidade” pelas suas margens.

No contexto em que se forma a noção de cidade informal, ao retomar a narrativa inicial e recompor o cenário principal, prossigo com o relato subsequente ao momento de devolução dos mandados de demolição/remoção, descrevendo as ações promovidas pelos sujeitos-objeto de intervenção no sentido de resistirem e permanecerem na localidade. Para tanto, discuto os elementos que produziram a ideia de comunidade que permeia a ocupação Vila Pomar do Cafezal e suas estratégias de resistência. Levando em consideração ainda como as margens interpelam o estado em suas práticas mais intervencionistas, além de introduzir o que Chatterjee (2008) define como a política dos(as) governados(as).

Normalmente, cada ato é dividido em cenas, as quais há a entrada de personagens outras que passam a compor a narrativa. Em sequência, na cena apresentada, há o ingresso dos movimentos sociais, das equipes técnicas formadas por geólogos (os quais fizeram o contra laudo contrapondo o risco definido pelo laudo da Urbel), e arquitetos(as) componentes do programa Arquitetos Sem Fronteiras (responsáveis pelos mutirões realizados para a contenção das encostas que apresentavam riscos pontuais definidos no contra laudo, dentre outras atividades que conduziram o projeto); além da entrada de outros(as) apoiadores(as) oriundos(as) de áreas diversas, inclusive a autora dessa análise-narrativa.

Esse relato finda-se na última cena desse ato que tem como objetivo trazer à tona os conflitos ocorridos entre moradores(as) e moradores(as), apoiadores(as) e moradores(as), além de apoiadores(as) e apoiadores(as). As alianças realizadas com os(as) apoiadores(as) externos(as) teve consequências e embates que desmobilizaram, em parte, o movimento de resistência dos(as) moradores(as), o qual já vinha sofrendo desgastes quanto as relações entre

os(as) próprios(as) moradores(as) que não concordavam com a condução do projeto de resistência formulado. Assim, a cisão ocorrida dentro e fora da Ocupação Vila Pomar do Cafezal encerra esse ato.

O 3º e último ato (desenlace) objetiva trazer minha perspectiva como pesquisadora, sem deixar de explicitar meu envolvimento como agente de estado e militante social. Desse modo, busco, então, revelar as motivações pelas quais me despertou o interesse em produzir a pesquisa no contexto em questão. Em seguida, analiso o discurso da governabilidade e a estratégia de gestão do risco como política de intervenção pelo estado-capital no contexto da Ocupação Vila Pomar do Cafezal. Para tal empreendimento, aciono as dimensões das ilegalidades praticadas pela administração pública explicitadas nas diversas audiências públicas realizadas com o objetivo de dirimir conflitos entre agentes da Urbel e da Defesa Civil com os(as) moradores(as) mais empenhados(as) no movimento de resistência.

Em uma perspectiva outra à metodologia adotada em relação aos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal, as entrevistas com os(as) agentes de estado ocorreram no sentido mais clássico, de forma semi-estruturada (inclusive solicitada anteriormente com documentação correspondente informando sobre minha pesquisa), uso de gravador e encontros pré-agendados (em alguns momentos, várias vezes desmarcados). Essa estratégia burocrática reflete um habitus institucionalizado definido entre pesquisadora e agentes públicos(as), uma vez que o diálogo estabelecido se encontra no domínio público das informações obtidas. Neste instante, entram em cena os(as) seguintes atores sociais e gestores públicos(as) entrevistados(as): o Coordenador municipal da Defesa Civil de Belo Horizonte (Cel. Alexandre Lucas Alves), a Diretora de Manutenção e Áreas de Risco da Urbel (Sra. Isabel Eustáquia Queiroz Volponi), as analistas técnicas/analistas sociais da Urbel (Sras. Denise Rubim de Miranda Magalhães e Alice Uzeda Mascarenhas Chaves) e a defensora pública responsável pelo processo judicial contra as famílias da Ocupação Vila Pomar do Cafezal, a Sra. Cleide Nepomuceno.

Com a finalidade de evidenciar as relações assimétricas de força com que são conduzidas as práticas da administração pública e as dimensões burocráticas dos aparatos de estado, mobilizo uma bibliografia que versa sobre a Antropologia do Estado e a Antropologia das práticas de poder. Nesse horizonte, ainda cruzo essas análises com as críticas mais atuais que aludem aos Estudos Pós-coloniais (também conhecidos como estudos subalternos na Índia) e o Pensamento Decolonial (sul americano e caribenho).

Conforme revelaram outros(as) antropólogos(as) que pesquisam as “elites” e o corpo burocrático do estado, essa inversão dos sujeitos de pesquisa causa certos desconfortos em

relação aos moldes como a etnografia é conduzida. Ao se trabalhar com uma Antropologia da administração e da governança, evocando instâncias estatais, práticas de poder e grupos privilegiados socialmente, a(o) antropóloga(o) se depara com situações em que é preciso “negociar as condições de obtenção de informações, a enunciação de interpretações, os exercícios profissionais, e os engajamentos políticos” (CASTILHO et al, 2014, p.11). Esse exercício implica uma relação diferenciada com os sujeitos de pesquisa. Pois, se de forma clássica a Antropologia sempre se incubiu dos(as) marginalizados(as) socialmente, pessoas que raramente possuíam nomes e/ou se encontra(va)m em algum espaço digno de conhecimento, ter como sujeitos de pesquisa agentes públicos, muitas vezes conhecidos(as) e/ou identificados(as) de acordo com seus cargos e/ou funções, pressupõe lidar com discursos formais, normativos, objetivos e muitas vezes despersonalizados.

Em entrevista concedida pelo coordenador da Defesa Civil em 10/03/2017, de início, o mesmo fez questionamentos que não são esperados pelos sujeitos de pesquisa clássicos, e/ou que sempre foram ignorados pelos(as) antropólogos(as) em campo. Primeiro, o coronel pediu que eu definisse meu problema de pesquisa. Depois sugeriu, ao longo da entrevista, bibliografias a serem incorporadas a meu trabalho. Importante notar que é sintomática a relação ter se estabelecido dessa forma, pois, em alguns momentos houve a inversão de pesquisadora e pesquisado, o que permitiu ao sujeito de pesquisa, naquele momento, exercer uma autoridade típica do seu lugar de fala.

Infelizmente não me foi possível acompanhar o trabalho da equipe do risco da Urbel atuando na área da Vila Pomar do Cafezal. Depois de algumas tentativas junto à Diretoria de Manutenção e área de risco da Urbel, percebi que esse acesso não seria facilitado. No entanto, consegui entrevistas com as técnicas do setor social dessa diretoria. Quanto à Defesa Civil, tive a sorte de surpreender a atuação de dois agentes na comunidade enquanto fazia uma visita a Maurício, morador da vila. Vale salientar que nessa incursão a uma Antropologia do Estado, a intenção é apontar legislações, intervenções planejadas e a invisibilização de expedientes legais que acabam sendo naturalizados pelas práticas de governo. Desse modo, estão no cerne da análise, os documentos oficiais, como laudo, contra laudo, leis, processos judiciais, estatísticas, relatórios, políticas públicas, programas e projetos de intervenção estatal, além das atas das audiências públicas realizadas ao longo dos conflitos entre gestores(as) públicos(as), apoiadores(as) e ocupantes.

Em relação às audiências públicas, esse rito de governança é analisado, principalmente, como expressão das insatisfações dos sujeitos intervencionados, os quais podem, nesse momento de catarse, extravasar suas angústias, revoltas e desapontamentos,

muitas vezes, silenciados pelos próprios aparatos de governo. Esse rito ainda sugere a exaltação de um espaço democrático, momento em que a governança pode ser questionada em suas práticas. Ressalto que acompanhei apenas a última audiência pública ocorrida em março de 2016, e será sobre esse encontro que me debruçarei pontualmente.

Procuró evidenciar ainda, como os discursos dos(as) agentes de estado sobre o risco estão pautados em um discurso administrativo que faz uso de elementos da racionalidade e da técnica como forma de conferir legitimidade inquestionável às decisões políticas. Assim, acionar o risco como dispositivo estratégico, autoriza a intervenção do estado-capital em determinados espaços e populações⁵, o que significa gerir os corpos subalternizados por meio da biopolítica (FOUCAULT, 1979). Trazer para o debate as dimensões do risco, nos permite seguir as pistas de um modelo atual de gerenciamento dos sujeitos: a governabilidade.

Finalizo esse ato demonstrando como a luta dos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal não só permitiu que o coletivo se organizasse pelo direito à moradia, como ainda ensejou mudanças no curso do processo e nas intervenções do estado-capital.

Vale marcar ainda, que o acompanhamento de cada ato constará de uma trilha sonora específica, as narrativas serão precedidas por músicas que, por motivos pessoais, penso serem adequadas às discussões realizadas. Como suporte importante para o desenvolvimento narrativo, a trilha sonora não só acompanha a história (como ferramenta e/ou recurso técnico), ela também faz parte da criação do próprio enredo. Por isso, intento envolver os debates formulados com as propostas reflexivas desenvolvidas pelas músicas que seguem a narrativa.

O enredo aqui apresentado continua a se desenrolar, contudo há a necessidade de uma “terminância”. Assim, nas notas (in)conclusivas procuró trazer as reflexões sobre as condições de produção de pesquisa em que entrelaçam os três movimentos de entrada no campo: a agente de estado, a apoiadora-militante social e a pesquisadora antropóloga. Essa tríplice presença implica ainda em uma discussão sobre os desafios da atuação antropológica, as (im)possibilidades de uma pesquisa-ação e suas consequências para os sujeitos envolvidos. Pois, não há conhecimento antropológico que não seja construído na, para, com e em relação.

Importante notar que o registro etnográfico se limitou a esse momento de formação e consolidação da Ocupação Vila Pomar do Cafezal, os acontecimentos analisados-narrados,

⁵ A categoria população (utilizada em termos administrativos) é o suporte para o projeto desenvolvimentista do Estado-nação moderno-colonizador, parte da ideia de padronização do tecido social que remete sempre ao ideal de igualdade entre todos(as), utilizando-se de padrões de generalizações e identificações. A categoria população é esvaziada de sentido, transformando-se em algo difuso e sem corpo, uma vez que homogeniza os grupos envolvidos, não levando em consideração identidades, territórios, culturas, gênero, raça, etc. Opera-se, então, o deslocamento da noção jurídico-política de sujeito de direito para a noção de população que é o lugar e objeto técnico-político de uma gestão e governo. (Foucault, 2008a) “(...) os sujeitos de direitos sobre os quais se exerce a soberania política aparecem como uma população que um governo deve administrar.” (Foucault, 2008b)

apesar de estarem divididos em torno da minha entrada no campo, não se pretendem lineares e/ou totalizantes. Essa divisão só se torna operativa a partir do ponto de vista da estratégia aqui adotada para a escrita, pois na prática todos esses três atos se confundem.

Desse modo, muito embora não deixe de considerar a multiplicidade de atores envolvidos, opto por um recorte em que os instrumentos técnicos de estado, a categoria risco, a produção das margens e os conflitos discursivos entre ocupantes e gestores(as) públicos(as) estão no cerne da problemática. Para tal empreendimento, é muito importante elucidar certos arranjos institucionais, mas sem perder de vista as histórias e as trajetórias daqueles(as) que são sujeitos viventes nas tramas da cidade.

Foto 2 - Vista parcial da ocupação Pomar do Cafezal em meio ao Aglomerado da Serra



Fonte: Imagem de autoria própria, realizada em abril de 2016.

1º ATO (EXPOSIÇÃO): Os primeiros contatos da agente de estado no contexto da narrativa.

Trilha sonora:

Na Beira
(Luedji Luna)

Me lanço feito kamikaze
Sou quase qualquer coisa
Consequinte
Sou dona de um peito persistente
Um coração pedinte

To no limite de tudo
Ponto final
Última gota

Me equilíbrio na linha do infinito
Não sei se caio
Ou se fico

Sou dona de um peito apertado
Atado em desejos infindos

Motor de pernas e braços
Corro devagar
Porque meu tempo é outro

O que eu quero é logo
O que eu movo é lento

É a teimosia do não
E eu
Na beira do sim
Pronta pra dar o salto

Os fatos narrados que se seguem ocorrem em meados do mês de março do ano de 2013, mas seus precedentes são anteriores a essa data. Enquanto oficiala de justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais da Primeira Instância, deparei-me com uma ordem de cumprimento de mandado que mudou em parte minha trajetória militante e acadêmica, assim como a condução do meu trabalho como agente de estado no âmbito da instância jurídica.

Não me lembro o dia da semana em que nos dirigimos até o local de cumprimento dos

mandados de demolição/remoção (no total cerca de 69). Puxando pela memória consigo me lembrar que os recebemos em um dia e no outro já constavam nas nossas pastas, que ficam na central de mandados, onde sou lotada como oficiala de justiça avaliadora, um documento do representante da procuradoria do município, no qual constava seu número de celular para que o contactasse e, em seguida, o mesmo nos auxiliasse no cumprimento das remoções.

Todos(as) oficiais se surpreenderam com a celeridade do andamento processual: o juiz deferiu a liminar de remoção apenas poucos dias após o protocolo da ação pela prefeitura. Mesmo sabendo que o caso foi considerado de urgência pelo juiz, ao longo da minha experiência de onze anos no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, nunca havia visto uma decisão tão célere. Atos processuais que normalmente demoram muito para serem despachados e cumpridos, foram realizados em tempo recorde. Nesse momento, houve, até mesmo, pressão para cumprimento dos mandados recebidos. O diretor da central de mandados, chamou os(as) outros(as) quatro oficiais de justiça e eu, que estávamos de posse dos mandados, e nos “recomendou” rapidez no cumprimento, pois, conforme as palavras do nosso superior imediato, “a vida das pessoas daquele lugar estavam em risco.”

O processo judicializado em 22/02/2013 (5º Vara Fazenda Municipal, processo nº: 0230170-08.2013.8.13.0024) teve a Procuradoria do município de Belo Horizonte como autora numa ação de demolição/remoção que se justificava pelos argumentos de que a área ocupada por famílias na Vila Santana do Cafezal, no Aglomerado da Serra, zona sul de Belo Horizonte, encontrava-se numa região de alto risco geológico. A localidade em questão será melhor descrita mais adiante, ainda nesse primeiro ato da narrativa.

A ocupação que havia se (con)formado na região da Vila Santana do Cafezal (Aglomerado da Serra) foi interpelada pelo estado não pela sua ilegalidade/conflito possessório em relação ao terreno, como no caso da maioria das ocupações na Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas pela justificativa de que a área ocupada apresentaria um alto risco geológico⁶, demonstrado no laudo produzido em conjunto pela Defesa Civil e

⁶ O Programa Estrutural de Áreas de Riscos (PEAR) classifica as situações de risco geológico-geotécnico nos seguintes níveis (URBEL, 2004):

Nível IV (Muito Alto) O processo destrutivo encontra-se em adiantado estágio evolutivo, constatando-se evidências e indícios claros de seu avançado desenvolvimento, com a possibilidade de destruição imediata de moradias, não sendo necessária a observação do registro de chuvas elevadas em termos de duração e/ou intensidade.

Nível III (alto) O processo destrutivo está instalado, constatando-se indícios de seu desenvolvimento e a possibilidade de destruição de moradias em curto espaço de tempo. É possível o acompanhamento evolutivo do

pela Urbel no decorrer do ano de 2012. Estaria em iminência um desastre que deveria ser evitado pela retirada de todas as famílias que ali se fixaram⁷. Conforme consta na petição inicial assinada pelo Procurador do município James Henrique Souza Peixoto:

Em 05/02/2013, foi confeccionado Relatório de Avaliação de Risco emitido pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, onde foram vistoriados 69 (sessenta e nove) imóveis no complexo da Rua Sustentido e adjacências (ocupados ou em construção), que apresentaram condições precárias, com cortes e intervenções no terreno sem o devido cuidado com contenções. A URBEL - Cia Urbanizadora de Belo Horizonte e à COMDEC - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, após examinar o local onde atualmente residem os requeridos **constatou situação de RISCO GEOLÓGICO DE NÍVEL MUITO ALTO e indicou a remoção DEFINITIVA dos mesmos e a imediata desocupação das moradias identificadas** (...) O que se vê é que, mesmo após a vistoria, que os moradores permanecem nas moradias, sem se preocuparem o risco iminente de deslizamento, **apesar de formalmente notificados da situação de risco geológico** que envolve os imóveis onde residem. Os proprietários e inquilinos foram notificados conforme documentação anexa. Ressalte-se que as construções são irregulares e os imóveis estão localizados em área de domínio público e privado, o que impossibilita qualquer tipo de indenização por parte do Município, ou a inclusão em programas habitacionais. (Grifos originais)

O quadro de servidores(as) públicos(as) da região denominada como São Lucas, no Fórum, perfaz a narradora desses fatos e outros dois oficiais de justiça e duas oficiais. Decidimos nos deslocar juntos(as) até o local a serem cumpridos os mandados um dia após o recebimento dos mesmos. Conhecíamos a área onde estavam localizadas as casas a serem demolidas. Tínhamos notado, inclusive, uma alta concentração de barracões construídos nos últimos meses e já imaginávamos quais eram as famílias a serem removidas. Sabia que não seria fácil um primeiro contato e que era preciso ter bom senso para conduzir a situação.

No entanto, um dos colegas de trabalho resolveu ir no mesmo dia ao local. Munido dos mandados, o mesmo alertou que voltaríamos no outro dia para cumprimento das liminares, pois não tínhamos outra alternativa a não ser cumprir a ordem judicial. Esse foi o primeiro desentendimento que tivemos, pois ao chegar no local combinado para que

processo destrutivo na área, podendo ocorrer evolução rápida com chuva mais intensa e/ou de longa duração. Nível II (médio) São áreas onde o processo destrutivo encontra condições potenciais de desenvolvimento, constatando-se condicionantes físicas predispostas ao risco e/ou indícios iniciais do desenvolvimento do processo.

Nível I (baixo) São locais onde a observação de campo não detectou indícios de instabilização aparente, sendo consideradas áreas estáveis no momento da análise.

⁷ “Das várias interpretações possíveis sobre aquilo que toma a denominação de desastres, no Brasil, há que se ter em conta uma em particular; qual seja, a de que aquilo que é reconhecido no meio institucional de defesa civil como desastre é, antes de tudo, o fenômeno de constatação pública de uma vulnerabilidade na relação do Estado com a sociedade diante o impacto de um fator de ameaça que não se conseguiu, a contento, impedir ou minorar os danos e prejuízos.” (VALENCIO, 2009, p.6)

podéssemos juntos(as) conversar com os(as) moradores(as), esse colega nos alertou que já havia “adiantado o problema”. Diante dessa tomada de decisão unilateral do colega, sinalizei que me negava a cumprir os mandados e que se ele considerasse pertinente, que cumprisse os mesmos sozinho ou com algum(a) colega que aceitasse acompanhá-lo. Após algum desgaste, os(as) oficiais me acompanharam numa conversa com as famílias a serem removidas.

Ao chegarmos nas primeiras casas marcadas para a demolição pela Urbel⁸, havia um grupo de moradores(as) já mobilizados(as) aguardando a chegada do apoio solicitado (um advogado popular, um representante do Ministério Público e militantes sociais)⁹. Fomos recebidos(as) com a hostilidade esperada, já que o colega havia sinalizado no dia anterior que voltaríamos para cumprir a ordem judicial. Tentei argumentar quanto aos equívocos provocados pelo colega, demonstrando empatia em relação a situação dos(as) moradores(as) e a intenção de não cumprimento da ordem judicial. Contudo, para devolver os mandados com a negativa de cumprimento da liminar, precisávamos desenvolver argumentos plausíveis. Mesmo sabendo que o juiz poderia desconsiderar nossas justificativas, pelo menos ganharíamos tempo para que as famílias conseguissem apoio jurídico, o que na melhor das hipóteses suspenderia a liminar em questão.

Em conjunto com uma colega mais predisposta a dialogar com os(as) moradores(as), conseguimos amenizar a animosidade que os(as) mesmos(as) demonstraram em relação a nós nesse primeiro momento. Mas o clima de tensão entre os(as) colegas de profissão ainda perpetuou por algum tempo. O colega que foi ao local no dia anterior estava receoso quanto à decisão de devolver os mandados sem cumprimento, enquanto outro colega me acusava de ser permissiva demais e estar assumindo o risco do desastre, caso acontecesse algo com as famílias, todos(as) oficiais seriam responsabilizados(as).

Enfim, tomamos a decisão de devolver os mandados coletivamente. Conversamos com o Sr. Cleantes da Silva Souza, conhecido popularmente como Kelmer, que na época se apresentou como liderança comunitária e morador da ocupação. Ele tinha um discurso crítico

⁸ A Urbel sinaliza os imóveis a serem demolidos com um número expresso na cor vermelha nas paredes das residências das famílias a serem, conseqüentemente, removidas do local. Esse tipo de procedimento é denominado de selagem pelos(as) agentes da Urbel.

⁹ As pessoas já haviam sido informadas por agentes da Urbel sobre a possível judicialização do processo devido a resistência em deixarem o local, assim, começaram a se organizar e procurar aliados(as). Pois, de acordo com Kelmer (morador da ocupação) teve um acampamento da Defesa Civil na área por mais ou menos duas semanas cadastrando famílias e notificando-as, nesse momento que os dados das famílias foram coletados para o ajuizamento da ação.

em relação ao prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda e, no seu entendimento, haviam interesses especulativos na região: “[aqui] não é área de risco¹⁰, mas área de rico”, nos disse então. A liderança contou-nos ainda que haviam sido informados por um agente da Defesa Civil que só teriam abrigo para pernoitar e que ao questioná-lo sobre o fato, o mesmo teria respondido que esse não era um problema da Defesa Civil. Durante essa conversa, Kelmer, nos pediu que esperássemos a chegada do apoio solicitado. Na sequência, apareceu no local um representante do MPE (Promotoria de Direitos Humanos) acompanhado de um advogado popular e uma representante das Brigadas Populares¹¹.

Depois de conversamos sobre as possibilidades de manutenção das famílias no local, o representante do Ministério Público, assim como os(as) representantes dos movimentos sociais envolvidos, planejaram uma proposta em conjunto. Foi acordado que iríamos devolver os mandados sem cumprimento da ordem, e que seria pedido uma saída negociada junto com a prefeitura de Belo Horizonte para que as famílias que configuram como parte ré nos autos em questão tivessem um reassentamento justo. Outra alternativa seria negociar possibilidades de permanência no local, conforme sinalizado por alguns(mas) moradores(as) que estavam presentes no momento dessa conversa e não desejavam deixar o local.

Entretanto, os conflitos profissionais continuaram entre os(as) oficiais de justiça. Os dois colegas mencionados mantiveram a alegação de que eu não estava demonstrando “imparcialidade no caso” e, sugeriram, então, que conversássemos com o nosso superior imediato sobre a situação. Informamos, então, o caso e os acontecimentos do dia ao diretor da central de mandados. Eu sustentei que o cumprimento da ordem era inviável, explicando que as famílias tinham outra versão da situação e que era necessário considerar que as mesmas

¹⁰ Entende-se por área de risco, áreas passíveis de serem atingidas por fenômenos ou processos naturais e/ou induzidos que causem efeitos adversos. As pessoas que habitam essas áreas estão sujeitas a danos à integridade física, perdas materiais e patrimoniais. Normalmente no contexto das cidades brasileiras, essas áreas correspondem a núcleos habitacionais de baixa renda, denominados vilas e favelas (Ministério das Cidades, 2007).

¹¹ As Brigadas Populares se formaram em 2005 a partir de um grupo de estudos marxistas que abrangia algumas universidades de Belo Horizonte, com destaque para a Faculdade de Direito da UFMG. Atualmente, a organização promove ações na RMBH, nos municípios mineiros de Mariana, Itabira, Ipatinga, Timóteo, Divinópolis, Açucena, Formiga e São João Del Rey, bem como, pontualmente, nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e no Distrito Federal. As Brigadas apresentaram sua organização política, seus objetivos e seu entendimento da ocupação urbana como luta política. A instância máxima de decisão da organização é a Assembléia Brigadista, onde são definidas condutas, alianças, estratégias de luta e linha política. As Brigadas não se vinculam a nenhuma organização partidária, e tem como objetivo a construção do poder popular no Brasil, mediante ações políticas diretas visando à emancipação da classe trabalhadora para a Revolução Brasileira. Disponível em:

<http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/2009/05/brigadas-populares-e-uma-organizacao.html> Acesso em: 22/10/2017.

estavam desamparadas pela prefeitura, que não forneceu quaisquer alternativas de reassentamento aos(as) moradores(as) a serem removidos(as), disponibilizando apenas um abrigo para que as famílias pudessem pernoitar. A sentença proferida pelo juiz responsável foi somente com base no laudo produzido pela Urbel, essa era a prova necessária para deixar 69 famílias (naquele momento) sem casas e quaisquer outras alternativas de moradia. A Urbel não ofereceu possibilidades de reassentamento para a maioria das famílias ocupantes, sob o argumento de que muitas delas não cumpriam os critérios exigidos pela política municipal de habitação. Somente no decorrer do processo, a Defensoria Pública conseguiu que o juiz em questão obrigasse a Urbel a cadastrar as famílias e oferecer-lhes opções de reassentamento, o que se configura, basicamente, no auxílio moradia.

A resposta do nosso chefe imediato foi meramente burocrática. O diretor da central de mandados afirmou que como agentes de estado possuíamos legitimidade quanto ao exercício do ofício ao certificar o que fosse necessário. No entanto, a ordem outorgada pelo juiz e ancorada na legislação, deveria ser cumprida, deixando a seu critério a avaliação sobre as questões conflituosas. Eu mantive minha posição, insistindo que não cumpriria os mandados e que as certidões constariam de todas as informações que obtive junto às famílias da área considerada de risco, cabendo ao juiz avaliar a situação antes de expedir novos mandados. Afirmar também que nossa função não deveria se basear somente no cumprimento a qualquer custo das ordens determinadas pelos(as) juizes(as) - apesar da caracterização da profissão fundamentar nossa atuação como simples execução e materialização das sentenças e decisões judiciais -, nosso principal papel deveria ser o de apresentar aos(as) magistrados(as) uma realidade presencial (*in locu*), a qual tínhamos acesso, uma vez que o gabinete não permite acessar a dimensão do problema a ser julgado.¹²

Novamente, fui questionada, não apenas pelo meu superior como também pelo mesmo colega de trabalho que havia feito objeções anteriores quanto à minha atuação. Ambos me “alertaram” que caso acontecesse algo às famílias eu seria responsabilizada, pois estávamos no período de chuvas e a PBH se justificava pela urgência do cumprimento da liminar como meio de resguardar as famílias de um desastre. Houve, então, a personalização do problema,

¹² Em suas atribuições os(as) oficiais de justiça são conhecidos(as) pela expressão “pernas legis” que significa literalmente pernas da lei. Pois, na maioria das vezes, são esses(as) agentes públicos que são os(as) principais intermediadores(as) e executores(as) dos atos processuais, sem o(a) qual não há como garantir a concretude da função jurisdicional do estado.

como se os meus questionamentos e minha recusa em cumprimento da ordem fossem responsáveis pela situação de vulnerabilidade em que as famílias haviam sido expostas.

Desconsiderei as ameaças e imputações de responsabilidade dirigidas a mim e mantive a decisão de certificar ao juiz. Por fim, os(as) colegas de trabalho acompanharam minha decisão, apesar das objeções acima mencionadas, os mandados foram devolvidos sem cumprimento da ordem. Neste momento, assumimos o risco do não cumprimento da liminar. Desse modo, contrariando o pretense risco geológico informado pelo laudo do processo, preferi assumir a posição dos(as) moradores(as) com os(as) quais havíamos conversado. Nesta ocasião já me parecia que havia um consenso de que o laudo da Urbel apresentava falhas. Mesmo supondo que o risco nos moldes apresentados existisse, era nosso entendimento que a prefeitura deveria ter trabalhado no sentido de conter a movimentação do solo e assegurar a permanência das famílias no local com segurança, não deixando as mesmas em uma situação de vulnerabilidade ainda maior que era a de pernoitar num abrigo que separa homens e mulheres e que não tinha qualquer preparo para recebimento de idosos(as) e crianças.

Por esse caminho, para que a narrativa seja melhor desenvolvida, retomo alguns fatos que precederam os momentos anteriores ao meu contato inicial, os quais são fundamentais para a compreensão do enredo que segue.

1.1 Os primeiros momentos de tensão e desespero: os(as) moradores(as) relatam a ação dos(as) agentes da Urbel e da Defesa Civil na ocupação

Voltando no tempo, um pouco antes dos acontecimentos acima narrados, sugiro que tentemos acompanhar os relatos dos(as) moradores(as) sobre a atuação indiscriminada de agentes da Urbel e da Defesa Civil na região, alguns meses antes da ação de demolição/remoção ter sido impetrada pela Procuradoria do município de Belo Horizonte.

Vale salientar que as narrativas dessas histórias evidenciam saberes fenomenológicos quanto às relações estabelecidas com a cidade. O saber e o aprendizado gerados nas práticas políticas dizem respeito a estas biografias de luta pela construção dos espaços. A realidade e a existência compartilhadas por esses sujeitos, muitas vezes, implicam um modo diferente de ver e viver a cidade, os circuitos traçados, os espaços não acessados, os lugares que os corpos transitam, as sensações e os sentidos corporificados no espaço-tempo, as afetividades produzidas em trânsito, e etc. Esses aspectos plurais de (con)vivência no meio urbano ensejam lógicas outras que estabelecem (des)encontros.

Imagem 1 - Área ocupada por moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal vista pelo google earth no ano de 2011, quando o processo de ocupação ainda ocorria lentamente



Fonte: www.googlemaps.com Acesso em: 28/08/2017

Para além dos relatos atuais dos(as) moradores(as), os(as) quais acionam a memória e experiência vivida nos meses em que as notificações e ameaças de remoções tiraram o sono das pessoas na Vila Santana do Cafezal, farei uso de três vídeos¹³ que registram e denunciam o drama dessas famílias no início do ano de 2013. O intuito é de resgatar a intensidade do problema naquele momento de maior tensão. A memória, para além de um fato individual, também deve ser entendida de acordo com sua dimensão coletiva e social (POLLAK, 1992).

Os acontecimentos vividos pelo grupo se apoiam nas narrativas pessoais que se (inter)relacionam, os vestígios de memória vão sendo acionados e a história se conforma. Entretanto, “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p.203). Por isso, lacunas sempre aparecerão, personagens podem ser esquecidas, datas e lugares podem ser confundidos e os acontecimentos podem não parecer tão organizados como se espera. Tais características só confirmam o quanto a memória é dinamicamente construída, apresentando conflitos, negociações e disputas.

Nos vídeos supramencionados, moradores(as) como Djalma das Flores Neri (mora com a esposa e dois filhos), Delma (mora no Beco Piano com esposo e dois filhos), Ana Paula

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A1VL9lscoXE>

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Iz5_6UIJ7A

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WZckUUZVdgw> Todos acessos em: 02/08/2017.

(mora com o esposo e um filho de três anos à época), Gesus Amorim (mora com a esposa e mais cinco filhos), Ana Flávia Pereira dos Santos (mora no Beco Piano com os dois filhos) e Luiz Cláudio (mora com esposa e um filho), lembram como foram os primeiros contatos com os(as) agentes da Urbel e da Defesa Civil. Esses(as) moradores(as), ainda muito impactados(as) com a violência vivenciada pela entrada dos(as) técnicos(as) da Urbel na localidade, apresentaram suas queixas, desconfiças e revoltas de modo a marcarem suas posições contrárias a atuação desses(as) agentes. A resistência já sinalizava a mobilização desses atores quanto a permanência na ocupação.

Importante notar que os(as) agentes de estado em questão questionaram a compra irregular dos lotes, insistindo na informalidade em que os(as) ocupantes se encontravam, autorizando a violação e negação de direitos operacionalizada pelo estado-capital. Os(as) moradores(as) refutaram as acusações, argumentando que “compraram o que o dinheiro deu pra comprar”, “gastaram tudo que tinham comprando o lote” e construindo suas moradias, lembrando ainda que “o dinheiro que tinham só dava pra comprar ali” e por isso “continuariam construindo, eles (agentes da Urbel) querendo ou não, porque a alternativa nossa é essa”. Djalma ainda insistiu: “eu tô morando aqui porque num tenho condição de tá ne outro lugar, se tivesse num tava morando aqui”. Ele ainda lembrou como a Urbel sempre alega que a área sendo de risco não permite a construção no local, e desabafa em seguida: “agora você imagina, quem ganha aí um salário, um salário e meio, por exemplo, num tem condição de tá comprando uma casa em outra região não.” Ainda muito nervoso, Djalma continua, “a prefeitura, por ser um órgão público, deveria respeitar nós como ser humano”.

Outras ameaças também teriam sido impetradas por agentes da Urbel e estavam latentes quando da produção dos vídeos. Ana Flávia Pereira dos Santos conta que teriam ameaçado chamar o conselho tutelar para tirar as crianças das mães que recusassem a sair. No entanto, não deram alternativas para que a família deixasse o local, a possibilidade de abrigo nunca foi cogitada por essas famílias, pois, “abrigo para pernoitar não é casa pra morar”. Delma confirmou a coação dos(as) agentes da Urbel, alegando que devido ao fato do local ser área de risco, que “as criança num podem ficar ali, e se a gente for pra rua é pior, a criança vai ficar exposta (...) mas eles num liga, porque vive no bem bom, dorme no quentinho, enquanto a gente fica jogado às traça”.

Luiz Cláudio, morador que chegou ao local há alguns meses antes da intervenção da Urbel, sugeriu que “isso significa desagregação da família, nós temos direito a moradia e a família unida, e eles tão tentando desunir tudo porque me joga num abrigo, minha mulher fica separada e meu filho também”. Djalma também rememorou as ameaças dos(as) agentes da

Urbel em retirar as crianças dos seus familiares, “isso num é justo”, em seguida, ele sinaliza o primeiro movimento de resistência “a prefeitura aproveita muito da inocência de muitas pessoas, mas nós vamo nos unir pra ter nossos direitos”.

De acordo com Gesus Amorim, a PBH mesmo sabendo que a área estava sendo ocupada há alguns anos nada fez, “esperou as pessoas gastarem o que tinham e não tinham para depois chegarem ali e mandarem as pessoas saírem das suas casas”. Mesmo assim os(as) agentes da Urbel simplesmente ignoram a situação, afirmando que não poderiam ter comprado em uma área de risco, que o lote não era deles(as) e nem de quem os(as) vendeu, por isso, “precisam demolir mesmo as casas”, por que “é esse o trabalho deles (agentes da Urbel). Aí num é justo com a gente que num tem lugar pra ir né (...) só que pra eles que é o tal, que tem a vida ganha, eles pensa é assim, (...)me senti assim como se a gente tivesse sido invadido né, desrespeitado, desrespeitou nossos direitos, dos outro pessoal também.”.

A (re)memorização desses acontecimentos se deu num lapso temporal muito curto. Os vídeos foram realizados algumas semanas - não mais que cinco meses - após as primeiras aparições da Urbel e da Defesa Civil no local, o que nos permite vivenciar com intensidade os fatos narrados. Não obstante os esforços em organizar os acontecimentos posteriores, minha narrativa dos fatos não se segue linearmente, em meio a anotações e memórias, tento trazer a tona eventos que considero importantes para o que proponho como objetivo neste exercício etnográfico. Sendo assim, as novas cenas dizem respeito a versão dos(as) agentes públicos(as) envolvidos(as) nessa trama quando dos primeiros contatos com a ocupação.

1.1.2 O discurso dos(as) agentes da Urbel e da Defesa Civil quanto aos acontecimentos acima narrados

Em meados do ano de 2012, algumas casas localizadas principalmente na extensão do Beco Piano, da Rua Sustenido, Beco Guitarra e Rua E (mais densamente ocupadas nesse momento) passaram por vistorias técnicas pela Urbel e começaram a ser notificadas como estando em área de alto risco geológico. Nesse momento, iniciaram os procedimentos técnicos de vistoria pelos(as) engenheiros(as), abordagem das famílias pelas analistas técnicas/analistas sociais, selagem das moradias (marcação para demolição) que deram origem às remoções seguintes. Relembrando como foram realizados os procedimentos, a analista técnica/ analista social da Urbel, Sra. Alice Mascarenhas, comenta:

Tem um histórico que a gente num entra nisso que é da ocupação em si, como ela se deu (...) Como foi a organização pra ocupar aquele terreno, porque daí pra gente

quando se definiu o risco, a gente não se omite, vai pra ofertar o que a gente tem (inserção na política municipal de habitação), houve uma divisão ali dentro, foram abordadas se num me engano 45 famílias, dessas 22 aceitaram e foram removidas. Então houve essa divisão, metade aceitou sair do risco e a outra metade não, preferiu permanecer na área. Aí entrou o processo judicial e as pessoas já estavam organizadas, já tinham uma liderança e nesse momento a Urbel saiu de cena. Porque as pessoas já tinham uma proposta concreta, objetiva e ficou quem quis ficar. (Entrevista concedida em 12/04/2017)

Interessante notar que as analistas técnicas/analistas sociais da Urbel afirmam ter havido proposta de inclusão das famílias na política habitacional do município já no primeiro contato com os(as) moradores(as). No entanto, só foi ofertada essa possibilidade para as famílias que se adequaram a essa política¹⁴, inclusive a resistência das outras famílias em deixar suas casas se dava pelo fato da prefeitura ter se negado a incluí-las no programa do Bolsa Moradia¹⁵, oferecendo apenas abrigo noturno (pernoitar) às famílias que não estavam contempladas na política de habitação. O principal critério em que as famílias não se enquadraram era residir no local da remoção há mais de cinco anos. Como a maior parte da ocupação era recente, muitas famílias haviam se instalado no local há alguns meses ou pouco mais de um ano quando das primeiras notificações da Urbel.

Por outro lado, alguns(mas) ocupantes nem mesmo cogitaram a possibilidade de entrarem no Bolsa Moradia ou na fila de espera por um apartamento do Programa Vila Viva, pois questionam, inclusive, o laudo pericial que constatou o risco geológico da região. O Sr. José Rosa, morador da área há muitos anos, insiste desde as primeiras notificações que “risco num é assim não, aqui o que eles querem é outra coisa”. Ele inclusive foi protagonista em um

¹⁴ Critérios para o atendimento. Considera-se como beneficiário do PEAR, com direito às intervenções do programa o público que se enquadrar em todos os critérios abaixo:

- Morar em áreas delimitadas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei 7.166/96) como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS 1/3;
- Estar em situação de risco geológico-geotécnico efetivo;
- Ter ocupado o local em avaliação há pelo menos dois anos;
- Ter a posse da moradia, ou seja, não ser inquilino nem morar de favor;
- Possuir renda familiar inferior a cinco salários mínimos, conforme estabelecido na Política Municipal de Habitação;
- Não ter sido beneficiado por outros programas habitacionais do município;
- Excluem-se as moradias do tipo barracas de lona, barracões de madeirite ou similares, mesmo que construídos em áreas delimitadas como ZEIS 1/3.

¹⁵ Esse auxílio aluguel, que garante abrigamento seguro a famílias removidas pela Urbel, foi criado no ano de 2003 e paga hoje 500 reais para cada família (valor esse estagnado há cinco anos), conforme expresso no portal online da prefeitura. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&app=urbel&tax=8171&pg=5580&taxp=0&> Acesso em: 22/10/2017

vídeo em que demonstra para alunos(as) da Faculdade de Arquitetura da UFMG¹⁶, os(as) quais acompanhavam a ocupação naquele momento, como a Urbel estava equivocada sobre o diagnóstico de risco que condenou a ocupação.

Ressalto ainda que conforme informações das analistas em questão, os(as) técnicos(as) responsáveis pela constatação do risco são acionados(as) pela própria família que se sente insegura por algum aspecto de instabilidade do terreno ou da habitação. Desse modo, uma moradora da região teria entrado em contato com a equipe da Diretoria de Manutenção e Área de risco da Urbel, e desse modo a instituição detectou a área de risco conhecida como “complexo da Rua Sustenido”. Os procedimentos começaram com a análise das evidências visuais, as quais foram fotografadas e registradas no início do processo. Conforme relata a técnica do setor social da Urbel, Sra. Denise Magalhães:

Aí depois nós voltamos pra gente fazer as abordagens das famílias, mas num foi muito tempo não tá. Num foi um tempo muito grande porque ali se a gente deixasse seis meses sem abordar era chegar lá e ter outra vila completamente diferente. Fizemos a abordagem e levantamento das famílias que tinham documento de compra, muitas dessas abordagens foram feitas aqui na Urbel, eles traziam os documentos, muito em função também daquela agressividade que eu te falei. Não tava fácil trabalhar lá, os técnicos chegavam e eles não nos recebiam de forma muito favorável. Então dá um pouco de receio mesmo pela integridade dos técnicos. A nossa chefia da época, a Luciana, decidiu que a gente faria os atendimentos aqui, aí eles traziam os documentos. Até isso num é um procedimento muito comum, só quando é necessário. Porque normalmente a gente atende a família somos nós que vamos até a família, a gente pega a família e leva pra conhecer o abrigo, retorna com a família ao local com o carro da Urbel. Depois ela decide se ela vai ou não pro abrigo. (Entrevista concedida em 12/04/2017)

Em seguida, outra técnica social, Sra. Alice, complementa com detalhes como ocorre os procedimentos de remoção das famílias.

Primeiro vai uma equipe física, o geólogo e o engenheiro vão na moradia fazer a vistoria. Aí eles identificam o risco, classificam. Pra gente, quando o risco geológico é muito alto é uma remoção imediata, a família não pode mais permanecer naquele local. Então eles já acionam a equipe social que vai na moradia iniciar o procedimento de retirada daquela família pelo risco. Aí toda a Sustenido era risco geológico muito alto, ali era um risco iminente porque tinha um diagnóstico geológico ali de 12 metros de aterro e o aterro você num tem controle de quando ele vai ceder. Tinha indícios de que poderia descer a qualquer momento, esse a qualquer momento num sabemos quando, mas quando tem esse indício a gente começa as remoções o mais rápido possível. (Entrevista concedida em 12/04/2017)

¹⁶ Aula do Sr. José Rosa. Morador ensina aos alunos de arquitetura da UFMG a observar a conformação geológica do terreno na Vila Santana do Cafezal, Serra, Belo Horizonte/MG. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=4&v=hvQ_gjGdYoY Acesso em: 18/10/2017.

Vale notar que desde 2009 a Urbel já sinalizava a área como de alto risco geológico, entretanto, somente em 2012 avaliações visuais foram realizadas no local, e apenas em abril de 2013 houve avaliações geológicas do solo. De acordo com Isabella Gonçalves Miranda¹⁷, militante das Brigadas Populares, desde 2009 existem intervenções do poder público na área em questão. Os conflitos iniciaram-se nessa época quando a promotora do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Sra. Claudia Ferreira, teria alegado que a “área da Fayal” seria de preservação ambiental (o que não consta no zoneamento do solo do município), havendo, portanto, a necessidade de remoção das famílias do local.

Nesse contexto, a primeira audiência pública ocorreu em 05/08/2010 na câmara de vereadores¹⁸, em que o Vice-Presidente da Associação comunitária dos moradores da Vila do Cafezal, Sr. Antonio Imiliano, assim como outros(as) moradores(as) da vila denunciaram as investidas da prefeitura em remover as famílias do local sem propostas de reassentamento. Nessa mesma audiência, os(as) representantes da Urbel presentes evocaram a situação de risco geológico em que os(as) moradores(as) estariam expostos(as), além do pano de fundo que versava sobre a possibilidade da área ocupada ser de preservação ambiental.

Em resumo, o Presidente-Diretor da Urbel à época, Claudius Vinicius Leite Pereira, já indicava nessa audiência que remoções seriam realizadas no local, pois, “diversas áreas na Vila Cafezal não são suscetíveis de obras.” Embora a questão relacionada a área de preservação ambiental tenha desaparecido dos processos posteriores, a argumentação baseada no risco foi mantida pela Urbel, sendo a razão das intervenções que se seguiram.

Importante questionar, então, se a “área do Complexo da Rua Sustenido” necessitava de intervenção pública já em 2009, como afirmou o diretor da Urbel naquele momento, porque somente três anos depois começaram a ser realizados estudos na região? De acordo com todos(as) técnicos(as) responsáveis pelo caso, a área precisa ser “evacuada com urgência”, há “iminência de desastre”, “não é possível outra solução a não ser a remoção das pessoas”. Então, por que a Urbel demorou três anos para proceder a avaliação da área? Sendo o risco tão alto como sempre defendido pela Defesa Civil e pela Urbel, a encosta já não deveria ter dado, pelo menos, indícios de deslizamento?

Muito embora não se possa determinar quando haverá deslizamento da encosta, três anos sem que haja promoção de intervenções técnicas estruturantes (obras públicas) poderia

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LGe1oC1ZYdE> Acesso em: 12/08/2017.

¹⁸ De acordo com a ata dessa audiência presidida pela Vereadora Maria Lúcia Scarpelli, a finalidade da mesma seria “prestar esclarecimentos e sugerir alternativas para regularizar as invasões e as edificações localizadas na Rua Sustenido, Vila Cafezal, no Bairro Novo São Lucas.” Não obtive informações de quem ou qual entidade solicitou a audiência em questão.

só piorar o quadro de vulnerabilidade das famílias. Nesse sentido, já no início da ocupação essa área se transformou num alerta para a PBH, que mesmo assim, esperou o local ser densamente ocupado para iniciar os procedimentos de constatação técnica do risco.

Assim, em meio a essa trama complexa que se desenvolve há pelo menos oito anos, o cenário do aglomerado precisa ser esboçado para que se tenha noção da dimensão dos problemas enfrentados por milhares de famílias que lutam pelo direito à moradia e ao “fazer-cidade” em Belo Horizonte.

Foto 3 - Chamada realizada pelos ASF para o mutirão de construção do Pomar do Cafezal nos dias 05 e 06 de abril de 2014

VILA SANTANA DO CAFEZAL + EA UFMG

a partir de **9h**
05 e 06/04
sáb. dom.

INTERVENÇÃO NA ENCOSTA DA VILA SANTANA DO CAFEZAL
& LANCHE COLETIVO

como chegar:

Vamos construir! Traga sua muda!

POMAR do CAFEZAL

RUA SUSTENIDO, AGLOMERADO DA SERRA (PROX. À PRAÇA DO CAFEZAL)
contato: (31) 9112-3409 | (31) 8517-4892 | (31) 8808-0418 | (31) 94727826-4892

via Cardoso: <http://goo.gl/wULV62>
via Mem de Sá: <http://goo.gl/JqBaUg>
FACEBOOK - VILA SANTANA DO CAFEZAL

Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

1.2 Pequena pausa no enredo: O processo de ocupação da Vila Pomar do Cafezal sob o panorama da cidade informal

Trilha Sonora:

A Cidade
(Nação Zumbi)

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruins, nem importa se são boas
E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs

A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
(Refrão 2x)

A cidade se encontra prostituída
Por aqueles que a usaram em busca de saída
Ilusora de pessoas de outros lugares
A cidade e sua fama vai além dos mares
No meio da esperteza internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos

(Refrão 2x)

Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu
Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu
Pra a gente sair da lama e enfrentar os urubu
(2x)

Num dia de sol Recife acordou
Com a mesma fedentina do dia anterior

(Refrão 2x)

O cenário em que se desenrolam os fatos narrados é o de uma área residual do Aglomerado da Serra, um dos maiores aglomerados da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Mas antes de adentrar nessa localidade, promovo, inicialmente, uma discussão sobre questões importantes da formação urbanística da capital mineira, características essas que

permitem seguir algumas pistas de como os processos de produção das margens são (con)formados no Brasil.

1.2.1 O horizonte que a nova capital delimitou como belo

Desde o início da formação urbanística da cidade de Belo Horizonte, que remonta ao final do século XIX, a administração pública, por meio de planos urbanísticos, elaborou planejamentos propensos a segregar boa parte da população que chegava ao novo centro urbano (MOTTA, 2009). Essa lógica excludente gerou crescentes ocupações de áreas não regularizadas. Em um movimento concomitante, os espaços da recente capital mineira foram geridos pelo poder público de modo a autorizar a permanência dos(as) moradores(as) desprivilegiados(as) em locais previamente definidos pela administração pública local. Entretanto, o projeto ideal belohorizontino de cidade foi confrontado por realidades outras que se impuseram ao cenário planejado.

O planejamento urbano do novo centro político e administrativo de Minas Gerais baseava-se, primordialmente, em uma diferenciação dos espaços, os quais foram ordenados visando a divisão da cidade em três setores fundamentais: a zona urbana delimitada pela Avenida 12 de Dezembro, atual Avenida do Contorno; zona suburbana e a zona rural que deveria abastecer a cidade (OLIVEIRA, 2014). A propagação das normas urbanísticas pela administração pública implicava na discriminação dos espaços para habitação, como também numa aparelhagem seletiva dos serviços e equipamentos públicos de infraestrutura necessários a urbanidade promovida pelo próprio aparato de estado.

O eixo centralizador das práticas de estado localizava-se na alocação da população de acordo com as áreas específicas determinadas pela administração local. Diante disso, a racionalidade em que se baseia o planejamento urbano demanda a compreensão do território para zoneá-lo consoante os interesses dominantes no espaço. As intervenções realizadas para que a nova capital fosse constituída conforme prescrito, tinha como fundamento a leitura territorial de modo que a área central fosse priorizada.

Ocupada por funcionários(as) públicos(as) e ex-proprietários da antiga capital Ouro Preto, a área central recebeu toda a infraestrutura necessária para a alocação desses(as) servidores(as) burocráticos(as), os(as) quais também receberam lotes no perímetro da Avenida do Contorno, originando bairros elitistas, como o Funcionários (OLIVEIRA, 2014).

Imagem 2 - Planta geral de Belo Horizonte em 1895



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Acesso em 28/08/2017.

Além dos espaços urbanos de moradia terem sido administrados conforme os interesses da elite mineira, Belo Horizonte ainda foi planejada conforme determinadas funções sociais, econômicas e administrativas. As condições de produção para setores

importantes da indústria foram privilegiadas, no intuito de angariar investimentos internos e externos para a capital (LASCHEFSKI, 2013).

A política discricionária de ocupação do solo na nova capital impeliu um movimento de fora para dentro (das periferias suburbanas para o centro de Belo Horizonte) dos(as) trabalhadores(as) que também habitavam a cidade. De acordo com Guimarães (1991), em 1912 Belo Horizonte abrigava cerca de 38.000 habitantes, 70% dos quais residiam fora dos limites da Zona Urbana. A expansão ocupacional do território ocorreu, assim, de forma descontínua e sempre privilegiando ocupantes predestinados(as). Foi assim que Belo Horizonte surgiu tendo como ideal ser uma metrópole, não somente de Minas Gerais, mas da República. O projeto da cidade foi pensado de forma a inscrevê-la no modelo da modernidade, construindo espaços outros para sociabilidades emergentes e privilegiadas que segregavam o resto da população belorizontina.

Os espaços de moradia destinados aos(às) operários(as) da nova capital concentraram-se em áreas específicas. Em 1936 foi criada a área industrial do Barro Preto, situada ao longo do Ribeirão Arrudas entre as linhas da estrada de ferro, onde foram instaladas 20 indústrias, beneficiadas por incentivos fiscais e tarifas reduzidas de energia elétrica (COSTA, 1994). A Vila Operária, hoje conhecida como Barro Preto, abrigou trabalhadores(as) removidos(as) dos seus barracos à beira do Córrego Leitão, conforme promulgação da Lei Municipal n.33 de 1909. A lógica do progresso e os elementos que justificavam a força de trabalho operário para o desenvolvimento da cidade foram responsáveis por limitar esses(as) moradores(as) a severas leis que condicionaram sua permanência a esses espaços reservados. A prefeitura ainda decretou inúmeras regras, os “bons costumes” e a “dedicação ao trabalho” (Decreto 2.486 de 1909, *apud* LE VEN, 1977, p. 97), por exemplo, eram normas para que os(as) operários(as) garantissem seu direito à habitação na vila.

A Barroca vai civilizar-se. Vai ser incorporada à cidade. As vielas sujas, o mato, tudo desaparecerá com as picaretas da prefeitura. Toda a Barroca tem que mudar de pouso. É a exigência do progresso. Não é um capricho de um administrador. A Barroca compreende a necessidade de seu sacrifício. Ela bem sabe que as suas cafuas cobertas de latas não poderiam teimosas ficar ao lado de construção moderna. O Diário Mineiro viu ontem, de perto, a profunda serenidade daquele povo. Os moradores irão para a Vila Operária, onde a prefeitura doou lotes, conformados, mas chateados por causa da distância que terão de caminhar à pé. – (Jornal Diário Mineiro, 12/6/1929, in Arquivo Público Municipal).

A transferência da população operária do centro para o bairro onde acha atualmente localizada foi tarefa difícil, que entretanto conseguiu sem reclamações nem violência. (...) Cerca de 600 cafuas no Leitão e 300 no lugar denominado Favella e em outros pontos foram removidos com uma população de cerca de 2000 pessoas para a 8ª Seção suburbana, onde fiz concessões a título provisório, para o

estabelecimento destes operários, que constituem elemento indispensável ao progresso da Capital. (...) Todos estes operários estão matriculados e não podem transferir suas casas sem prévia audiência da Prefeitura. Com esta medida sua permanência se tornou segura. (MONTEIRO, Bernardo Pinto. Relatório ao Conselho Deliberativo – 12 de setembro de 1899 a 31 de agosto de 1902. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1902.p.43. *apud* GUIMARÃES, 1991, p. 102)

A legalização dessas vilas e bairros operários era uma forma de controle da administração pública em relação aos espaços ainda a serem ocupados na nova capital. Além de supervisionar os(as) trabalhadores(as), as ações de governo pretendiam conter qualquer reivindicação da classe operária. Diante dessas práticas higienistas e disciplinadoras do estado, os(as) trabalhadores(as) da nova capital até foram convidados(as) a construir esses espaços, mas não a residirem com a plena cidadania que lhes competem (LE VEN, 1977).

Assim, não só os conceitos de cidade formal e informal surgem concomitantemente, como o avanço das duas dimensões de cidade também é paralelo, uma vez que na década de 1940, as favelas¹⁹ cresceram ao longo de quatro grandes vias principais (avenidas Amazonas, Antônio Carlos, Cristiano Machado e Anel Rodoviário) em Belo Horizonte.

Por ser um lugar de ocupação privilegiadamente de negros(as), a favela sempre carregou fortes estigmas. A constituição da categoria pobre reiterada pela identidade do favelado, veio a constituir o imaginário nacional da favela como o lugar às vezes da cultura popular (por exemplo, carnaval, capoeira, samba, etc), como também o lugar da falta (ausência de infraestrutura, de higiene, de aparatos estatais e do mínimo de urbanização e urbanidade), conformando-se, principalmente, hoje como o lugar do perigo (“classes perigosas”), da violência (tráfico e associações criminosas diversas), da desordem, de uma estrutura controversa que se limita a intervenção despótica dos aparatos de estado.

Desse modo, a veiculação de notícias de jornais à época, assim como os depoimentos de representantes públicos, demonstram como a favela se tornou um problema para a cidade (neste momento a administração pública não encara a favela como parte constituinte da cidade). A manipulação do imaginário dos(as) favelados(as) quase sempre os(as) caracterizam como “vagabundos e criminosos”, atestando a necessidade de extinção da favela como medida fundamental para a “limpeza da cidade”.

A despeito de ter sido planejada para ser modelo de higiene, limpeza, beleza e modernidade, Belo Horizonte teve de se haver, desde a sua construção, com

¹⁹ O termo favela surgiu no vocabulário mineiro como uma analogia aos espaços de pobreza urbana carioca, tendo sido aplicado aos locais de moradia destinados aos(as) operários(as) e confundindo-se com os vocábulos que pretendem denotar pobreza e marginalização (GUIMARÃES, 1991). Da mesma forma, o termo vila também carrega uma associação desvalorativa quanto aos modos de vida e moradia dos seus habitantes.

questões que emergiram da lógica excludente de seu próprio projeto. Já em 1902, na tentativa de controlar e evitar que os operários e pobres ocupassem a área urbana, a Prefeitura cria a Área Operária e realiza as primeiras remoções de favelas em Belo Horizonte. (MOTTA, 2009, p. 21)

Nesse cenário fortemente marcado por políticas seletivas de ocupação da cidade, o capital especulativo já era realidade, o que favoreceu ainda mais a exclusão da massa trabalhadora de imigrantes que vinha sustentar a nova capital mineira. Ao resistirem a esse planejamento segregador, os(as) trabalhadores(as) que chegavam, mesmo encontrando condições precárias para construir sua moradia, subverteram os planos de ocupação da administração belorizontina (OLIVEIRA, 2014). Nos primeiros 30 anos de existência da nova capital mineira, a Prefeitura da cidade envolveu os(as) trabalhadores(as) em uma dinâmica própria de ocupação do solo: se nesse momento há a tolerância, às vezes até mesmo a convivência, por parte do poder público em permitir que os(as) imigrantes que chegavam a Belo Horizonte ocupassem áreas até então desvalorizadas, quando essa presença já não era mais desejada, a própria PBH desalojava os(as) moradores(as) dessas áreas irregulares, expulsando-os(as) para espaços ainda mais distante da área central (GUIMARÃES, 1992).

Nessa trama política operada pelo estado-capital o que se tentava resguardar era o modelo de planejamento que privilegiava o alto escalão burocrático mineiro, e que tentava condicionar o resto da população local em seções autorizadas pela PBH. Para tanto, a população recentemente migrada era constantemente expulsa da área nobre que configurava o modelo de cidade planejada. Na década de 30, o discurso oficial justificava as várias remoções com base em argumentos que versavam sobre a necessidade de obras com caráter urbanístico e de saneamento, realizadas em prol da coletividade. Nesse mesmo momento, as favelas são associadas a imagens discriminatórias, como a do perigo, da criminalidade, ou como foco de epidemias e marginalidade.

No entanto, os(as) favelados(as) não se calaram, muitos(as) se rebelaram contra as intransigências operacionalizadas pela PBH, exigindo reassentamentos (destinou-se lotes em locais muito distantes da área central) ou (re)ocupando as proximidades da Avenida do Contorno, o que originou novas favelas que passariam, repetidamente, a processos de remoção pela administração pública, caso das favelas do Pindura Saia (Cruzeiro), Acaba Mundo (Sion), Marmiteiros (Padre Eustáquio) e Pedreira Prado Lopes (GUIMARÃES, 1992).

A insurgência política ensejada pelos(as) moradores(as) de favelas removidos(as) ou ameaçados(as) de remoção permitiu a articulação de um movimento associativo de defesa de interesses da população favelada na década de 1940, as Uniões de Defesa Coletiva e a

Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. Em virtude dessa mobilização política, pela primeira vez o poder público assume o problema das favelas como uma questão social e passa a tratar essas localidades como objeto de políticas públicas.

Ao longo da década de 50 com a implantação da Cidade Industrial de Contagem, a população demográfica de Belo Horizonte dobrou, passando de 350 mil para 700 mil habitantes em dez anos (COSTA, 1994). Esse cenário exigiu da Prefeitura ações pontuais, sendo que em 1955 foi criado o Departamento Municipal de Habitação e de Bairros Populares (DBP) e o Fundo Municipal de Habitação Popular. Nesse momento, a Prefeitura definiu que as remoções só ocorreriam caso houvesse a construção de moradias populares para os sujeitos removidos. Contudo, essa política nunca foi cumprida efetivamente e as remoções continuaram ocorrendo nos moldes anteriores, além das atividades desses órgãos terem sido reduzidas ao longo de outras administrações da Prefeitura (GUIMARÃES, 1992). Enquanto isso, a mobilização dos(as) moradores(as) das favelas começou a ser planejada.

De 1959 a 1964 ocorreram grandes mobilizações dos favelados contra as ameaças de expulsão pelo Poder Público, através de assembléias, passeatas no centro da cidade e as chamadas “ocupações da noite para o dia” de terrenos particulares, principalmente daqueles plantados por eucaliptos, pertencentes ao conhecido especulador imobiliário e dono da rede de cinemas, Antônio Luciano Pereira Filho, que segundo denúncias do jornal Binômio possuía 50 mil lotes na cidade (...) Os favelados exigiam do governo a desapropriação das áreas já ocupadas, a legalização da posse dos terrenos e melhorias nas comunidades. (COSTA, 1994, s/p)

Ainda em meados dos anos 50 vislumbra-se uma expansão sem precedentes no espaço urbano de Belo Horizonte. Diligenciando no sentido de sanar os problemas gerados com a alta demográfica, o poder público lança 22 loteamentos novos, além de 50 que foram regularizados. Contudo, a produção desses lotes destinados a moradia não contemplava os(as) habitantes mais pobres da cidade. O espaço mercantilizado e a serviço da especulação imobiliária não culminou na ocupação desses lotes. Essa ineficácia pode ser atestada uma vez que cerca de 2,5 lotes, para cada um ocupado, encontravam-se vagos ao final da década, enquanto a população das favelas em 1955 atingiu a elevada proporção de 10% do total da população da capital (COSTA, 1994).

A década de 60 também foi marcada por mobilizações populares em defesa dos direitos à moradia na capital. Nessa ocasião, cerca de 45 favelas estavam filiadas à Federação dos Favelados de Belo Horizonte, entidade que mantinha boas relações com o Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares da PBH, o que institucionalizou a resistência contra as remoções. De acordo com o levantamento realizado em 1966 pela Secretaria do

Trabalho e Cultura Popular, no período entre 1964 e 1965, Belo Horizonte possuía 79 favelas, com 25.076 domicílios e 119.799 habitantes (GUIMARÃES, 1992). Contudo, o processo de luta política desse movimento foi interrompido com a instauração da ditadura militar em 1964, e esse movimento de luta voltou a ser tratado como uma questão de polícia.

As ações de perseguição a militantes políticos ocorridas durante o período militar desagregou as associações de favelados. Diante das políticas de austeridade promovidas pela ditadura, as favelas cresceram ainda mais e as remoções transformaram-se em práticas recorrentes. A abertura política na década de 80 permitiu uma rearticulação dos movimentos por moradia na capital, o que ensejou num programa de urbanização de favelas como política de estado, o Pró-Favela. Programa esse que reconhecia a propriedade e o direito a moradia dos(as) moradores(as) das vilas e favela da cidade. Contudo, as pautas políticas importantes mobilizadas pelos movimentos por moradia foram ignoradas, a regularização fundiária, por exemplo, ocorreu em pouquíssimas favelas de Belo Horizonte (GUIMARÃES, 1992).

Através do novo programa, as favelas localizadas em terrenos públicos e passíveis de urbanização foram decretadas Setor Especial - SE 4, passando seus habitantes a terem assegurado o direito de permanecerem no local, salvo caso de remoção necessária devido a riscos ou realização de obras de urbanização. Nesse sentido foi elaborada uma legislação e um Código de Posturas especiais para essas áreas, permitindo um parcelamento e um padrão de urbanização diferenciados. Para implementação do PRÓ FAVELA, em 1986, foi criada a Companhia de Urbanização de Belo Horizonte - URBEL - órgão da Prefeitura municipal encarregado de todas as questões afetas às favelas: urbanização, regularização, titulação e até remoção, quando necessária. (GUIMARÃES, 1992, p.8).

A Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel) foi fundada como uma empresa de economia mista de âmbito municipal, resultante de uma transformação feita na estrutura da empresa Ferro de Belo Horizonte S.A (Ferrobrel), autorizada pela lei nº 898 de 30 de abril de 1961, que exercia atividades de exploração, comercialização e industrialização de minérios no município de Belo Horizonte. Em setembro de 1983, a Ferrobrel assume também as atividades de urbanização, adquirindo a denominação atual. Após 10 anos de instituição da Urbel, a PBH implanta em 1993 o Sistema Municipal de Habitação (SMH), sendo atribuído à Urbel o papel de elaboração e execução da Política Municipal de Habitação Popular.

A Frente BH Popular²⁰, que iniciou sua gestão em Belo Horizonte no ano de 1993, é um dos primeiros exemplos de governos municipais que adotaram diretrizes da reforma

²⁰ A Frente BH Popular foi composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Verde (PV). Mas tal composição sofreu alterações durante os anos em que a Frente conduziu a gestão municipal de Belo Horizonte.

urbana: conselhos com representação de movimentos sociais, orçamento participativo, políticas sistematizadas de urbanização e habitação etc. Pautas essas que compunham historicamente a luta dos movimentos sociais da cidade. A partir desse momento, a PBH formulou e instituiu um conjunto coordenado de ações com base em uma noção sistêmica sobre o problema e a questão da habitação na cidade.

Principalmente, com dois tipos de políticas para urbanização das favelas: o programa de diagnóstico e intervenção em áreas de risco (PEAR), as intervenções integradas e estruturantes do Vila Viva, e as obras do Orçamento Participativo (OP). Introduzido na capital em 1993, o OP objetiva discutir e decidir com a comunidade quais investimentos devem ser realizados pelo poder público. A gestão compartilhada é a marca desse novo modelo de administração pública que visa a formular um projeto integrado e planejado de atuação.

O sistema conduzido por essa gestão baseou-se em um tripé legislativo e institucional que se constituiu por uma estruturação de um fundo municipal com recursos próprios (Fundo Municipal de Habitação, Lei 6.325/93); um órgão público executor da política (Urbel) e estruturas de incorporação e ampliação da participação da sociedade civil, o Conselho Municipal de Habitação (CMH) e o Orçamento Participativo da Habitação (OPH); a reunião destes elementos criou os diversos programas e ações que compuseram e caracterizaram a política habitacional em Belo Horizonte.

O modo de controle político sobre o processo decisório se deu na configuração do CMH que, como projeto original, foi conformado com a maioria de suas cadeiras compostas pela sociedade civil (muitos membros do movimento popular) e pela presidência do conselho que seria eleita de forma democrática no voto direto no interior do conselho (MOUTINHO, 2014). O desenvolvimento de uma política habitacional específica, acompanhada de diretrizes, prioridades e critérios, pela PBH, não foi seguida por instrumentos jurídico-legislativos que pudessem neutralizar a especulação imobiliária na cidade. Os movimentos sociais pela reforma urbana continuaram reivindicando não só uma maior produção habitacional de interesse social, como também denunciou a pretensa participação popular forjada nos moldes dessa gestão compartilhada. A potencialidade dos canais de participação política cidadã é alijada, vedada ou limitada no âmbito desses instrumentos de governo. Foi nesse contexto, que as ocupações urbanas foram completamente retiradas da pauta dessa governabilidade, colocando os movimentos sociais de luta por moradia em um jogo complexo da institucionalização dos mecanismos de participação popular.

Assim, é possível afirmar que, a partir da década de 1990 se consolida um modelo de gestão das vilas e favelas para a capital, inserindo, nesse contexto, a moradia como uma

extensão do direito à cidade. Com base numa gestão petista da época, ampliou-se a participação popular, otimizando recursos públicos em prol de ações que viabilizaram aos(as) moradores(as) menos privilegiados(as) o acesso a políticas públicas por moradia. No entanto, essa participação sempre esteve limitada aos interesses da administração pública atual, não dando margem para que os sujeitos locais gerissem as obras e seus espaços (MOTTA, 2009). Esse cenário demonstra uma preocupação da prefeitura não em sanar problemas criados pela sua omissão e/ou ausência proposital, além de intervenções despóticas no planejamento urbanístico da cidade, mas de continuar gerindo essas populações de acordo com a lógica do controle dos espaços e das pessoas, ou seja, por meio da biopolítica (FOUCAULT, 1979).

Importante lembrar que a presença do estado-capital sempre foi marcante nos assentamentos informais dispostos às margens da cidade. Os discursos veiculados quanto à ausência de estado nos aglomerados urbanos informais, desconsideram o planejamento urbano do estado-capital que zoneou intencionalmente as cidades, “autorizando” a ocupação dos(as) subalternizados(as) nos espaços deliberadamente carentes de infraestrutura. Por conseguinte, a ausência planejada se dá basicamente em termos de infraestrutura e regularização fundiária, pois a presença de outros aparatos de estado, como a PMMG, sempre esteve muito atuante nos assentamentos informais urbanos.

Do mesmo modo, o “problema favela” nunca foi discutido nos termos da sua própria produção pelo estado-capital. A relação entre governos(as) e produção dos espaços é realizada somente em nível da cidade dita formal, e a responsabilidade pela precariedade das moradias e pelas situações de vulnerabilidade enfrentadas pelos(as) favelados(as) são entendidas como a incapacidade de gestão dos próprios sujeitos sociais ou como ausência de estado. Quando na verdade a presença de certos aparatos de estado e técnicas de governo sempre geriram e/ou intervíram as/nas favelas, conforme demonstra Maricato (2000, p.124):

O planejamento urbano não excluiu as favelas, vilas e outras formas de ocupação do solo, na verdade esse planejamento estratégico de construção da cidade negou determinadas estruturas básica e equipamentos urbanos para as áreas periféricas. Não se ignora a população às margens da cidade, ao contrário, esses sujeitos foram e ainda são intensamente intervencionados, o surgimento dos bairros operários dá uma boa dimensão de como o planejamento estratégico intenciona condicionar determinados sujeitos em espaços autorizados pelo poder público. O planejamento urbano existiu, mas se ele foi inclusivo isso é outra história. Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão.

Se, por um lado, há a reivindicação dos(as) moradores(as) das áreas irregulares da cidade para que suas localidades sejam atendidas por políticas públicas e que sejam contempladas por equipamentos públicos (posto de saúde, creches, linhas de ônibus e etc) como uma forma de atuação do estado nesses espaços; por outro, a presença dos aparatos repressivos do estado, seja na sua dimensão militarizada ou quanto aos perigos de remoção que constantemente rondam esses lugares, sempre foi uma constante na vida dessas pessoas. Por essa perspectiva, podemos compreender melhor as estratégias de ausência e presença do estado conforme os interesses vigentes em um dado contexto histórico.

Dessa forma, é possível concluir que a favela e as outras formas de moradia da população pobre nas cidades brasileiras não são um efeito indesejado do crescimento urbano. Estas ocupações informais são reflexos da espoliação urbana e das formas de acumulação de riquezas na produção da cidade. O estado, o planejamento e a urbanização participam deste processo decisivamente, reforçando as condições que impedem o acesso desta população ao “fazer-cidade”.

Os problemas decorrentes das intervenções, os questionamentos e as insatisfações dos(as) moradores(as) são, constantemente, ocultados e/ou deslegitimados por um discurso que conjura expressões - com base num pretenso consenso - como revitalização da favela, dignidade humana, melhorias da qualidade de vida, tornando descabido o questionamento das ações que os ordena. Para tal empreendimento, elege-se critérios aleatórios, os quais mascaram os reais problemas que as comunidades enfrentam. Com isso, a legitimidade e a força que amparam esse tipo de urbanismo se reproduz no discurso técnico e na idéia de sua necessidade, construída pela exaltação da imagem da favela como local carente, problemático, enfim, necessitado. Ao construir tal imagem da favela, essas intervenções do estado-capital legitimam e justificam um urbanismo que disciplina, normatiza e regulamenta as cidades e as pessoas que nela vivem.

No entanto, apesar da normatização nos modos de ocupar a cidade e da ideia que perpassa as margens como periferias naturalizadas, em que as pessoas são insuficientemente socializadas nos moldes previstos nas leis, é preciso ter como pressuposto que a cidade nunca cresceu do centro para a periferia, ela cresce nas margens e se faz presente nessa interlocução. Nesse sentido, é fundamental pensar como a produção da cidade ocorre no processo de urbanização (*modus operandi* estatal) e não só como a urbanidade afeta grupos marginalizados.

1.2.2 Devires memoriais urbanos: O Aglomerado da Serra e a contra ordem urbanística

Em uma das primeiras conversas com Maurício Nogueira, morador da Ocupação Pomar do Cafezal, o mesmo me afirmou que os(as) ocupantes recentes da Vila Santana do Cafezal também reivindicam a construção histórica do processo de ocupação do Aglomerado da Serra. Pois, afinal de contas, a maioria desses(as) ocupantes vieram de alguma das outras localidades do aglomerado e agora constroem seu próprio espaço de moradia e solidariedade na área delimitada como de risco pela Urbel e pela Defesa Civil.

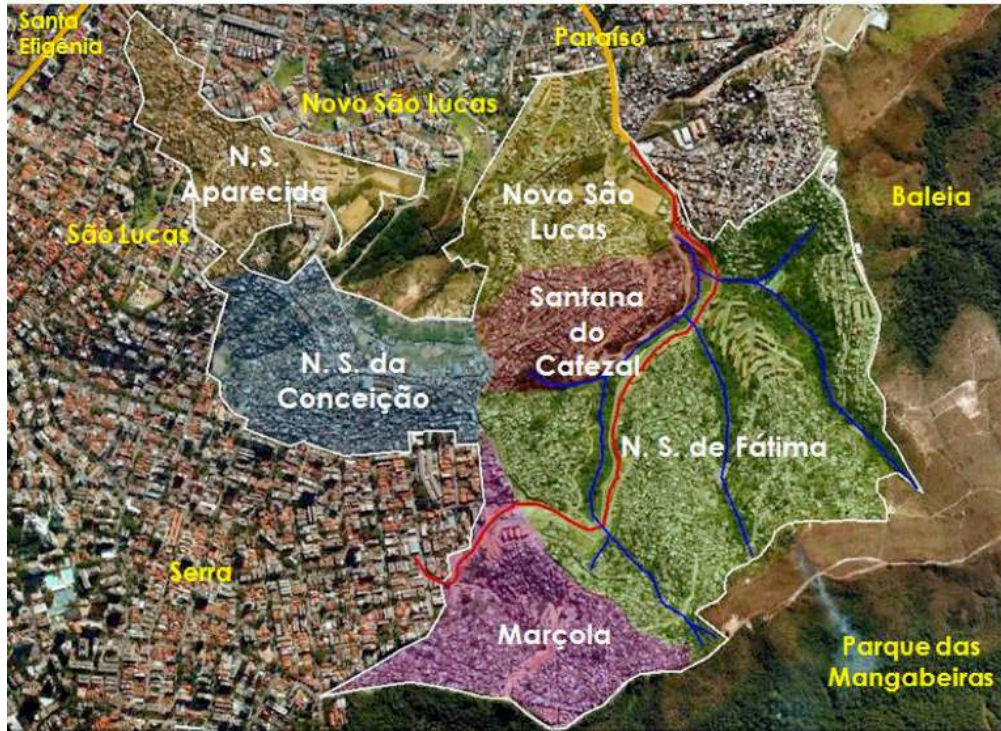
De fato, para contar um pouco do processo de ocupação do Aglomerado da Serra, o qual se desenvolveu de maneira espontânea fora do perímetro da Avenida do Contorno, é preciso acionar a memória daqueles(as) que construíram esse espaço de resistência e possibilidade de moradia em contraponto ao planejamento urbano que pretendeu moldar a nova capital mineira.

Localizado nas imediações da Serra do Curral, limite centro-sul da cidade de Belo Horizonte, o Aglomerado da Serra é um complexo de vilas que está circundado por bairros nobres da capital, como Serra e Mangabeiras, e ocupa a cabeceira de duas micro-bacias da Sub-bacia do ribeirão Arrudas, as do Córrego da Serra e do Córrego do Cardoso. Abrangendo uma área de 1.470.483 m², a estimativa demográfica indica que o aglomerado é habitado por uma população de 46.086 pessoas distribuídas em 13.462 moradias, de acordo com o censo realizado em 2010. A maior parte dos(as) moradores(as) de todas as vilas é, primordialmente, imigrantes do interior de Minas Gerais e do estado da Bahia.

Para a Urbel, os limites do Aglomerado da Serra abrangem: Vila Marçola, Vila Nossa Senhora de Fátima, Vila Nossa Senhora Aparecida, Vila Nossa Senhora da Conceição, Vila Santana do Cafezal e Vila Novo São Lucas. Essa caracterização é correspondente aos Dados Gerais do Aglomerado da Serra, disponibilizada pela URBEL no portal eletrônico da PBH. A Vila Fazendinha não é considerada pela Urbel como pertencente ao Aglomerado da Serra, apesar de estar localizada bem nas imediações. No entanto, segundo Floriscena, antiga moradora do Aglomerado da Serra, a divisão administrativa do aglomerado pela Urbel não é operativa para os(as) habitantes locais, as identificações em relação às regiões da favela são “primeira, segunda e terceira água, Araras, Del Rey, buraco quente, Pau Comeu, Cafezal” e etc²¹. A maioria dos(as) moradores(as) com os(as) quais conversei realmente identifica essas vilas por seus nomes de origem ou por associação a uma característica local marcante.

²¹ O documentário “Uma Avenida em Meu Quintal” apresenta depoimentos de moradores das favelas da Serra que presenciaram as obras do Programa Vila Viva. O vídeo é uma realização do Programa Pólos de Cidadania -

Imagem 3 - Mapa do Aglomerado da Serra subdividido em suas seis vilas, conforme designação da Urbel.



Fonte: <http://ofiaup.wixsite.com/assentamentos/vila-santana-do-cafezal> Acesso em: 20/08/2017.

Em contrapartida a essas denominações oficiais ou êmicas, é importante sobrever que os limites que circunscrevem essas vilas estão em conformidade com as relações de sociabilidade e solidariedade estabelecidas. Ademais, a expansão do aglomerado ocorreu com a chegada de parentes, amigos(as) e conhecidos(as) dos(as) moradores(as) já estabelecidos(as), o que foi corporificando as redes de amizade e parentesco nas vilas.

Ao longo da minha atuação como agente de estado em parte das vilas (minha região abrange, basicamente, as seguintes vilas: Nossa Senhora Aparecida, Vila Santana do Cafezal e Vila Novo São Lucas), percebi que alguns becos, por exemplo, são conformados por apenas uma família extensa. Em outros casos, é comum que familiares residentes em uma vila já consolidada, participem do processo de ocupação de uma localidade mais recente nas proximidades. Esse processo se dá pela ampliação das famílias (formação de outros núcleos familiares) que se estendem prolongando essas redes.

Por outro lado, os limites territoriais das vilas no Aglomerado da Serra se (con)formam também com base nos conflitos gerados pelas “gangues” envolvidas em atividades ilícitas na região. Os quatro grupos principais atuantes nos conflitos no aglomerado

são: a gangue do Pau Comeu que possui rixa com a gangue da Del Rey, e a gangue do Arara que possui desavenças com a gangue do Hospital Evangélico (localidade também conhecida como Cabeça de Porco).

Em contrapartida ao discurso oficial operacionalizado pela PMMG e propagado pela mídia, os conflitos existentes entre esses grupos não diz respeito somente a uma “guerra pelo controle territorial do tráfico de drogas”, relações mais complexas que envolvem respeito e poder na região se somam a essas disputas. Uma moradora do Pau Comeu há 40 anos (não identificada por razões de segurança, me confessou que “essa guerra entre os meninos de lá e os de cá existe há pelo menos 37 anos e o tráfico só acirrou os problemas das duas gangues”. No entanto, não é o intuito deste trabalho adentrar a essa dinâmica específica, seria necessário para tal empreendimento, um estudo etnográfico do caso.

Para compreender melhor a (con)formação e a ampliação das vilas do Aglomerado da Serra, passo a descrever algumas características importantes de cada localidade, mas sem deixar de lembrar que essa delimitação das vilas possui fins, principalmente, heurísticos.

1.2.3 As vilas do Aglomerado da Serra e suas (con)formações

A localidade conhecida como Del Rey (Vila Nossa Senhora da Conceição) teve seu processo de ocupação nos idos da década de 20, quando moradores(as) oriundos(as) de cidades como Rio Casca, Montes Claros, Raul Soares, São Pedro dos Ferros e Teófilo Otoni chegaram à cidade de Belo Horizonte. Sendo a pioneira quanto ao processo de formação do Aglomerado da Serra²², a vila era formada por moradias em sua maioria feitas de folhas de zinco, tábuas e papelão. Mais tarde, já na década de 70, começaram a aparecer as primeiras casas de alvenaria. Nesse momento, as primeiras melhorias urbanas foram instaladas na vila pelo Programa de Desenvolvimento da Comunidade (PRODECOM). Os(as) moradores(as) da vila identificam a instalação da emissora de rádio D’el Rey em 1976 como uma importante propulsora do desenvolvimento local.

Entremeando esse período histórico, a localidade conhecida como Pau Comeu (Vila Nossa Senhora Aparecida) também é uma das mais antigas do aglomerado, remontando aos anos 40. A área começou a ser ocupada logo após a inauguração do 1º Batalhão de Polícia Militar no Bairro Santa Efigênia, e está localizada há apenas três quarteirões da Avenida do

²² Todas as informações mencionadas sobre as vilas foram obtidas no site da PBH tendo como fonte o Plano Global Específico (PGE) realizado pela Urbel em 2001. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=31456&chPlc=31456&&pIdPlc=&app=salanoticias> Acesso em: 05/10/2017.

Contorno. Contudo, até a década de 80 os(as) moradores(as) sofriam com a falta de infraestrutura, como saneamento básico e equipamentos públicos. Somente em 1983 a comunidade recebeu água tratada e começou a ser instalada a rede elétrica no local.

Ao subir os becos e as vielas desta localidade, os(as) transeuntes se deparam com a vista da cidade dita formal. Localizada logo ali ao abrir suas janelas e portas, essa “outra” cidade confronta o modelo idealizado pelas elites belorizontinas. Muitos(as) moradores(as) do Pau Comeu afirmam ter visto “a cidade crescer”, ouvi muitos relatos de como carregaram “latas d’água na cabeça”, o lampião iluminou muitas dessas casas por longos anos, quando a luz estava ali pertinho, exatamente três ruas abaixo da localidade.

Belo Horizonte não parece tão urbanizada para todos(as) seus(suas) habitantes, até hoje, muitas famílias do Pau Comeu criam animais intolerados pela urbanidade. Ao caminhar pela localidade é possível avistar galinhas soltas, porcos e cavalos que compõem o cotidiano dos(as) moradores(as).

Nesse sentido, a área conhecida como Cabeça de porco por moradores(as) locais (Vila Marçola pela Urbel), tem esse nome devido a criação de animais que abastecia a capital mineira. A vila foi a terceira a ser ocupada dentro dos limites que conformam hoje o Aglomerado da Serra. Surgida na década de 60, a primeira ocupação dessa área foi no terreno em que hoje localiza-se a sede do Minas Tênis Clube II. Diante das remoções, as famílias ocuparam outra área da região impulsionadas pela construção do Hospital Evangélico, que muitas vezes também designa o nome da localidade. Geograficamente mais próxima do parque das Mangabeiras e do Bairro Serra (regiões valorizadas da cidade), essa vila sofreu diversas remoções, mas as famílias retornaram insistentemente ao local.

Já a Vila Nossa Senhora de Fátima é o maior assentamento em extensão territorial do Aglomerado da Serra e possui o maior número de domicílios, 2.714 (IBGE, 2010). Seu histórico de ocupação é mais recente comparado às outras áreas do aglomerado, os(as) primeiros(as) moradores (as) também oriundos do interior de Minas Gerais e Bahia conformaram a localidade no princípio da década de 70.

Os primeiros assentamentos da Vila Nossa Senhora de Fátima localiza-se na área da primeira água (referência ao córrego do Cardoso) por volta do ano de 1976. Moradores(as) locais me contaram onde se localizavam várias bicas d’água, quais eram os caminhos percorridos no meio da mata fechada que formava a paisagem da região. Até hoje existem pequenos riachos na localidade, próximo ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Vila Fátima (Beco Dona Benta) corre um riacho por meio de muitas árvores, lugar que na memória de moradores(as) mais antigos(as), foi um ponto de diversão, encontros e

sociabilidades. Localizado no centro da vila, o Beco da Meia, hoje Rua Flor de Maio, foi um dos principais pontos de referência do alglomerado. A Rádio Favela também é uma das principais referências e divulgadora cultural da localidade, criada em 1981, a rádio se mantém ativa até hoje, mesmo após grande repressão da polícia e políticas de perseguição contra suas atividades.

Assumindo não só uma fragilidade dos dados disponibilizados pela Urbel, como também a dificuldade em estabelecer critérios que definam quais processos são entendidos como expoentes de uma nova ocupação ou extensão de outras áreas ocupadas, parece não haver um entendimento claro quanto à localização no tempo e espaço de ocupação das outras duas vilas que compõem o Aglomerado da Serra. A Vila Novo São Lucas e a Vila Santana do Cafezal são consideradas como ocupações recentes, a primeira teria ocorrido no começo da década de 90, enquanto a segunda ocorreu em torno do ano de 1975.

Parte dessas duas vilas, assim como a Vila Nossa Senhora Aparecida e parte da Vila Nossa Senhora de Fátima fazem parte da minha região de atuação como oficiala de justiça avaliadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Atuo há cerca de 11 anos na área, o que me permite ter contato com moradores(as) que residem no local há muito tempo. Assim, em várias dessas conversas, os(as) moradores(as) da Vila Novo São Lucas sempre demarcam a conformação da localidade muito anterior às informações disponibilizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte. A abertura da rua Dr. Argemiro Resende Costa na década de 90 consta como o início da ocupação pela Urbel. No entanto, vários barracões já se dispunham na região, como uma expansão da Vila Santana do Cafezal.

Dona Clemência, 85 anos e mais de 40 anos de Aglomerado da Serra, afirmou em uma conversa no dia 05/10/2017 que foi uma das primeiras moradoras do Beco Guitarra, o qual se localiza na Vila Santana do Cafezal, de acordo com a Urbel. Aos poucos a favela foi sendo ocupada densamente, a Rua Dr. Argemiro Resende Costa foi aberta em frente ao beco onde ela reside, materializando uma das últimas expansões do aglomerado que culminou na Vila Novo São Lucas. Lá pelos fins dos anos 80, a vila cresceu tanto ao ponto da PBH não conseguir mais “arrancar o povo todo dali”. A moradora rememorou ainda as dificuldades em conseguir água e luz elétrica. Os problemas que enfrentaram para construir um pequeno barraco, obra realizada pelo próprio marido e alguns amigos. Quando a PBH começou a intervir na região, a casa de Dona Clemência passou a ter um padrão de água da Copasa e seu endereço foi alterado para Beco Piano, Vila Novo São Lucas, o qual consta até hoje.

Assim como a Dona Clemência, uma das primeiras moradoras da localidade designada como Vila Novo São Lucas, Carolina (conhecida como Calu) sempre faz questão de marcar

como a abertura da Rua Doutor Argemiro Resende Costa trouxe uma profusão de pessoas que queriam um lugarzinho para construir suas moradias. Mesmo tendo que se alojarem em becos sem infraestrutura, os(as) ocupantes recém chegados(as) das proximidades do próprio aglomerado, foram conformando a localidade. A Vila São Lucas nascia, assim, nas beiradas da Vila Santana do Cafezal que também estava em processo de (con)formação.

Com base nas informações da Urbel, a Vila Santana do Cafezal teve seu processo de ocupação a partir da expansão da Vila Nossa Senhora da Conceição para a colina adjacente. Em um primeiro momento, os(as) posseiros(as) tomaram conta de seu topo e da área localizada ao longo do caminho que levava ao bairro Santa Efigênia. Posteriormente, processou-se o adensamento dos barracos na encosta leste. De acordo com os estudos realizados pela Fundação João Pinheiro mencionados pelo portal da PBH, a ocupação aconteceu de maneira planejada, a partir de ação conjunta de amigos(as) e conhecidos(as), que estabeleceram um plano de ocupação, em que havia um(a) morador(a) responsável pela escolha das pessoas as quais ocupariam a área, por dar nome às ruas e entregar os lotes àqueles(as) que ali iriam se estabelecer.

Com uma área total de aproximadamente 142.588 m², a vila tem sua população estimada pelo Plano Global Específico (PGE) da Urbel de dezembro de 2001 em 7.009 habitantes dispostas em 2.147 domicílios²³. Aos poucos, os(as) moradores(as) se organizaram para que líderes políticos e órgãos públicos fossem sensibilizados a respeito dos principais problemas da região. Conforme ainda informações do PGE, a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Cafezal foi criada em 1981, e apesar do nome fazer referência somente a uma vila específica, reivindicava, a princípio, urbanização, posto de saúde, enfim, serviços essenciais à população do aglomerado como um todo.

A Vila Santana do Cafezal se encontra em dois tipos de zoneamento determinados pela PBH, sendo uma parte área de ZEIS 1- Zona Especial de Interesse Social e outra ZAR 2- Zona de Adensamento Restrito. A primeira, ZEIS 1, qualifica regiões ocupadas desordenadamente por população de baixa renda, nas quais existe interesse público em promover programas de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando à promoção de melhoria na qualidade de vida de seus habitantes e à sua integração à malha urbana. Enquanto a segunda, ZAR 2, são regiões em que as condições de infraestrutura e as topográficas ou de articulação viária exigem restrição da ocupação. Importante pontuar que a

²³ O PGE é um instrumento de planejamento elaborado para orientar a “reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares”. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2014)

região de recente expansão da Vila Santana do Cafezal, a Vila Pomar do Cafezal, está localizada fora da poligonal que define a ZEIS reconhecida pela PBH.

Vale sublinhar ainda que o Aglomerado da Serra foi a primeira região da cidade a receber intervenção estruturante da prefeitura, iniciando-se em 2005, quando foi implementado o projeto PMI-Serra, que passou a ser denominado pela administração municipal de Programa Vila Viva²⁴ (PVV), a partir de 2007. Pesquisadores(as) (MOTTA, 2009; MOUTINHO, 2014; DIAS, 2009), assim como os(as) moradores(as) do Aglomerado da Serra, sempre reiteram que as ações de urbanização do PVV não foram capazes de promover a melhoria estrutural das condições de vida da população e dos serviços de infraestrutura conforme proferido por suas diretrizes.

Podemos pensar, então, que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, muito mais do que atender às reivindicações, se apropria dos discursos dos movimentos sociais para legitimar as intervenções do Vila Viva. Essa apropriação transforma os moradores de vilas e favelas em carentes e necessitados, transforma direitos em benefícios, transforma terrenos íngremes em áreas de risco, transforma casas pequenas em barracos insalubres e, acima de tudo, transforma histórias de vida em obstáculo à “melhoria” da qualidade de vida. Essa lógica define os moradores e suas escolhas pela negatividade (ausência, carência, falta) e nunca pela sua positividade (outras formas de ver o mesmo espaço, outros projetos, outras concepções), ignorando que a relação com o espaço diz de uma leitura e de uma relação com o mundo (REBOUÇAS, 2000), que, entre os diferentes sujeitos, são diferentes e até excludentes. (MOTTA, 2009, p.77)

Com base nos relatos de moradores(as) do aglomerado em contraponto às informações trazidas pela própria Urbel, é preciso pontuar novamente que, muitas vezes, os limites entre as vilas não obedece aos imperativos administrativos. A fluidez entre as vilas Novo São Lucas e Santana do Cafezal fica evidente, por exemplo, quando das áreas, recentemente, ocupadas nessas localidades, as quais culminaram na Ocupação Novo São Lucas²⁵ e Ocupação Vila Pomar do Cafezal.

1.2.4 A “produção da localidade” da Vila Pomar do Cafezal

²⁴ “O Vila Viva engloba obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer” e suas primeiras obras tiveram início em 2005. (PBH, 2015)

²⁵ A Ocupação Novo São Lucas teve início em 2015 e se localiza em terrenos privados no final da Rua Teodomiro Cruz, Bairro Novo São Lucas, bem nas proximidades da Vila Pomar do Cafezal. Atuando também como oficiala de justiça na área em questão, recebi o mandado de reintegração de posse que outorgou a retirada de parte das famílias que ocuparam um dos terrenos no local. Devido a minha recusa, novamente, em proceder à ação de esbulho possessório, tive que responder a uma reclamação da parte autora pelo não cumprimento do mandado junto a Corregedoria do TJMG. Infelizmente, outro oficial realizou a reintegração do terreno. Disponível em: <http://ocupacaoaoluucasbh.blogspot.com.br> Acesso em: 18/10/2017.

Com base no histórico da formação urbanística da cidade de Belo Horizonte, assim como o da formação do Aglomerado da Serra, é possível notar que a Vila Pomar do Cafezal também teve seu processo de consolidação de forma muito similar a de outras ocupações informais dispostas a margem da cidade.

A Vila Pomar do Cafezal surgiu dentro dos limites da Vila Santana do Cafezal, que vinha se (con)formando desde a década de 70. Por volta dos anos 2000 houve uma ampliação dessa localidade com a chegada paulatina de novos(as) moradores(as) que começaram a ocupar terrenos que não cumprem função social na região também denominada de Parque Nossa Senhora do Rosário, permitindo que surgisse a Ocupação Vila Santana do Cafezal (primeiro nome da Vila Pomar do Cafezal)²⁶.

De acordo com o morador Maurício Nogueira, a troca do nome da localidade de Ocupação Vila Santana do Cafezal e depois Vila Parque do Rosário para Vila Pomar do Cafezal ocorreu em Novembro de 2015. Ele contou que “a associação de moradores da Vila Santana do Cafezal nunca teve interesse com a ocupação recente formada ali”, que muitos(as) moradores(as) mais antigos(as) temiam a desvalorização dos seus terrenos com a chegada dos(as) novos(as) ocupantes. Por esse motivo, a comissão de moradores formada por Maurício e outros(as) ocupantes há pouco tempo estabelecidos(as) no local (detalharei no 2º ato como se formou essa comissão), decidiram “emancipar” a área ocupada recentemente, uma vez que essa “representa outra luta” que não era a mesma dos(as) moradores(as) já consolidados(as) da Vila Santana do Cafezal.

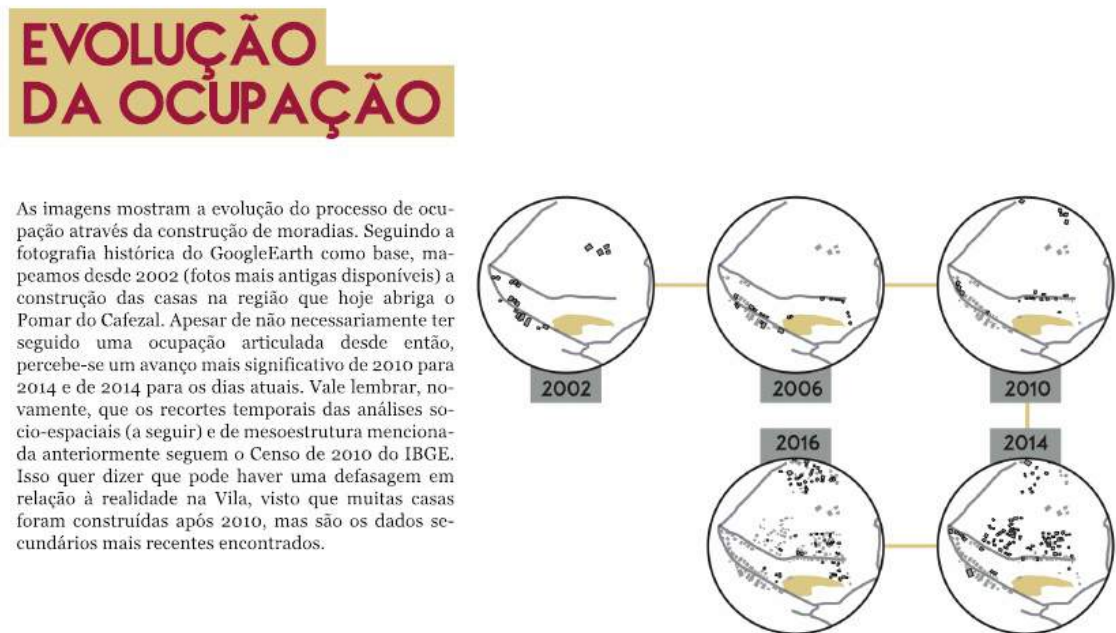
(...) Estamos mudando o nome da Vila Parque Senhora do Rosário para Vila Pomar do Cafezal. Todos os materiais produzidos a partir de 01 de Dezembro de 2015 serão produzidos com o nome de Vila Pomar do Cafezal. (Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso à página do facebook em 20/08/2017)

É difícil localizar no tempo quando de fato se iniciou a ocupação dessa área conhecida administrativamente como complexo da Rua Sustenido (antiga Rua H) ou “área da Fayal” (conforme consta no laudo pericial da Urbel). Mesmo porque, diferentemente da maioria das ocupações urbanas que eclodiram nos últimos dez anos em Belo Horizonte (ocupações surgidas por meio de organização política de movimentos sociais ou espontaneamente

²⁶ O “Loteamento Parque Nossa Senhora do Rosário” realizado pela empresa Fayal S/A, embora aprovado pela PBH não foi urbanizado. A Secretaria de Administração Regional Municipal Leste informou que o loteamento foi aprovado em 1948, não sendo caracterizado como ZEIS. Aduziu que a URBEL informou ainda que a área pertencia à empresa Fayal S/A, que por sua vez informou e apresentou os números das respectivas matrículas, afirmando que os lotes foram repassados a terceiros, que em sua maioria não reivindicou a posse dos terrenos. Contudo, existem ainda conflitos quanto aos limites do que seria área privada e pública no local.

organizadas por famílias que ocupam rapidamente um terreno ocioso da cidade), a Vila Pomar do Cafezal ocorreu por um processo paulatino de ocupação e extensão de uma localidade já consolidada do Aglomerado da Serra: a Vila Santana do Cafezal.

Imagem 4 - Quadro realizado pela equipe de arquitetos(as) que trabalharam na Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (OFIAUP), disciplina da Faculdade de Arquitetura da UFMG.



Fonte: <http://ofiaup.wixsite.com/assentamentos/vila-santana-do-cafezal> Acesso em: 18/08/2017

As outras duas ocupações também localizadas recentemente no Aglomerado da Serra, a Ocupação Novo São Lucas e a Nelson Mandela (Vila Nossa Senhora de Fátima)²⁷ tiveram caráter de uma investida rápida em uma determinada área não utilizada, inclusive com grande predomínio de barracas de lona e de tapume, características de ocupação coletiva e vertiginosa no sentido de mobilizar ocupantes para a efetivação do processo político de garantia da permanência no lugar. Apesar de hoje predominarem as casas de alvenaria, no

²⁷ A ocupação Nelson Mandela ocorreu em meados de 2014 debaixo do viaduto da Rua do Cardoso (terreno público) aberta pelo Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra. No mesmo ano foi ameaçada de remoção justificada pela iminência do risco em que as famílias se encontravam. A ocupação Nelson Mandela conseguiu em Fevereiro de 2015 numa mesa de negociação com a Prefeitura de Belo Horizonte, após muita luta para terem alternativa digna a remoção, a garantia judicial expressa na decisão do juiz Magid Láuer, juiz substituto da 3ª Vara de Fazenda Pública municipal, quanto às suas reivindicações, como a inclusão no Bolsa Moradia, cadastramentos de todas as famílias no programa habitacional da prefeitura e a garantia que nenhuma família fosse levada a abrigos municipais. Disponível em: <http://ocupacaonelsonmandelaserrabh.blogspot.com.br> Acesso em: 18/10/2017.

início da ocupação da Vila Pomar do Cafezal, também havia alguns barracos de madeirite, substituídos aos poucos ao longo da consolidação da ocupação.

A “produção da localidade”, que de acordo com Appadurai (2004), ocorre de forma mais relacional e contextual do que escalar e/ou espacial, está baseada na sociabilidade e reprodutibilidade que não são fixas, mas sim produzidas num cenário de lutas permanentes. Os vínculos estabelecidos no início da ocupação foram se contextualizando a medida que certos processos e ações de poder tentaram produzir deslocamentos, inclusive dos sujeitos em questão. Diante da necessidade de construir um futuro em que o direito à moradia se tornasse uma realidade, os(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal precisaram aos poucos fazer daquele espaço de muito mato e barranco, um projeto de habitação e sociabilidade possíveis.

A área ocupada por moradores(as), muitos(as) advindos(as) do próprio aglomerado, é considerada dentro dos planos urbanísticos da cidade como uma área residual, ou seja, área de difícil acesso que não permite e/ou facilita a ocupação humana. Entretanto, normalmente, são essas áreas residuais as remanescentes do processo de ocupação formal da cidade, sendo as únicas opções de moradia para muitas famílias. Conforme lembrou o morador da ocupação, Djalma Flores, “isso aqui tudo era um capoeirão que só vendo.” Reinaldo também reflete sobre a localidade da seguinte forma:

Minha família mora toda aqui, ali em cima na Del Rey, nasci por aqui mesmo (...)
Eu andava isso aqui tudo quando era pequeno, soltava papagaio no meio desse mato.
Antigamente nem tinha pracinha ali em cima, era tudo mato onde é essa Rua E.
Tinha nada aqui não.

Conforme dados da Urbel, no início do ano de 2012 a ocupação contava com cerca de 40 casas, no final do ano de 2013 já residiam mais de 70 famílias no local, e enquanto escrevo essa dissertação, existem mais de 189 casas construídas ou em fase de construção de acordo com os(as) moradores(as) locais. O sobressalto quanto ao número de famílias de um ano para o outro, pode estar relacionado às primeiras investidas de agentes da Urbel na área, o que desencadeou a construção de várias casas por parte de moradores(as) que temiam a perda dos lotes adquiridos informalmente, ou em alguns casos, a possibilidade de indenização pela Urbel e aderência ao PVV e Minha Casa Minha Vida (MCMV).

O processo de ocupação da área despertou o interesse da Urbel a partir do momento em que técnicos(as) dessa instituição começaram a visitar o local em meados de 2012, avaliando as casas dos(as) moradores(as) que estariam em risco geológico definido no

relatório final realizado pela instituição. De acordo com a Diretora de Manutenção e Área de Risco da Urbel, uma moradora teria acionado agentes da instituição para realizar vistorias na sua residência, o que despertou uma desconfiança dos(as) técnicos(as) envolvidos(as) que existiam mais casas em situação de risco no local.

Em conversas com os(as) moradores(as) mais antigos(as) da Vila Pomar do Cafezal, como Ana Paula, Djalma, Maurício, Gilson, Cheila e outros(as), foi possível notar que a ocupação da área ocorreu gradativamente, principalmente, ao longo dos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, quando moradores(as) do próprio Aglomerado da Serra foram adquirindo pequenos lotes (informalmente) e (con)formando a localidade. Muito embora alguns marcadores temporais, registrados a partir da memória de moradores(as) da área em questão, marquem o processo de ocupação em momentos distintos, é possível situar um determinado evento que ensejou a mobilização política por parte de um grupo de pessoas em prol da resistência para a permanência no lugar, a ação judicial de demolição/remoção das casas impetrada pela PBH no início do ano de 2013.

Essa conjuntura específica foi responsável pela insurgência de sujeitos políticos mobilizados quanto ao direito de permanecerem numa localidade, onde já tinham estabelecido vínculos e alianças. A mobilização dos(as) moradores(as) começou a partir da intervenção da Urbel e da Defesa Civil na área. Sob alegação de risco geológico de toda a encosta que circunda a ocupação, notificações foram realizadas no intuito das famílias serem removidas e das casas, algumas em construção e outras já construídas, serem demolidas e toda a área interditada. A esse cenário de violação de direitos, em que a Urbel não ofereceu alternativas viáveis para que as famílias fossem reassentadas, foi agregado um processo judicializado baseado em um laudo produzido por técnicos(as) da Urbel em conjunto com a Defesa Civil. Todos esses acontecimentos serão melhor elucidados nos atos subsequentes em que se desenvolve a narrativa.

Retomando o enredo, peço que os(as) leitores(as) foquem na cena que se segue, pois há um movimento de inclusão de personagens primordiais para o prosseguimento da narrativa-análise. Ressalvo que não há mudança de ato, pois ainda estamos na afluência de uma primeira contextualização dos fatos, o momento diz respeito a um (re)conhecimento dos sujeitos políticos envolvidos na trama.

1.3 A política dos(as) governados(as): Trajetórias de vida e as experiências de luta dos(as) moradores(as) da Ocupação Vila Pomar do Cafezal para consolidarem o direito à moradia

Trilha Sonora:

Minha História
Xênia França

Mainha só lamentou
Sozinha eu fui embora viver
Tanto me questionou
Por fim me abençoou, estou bem (Refrão)

E seguindo embaixo dessa benção eu fui sair a procura de um lugar, pra fazer morada
E aos poucos tudo foi se encaixando, tomando sua forma única de ser
E hoje eu posso dizer, que criei asas e voei e os céus fizeram bem pra mim

(Refrão)

Já era hora ohoh
De partir oheh
Eu sei
Ter meu espaço ohoh
Criar asas
Dar meus passos
Minha história fazer

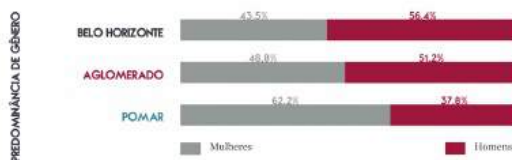
O objetivo em evidenciar as histórias de vida relatadas por alguns(mas) moradores(as) ao longo dos contatos que tivemos, permeia, basicamente, a necessidade de situar o(a) leitor(a) em relação aos sujeitos da trama aqui narrada-analisada. No intuito de compreender como a Vila Pomar do Cafezal se (con)fôrma e como a intervenção estatal na localidade ensejou agenciamentos coletivos, proponho adentrar o movimento local de ocupação do espaço, bem como conhecer um pouco os atores políticos em questão.

Dessa forma, passo a descrever, simplificadamente, a biografia de alguns sujeitos nessa luta que se travou pelo direito à moradia. Para tanto, evoco algumas trajetórias de vidas dos(as) moradores(as) com os(as) quais obtive mais contato, trazendo à tona as dificuldades enfrentadas no processo de construção de suas moradias. Importante reiterar que as trajetórias de vida refletem os sacrifícios empreendidos para que as reivindicações dos sujeitos-objetos da intervenção do estado-capital sejam inseridas nas pautas da administração pública. Sendo que as subjetividades emergirão à medida que o movimento de rememoração for mobilizado.

Nesses encontros, verifiquei que todas as histórias parecem se cruzar em diversos pontos, seja pelo fato de todos(as) virem de situações precárias quanto à moradia (sem dinheiro para pagarem aluguel e/ou vivendo de favores com parentes), ou por muitos(as) virem de cidades que “num tinham oportunidade”, pois precisaram “sair para conseguir alguma coisa na vida”. Há ainda um dado importante, o componente racial dos(as) moradores(as) confirma as estatísticas de quase todas as áreas de aglomerado brasileiras que apontam para a predominância de negros(as) e pardos(as) nesses locais.

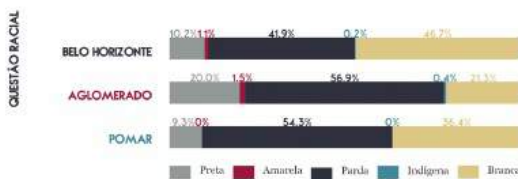
Imagem 5 - Quadro realizado pela equipe de arquitetos (as) que trabalharam na Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (OFIAUP), disciplina da Faculdade de Arquitetura da UFMG.

PREDOMINÂNCIA ECONÔMICA DE GÊNERO



No Aglomerado da Serra, e especialmente no município de Belo Horizonte como um todo, o líder familiar é em na maioria das famílias um homem. Reforçando os ideais da família ruralista (segundo as noções de Lefebvre) patriarcal. Porém, na Vila Pomar do Cafezal, a maioria dos líderes familiares são mulheres, isto ocorre pelo número elevado de mulheres que habitam o local e que são mães-solteiras e são além de mãe, também o chefe da família e necessita trabalhar fora para garantir o sustento da mesma.

QUESTÃO RACIAL



Das cinco cores/raças levantadas pelo IBGE, branco, pardo, preto, amarelo e indígena apenas três possuem indicadores expressivos. No município de Belo Horizonte as cores pardas e brancas se sobrepõem, com uma minoria de habitantes de cor preta. Quando se analisa apenas o Aglomerado da Serra e/ou a Vila Pomar do Cafezal o número de habitantes negros (pretos e pardos combinados) superam em muito o número de brancos.

Fonte: <http://ofiaup.wixsite.com/assentamentos/vila-santana-do-cafezal> Acesso em: 18/08/2017

Outro marcador importante é o compartilhamento quanto às mesmas atividades profissionais exercidas pelos(as) ocupantes da ocupação, quase todos os homens trabalham na construção civil e possuem empregos temporários. As mulheres são (ou foram) empregadas domésticas, trabalham no comércio como vendedoras ou como operadoras de telemarketing. Além disso, de um modo geral, o que prevalece são trabalhos informais em que muitos(as) não recebem nem mesmo um salário mínimo por mês.

Se seguirmos os passos de alguns(mas) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal, podemos adentrar a localidade e conhecer melhor o processo de consolidação desse espaço. Logo na entrada da ocupação, para quem está vindo pela Rua Veraldo Lambertucci, encontra-se a Rua E, nos primeiros passos por essa rua de terra pode-se visualizar a direita a casa de Alex e a esquerda a casa de Ana Paula e Reinaldo (que fica bem abaixo do nível da rua).

Ana Paula e seu esposo Reinaldo (ambos com pouco mais de 30 anos) também ocuparam o terreno por volta do ano de 2012, tendo construído e se mudado ao longo do mesmo ano. Reinaldo contou que sempre residiu no Aglomerado da Serra, nasceu ali e a família toda mora até hoje nas proximidades. Já Ana Paula veio do morro do Papagaio, onde residiu com a família por muitos anos. Hoje o casal tem dois filhos, Alexandre e Dayana, mas tiveram que deixar o lote e a casa depois que um processo de reintegração de posse foi aberto contra eles, detalharei esse caso nos atos subsequentes.

No processo de ocupação e expansão da área surgiu na Rua E um beco denominado por moradores(as) locais de Beco da Leitura. Ainda caminhando pela Rua E, em um determinado momento há uma bifurcação, parte da rua se transforma em Rua Sustenido, onde está localizado o Pomar do Cafezal, a sede do bazar, o viveiro de mudas, o banheiro coletivo e o terreno onde será construída a sede do projeto Pomar do Cafezal.

Logo após passarmos pela encosta que abriga as mudas do pomar localizamos a casa do Sr. Demir (conhecido por Baiano). Baiano, veio de Itamaraju/BA há mais de vinte anos, sempre morou no Aglomerado da Serra, onde dois irmãos também residem. Comprou irregularmente o terreno em 2010, construiu sua casa nos tempos livres, pois trabalha como pedreiro (assim como todos os outros moradores com que conversei) e mora sozinho, uma vez que se separou há alguns anos.

Continuando pela Rua Sustenido, mais à frente, no final da rua localiza-se a casa do Sr. Camilo Rosa, do seu irmão, Sr. José Rosa, e do seu filho e nora, Weberson e Claudiana. O Sr. Camilo Rosa e sua família residem há mais de vinte anos no Aglomerado da Serra. O filho, Weberson e sua esposa, Claudiana, residem ao lado da casa do Sr. Camilo, e foram integrantes importantes da comissão de moradores da Vila Pomar do Cafezal (descrita no 2º ato dessa narrativa). O Sr. José Rosa, irmão do Sr. Camilo também reside na localidade e conforma a rede familiar que envolve ainda sobrinhos(as), tios(as), compadres e comadres.

Retornando um pouco na Rua Sustenido é possível visualizar o beco Piano, o qual tem início lá na Rua Doutor Argemiro Resende Costa, que é a principal via da Vila Novo São Lucas. Esse beco se expandiu a partir da ocupação de lotes ainda vazios os quais foram

paulatinamente ocupados por famílias sem outras opções de moradia, muitas oriundas do próprio Aglomerado da Serra.

Didi, ainda muito jovem, mudou-se com as duas irmãs para a casa construída no beco Piano no final do ano de 2010. Após alguns meses de construção no terreno adquirido em agosto do mesmo ano. Didi, mesmo já tendo se mudado, continuou sua construção e aumentou a casa com um segundo andar ao longo de 2011, alugando a parte debaixo (uma vez que as irmãs casaram e foram residir em outros lugares), hoje mora com a esposa Sara no andar de cima da casa.

Ana Flávia Pereira dos Santos e seus dois filhos reside mais abaixo, descendo as escadas do beco Piano. A mãe e as irmãs da mesma residem em um beco na Vila Novo São Lucas há mais de 20 anos e conhecem bem o Aglomerado da Serra. Mãe solteira e ocupante da localidade desde o início da intervenção da Urbel, Ana Flávia resistiu para se manter na sua casa. Hoje o imóvel já possui alvenaria e aos poucos amplia-se sua estrutura.

Em meio a entrada e saídas no beco Piano, atravessa-se o beco Guitarra. Com acessos difíceis e sem infraestruturas oficiais de saneamento básico, os(as) moradores(as) ali ajeitam como podem e constroem escadas, rampas e canaletas para o escoamento de água e do esgoto. Gilson Santos da Silva reside com a esposa e seus quatro filhos no beco Guitarra próximo ao beco Piano. Em algumas conversas que tivemos ao longo desses anos, Gilson rememorou os momentos de tensão, lembrando como ele e sua família não conseguiram dormir durante semanas quando a Urbel e a Defesa Civil começaram a notificar as casas. Naquela época precisaram se unir, porque “não tinham para onde ir, foi uma luta que só vendo”. Ele construiu e ainda constrói sua casa com “muita dificuldade”, e não era justo a Urbel “chegar falando que não tinha direito de ficar ali porque o lote num era dele”.

Gilson também contou como chegou a Belo Horizonte. Vindo da Bahia, ele morou de aluguel até “conseguir um pedaço de terra no Cafezal mesmo”. Construiu “seu barraquinho” onde residiu muitos anos com a família, e com o tempo construiu mais barracos para alugar. Depois de se separar da primeira esposa, ficou desempregado e precisou vender os barracos de aluguel para pagar a pensão alimentícia dos(as) filhos(as). Enquanto tentava arrumar emprego, Gilson voltou para o aluguel. Nessa ocasião, a ocupação recente na Vila Santana do Cafezal permitiu que ele conseguisse um lote para “levantar” sua casa, que ainda vem sendo construída aos poucos.

Após passarmos a casa de Gilson, alguns metros à frente podemos avistar a casa de Neila. O imóvel já bem finalizado, todo em alvenaria, localiza-se na descida de uma escada. Neila Regiane migrou de Corinto para Belo Horizonte quando seu primeiro casamento foi

desfeito. Com uma filha ainda pequena, a mesma veio tentar a sorte na capital mineira. Hoje mora com o atual esposo e as duas filhas no barraco que vem se consolidando como sua moradia. Neila teve participação efetiva na resistência pela permanência na ocupação, no entanto, ela afirmou que sofre de “depressão profunda” e que agora foi diagnosticada com fibromialgia, o que vem a incapacitando de até mesmo levantar da cama. Mesmo sob forte medicação, Neila ainda se mantém ativa na resistência. Ela esteve presente na última reunião do Ministério Público com a comunidade (esclarecerei esse episódio no 3º ato) e está sempre questionando o modelo intervencionista da Urbel na área.

Silvério e Elaine compraram em 2014 uma casa basicamente acabada localizada acima do Beco Guitarra, tendo reformado a mesma e mudado logo depois com as duas filhas do casal, residindo no local até os dias de hoje.

Em situação diversa a esses casos, Silvana e Cláudio ocuparam uma casa em processo de demolição pela Urbel, após a remoção de uma família que foi indenizada pela PBH. A casa localiza-se no Beco Guitarra e não havia sido totalmente demolida ainda. Dessa forma, Luciana, irmã de Cláudio, que também reside nas proximidades, comunicou ao mesmo a possibilidade de moradia e em setembro de 2014 começou a levantar paredes e fazer uma laje, entrando com a esposa e seus três filhos no imóvel mal acabado ainda no mesmo ano.

Esse tipo de intervenção também é uma forma de resistência e luta dos(as) moradores(as) quanto às ações da Urbel e Defesa Civil na área. Maurício Nogueira lembra, constantemente, que a Urbel pode até remover uma família, mas que a casa no outro dia seria ocupada, porque o problema de habitação continua sem solução e as pessoas precisam de um lugar pra morar.

Ao longo de várias interlocuções, foi possível notar que muitos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal tiveram também percursos de aquisição do terreno, construção e mudança para suas moradias de modos semelhantes. Djalma das Flores Neri (pouco mais de cinquenta anos), sua esposa Joelma e o filho, por exemplo, adquiriram seu terreno no ano de 2008 e aos poucos foram construindo sua casa, tendo mudado definitivamente somente no ano de 2012. No entanto, Djalma afirmou residir no Cafezal desde 1993, ele veio do interior da Bahia e já trabalhou em diversas atividades, fazendo “de tudo um pouco”.

Se retornamos até a bifurcação da Rua E e continuarmos seguindo a rua pela esquerda, localizamos logo à frente a casa de Maurício Nogueira e Cheila Neves Cabral. Cheila (33 anos) nasceu em Raposa (Maranhão) onde trabalhou numa loja vendendo rendas todos os dias, 12 horas por dia, para ganhar menos da metade de um salário mínimo. Quando seu primeiro filho tinha pouco mais de um ano, ela decidiu morar com a irmã na cidade do Rio de

Janeiro, onde residiu por um ano e trabalhou como vendedora. Não se adaptando à capital carioca, voltou para o Maranhão no intuito de buscar seu filho e procurar outro lugar para morar. Uma amiga que conheceu no Rio de Janeiro a chamou para morar em Belo Horizonte, no bairro Monte Azul. Cheila, então, logo se mudou para a capital mineira, tendo conseguido um emprego de telemarketing.

Algum tempo depois Cheila conheceu seu esposo, Maurício Nogueira de Souza que também trabalhava na mesma empresa. Maurício veio para Belo Horizonte no ano de 2007 vindo de Fidelândia, distrito de Ataléia, nordeste de Minas Gerais. Morou na casa do irmão e de amigos até conseguir um terreno para construir sua própria casa. Maurício, sua esposa Cheila e seus três filhos (Lucas, Augusto e Luana) adquiriram o terreno na Rua E em 2011 por intermédio do irmão de Maurício que também reside nas proximidades. Sua construção foi bem rápida, mudando-se no mesmo ano para não continuarem pagando aluguel, mas aos poucos continuam a mexer na construção.

Vale salientar que as formas com que os(as) moradores(as) adquiriram seus terrenos são muito variadas, algumas pessoas simplesmente ocuparam parte dos terrenos remanescentes da região, muitos(as) admitiram ter comprado de outros(as) moradores(as) do local, e alguns(mas) afirmaram que já tinham parentes morando na ocupação, os(as) quais cederam parte do terreno para que construíssem. De qualquer modo, predomina na área a venda informal de terrenos e até loteamentos irregulares²⁸, o que é uma realidade em muitas ocupações autogeridas e até mesmo em ocupações com gestão compartilhada com os movimentos sociais.

No entanto, essa comercialização informal dos lotes não pode ser entendida como uma simples reprodução dos modelos de especulação imobiliária que ocorrem na cidade formal. Os valores pagos pelos terrenos são muito irrisórios comparados ao mercado imobiliário, os preços variam entre 1500 a 5000 reais, a depender do tamanho e localização do terreno adquirido, conforme me informou moradores(as) locais. Além disso, toda essa transação ocorre sem qualquer garantia de posse desses lotes, deixando os(as) compradores(as) em situação jurídica instável.

²⁸ Loteamentos regulares são aqueles aprovados nos órgãos públicos e, portanto, conformes à legislação urbanística municipal e à legislação federal. Nessa última, é particularmente relevante a Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979 (chamada Lei Lehmann), que obriga o loteador a oferecer, além do lote (porção de terra com acesso direto ao logradouro público), toda a mesoestrutura básica de vias públicas, escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar. Os loteamentos em áreas de aglomerado, embora sejam quase sempre irregulares, pressupõem a propriedade da terra pelo agente que os promove.

Djalma da Flores Neri relata com frequência as dificuldades que passou para adquirir seu lote, o tempo que dispendeu para construir sua casa e a facilidade com que o poder público determinou a demolição da sua moradia. Nas suas palavras sobrevém seus esforços e lutas pela permanência na localidade, afinal de contas: “só eu sei o que passei para conseguir isso aqui”. Em outro momento Djalma lembrou que “se isso aqui tivesse dono mesmo, alguém que precisasse, nunca teria deixado sem construir, porque quem precisa constrói de qualquer jeito”.

Gilson Silva faz uma reflexão parecida, em uma visita realizada ao morador, acompanhei uma conversa em que Gilson explicava para um pastor de uma igreja das proximidades, como funciona a dinâmica em ocupar os terrenos ainda desocupados da área. Em algum momento da conversa, o pastor pediu a Gilson que conseguisse um terreno para uma família que passava por grandes necessidades. O lote em questão fica próximo a casa de Gilson, e ele relatou ao pastor que teria cedido esse terreno para uma mulher que havia pedido ajuda por estar desempregada. No entanto, transcorrido mais de um ano, a mulher ainda não havia feito nada para ocupar o terreno, por isso, Gilson declarou: “vou passar o lote pra frente, tem mais gente precisando e quem precisa constrói, nem que seja de tapume, o que num pode é ficar pagando aluguel”.

Desconheço, de modo geral, como essas transações ocorrem, e nem é esse o foco da discussão. Contudo, percebi que a dinâmica de aquisição dos lotes e construção das moradias possui uma lógica interna bem complexa. Por exemplo, experientei, em um outro momento, quando estava ajudando em algumas atividades do Pomar, que dois rapazes pediram a um morador que ele conseguisse madeira para assentar melhor o barracão que havia construído, pois com a chegada da chuva havia a possibilidade da estrutura não aguentar e despencar. Apesar da maneira velada, surgiram alguns comentários sobre o rapaz ter conseguido o terreno por meio do tráfico, o qual, em alguma medida, possui controle sobre muitos lotes no Aglomerado da Serra.

Como uma expressão das possibilidades de ter acesso a terra no Brasil²⁹, esse tipo de relação/transação de lotes nas margens da cidade, configura-se em uma prática comum quanto ao modelo da cidade informal. Por conseguinte, torna-se a base das críticas por parte daqueles(as) que questionam os processos políticos promovidos pelas ocupações urbanas,

²⁹ Importante ressaltar que grande parte de toda a terra comercializada no Brasil passou por processos semelhantes, muitos com o emprego de violência até mesmo institucionalizada, que incluem grilagens, falsificações outras de documentos de posse, expulsão de comunidades tradicionais dos seus territórios, e etc. Por exemplo, a lei de terras no Brasil, promulgada em 1850, foi responsável pela despossessão dos territórios de milhares de sujeitos que não tinham acesso aos meios de oficializar a propriedade das terras ocupadas, o que resultou em uma concentração absurda de terras nas mãos de poucas famílias mais abastadas.

justificando ações do poder público que definem esses comerciantes informais de terrenos muitas vezes como oportunistas ou como “pessoas pobres que exploram outros pobres”.

Em entrevista concedida em 10/03/2017, o Coordenador da Defesa Civil, enfatizou essa situação, afirmando que “tem pessoas vendendo terrenos lá (Vila Pomar do Cafezal) pra pessoas inocentes que depois podem ter investindo dinheiro de construção, é prejuízo econômico, e eu tenho que evitar isso”. O gestor público pressupõe que os(as) moradores(as) não possuem conhecimentos sobre a fragilidade possessória que esse tipo de transação desencadeia, assumindo a inocência desses sujeitos, os quais necessitam da atuação do poder público para serem resguardos e/ou amparados contra a má fé alheia.

Ao falarem sobre os procedimentos iniciais e abordagens na Vila Pomar do Cafezal, as analistas técnicas/ analistas sociais da Urbel também evocaram a venda de terrenos como um problema na região.

(...) quando a gente foi conversar, começamos a fazer as abordagens nós conseguimos perceber que tinha uma pessoa que tinha vendido a maior parte dos lotes naquelas pessoas. Se você olhar os contratos de compra que eles apresentavam, num sei todos, mas eu abordei várias pessoas e perguntei: ‘você comprou de quem?’ Não me lembro o nome da pessoa, mas todos falavam de tal pessoa. Ali tem uma situação diferente, é como se essa pessoa tivesse loteado uma área, pegou uma área da cidade, loteou e vendeu. A gente já tem uma certa estranheza quando uma pessoa vendeu terreno numa área em pouquíssimo tempo. (Sra. Denise Magalhães, entrevista concedida em 12/04/2017)

No que tange aos processos construtivos, é interessante notar que praticamente todos(as) moradores(as) com que conversei afirmaram ter construído suas casas sozinhos(as) ou com a ajuda de amigos(as) e parentes. Quase todos moradores trabalham como pedreiros, ou possuem experiência como tal (caso do Sr. Camilo, que apesar de trabalhar como segurança, até hoje vem construindo aos poucos sua casa).

A autoconstrução é uma realidade nas favelas, vilas e ocupações urbanas, e apresentam um paradoxo complexo, pois se por um lado “a autoconstrução dos espaços comuns contribui para um exercício mais direto da cidadania, que escapa aos processos de mercantilização do espaço urbano e de participação institucionalizada”³⁰ (SANTOS;

³⁰ Existe também a autoconstrução promovida/incentivada pelo poder público, essa autoconstrução, feita a partir de uma iniciativa do Estado, se difere da autoconstrução e autogestão fruto da omissão da própria administração estatal. Mas, em ambos os casos, há um supertrabalho para os sujeitos subalternizados. E, quando não há autogestão ou uma forma de organização social maior, a autoconstrução feita pelo Estado se torna apenas mais uma modalidade de execução de moradia (OLIVEIRA, 2006). O mutirão, apesar de ser uma experiência popular, tem se tornado uma política oficial da Urbel, existindo uma forte tendência de se tornar parte da solução para a política de habitação. Inclusive o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal também possuem programas de mutirão para autoconstrução.

MORADO, 2014, p.1). Por outro lado, a autoconstrução acarreta um sobretrabalho aos moradores que já possuem empregos precarizados ou vivem na informalidade do “fazer bico”. Esses moradores com que conversei, afirmaram ter construído suas casas aos sábados, domingos, feriados ou nos dias de semana à noite, muitos chamavam parentes e amigos, depois desses mutirões se pagava uma cerveja ou um almoço era servido. Assim, “a exploração da força de trabalho se configura como causa e consequência da autoconstrução: baixos salários levam à autoconstrução que, por sua vez, gera sobretrabalho e reforça os baixos salários, tornando-se um ciclo.” (SANTOS; MORADO, 2014, p.5)

Aceita pelo poder público como uma regra nos espaços marginalizados da cidade, a autoconstrução é a prática da luta pela moradia, mas também de construção de espaços coletivos e infraestrutura necessária para se viver nos assentamentos informais. Assim, em ações individuais e/ou coletivas, moradores(as) constroem também a infraestrutura básica (como rede de esgoto, abrem ruas, canalizam água da chuva, constroem escadas de acesso a becos e ruas, e etc). Até mesmo equipamentos públicos necessários à comunidade, como creche, bibliotecas, centros ecumênicos, sedes comunitárias entre outros, precisam ser construídos para que se tenha um mínimo de estrutura nesses assentamentos. Como sugere (SILVA, 2013, p.118):

(...) não são contingenciais as circunstâncias que os compelem [os indivíduos] a autoproduzirem, além da sua própria moradia, os sistemas de conexão das edificações com o meio ambiente para o provimento de água e energia ou disposição de efluentes e resíduos. São também promovidas sem a intervenção do Estado as conexões internas ao assentamento e desse à cidade, dotando-os de condições mínimas de conforto e segurança, pela abertura de ruas, becos e escadarias e a instalação de postes e redes precárias para iluminação pública, bem como as contenções ou pavimentações pontuais e os sistemas de disciplinamento de águas pluviais. Tem-se assim, além do trabalho incorporado à moradia, o trabalho coletivo incorporado aos espaços de uso comum.

Desse modo, apesar de um ativador de práticas coletivas e poder de autogestão dos espaços, a autoconstrução é mais uma forma do poder público sobrecarregar sujeitos subalternizados, além de desqualificá-los em suas atividades laborais. Todas as construções foram realizadas com grandes esforços necessários para que “a casa saísse na marra”. Os(as) moradores(as) com os(as) quais travei diálogo lembraram as várias dificuldades em construir o mínimo necessário para conseguir “colocar a cabeça debaixo de um teto”, e mesmo assim, os imóveis foram considerados pela Urbel e pela Defesa Civil como “construções improvisadas” (relatório da Urbel), caracterizando os imóveis como “casas precárias” e tendo sido realizadas “intervenções no terreno sem os devidos cuidados com as contenções”, uma

vez que não houve supervisão de técnicos(as) especializados(as) na construção civil.

Entretanto, os trabalhos realizados por arquitetos(as) do projeto Arquitetos Sem Fronteiras desmontou esses argumentos, uma vez que demonstrou não haver riscos construtivos em nenhuma das casas notificadas pela Urbel.

Assim, as infraestruturas improvisadas de acordo com as necessidades dos(as) moradores(as) são rotuladas de ilegais e dignas de remoção por serem indesejadas ou não se adequarem a um padrão estabelecido pela administração pública. Apesar desses mesmos trabalhadores serem responsáveis pela construção da cidade formal, seu trabalho acaba sendo desqualificado quando não possuem a orientação de um(a) técnico(a) adequado(a) nessa área. Como se o trabalho desenvolvido por esses pedreiros fossem somente do tipo braçal, classificação que objetiva e reafirma a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho prático. Conseqüentemente, a luta para concretizar o direito à moradia, outorgado pela constituição brasileira, mas não garantido na prática, é um desafio diário de milhares de sujeitos políticos que veem nas ocupações urbanas e rurais uma possibilidade de efetivação de direitos.

Com a finalidade de situar minha prática militante, ao adentrar o 2º ato, descrevo um processo de ocupação urbana em que atuei como apoiadora. Esta experiência me permitiu compreender na prática como funciona o cotidiano enfrentado por ocupantes, os(as) quais precisam gerir vários conflitos ao longo do processo de ocupação de um terreno que não cumpre a sua função social.

2º ATO (TRANSCURSÃO) O não lugar das margens: intervenções, segregações e disputas pelas práticas do fazer-cidade

Trilha Sonora:

Dedo na Ferida
(EMICIDA)

Vi condomínios rasgarem mananciais
A mando de quem fala de deus e age como satanás
(Uma lei) quem pode menos, chora mais,
Corre do gás, luta, morre, enquanto o sangue escorre
É nosso sangue nobre, que a pele cobre,
Tamo no corre, dias melhores, sem lobby
Hei, pequenina, não chore
TV cancerígena,
Aplauda prédio em cemitério indígena
Auschwitz ou gueto? índio ou preto?

Mesmo jeito, extermínio,
Reportagem de um tempo mau, tipo plínio
Alphaville foi invasão, incrimine-os
Grito como fuzis, uzis, por brasis
Que vem de baixo, igual Machado de Assis
Ainda vivemos como nossos pais elis
Quanto vale uma vida humana, me diz?

Foda-se vocês, foda-se suas leis!
Scratchs (a furia negra ressuscita outra vez)
Foda-se vocês, foda-se suas leis!
Scratchs (anota meu recado)
Foda-se vocês, foda-se suas leis!
Scratchs (primeiro eu quero que se foda)
Renan Samam, Emicida, o rap ainda é o dedo na ferida
(Refrão)

É só um pensamento, bote no orçamento
Nosso sofrimento, mortes e lamentos,
Forte esquecimento de gente em nosso tempo
Visto como lixo, soterrado nos desabamento
Em favela, disse marighella elo
Contra porcos em castelo
O povo tem que cobrar com os parabelo

Porque a justiça deles, só vai em cima de quem usa chinelo
E é vítima, agressão de farda é legítima
Barracos no chão, enquanto chove
Meus heróis também morreram de overdose,

De violência, sob coturnos de quem dita decência
 Homens de farda são maus, era do caos,
 Frios como halls, engatilha e plau!
 Carniceiros ganham prêmios,
 Na terra onde bebês, respiram gás lacrimogênio

(Refrão)

O relato a seguir tem como objetivo principal localizar os(as) leitores(as) no contexto das práticas militantes de luta por moradia em Belo Horizonte. Como expressão da crescente atuação dos movimentos sociais na capital mineira, o caso que se segue tenta reconstituir cenas de um embate cotidiano, marcado por negociações com os aparatos de estado, as quais nem sempre são bem sucedidas.

Por outro viés, esses embates nos permitem fazer uma leitura das práticas de estado a partir das margens, seja pelas violências impetradas pelos(as) agentes de estado no percurso do processo de ocupação, corporificadas pela deflagração do confronto direto ou pelas violências simbólicas rotineiramente perpetradas, as quais sinalizam as fragilidades em que estão baseadas a racionalidade e a legalidade acionadas pelo estado; ou pelos agenciamentos coletivos promovidos pelos(as) ocupantes, os(as) quais além de pautarem demandas que podem ser incorporadas pela administração estatal, ainda evidenciam o estado como “projeto inacabado” (DAS, 2007), reiterando a necessidade de se atentar às práticas ilegíveis pelas quais o estado reiteradamente opera.

2.1 “Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”

No intuito de trazer o debate quanto à luta por moradia na capital mineira, o relato que se segue é um esforço para destacar uma experiência (in)corporada - introjetada e vivenciada pelo próprio corpo - quanto ao transcurso da ocupação de um terreno na região do Barreiro. Devido ao caráter sigiloso das ações necessárias ao processo de mobilização das famílias ocupantes e quanto a possíveis áreas a serem ocupadas, meu relato não tem como objetivo evidenciar as práticas políticas do movimento, mas sim caracterizar um processo de ocupação específico em que atuei como apoiadora.

No primeiro semestre do ano de 2016, em conversas com um colega da universidade sobre ocupações urbanas, o mesmo me convidou para participar de algumas ações do movimento social no qual ele milita, qual seja, o MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas

e Favelas)³¹. Diante do atrativo em participar de algum processo de ocupação ou formação político-social das famílias envolvidas na luta por moradia em Belo Horizonte, vi no horizonte desse convite uma possibilidade de aprendizado muito importante.

Em meados do mês de setembro de 2016, algumas famílias da região do Barreiro ocuparam um terreno que não vinha cumprindo sua função social há cerca de 24 anos, o qual já havia sido ocupado 4 anos antes por famílias organizadas pelo próprio MLB, que culminou na Ocupação Eliana Silva I³². Em maio de 2012, as famílias que ocuparam esse terreno foram despejadas violentamente pela PMMG numa ação extremamente repressiva que marcaria a vida de ocupantes e apoiadores(as). Ao recusar essa derrota momentânea, as famílias despejadas ocuparam um outro terreno nas proximidades, onde hoje encontra-se consolidada a Ocupação Eliana Silva II.

Desse modo, com base no histórico de descaso desse terreno que em 4 anos continuou sem cumprir sua função social, e perante um cenário político desolador no qual a política habitacional para famílias de baixa renda sofreu cortes ainda mais severos³³, as famílias que ocuparam novamente o terreno, onde um dia abrigou a Ocupação Eliana Silva I, viram naquele espaço vazio a oportunidade de construir um sonho. Nesse momento, por informações que circularam boca à boca pelo bairro, ocupantes conseguiram o contato do MLB, o qual foi chamado para fornecer suporte à ocupação. Vale salientar que o MLB está organizado em núcleos regionais de atuação, os quais reúnem famílias que lutam por moradia em toda região metropolitana de Belo Horizonte (LOURENÇO, 2014). Tal organização facilitou a localização de famílias interessadas em reforçar a ocupação surgida espontaneamente na região do Barreiro.

Apesar de não participar efetivamente de nenhum movimento social específico, principalmente por não me alinhar a diretrizes de caráter mais marxistas em que estão inseridas a maioria desses movimentos, a luta por moradia sempre foi uma pauta importante nos meus posicionamentos e atos políticos. Já havia me envolvido em ações de outros movimentos sociais como Brigadas Populares, Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, e a

³¹ O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) se formou em 1999, a partir da experiência da Ocupação Corumbiara em Belo Horizonte e outras ações semelhantes em cidades da região nordeste do Brasil, onde costuma atuar de forma predominante. É um movimento de massas que luta pela reforma urbana vinculado ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), “organizando o povo pobre por seus direitos e pelo socialismo”. Disponível em: <https://www.mlbbrazil.org>. Acesso em: 13/10/2017.

³² Para maiores detalhes sobre o processo de ocupação e despejo da Eliana Silva I ver: ALMEIDA, M.; BEMFICA, A., 2018.

³³ Suspensão do financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, após o golpe político de 2016. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/economia/233406/Temer-interrompe-o-Minha-Casa-Minha-Vida.htm> Acessos em: 13/10/2017

Frente Terra e Autonomia (marxismo libertário), mas foi a primeira vez que participei de um processo de ocupação.

Mesmo desconhecendo as informações a respeito das diretrizes necessárias para a futura ocupação, como localização do terreno, número de famílias e a data para entrada das famílias no terreno, aceitei prontamente o convite do colega para atuar como apoiadora na ação de suporte promovida pelo MLB. Sabíamos até então que nossa atuação tinha como objetivo principal levar cerca de outras 300 famílias interessadas em ocupar a área. Essa ação precisava ser realizada o mais rápido possível para que os(as) ocupantes que já estavam no local tivessem assegurada a permanência e consolidação da ocupação.

Quando a data para a atuação do MLB foi definida, esse mesmo colega me atualizou a respeito de algumas informações pertinentes às ações necessárias aos(as) apoiadores(as) que estariam contribuindo com a entrada de quase 300 famílias que reforçariam a ocupação nomeada de Temer Jamais, alusão ao cenário político daquele momento que configurou no golpe sofrido no Brasil em agosto de 2016 após o impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Passava um pouco das 19 horas do sábado, dia 17/09/2016, quando chegamos ao ponto de encontro, naquele local outros(as) apoiadores(as) também esperavam para nos dirigirmos a um ponto de apoio, onde organizaríamos a entrada das famílias no terreno de forma segura e pacífica. O terreno já ocupado localiza-se na Vila Santa Rita, região do Barreiro, e fica nas proximidades de outras ocupações urbanas, como Paulo Freire, Eliana Silva II, Camilo Torres, Irmã Dorothy e Nelson Mandela. Essas informações só foram transmitidas quando já estávamos em uma ocupação consolidada na região do Barreiro.

Ao longo das explanações realizadas por militantes do MLB, fui compreendendo como o trabalho de organização para se ocupar um terreno, que não cumpre sua função social, é extremamente minucioso e demanda uma dedicação prévia com as famílias, as quais precisam comparecer a várias reuniões de formação sócio-política e se engajar nos processos de luta por moradia. Importante ressaltar que essas tarefas não acabam com a consolidação de uma ocupação, ao contrário, o comprometimento dos(as) ocupantes é necessário para a organização da sua própria ocupação - tal como a formação de associação de moradores(as) ou coordenações que se responsabilizam pela manutenção da infraestrutura, equipamentos públicos, observância das diretrizes da ocupação previamente definidas em estatuto, entre outras várias atividades relevantes ao gerenciamento da comunidade - assim como o envolvimento em outros processos de ocupação, uma vez que muitos(as) ocupantes tornam-se membros do MLB, perpetuando e construindo as demandas políticas do movimento.

Enquanto esperávamos novas informações, notei que as famílias destinadas a ocupar o terreno chegavam, a maioria com poucos pertences, quase todas com crianças e idosos(as). Por algum tempo fiquei refletindo como o sonho da moradia mobiliza tantas pessoas, como a luta é dura e desgastante, entretanto de alguma forma aquela ação que estava por vir me fez acreditar que realmente “com força e com garra, a casa sai na marra”.

Em meio aos meus devaneios, de repente, todos(as) os(as) apoiadores(as) foram convocados(as) para instruções. Um militante do MLB falou de forma muito incisiva quais as atribuições necessárias para que o processo de ocupação se efetivasse sem expor as famílias que já se encontravam acampadas na área. Precisávamos ser rápidos(as) e prestativos(as) quanto às pessoas que mais necessitam de ajuda para construir suas barracas e carregar seus pertences, não podíamos acender luzes e falar alto, era preciso ser discretos(as) e silenciosos(as), não podíamos chamar a atenção de modo algum.

Depois de ouvirmos as orientações, organizamos uma fila em que seguiríamos até o terreno a ser ocupado. A adrenalina aumentou o clima de tensão, mas era preciso muita atenção para que todos os procedimentos fossem seguidos conforme nos foi instruído. Iniciamos o processo de ocupação carregando ferramentas necessárias para armar os barracos de lonas, além de troncos de eucalipto e lonas que se juntaram a mochilas, colchões e outros pertences particulares dos(as) ocupantes. Olhei no relógio e eram quase 4 horas da manhã, precisávamos agir rapidamente, tínhamos que estar com todas as famílias dentro do terreno antes do amanhecer, pois havia o risco de policiais impedirem a entrada das mesmas.

Conforme as instruções anteriormente transmitidas, me dispus a ajudar mulheres que estavam sozinhas com crianças. Importante ressaltar que o MLB possui uma política interna que privilegia mulheres em situação de vulnerabilidade, até mesmo a escritura do terreno e suas benfeitorias fica em nome da mulher mesmo ela sendo casada, o que assegura a permanência dela e dos(as) filhos(as) caso haja separação. Além disso, a política interna do MLB garante, tanto no estatuto interno da ocupação quanto na formação sócio-política das famílias, a integridade física e psicológica das mulheres, evitando, assim, a perpetuação da violência doméstica.

Começamos, um colega e eu, a cavar um buraco com uma boca de lobo, ferramenta essa que eu nunca havia manuseado. A terra era tão dura que não acreditei que conseguiria, mas após muitos esforços obtivemos êxito. Aos poucos a pequena estrutura de madeira estava pronta e colocamos a lona em cima da barraca, deixando mãe e filha ali com seus poucos pertences debaixo daquele barracão improvisado. Por todos os lados havia ocupantes pedindo ajuda, muitos(as) não sabiam onde procurar por seu material, militantes do MLB instruíram as

famílias para que pegassem qualquer peça, contudo, muitas pessoas desejavam construir seus barracos com o seu próprio material.

Diante de todos os imprevistos, os trabalhos seguiam a ritmo frenético, os(as) integrantes do MLB e ocupantes com mais experiência montavam a creche e aumentavam a cozinha comunitária, esses espaços coletivos eram fundamentais para oferecer melhores condições de abrigo para as famílias. Enquanto procurava toras de eucalipto para uma moça que me pediu ajuda, via que aos poucos o acampamento se expandia. Voltei rapidamente com um pequeno pedaço de madeira que havia conseguido, o material estava escasso e ainda havia alguns(mas) ocupantes sem barraco. Outro colega conseguiu mais um pedaço de madeira e apoiados numa árvore montamos a estrutura do barraco que a mulher definiu como “minha futura residência”.

Estava quase tudo pronto, o sol nascia e lentamente via a área que se iluminava na imensidão da noite. Sentei em um dos pontos mais altos do terreno, a vista panorâmica me chamou a atenção, o último barraco que ajudamos a montar tinha uma visão privilegiada da ocupação e da cidade. Apesar da primeira configuração da comunidade ser provisória - uma vez que esse movimento inicial de ocupação é seguido pela elaboração de um plano urbanístico que promove a regularização e definição dos lotes em divisões equitativas e que atendam às demandas dos(as) ocupantes para formação do bairro - a excitação em contribuir com a construção de uma moradia mobilizou minhas energias.

Levando em consideração a contingência do acampamento, a mulher que ocupou o barraco construído estava contente e satisfeita com o nosso trabalho. Mesmo estando muito desajeitado, devido a falta de material adequado, o barraco desenhava um futuro mais próspero para aquela ocupante. Aparentando uns 35 anos, a mesma fazia planos e me contou um pouco sobre sua vida. Ela sentou na porta da sua “futura residência” e disse que tinha fé, logo começaria a construção de alvenaria, o patrão estava disposto a ajudar com uns tijolos, familiares também ajudariam com o que pudessem. Os filhos dela tinham ficado com a avó, mãe solteira como muitas brasileiras, ela depositou suas esperanças em conseguir um lugar para si e seus filhos naquela ocupação. Ela ainda me confessou que, no começo, não acreditava “nessa coisa de invasão”, quando uma amiga a convidou para participar de uma reunião do MLB, ela recusou, pois não achava “justo invadir terreno dos outros”. Mas mudou de ideia quando o aluguel aumentou, a renda familiar ainda mais apertada, um dos filhos já adolescente, sem perspectivas de conseguir um dia a sonhada casa própria, ela decidiu ir a uma reunião do movimento. Nesse momento, a ocupante conheceu “muita gente boa e honesta”, como ela mesma definiu, não havia “vagabundos” como o senso comum tende a

acreditar e a mídia a propagar. Tratava-se de famílias que, assim como a dela, estavam desesperadas, lutavam para conseguir o que a constituição prescreve, mas não assegura. Muitas mulheres com trajetórias de vida semelhantes a dela, verdadeiras guerreiras, deram ainda mais força umas às outras e ali em meio a barracos desajeitados a Ocupação Temer Jamais começava a se consolidar.

Aquele era o início de uma nova caminhada para a ocupante. Eu já havia perdido a noção do tempo quando uma militante do MLB chamou para o café. O terreno já estava todo iluminado e o boato de que viaturas da PMMG rondavam a área se espalhava rapidamente pela ocupação. Levantei para o café e esperei que a ocupante me acompanhasse, mas ela disse que precisava trabalhar, pensei inocentemente sem me expressar verbalmente, “como assim? Mas hoje não é domingo?” Logo em seguida refleti rapidamente e concluí “infelizmente, o privilégio de um fim de semana livre não é para todos(as)”. Enfim, a ocupante também levantou e contou sobre seu trabalho em uma lanchonete na zona sul de Belo Horizonte, trabalhava todos os dias com apenas uma folga por semana. Ela afirmou que voltaria em torno das 17 horas e me pediu que cuidasse do seu barraco, pois todo mundo estaria ocupado com os seus próprios pertences. Prometi a ela que ficaria ali até seu retorno, deixei minhas coisas dentro da barraca em cima de um colchão antigo, se juntando às roupas e objetos que a ocupante deixou ali para marcar seu território.

Quando cheguei à cozinha comunitária, uma militante do MLB passava instruções, viaturas da PMMG estava em uma das entradas do terreno, era preciso reforçar a segurança, advogados(as) populares deslocaram até a ocupação, mas nada estava assegurado, precisávamos estar juntos(as) e organizados(as) para que em caso de invasão da polícia pudessemos resistir. Eu estava do lado de dois senhores e uma senhora já aparentando seus 70 anos, eles e ela estavam apreensivos(as), confessaram que queriam ir embora, pois tinham medo do que a polícia poderia fazer, tentei tranquilizá-los(as) como se soubesse que daria tudo certo, mas no fundo tinha tanto medo quanto eles e ela.

Após o café, me voluntariei para ficar na creche comunitária. Havia pelo menos umas vinte crianças em idades variadas. Os pais e mães estavam engajados(as) em diversas ações na ocupação, como segurança, cozinha (preparo do almoço), montagem de outras estruturas e negociação com a polícia. Enquanto tentava distrair as crianças, um menino com cerca de seis anos me chamou a atenção, ele perguntava sem parar onde estava sua mãe. Eu mostrava que ela estava logo ali na cozinha, ele olhava e consentia em ficar no espaço da creche. Entretanto, dentro de alguns minutos ele perguntava novamente onde estava sua mãe, indaguei se ele estava com medo da mãe ir embora, ele disse que não, o medo era da polícia,

ele e a mãe já tinham sido despejados(as) em outra situação, a violência e repressão policial ainda estavam vivas na lembrança daquele garoto.

Foto 4 - Reunião na Ocupação Temer Jamais para a organização da resistência contra o despejo na manhã de domingo (18/09/2016)



Fonte: Disponível em: (<https://www.facebook.com/Ocupação-Temer-Jamais-23854933213963/>) Acesso em: 03/10/2017.

Os boatos de que policiais entrariam a qualquer momento se intensificaram, as crianças ficaram ainda mais agitadas, o menino que já estava com muito medo, entrou em pânico, a mãe precisou sair da cozinha e pegá-lo no colo. Passava um pouco das 9 horas da manhã quando deixei outra apoiadora na creche e fui até a entrada principal da ocupação. Dois advogados conversavam com o comandante da ROTAM (Rondas Táticas Metropolitanas) responsável pela ação, uma barricada foi feita contra os(as) policiais, ocupantes e apoiadores(as) fizeram um cordão de resistência com seus próprios corpos. Jovens da ocupação estavam um pouco atrás desse cordão tentando proteger ocupantes mais idosos(as) que estavam mais ao fundo da barricada formada.

Os(as) advogados(as) populares, assim como integrantes do MLB, tentavam argumentar que famílias já ocupavam o terreno há alguns dias, o processo de ocupação estava de acordo com as leis, pois o terreno em questão não cumpre sua função social há quase 30 anos. Nesse sentido, a ocupação já estava consolidada, o que poderia ser confirmado pelo depoimento de vários(as) vizinhos(as) que se manifestaram ao longo das tentativas de negociação com policiais militares, atestando a permanência de muitas famílias no terreno há

pelo menos três dias. O objetivo dos(as) advogados(as) era demonstrar que a PMMG não podia configurar o despejo como flagrante delito, sendo necessária uma ordem judicial caso a autoridade competente entendesse por reintegrar a posse do terreno. Os esforços em negociar com a polícia eram em vão, advogados(as) populares mobilizaram vários aparatos jurídicos que comprovaram a ilegalidade do possível despejo. No entanto, o comandante insistiu em acusá-los(as) de esbulho, mesmo o processo de posse do terreno tendo ocorrido pacífica e mansamente. Enquanto isso, cerca de 400 policiais militares e a guarda municipal cercaram toda a ocupação.

Foto 5 - Momentos antes do ataque da PMMG à Ocupação Temer Jamais na manhã de domingo (18/09/2016)



Fonte: Disponível em: (<https://www.facebook.com/Ocupação-Temer-Jamais-238549333213963/>) Acesso em: 03/10/2017.

O cenário era assustador, o batalhão de choque estava todo formado em frente a ocupação, as cenas que se seguiram foram confusas, borradadas de desespero e angústia. Militantes do MLB haviam pedido reforços, muitos(as) apoiadores(as) começaram a chegar, inclusive moradores(as) das ocupações nas proximidades se dirigiram ao local para reforçar a resistência, mas nada se comparava ao aparato militar que se formou, até mesmo o “caveirão” da PMMG estava preparado para a ação de despejo ilegal.

Vale reiterar que o terreno em questão faz parte da zona de grandes empreendimentos destinada ao propósito industrial que seria implantado na região do Barreiro. Contudo, o

mesmo foi classificado como Zona de Preservação Ambiental (ZPAM)³⁴ no ano 2000, devido a presença de curso d'água contribuintes da bacia do ribeirão Arrudas, como prescreve a Lei 8.137 (LOURENÇO, 2014). Desse modo, a PBH teria a propriedade desse terreno, o que causava ainda mais problemas ao movimento de ocupação, uma vez que os despejos em áreas públicas costumam acontecer mais rapidamente que os despejos em áreas privadas (BITTENCOURT, 2016). Além disso, estando numa área de preservação ambiental, a ocupação do terreno precisa se adequar a legislação pertinente.

Mesmo diante desses impasses, militantes do MLB insistiram que fosse realizado o plano urbanístico considerando a convivência dos(as) moradores(as) com o curso d'água existente. Segundo as ementas no Plano Diretor do município, é possível propor a criação de áreas especiais em que a habitação de interesse social junto a locais de proteção ambiental que não sejam muito restritivos sejam viabilizadas, como era o caso da Ocupação Temer Jamais.

Em meio a confusão e tensão quanto ao possível despejo, por volta das 10:30 horas ouvimos as primeiras bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, spray de pimenta e tiros de bala de borracha. As crianças gritavam desesperadas, uma militante do MLB veio até nós e pediu para que seguíssemos para a ocupação Eliana Silva II que fica nas proximidades. No mesmo instante, outra pessoa veio na nossa direção pedindo ajuda, uma idosa havia desmaiado enquanto policiais adentravam a ocupação. Corremos até a entrada principal, não consegui enxergar nada, faltava ar, minha cabeça estava atordoada, fiquei em pânico. A idosa que havia desmaiado foi carregada por três ocupantes, os quais apontavam para a direção da entrada da ocupação, onde havia mais pessoas no chão, desmaiadas e/ou feridas.

Jovens ocupantes tentaram resistir, mas eram muito poucos em comparação ao aparato militar, e todos(as) começaram a retroceder. Nesse momento, lembrei da barraca da ocupante, corri em direção da mesma, mas devido a pouca visibilidade ocasionada pelo gás lacrimogêneo, não obtive êxito, era impossível encontrar a barraca. Um colega pediu que o seguisse, era preciso deixar o local. Corremos muito até chegar a rua principal próxima a área da ocupação, mas policiais perseguiram ocupantes e apoiadores(as) pelo bairro. Algumas pessoas foram presas, outras estavam machucadas e não tínhamos para onde ir. Nesse momento, um militante do MLB mostrou o caminho até a ocupação Eliana Silva II, seguimos até lá e conseguimos entrar numa casa de um morador que nos abrigou.

³⁴ Disponível em: <http://hojeemdia.com.br/horizontes/cidades/pm-faz-despejo-de-300-fam%C3%ADlias-em-área-de-preservação-no-barreiro-1.414829/reintegração-de-posse-ocupação-temer-jamais-1.414838> Acesso em: 28/09/2017.

Helicópteros da PMMG continuaram jogando bombas, agora nas ocupações ao redor. Houve um tumulto generalizado na Ocupação Eliana Silva II, policiais entraram no local perseguindo militantes específicos(as). Sem mandados judiciais, policiais invadiam as casas de moradores(as), causando um terror psicológico e até mesmo físico aos(as) moradores(as) da ocupação. Vários(as) militantes sociais estavam desaparecidos(as), não havia notícias de alguns(mas) ocupantes, mas pelo menos as crianças estavam seguras na creche, o desespero continuou por cerca de 2 horas, bombas continuavam a ser lançadas na Eliana Silva II e viaturas cercaram a ocupação, que só completamente na segunda-feira.

Somente deixamos nosso abrigo quando ouvimos um militante do MLB convocando todos(as) para uma reunião na creche da ocupação Eliana Silva II. No local havia uma multidão de pessoas, os(as) ocupantes da Temer Jamais, assim como muitos(as) apoiadores(as) estavam ali. As informações eram imprecisas, sabíamos que algumas pessoas estavam presas, outras estavam “desaparecidas”, era necessário apurar com detalhes toda a ação da PMMG. Os(as) advogados(as) populares voltaram ao terreno da ocupação recentemente despejada para negociar o transporte dos pertences dos(as) ocupantes(as). Após uma desgastante negociação, foi acordado que uma comissão com alguns(mas) ocupantes entrariam no terreno para reaver seus pertences. Ao retornarem com o que foi possível recuperar, o almoço continuou a ser preparado, e se discutiu qual o direcionamento seria tomado dali para frente.

O principal encaminhamento foi no sentido de solicitar uma audiência pública (que ocorreu em 21/09/2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais), pautou-se também a necessidade de denunciar a ação da PMMG e (re)organizar forças para seguir na luta. Depois do almoço ainda permaneci um pouco na creche, ouvi os temores e revoltas dos(as) ocupantes quanto ao despejo, mas desistir não estava na pauta do dia. Saí do local com os gritos dos(as) ocupantes que reiteraram as palavras de ordem do movimento: Ocupar, Resistir e Construir!

O breve relato narrado teve como objetivo trazer à tona a realidade dos movimentos de luta por moradia e sua importância na efetivação de direitos básicos, sob o prisma de uma experiência situacional em que pude contribuir ativamente. Nos próximos itens, tentarei pontuar questões importantes que perfazem esse contexto de luta por moradia no Brasil e atualizam as ocupações urbanas como práticas políticas efetivas. A intenção é colocar em perspectiva debates quanto aos programas de política habitacional, direito à cidade, especulação imobiliária, gentrificação, políticas de planejamento urbano e outros temas fundamentais para a análise das tramas que versam a cidade e suas formas de ocupação.

2.2 O direito à moradia como prática política insurgente no contexto urbano

Trilha Sonora:
 Lucro (Descomprimindo)
 (BaianaSystem)

Tire as construções da minha praia
 Não consigo respirar
 As meninas de mini saia
 Não conseguem respirar
 Especulação imobiliária
 E o petróleo em alto mar
 Subiu o prédio eu ouço vaia

Eu faço figa pra essa vida tão sofrida
 Terminar bem sucedida
 Luz do sol é minha amiga
 Luz da lua é minha instiga
 Me diga você, me diga
 O que é que sara a tua ferida
 Me diga você, me diga

Lucro
 Máquina de louco
 Você pra mim é lucro
 Máquina de louco

Vou botar rapadura na mamadeira
 Vou dar rapadura pra bater, pá pá

Intento, neste subitem, contextualizar historicamente, e a partir de dados recentes, a situação de déficit habitacional e o modelo empresarial de gestão das cidades, que tem dado origem ao crescimento de ocupações nos últimos anos, abordando ainda como essa pauta política vem sendo articulada pelos movimentos sociais e por ocupantes. Para que tal esforço se efetive, é necessário compreender a (con)formação da cidade desde as margens urbanas, encarando os processos do “fazer-cidade” como a política das/nas margens. Segundo Agier (2015) o “fazer-cidade” implica em compreender a cidade pelo movimento permanente de transformação urbana a que esses espaços estão dispostos.

Para esse empreendimento, seguindo os pressupostos de Agier (2015, p.483-484), a cidade como locus de pesquisa precisa ser reinventada:

(...) eu desejo implementar um método que permita pensar a universalidade da cidade fora de qualquer pretensão normativa, ou seja, segundo uma concepção ao

mesmo tempo epistemológica e política. Baseada em pesquisa etnográfica urbana, esta concepção defende a ideia de uma construção/ desconstrução de seu objeto “cidade”, rejeitando qualquer definição a priori da mesma enquanto ferramenta analítica. A questão seria antes: o que faz e desfaz a cidade permanentemente? Ela conduz à divulgação de processos e portanto à política que impulsiona o movimento necessário à sua existência, às suas reprodução e transformação (...) ao estudar o “fazer-cidade” dos cidadãos, é de que, de qual sentido e de que matéria é preenchido este significante vazio denominado “direito à cidade”. E a resposta que eu proponho é a seguinte: a cidade é feita essencialmente de movimento (...) São portanto a descrição e a compreensão do movimento permanente de transformação urbana no tempo e no espaço que podem constituir a contribuição do olhar antropológico sobre a cidade. Este movimento é o de “fazer-cidade”.

Lefebvre (2008) assinalou a importância de compreender o espaço de acordo com a sua dimensão política e estratégica. Como produto social, o espaço é expresso por sua heterogeneidade e suas conseqüentes relações que atravessam a produção da cidade. O espaço como lugar de encontro culmina na ideia da urbanidade, que entre contradições, conflitos e segregações, refletem a produção e reprodução das relações sociais. Sob o panorama do modelo de cidade mercadoria (HARVEY, 2008), em que há a mercantilização da qualidade de vida dos(as) sujeitos e da própria cidade, subjaz a luta das ocupações urbanas como política de intervenção nos espaços urbanos que não cumprem função social.

O caso do complexo de ocupações do Barreiro é emblemático para elucidar a relação que denomino nesta pesquisa como estado-capital. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT/MG)³⁵, a PBH não seria a legítima proprietária dos terrenos que englobam a área das ocupações recentes no Barreiro. Os mesmos seriam terras devolutas, terra pública que até 1992 pertencia ao Estado de Minas Gerais, mas que foi de forma ilegal e injusta repassada para empresas que especulam com esses terrenos há pelo menos 24 anos. Várias alienações imobiliárias, tendo como intermediária a CODEMIG (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais), antigamente denominada de CDI/MG (Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais), deram origem a uma série de irregularidades administrativas (ausência de procedimentos licitatórios, valores muito abaixo do preço de mercado e sem avaliações prévias). A propriedade dos lotes foi transferida a particulares que deveriam ter implementado empreendimentos fabris na região, o que nunca aconteceu, descumprindo, assim, as cláusulas do contrato firmado entre as partes.

Sem qualquer destinação social e/ou econômica, além de servirem a especulação imobiliária na região, esses lotes transformaram-se em depósito de lixo, desova de corpos,

³⁵ Disponível em: <http://cptminas.blogspot.com.br/2016/09/a-ocupacao-temer-jamais-do-mlb-no.html> Acesso em: 27/09/2017.

tráfico de drogas, etc. Em um espaço onde se instalou o abandono e o descaso, famílias em luta por moradia na capital vislumbraram a possibilidade de concretizar o desejo da casa própria. Dessa forma, paulatinamente, esses terrenos foram sendo ocupados por famílias sem alternativas dignas de moradia, o que ensejou a formação das ocupações do complexo do Barreiro: Camilo Torres, Nelson Mandela, Irmã Dorothy, Paulo Freire e Eliana Silva II.

Ademais, a ação civil pública ajuizada pela DPMG e pelo MPE³⁶, investiga suspeitas de malversação do dinheiro público e de inadequado parcelamento urbanístico na região. Esses órgãos exigem, dentre outras coisas, a anulação das alienações com "reversão" dos imóveis ao patrimônio público estadual, em razão das diversas irregularidades evidenciadas e do completo abandono que se encontram tais terrenos. Assim, os terrenos atualmente ocupados voltariam a ser terra devoluta, sob a administração do governo de Minas Gerais e com possibilidade de atender as reivindicações de uma política por moradia efetiva na capital. Nesse mesmo processo, houve ainda o pedido para que a CODEMIG devolva ao erário, com correção, o dinheiro que deixou de receber com a venda irregular dos terrenos.

O cenário de injustiça se expressa ainda com a grande quantidade de domicílios vagos e/ou ociosos na capital. Conforme dados do MLB, enquanto 130.000 famílias se encontram sem casa na RMBH, mais de 140.000 imóveis permanecem vazios. Frente a essa desigualdade, as ocupações são uma fonte de esperança para fazer valer os direitos à moradia digna, o direito de acesso à terra, além do combate à gestão pública pautada nos interesses do estado-capital. Emergem desses processos não só a efetivação dos direitos básicos constitucionais, como também sujeitos políticos que contrariam a lógica de apropriação dos espaços, impondo aos aparatos de estado a necessidade de rever práticas políticas há muito institucionalizadas. Conforme sinaliza (BOULOS, 2015, p. 103):

A vivência coletiva numa ocupação organizada, as formas novas de apropriação do território e o engajamento nas decisões e mobilizações necessárias à conquista da moradia fazem das ocupações um espaço de enfrentamento à lógica da Cidade do Capital. E constroem uma referência de organização coletiva e poder popular.

Apesar das ocupações terem se tornado uma estratégia política evocada até mesmo em termos revolucionários, ocupar terrenos que não cumprem função social - não estão de acordo com a norma legal dos seus usos e funções - implica em uma promoção do cumprimento da

³⁶ Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=47346&pIdPlc=&app=salanoticias> Acesso em: 28/09/2017.

lei, estando dentro das normativas propostas pelo próprio estado. O Estatuto das Cidades³⁷, por exemplo, regulamenta o preceito constitucional que obriga proprietários de imóveis a dar função social à sua propriedade. Mas como tantas outras legislações, essa prescrição é ignorada e/ou subjugada às noções mais conservadoras da propriedade privada. Assim, juízes(as) privilegiam o ordenamento jurídico que versa sobre a garantia da propriedade da terra urbana ou rural a quem tem a posse legal, mesmo que essa posse não atenda às outras prerrogativas atreladas a essa jurisdição (LOURENÇO, 2014).

Desse modo, o histórico de exclusão desses sujeitos está predisposto pela lógica da exceção acionada pelos aparatos do estado-capital. Compreender esse novo modelo de gestão da cidade-mercadoria permite desmascarar o discurso comumente empregado de que o problema urbano diz respeito à própria cidade e não às relações sociais que governam a sociedade. Nesse sentido, o suprimento da demanda habitacional precisa estar atrelado às reais possibilidades de participação dos sujeitos no planejamento e gestão das cidades.

Desde os primeiros momentos de resistência das famílias da Vila Pomar do Cafezal em deixarem suas moradias, moradores(as) já sinalizavam a especulação imobiliária como o principal interesse da PBH em demolir as casas da localidade. Logo no primeiro contato que tive com Kelmer (ex-liderança da ocupação), o mesmo foi assertivo em afirmar que “a área não é de risco, mas sim de rico.” Durante as audiências públicas e, sistematicamente, ao longo das denúncias realizadas pela comissão de moradores na página do facebook, apoiadores(as) e moradores(as) frisam os interesses econômicos em detrimento ao direito à moradia.

Divino de Sales Braz, morador da Vila Bandeirantes (que também foi intervencionada pela Urbel nos mesmos moldes que a Vila Pomar do Cafezal), denunciou em audiência pública no dia 20/03/2014, que a Urbel estaria usando seus(suas) técnicos(as) para dar laudo por encomenda. O mesmo ainda ressaltou a questão da especulação imobiliária como cerne do problema: “Fica claro o interesse financeiro por trás dessas remoções. Estão usando dinheiro público em remoções desnecessárias para que a especulação imobiliária e as construtoras tomem posse dos terrenos”. Desse modo, as práticas de interesses político-econômicos que

³⁷ Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Dentre outras regulamentações que versam sobre os artigos dessa lei, é importante salientar que “tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais”. Além de “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.”

envolvem as remoções em Belo Horizonte fazem parte de um complexo jogo em que a cidade passa a ser vendida sob o auspício de uma administração empresarial.

Durante a última audiência pública, Agostinho, morador da Vila Bandeirantes³⁸, afirmou que procura entender o “modus operandi da PBH com essa onda de remoção”. Ele sugeriu que “se tornou lucrativo essa questão de remover, simplesmente chegar e remover as casas quando há outros recursos que seriam mais viáveis, mantendo as casas no local, mas eles preferem remover”.

A professora do departamento de sociologia da PUC Minas e apoiadora da ocupação Pomar do Cafezal, Rita de Cássia Liberato, também fez pontuações semelhantes, na mesma audiência, quanto ao interesse da PBH na área em questão. Direcionando-se ao representante da Defesa Civil, a socióloga argumentou que é preciso se preocupar “quando o poder público se interessa por uma área onde ele nunca se interessou na vida”, afirmou ainda que “o poder público não tá preocupado com pessoas, ele num tá preocupado com a residência, com a moradia das pessoas, ele quer que tira todo mundo de lá e pronto”.

Essas denúncias marcam o modelo de empresariamento da gestão urbana que delimita a cidade a uma unidade de negócios. Entendida como mercadoria, as cidades são vendidas. A construção desse projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação dos espaços urbanos por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política, da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania. Assim, o mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital é responsável por qualificar a cidade como mercadoria.

Nesse processo de mercantilização dos espaços, o planejamento urbano privilegia as relações de consumo e a reprodução da força de trabalho em detrimento às relações e reproduções sociais. Subjaz dessas relações capitalistas um modelo de gestão pública baseada em noções empresariais. Segundo a lógica administrativa do estado-capital, as cidades são mercadorias gerenciáveis, uma vez que para os(as) gestores(as) públicos(as), as cidades estariam submetidas aos mesmos desafios e problemas que qualquer empresa.

Aos padrões tecno-burocráticos calcados no pretense racionalismo de estado estabelecidos no gerenciamento das cidades, se acrescenta uma ordem gerencial que visa à produtivização dos espaços e dos sujeitos urbanos. Consequentemente, a lógica empresarial urbana acaba negando a cidade como espaço político (polis). Nesse sentido, o dissenso

³⁸ O caso da Vila Bandeirantes e da Vila Pomar do Cafezal ocorreram ao mesmo tempo, ambos em 2012, e as semelhanças entre as duas são evidentes. Nesse sentido, as ilegalidades e ilegibilidades praticadas por agentes de estado evidenciam a recorrência de uma atuação intransigente praticada nas margens.

também é negativizado, permitindo o surgimento de uma produção planejada do consenso. Tal consenso não é o resultado do contraditório, do confronto de interesses divergentes e de sua negociação; ele está posto, sendo até mesmo naturalizado, pelo compartilhamento de uma experiência urbana supostamente comum e indivisível (VAINER, 2000).

Desses processos, emerge ainda uma diferenciação entre cidadão(ã) e cidadão(a), em que esse(a) último(a) se torna o ideal de habitante da cidade estrategicamente planejada. Desse modo, a linguagem da inclusão pelo consumo (via ampliação do mercado) sobressai, progressivamente, nos discursos políticos, ao passo que a linguagem que versa sobre direitos sociais e cidadania tem sido solapada pelos interesses de uma política econômica dominante.

São as contra-demandas políticas formuladas pelos(as) moradores(as) das ocupações que colocam em xeque os imperativos dessa governabilidade, os mecanismos e cálculos do poder estatal são confrontados pela emergência de atores políticos que se colocam em cena. Os diversos movimentos sociais tendem a superar esse isolamento imposto, remodelando a cidade de acordo com a perspectiva dos sujeitos urbanos até então excluídos do projeto de construção da cidade. Esse tipo de atuação política nas/das margens propõe uma imagem outra de cidade, contrariando os ideais empreendedoristas.

A essa participação ativamente política dos coletivos encontra-se atrelada a “confluência perversa” (DAGNINO, 2004a) com as agências do mercado que configuram a relação estabelecida entre estado-capital. Por esse viés, marcada pela política neoliberal, o modelo de cidade vigente articula um novo sistema de governança, integrando mais profundamente o estado a interesses corporativos, infringindo ainda mais um padrão urbanístico segregador e autoritário.

De modo geral, o histórico das políticas nacionais para a habitação mostra como os principais programas nacionais tornaram o problema habitacional - uma obrigação do estado e um direito de todos(as) - em uma questão de mercado, repassando para o setor privado o protagonismo na produção de habitações a serem financiadas. Tal modelo, baseado na lógica de mercado, fez com que as unidades produzidas sempre fossem concebidas como mercadorias, rentáveis aos seus proponentes.

A relação entrelaçada entre o estado e o capital, tem ainda a sua expressão evidenciada pelo padrão histórico estabelecido entre o estado brasileiro e parte do empresariado nacional conhecido como “empreiteiras”. Esse relacionamento sólido e de longa data entre empreiteiros(as) e agentes públicos(as) foi fomentado, principalmente, pela enorme influência das empreiteiras em relação à produção de moradia, assim como na definição de políticas

públicas brasileiras. Talvez o elo mais visível dessa relação seja o financiamento de campanhas políticas por parte dos setores da construção civil, que, conseqüentemente, são recompensados por contratos milionários em que outras ilegalidades são acionadas.

Esse mecanismo de reprodução dos interesses do capital está atrelado às possibilidades de lucro e controle político em esquemas de influência nos aparelhos do estado. As alianças estratégicas operacionais em nível da construção civil no plano da política brasileira foram responsáveis por acirrar os problemas urbanos enfrentados por sujeitos a longo prazo subalternizados. A mercantilização da moradia, os espaços urbanos geridos conforme a lógica empreendedora das grandes empresas, a espoliação e a despossessão fomentadas pelos grandes projetos são as marcas dessa nova gestão neoliberal das cidades.

O déficit habitacional no Brasil hoje é de aproximadamente 8 milhões de moradias, das quais cerca de 6 milhões são urbanos (ROLNIK, 2015). Essa situação, somada à persistente ineficiência das políticas públicas, fomenta diversas lutas sociais e políticas no sentido de garantir, não só acesso à moradia, mas ainda o direito ao “fazer-cidade”.

É nesse contexto de despossessão que moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal denunciam as ações da PBH em promover as remoções dos(as) ocupantes sem levar em consideração a situação alarmante quanto ao déficit de moradia. Pois, os nexos entre a política desenvolvimentista baseada na ampliação do consumo e da abertura do capital financeiro às políticas públicas de habitação, em relação ao atual déficit habitacional brasileiro, evidencia as contradições existentes na condução política do problema de moradia no país. Os bilhões de reais em subsídios públicos direcionados ao Programa MCMV não impactaram de fato a segregação urbana nas principais cidades brasileiras. Tanto é que, a grande profusão de ocupações urbanas se concentraram nas duas últimas décadas, quando houve intensa produção de unidades habitacionais estimulada pelo governo federal em conjunto com os municípios brasileiros (ROLNIK, 2015).

Outra hipótese levantada pelos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal é de que a área ocupada teria se tornado de interesse para o mercado imobiliário que vinha promovendo a construção de prédios para a classe média nas mediações da área recém ocupada. Com a iniciativa da PBH em promover a “revitalização” do Aglomerado da Serra, essa região se transformou em possibilidade de investimento.

Assim, a cidade como cenário de atuação do mercado e do capital, ainda está disposta

aos processos de gentrificação que têm marcado muitas regiões das grandes cidades mundiais. Importante notar que as primeiras descrições que utilizaram o termo *gentrification* destacavam fundamentalmente um processo de revalorização experimentada por certos bairros ingleses (BATALLER, 2012). De modo geral, a gentrificação pode ser tanto rural quanto urbana. Mas o que de fato caracteriza esse processo é o deslocamento de sujeitos ocupantes de uma determinada localidade, que devido a interesses econômicos e políticos, acabam deixando o local, que passa a ser ocupado por sujeitos com poder aquisitivo maior.

Apesar do quadro político atual indicar ainda mais o estreitamento da relação entre o estado e o capital (vide os modelos de gestão urbano-empresarial promovidos por João Dória em São Paulo), os problemas elucidados quanto às ações do poder público não significaram uma inércia dos sujeitos subalternizados. Pelo contrário, os movimentos de ocupação urbana têm demonstrado ser fundamentais por colocarem na pauta política um outro modelo de “fazer-cidade”. Ao denunciarem a privatização dos espaços urbanos e o exercício de uma democracia direta do capital, as ocupações urbanas desempenham um papel importante de atuação política no cenário nacional. No entanto, essa luta é desgaste e sofrida, revela um horizonte de possibilidades, como também um longo percurso de enfrentamentos que serão melhor discutidos no próximo subitem.

2.2.1 A emergência das ocupações urbanas na RMBH

Ao partirmos do imperativo de que o ato de ocupar terrenos, os quais não cumprem a sua função social, não se trata de uma escolha, mas sim de uma necessidade para muitos sujeitos (BOULOS, 2015), é possível vislumbrar melhor o horizonte de luta empreendida por milhares de famílias sem teto e sem terra no país. Apesar de analisar os fenômenos preponderantes dos processos de ocupação urbana ocorridos na RMBH é preciso estar ciente que essas ocorrências não são exclusivas dessa região, ao contrário, o histórico de ocupações urbanas evidencia uma recorrência e conjectura desses fenômenos em todo o país e até mesmo em outras partes do mundo.

A maioria das ocupações urbanas ocorrida nos últimos 10 anos em Belo Horizonte é oriunda de atos organizados por parte dos movimentos sociais em conjunto com os sujeitos em processo de luta pelo direito à moradia. De acordo com essa perspectiva, as ações políticas de ocupações de terras urbanas não são fatos isolados, mas se inserem numa dinâmica política

e social de questionamento das instituições do estado-capital.

A política do consenso (VAINER, 2000), que esvaziou de sentido muitas das pautas políticas dos movimentos sociais por moradia na capital mineira, foi responsável também pela cooptação de militantes políticos importantes, o que desarticulou em parte o movimento por moradia em Belo Horizonte. Contudo, não deixou de haver ocupações no período de governança da Frente BH Popular. A ocupação Corumbiara (organizada pela Liga Operária - LOP - e pelo Partido Comunista Revolucionário - PCR), por exemplo, ocorreu em 1996 na região do Barreiro no Vale do Jatobá tornando-se hoje uma espécie de mito fundador para as outras ocupações em Belo Horizonte.

Depois da Corumbiara, as ocupações urbanas organizadas por movimentos sociais cessaram em Belo Horizonte por longos dez anos. Este momento coincide com o período que a política habitacional da PBH se institucionaliza, levando os grupos de luta por moradia a nutrirem esperança de acessar a casa própria através das novas políticas públicas promovidas pela prefeitura da capital mineira (LOURENÇO, 2014).

As estratégias de ocupação foram retomadas em 2006, quando sem-tetos belorizontinos desacreditados na política habitacional promovida pelo município se (re)articularam. Nesse momento, ocorreu a ocupação de um edifício do Bairro Serra por um grupo de 15 famílias, na maioria oriundas da Vila Santana do Cafezal (Aglomerado da Serra). Essa ocupação foi batizada de caracol e resistiu por quase dois meses, antes de ser despejada violentamente. Mesmo com uma derrota parcial, essa ocupação foi importante para que a luta por moradia em Belo Horizonte fosse reestruturada após os 10 anos de institucionalização das pautas políticas dos movimentos sociais. Em decorrência desse despejo, outra ocupação surgiria no novo cenário de atuação política dos movimentos sociais, a Ocupação João de Barro. Ocorrida em 2007, a ocupação abrangeu três prédios diferentes, subsequentemente, tendo sido despejada de todos os três.

Diante da austeridade com que a retomada do processo de ocupações foi tratada, sem que a política habitacional do município fosse colocada em pauta pelos(as) gestores(as) públicos da época, outra ocupação surge no início do ano de 2008, dando início a explosão de ocupações que surgiram na RMBH nos últimos 9 anos. A Ocupação Camilo Torres (região do Barreiro) foi a primeira ocupação horizontal nesse momento político específico. Mesmo sendo em parte despejada, as famílias resistiram e continuam até hoje no local.

Nesse cenário de luta permanente, a consolidação da Ocupação Camilo Torres foi fundamental para ensejar novos processos de ocupação na RMBH. Em 2009 surge nas

imediações do Bairro Céu Azul, região da Pampulha, a ocupação Dandara³⁹. Ocupando um terreno com cerca de 40.000m² e organizada pelo Fórum de Moradia do Barreiro, pelas Brigadas Populares e pelo MST, a ocupação Dandara tinha, inicialmente 150 famílias, hoje mais de 1100 famílias construíram moradia nesse espaço de luta.

Esse caso demonstra as diferentes posições no campo jurídico, principalmente, no que tange a questão da propriedade privada versus o direito fundamental à moradia. Dandara foi a primeira ocupação a registrar uma posição favorável de um magistrado em relação aos(as) ocupantes, reiterando que o direito à moradia deve prevalecer sobre o direito à propriedade. Liminar do juiz:

[...] se o nosso existir depende, numa certa medida, de uma determinada *ocupação espacial*, torna-se incontestável que nossa *dignidade humana* possui como correlato o *direito à moradia*. Por isso, então, que o *direito à propriedade* não possui peso semelhante ao do *direito à moradia* na situação ora analisada, pois a prevalência da *propriedade*, como direito da Construtora Modelo Ltda, não leva à *afetação da dignidade humana*, enquanto que o desapossamento dos membros da comunidade Dandara implica em alijá-los do *direito de existir* como *peças dignas*, já que lhes impede o *morar como residência*. [...] Não basta [...] garantir o direito de *ocupação do imóvel*, mas proporcionar medidas que efetivem a *concretização do direito à moradia* como uma das condições de projeção dos moradores como *seres humanos*. (MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ação Civil Pública nº 0356609-69.2010.8.13.0024. p. 4 e 6)

O direito à moradia como um direito universal traz discussões importantes que envolvem as reais condições de acesso aos direitos sociais. O universalismo se pretende como, possivelmente, abrangente a todos os domínios do social, mas não se coloca em pauta que as condições de acesso ao universal não são universalizadas. Essa constatação pode ser reiterada no fato de que grande parte dos seres vivos não desfruta das conquistas mais universais produzidas pela humanidade. Nesse sentido, é possível constatar que não se trata de uma questão de distribuição desses universalismos, mas sim de não fornecimento de reais condições de acesso a eles (BOURDIEU, 2014).

De qualquer modo, por meio dessa vitória parcial, a Ocupação Dandara não só se consolidou, como também foi responsável por fomentar ainda mais a luta por moradia em Belo Horizonte e outras cidades do entorno. Assim, o sucesso da Ocupação Dandara impulsionou outras ocupações pela RMBH, como: Irmã Dorothy (2010), Eliana Silva (2012),

³⁹ Ocupação urbana localizada na região da Pampulha e entre os limites dos municípios de Ribeirão das Neves e Contagem, o nome Dandara se refere a companheira de Zumbi dos Palmares. As denominações das ocupações urbanas quase sempre refletem nomes importantes das lutas sociais, essa marca além de ser um ativador de apoiadores (as), também serve como ferramenta de perpetuação de um processo histórico de luta por direitos e legitimidade à causa.

Zilah Spósito (2012), Emanuel Guarani Kaiowá (2013) e o complexo de ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória) ocorrida em 2013 e que mobilizou quase 1500 famílias.

Foto 6 - Moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal visitam a Ocupação Dandara em conjunto com as Brigadas Populares em 18/05/2014



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em 18/08/2017.

Além das ocupações com fins de moradia, surgiram duas ocupações de imóveis descumpridores das suas funções sociais, as quais possuem como reivindicações apropriações outras do espaço urbano. O espaço cultural Luís Estrela (2013) foi fruto da ocupação de um prédio público situado no Bairro Santa Efigênia, o intuito era pleitear um espaço coletivo e cultural. Já a Casa Tina Martins ocupou um prédio público em 2016 exigindo a criação de uma Casa de Referência da Mulher que acolhesse mulheres em situação de risco, promovesse a prevenção à violência, o empoderamento e a emancipação feminina (BASTOS et al, 2017).

Essas ocupações, assim como as diversas outras que foram eclodindo nesse período, sofreram com a forte militarização dos conflitos sociais. O uso da violência institucionalizada marca o aparelhamento do estado contra os movimentos sociais mesmo antes das jornadas de junho em 2013. Momento este marcado por grande número de manifestações contra as

medidas tomadas pelo governo Dilma Rousseff no decorrer da Copa das Confederações e quanto aos preparativos para a Copa do Mundo de 2014.

O processo de militarização da cidade fica evidente, sobretudo, com a ascensão no quadro político da PBH de um coronel da PMMG, o qual assume o principal posto de comando da política habitacional da cidade, a presidência simultânea da Urbel e do Conselho Municipal de Habitação. Atualmente, as ocupações urbanas tornaram-se uma expressão dos conflitos que permeiam a lógica administrativa das cidades. A insurgência da apropriação radical dos espaços notabiliza a “guerra” que se formalizou contra a colonização da terra e da moradia. Essa “guerra dos/pelos lugares” (ROLNIK, 2015) é um movimento de resistência contra a lógica do mercado, mas como toda guerra, é marcada pelo confronto e pela violência. A gestão militarizada dos conflitos é uma realidade em todos assentamentos informais dispostos à margem das cidades, o que demonstra mais uma vez que os problemas urbanos ainda são encarados como “questão de polícia”.

Independentemente das ocupações surgirem de modo “espontâneo” (sem envolvimento dos movimentos sociais) ou “organizado” (participação efetiva dos movimentos sociais)⁴⁰, em algum momento do processo de resistência ou consolidação da ocupação, os movimentos sociais aparecem como principal articulador do movimento de apoio formalizado. Contudo a rede de apoio estabelecida é muito mais ampla e abrange várias dimensões da ocupação.

No intuito de compreender essa dinâmica de alianças produzidas para legitimar o processo de ocupação, retomo, neste momento, o enredo principal da narrativa. Volto à cena em que há a resistência dos(as) moradores(as) da Ocupação Pomar do Cafezal em deixarem suas casas, reconstituindo o cenário de luta que se formou após a devolução dos mandados de demolição/remoção.

⁴⁰ Essa diferenciação é operacionalizada pelos movimentos sociais, e por mais que tenha um caráter didático, como apontado por um militante do MLB em uma conversa pessoal que tivemos, essa divisão implica assumir que as ocupações só são organizadas quando possuem participação direta dos movimentos sociais. O que nos induz a questionar: organizadas por quem e pra que? Em contrapartida, afirmar que as ocupações surgidas sem o auxílio dos movimentos sociais é caracterizada como espontânea sugere em um primeiro momento que os sujeitos políticos são incapazes de se organizarem coletivamente por si só, e em um segundo momento, de que essa espontaneidade é inocente, talvez até mesmo desarticulada de processos mais amplos de luta política.

2.3 A entrada de novos atores em cena: a (con)formação da resistência

Trilha sonora:

Como Lutei
(Elza Soares)

(E pra chegar)
E pra chegar ao ponto que eu cheguei
Como lutei!
Como lutei!
(Refrão 2x)

Quando eu nasci veio um santo
Preto e pobre como eu
Me rezou contra quebranto
Me beijou e me benzeu
E me traçou um caminho que meu pai obedeceu
Graças à este caminho é que hoje eu sou mais eu (pois é)
(Refrão 2x)

Onde eu cresci tem um rio com água de toda cor
Minha vida é hoje tudo que este rio me ensinou
Amizade pros amigos, chibatada pro feitor
Foi nestas águas do rio que meu pai me batizou (pois é)
(Refrão 2x)

Já briguei briga de foice
Já remei contra a maré
Hoje em dia tenho grana pro cigarro e pro café
Com meu bem sempre do lado me fazendo cafuné
Quem quiser ter tudo isso peça à Deus que assim dá pé (pois é)
(Refrão 2x)

Para dar andamento à narrativa-análise que se segue, é necessário trazer informações importantes quanto aos(as) apoiadores(as) externos à Vila Pomar do Cafezal. Entra em cena, então, outros(as) atores que tiveram participação fundamental no processo de resistência das famílias que se recusaram a ser removidas da localidade.

O agenciamento nas/das margens partiu de uma multiplicidade de forças engendradas internamente pelos(as) moradores(as) da ocupação, tal qual por meio da rede de apoiadores(as) formada para fortalecer a resistência para a permanência (lema da ocupação). O caráter político marcante do movimento de resistência põe em discussão as condições

hierárquicas de negociação com a administração estatal, visibilizando a produção e a gestão *diferencial dos ilegalismos*⁴¹ conduzidas às margens do estado.

Assim, faz-se necessário compreender as dinâmicas pelas quais a ocupação em questão se organiza, como o movimento foi desenvolvendo metas e direções específicas ao longo do processo de apropriação territorial, e como foi se consolidando o sentimento de pertença a uma comunidade que comunga de valores, muitas vezes, diversos, mas com reivindicações comuns.

Para que essa cena faça sentido, retomarei o enredo a partir do momento em que os mandados de demolição/remoção foram devolvidos e as famílias a serem removidas pela PBH tiveram tempo para articular o processo de resistência em conjunto com a rede de apoio formalizada pelos movimentos sociais.

2.3.1 A (in)governabilidade nas/das margens: o contra laudo e a perspectiva de permanência na localidade

Após a devolução dos mandados, aguardei que o processo judicial em questão fosse movimentado. Continuei acompanhando pelo site do TJMG (<http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/>) o andamento processual, obtendo informações que a Defensoria Pública teria conseguido uma suspensão da liminar demolitória.

Por ora, me afastei um pouco do controle que vinha fazendo do processo. Mas como continuei trabalhando na região, sempre mantive contato com os(as) moradores(as) e me atualizava das questões pertinentes ao processo. Até esse momento, apesar de marcar minha posição de militante social por moradia, meu envolvimento com as famílias intervencionadas pela PBH estava mais no âmbito das minhas funções como oficiala de justiça.

Enquanto cumpria outros mandados nas intermediações da área denominada de risco pela Urbel e pela Defesa Civil, encontrei Kelmer (morador da ocupação e ainda líder

⁴¹ A noção que envolve a produção e gestão diferencial dos ilegalismos é operacionalizada por Foucault (2012) e trabalhada por Telles (2010) no sentido de deslocar a discussão da tautológica binaridade legal-ilegal, colocando no centro da investigação os modos como as leis operam, não no intuito de coibir ou suprimir os ilegalismos, mas para diferenciá-los internamente, como (re)ordenando os limites de tolerância em relação a alguns sujeitos, exercendo pressão sobre outros, excluindo uma parte, incorporando outras, entre outros dispositivos. Importante ressaltar que os ilegalismos não são imperfeições ou lacunas na aplicação das leis, são componentes dos jogos de poder, distribuindo-se conforme se diferenciam os espaços em que a lei pode ser violada, ignorada ou de fato aplicada. Assim, os agenciamentos políticos podem oscilar entre a transgressão consentida e todos outros dispositivos extralegais de conformação da violência em determinados espaços. “Em seus vários registros, a gestão diferencial dos ilegalismos ajuda a traçar as linhas que desenham a cartografia do social e situar seus pontos de fricção, bem como suas transversalidades, nesses lugares em que a experiência com a lei e as forças da ordem abre-se a uma disputa sobre os sentidos da ordem e seu avesso. (TELLES, 2010, p.56)

comunitário naquele momento). O encontro ocorreu poucos meses após nosso primeiro contato, e Kelmer logo veio me contar que estavam em negociações com a Urbel. De acordo com ele, a PBH havia recuado e começava a discutir possíveis indenizações e reassentamentos para as famílias que desejassem a remoção. Naquela ocasião, comemorei a notícia como uma vitória.

Vale salientar que só obtive maiores informações da suspensão do processo e do conteúdo dessas reuniões com a Urbel, muito tempo depois, quando já estava fazendo a pesquisa para o mestrado. Como me parece mais inteligível que os fatos narrados sigam uma certa lógica temporal, retomarei a narrativa seguindo uma ordem cronológica dos acontecimentos. Dessa forma, as informações foram obtidas em entrevistas com a Sra. Cleide Nepomuceno (defensora pública responsável pelo caso), com Maurício Nogueira (morador da ocupação e figura mais proeminente após a saída de Kelmer da liderança da comunidade) e com a Sra. Margarete (Leta) Maria Araújo Silva (Arquitetos Sem Fronteiras).

Para que a liminar fosse suspensa, foi necessário a atuação da DPMG e do MPE. Segundo a Sra. Cleide Nepomuceno, o defensor responsável pelo caso no primeiro momento de defesa dos(as) moradores(as) era o Sr. Lucas Dias, o qual em conjunto com o promotor de Direitos Humanos do Ministério Público (DHMG), solicitou que alguns(mas) profissionais da arquitetura e da geologia visitassem a área considerada como de alto risco no laudo judicial, para que um contra laudo fosse produzido e a defesa se embasasse em peça técnica que seria apresentada para o juiz responsável.

Leta me confidenciou que foi convocada pela DPMG, uma vez que ela já estava envolvida como arquiteta-militante em outras ocupações da cidade. Da mesma forma, o geólogo, Gilvan Brunetti Aguiar, também foi convocado pela DPMG para que fosse realizada vistorias técnicas na área considerada de risco. Tanto a arquiteta em questão como o geólogo, afirmaram que somente em um percurso a pé pela ocupação, já puderam avaliar superficialmente que havia falhas no laudo produzido pelos(as) técnicos(as) da Urbel.

De acordo ainda com Leta, o defensor público solicitou essa assistência técnica, pois ele estava com receio de defender as famílias que recusaram as propostas de remoção sem estar amparado por outra peça técnica. Assim, esse impasse instaurado em torno do risco só ocorreu a partir do momento em que houve a articulação das famílias e apoiadores(as), permitindo que outros discursos viessem à tona, que outros questionamentos fossem evocados

e que a condição de ocupantes de uma área pobre da cidade embasasse a construção da resistência da ocupação. No entanto, foi somente outra peça técnica produzida dentro dos circuitos de poder autorizados que permitiu a suspensão da liminar de remoções das famílias da Vila Pomar do Cafezal.

A produção do contra laudo foi muito comemorada pelos(as) ocupantes que desejavam permanecer na área. Contudo, a Comissão de Moradores da ocupação (organizada naquele momento) não deixou de se posicionar contrária ao processo judicial que ignorou, novamente, a realidade local:

Belo Horizonte, 20/12/2013.

Neste caso os agentes públicos que querem nos arrancar daqui justificarão afirmando que o lugar é de risco. Mas não é verdade porque o geólogo Gilvan Brunetti Aguiar - CREA-MG: 21.345/D, fez um contra laudo para a nossa comunidade contestando o suposto risco geológico criado por agentes do Município de Belo Horizonte. (...) Nós construímos as nossas próprias casas, não pedimos ao Estado para construir para nós. Trabalhamos, juntamos pequenas quantias em dinheiro e construímos nossas casas. Agora, aparece um grupo de irresponsáveis, pedem a nossa tutela à justiça e querem destruir as nossas casas e as nossas vidas. Se um dia pedirem à justiça para tirarem as nossas vidas também será que será autorizado? Será que a lei realmente não tem valor para nós que somos pobres? Aonde vai parar tudo isso? Aonde vocês querem que chegue tudo isso? (Comissão de Moradores, página do facebook. Acesso em: 18/08/2017)

Foucault (2002) propõe que se deve observar historicamente como efeitos de verdade são produzidos em meio a discursos que, em si, não passam pela lógica do verdadeiro ou falso. Deve-se atentar, assim, à produção do regime de verdade como sendo um componente efetivo na constituição das práticas sociais. É importante indagar também, como afirma Bourdieu (2002), em que campo de poder e em que posição nesse campo os sujeitos se inscrevem. No caso em questão, agentes públicos (Defesa Civil, Urbel e Poder Judiciário) estavam fundamentados(as) no seu poder-dizer que lhes permitem construir realidades dentro da racionalidade de estado e do sistema burocrático que o conforma.

Consequentemente, amparados(as) por outra peça técnica, os(as) moradores(as) da ocupação tiveram a sua possibilidade de permanência atestada pelo contra laudo juntado ao processo. No entanto, outro processo foi judicializado pela PBH em 18/12/2013 constando da seguinte decisão judicial:

Por tais considerações, defiro a antecipação de tutela, autorizando o Município de Belo Horizonte promover a interdição e demolição de todos os imóveis que se encontram em situação de risco no local denominado 'área da Fayal', com proibição de quaisquer novas edificações no local. O Município deverá promover a remoção das famílias para um Abrigo Municipal, arcando com as despesas da mudança e transporte de bens e pessoas, incluindo, imediatamente, as famílias, no Programa

Bolsa Moradia. A interdição, demolição e remoção de pessoas e pertences deverá ser registrada, fotografada e documentada aos autos no prazo de 05 dias. (5º Vara Fazenda Municipal, processo nº: 4138247-27.2013.8.13.0024)

Tal entendimento estava embasado no mesmo laudo pericial produzido pela Urbel em conjunto com a Defesa Civil, acrescentando somente a obrigação da PBH em incluir as famílias no Programa Bolsa Moradia, além de outros detalhes quanto aos procedimentos de remoção. A Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal apresentou, então, a seguinte resposta:

Note que nesta decisão a juíza não faz questão de saber com detalhes onde se localiza tais famílias; a quanto tempo; como está cada moradia; as linhas de projeção de deslizamento da referida encosta caso fosse realmente haver um deslizamento; se a comunidade tinha algo a apresentar contrário ao que estava sendo decidido - e tem, um contra laudo! - e principalmente o futuro das famílias que seriam removidas. Analisem que é como se não tivéssemos DIREITO nem mesmo de decidir aceitar ou não o que estão querendo impor a nós, somente pelo fato de sermos pobres. É uma mentalidade muito atrasada, mas que ainda está governando a todos nós. Comissão de Moradores, página do Facebook. Acesso em: 18/08/2017.

Nessa nota, os(as) moradores(as) denunciam esse regime de construção de verdade (relação saber/poder) como um regime de exclusão, a experiência fenomenológica (testemunho da experiência vivida, do corpo, do eu) é excluída do sistema de verdade operante, desqualificando o conhecimento local por confiná-lo na lógica da falta e da pobreza. Nega-se também o direito desses atores políticos dizerem não, de se posicionarem, de serem ouvidos, demonstrando claramente que os arranjos institucionais não privilegiam a fala dos sujeitos subalternizados, os quais possuem poucas ou nenhuma condição de se inserirem nesses espaços de enunciação (SPIVAK, 2010).

Novamente houve resistência das famílias, mas nessa ocasião, a DPMG já estava atuando no caso e pediu a suspensão da liminar mesmo antes da expedição dos mandados. A mesma apresentou defesa em favor das famílias e ainda ajuizou uma Ação Civil Pública, processo nº 0024.13.108.447-7, defendendo o direito público subjetivo destas à regularização fundiária. Nesta ação, foi sustentado que embora o local não apresente o risco geológico afirmado pela PBH, há necessidade de infraestrutura urbana, como obras de saneamento básico e drenagem pluvial, uma vez que riscos pontuais de deslizamento de terra podem aparecer seja por falta dessa infraestrutura ou mesmo em razão de casas construídas indevidamente. Considerou-se ainda que as famílias carecem de assistência técnica, uma vez

que a PBH ainda não implantou devidamente a lei de Assistência Técnica⁴² que assegura acompanhamento de técnicos(as) da engenharia e arquitetura em obras que os(as) cidadãos(ã) não consigam arcar com essas despesas.

Sendo assim, a liminar de remoção das famílias foi suspensa em razão de um acordo firmado entre o representante do Executivo e os movimentos populares, essa negociação intencionava que o complexo da Rua Sustenido fosse inserido em projetos de regularização por meio do reconhecimento do local como ZEIS (essa inserção foi solicitada também durante a última audiência pública). No entanto, até o presente momento, não houve votação dessa pauta na câmara dos vereadores de Belo Horizonte. A DPMG conseguiu ainda uma liminar na justiça na qual o Poder Judiciário reconhece que a remoção das famílias deve estar sujeita ao reassentamento digno e que o poder público tem a obrigação de periciar o local. A Ação Civil Pública da DPMG, bem como os demais processos, aguardaram, então, a realização de uma perícia judicial (terceiro laudo) para averiguar a existência de risco geológico na encosta.

Nesse momento, inicia-se a parceria com a equipe técnica de arquitetos(as) sob a coordenação da professora Margarete Leta. Pois, a intenção era que pontos cruciais da encosta fossem tratados e que os riscos pontuais apontados no contra laudo fossem sanados. No decorrer da conformação dessa rede de apoio, acontece uma cisão na ocupação. Em um dos primeiros contatos que tive com Maurício Nogueira, no início do ano de 2014, o mesmo me contou que Kelmer havia deixado a liderança da comunidade e que as Brigadas Populares não estavam mais dando suporte à ocupação. Ele ainda me atualizou quanto aos acontecimentos que se seguiram após as primeiras reuniões com a Urbel.

Apesar de não se intitular como liderança da ocupação, Maurício possui grande visibilidade dentro da comunidade, pois está a frente de todos os processos de construção dos espaços comuns da ocupação. Em nossas primeiras conversas, Maurício afirmou que sua negativa em assumir a liderança na ocupação diz respeito aos problemas enfrentados com o ex-líder do movimento, Kelmer, que se tornou uma figura controversa dentro da ocupação.

Em meio às desavenças entre os dois, Maurício se destacou como morador engajado nas atividades que foram sendo desenvolvidas, e Kelmer perdeu espaço na localidade. Após esses conflitos, Kelmer, que foi indenizado pela Urbel quando estava na ocupação Nelson Mandela, deixou a ocupação e a liderança definitiva da Ocupação da Vila Pomar do Cafezal.

⁴² O Decreto 11709/04 | Decreto nº 11.709, de 13 de maio de 2004, regulamenta a lei nº 8.758, de 16 de Janeiro de 2004, que versa sobre a instituição dos serviços de engenharia e arquitetura públicas no Município de Belo Horizonte. Art. 1º - O Serviço de Arquitetura e Engenharia Públicas instituído pela Lei nº 8.758/04 é constituído por um conjunto de ações destinadas à promoção de assistência técnica e jurídica no âmbito urbanístico, à elaboração de projeto, à construção de edificação e regularização urbanística de imóveis no Município, a preços acessíveis à população, de modo a viabilizar o acesso universal aos serviços de arquitetura e engenharia.

Nesse momento, mais ou menos no início do ano de 2014, houve também a cisão com as Brigadas Populares. Maurício relatou em diversas conversas que os movimentos sociais são imprescindíveis em um primeiro momento de articulação política e conformação da rede de apoio externa. Segundo o discurso atual formulado por ele, essa representação não é mais necessária e nem desejada, ela está sendo repensada em termos de parceria, pois, o movimento interno da ocupação privilegia esse tipo de relação a situações que colocam os(as) moradores(as) como coadjuvantes na configuração desses "projetos políticos"⁴³.

De acordo ainda com Maurício, militantes das Brigadas Populares teriam assumido a constatação do risco presumido pelo laudo da Urbel como um fato incontestável. Sendo assim, quando houve as primeiras reuniões para se negociar com a Urbel, militantes das Brigadas Populares assumiram a postura de que os(as) moradores(as) poderiam sim ser removidos(as), desde que houvesse a indenização por parte da PBH. Todavia, não era consenso dentro da ocupação a aceitação das indenizações. Moradores(as) como Cheila, Maurício, Neila, Gilson, Val, Djalma e muitos(as) outros(as), discordaram dessa posição assumida pelas Brigadas Populares e de alguma forma conduzida por Kelmer. Nesse momento, então, segundo Maurício, houve uma (re)estruturação da resistência pela permanência.

A seguir defino como essas novas diretrizes tomaram rumos importantes na concretização do que hoje se tornou a Vila Pomar do Cafezal.

2.3.2 A rede de apoio formalizada e as diretrizes do projeto de consolidação da ocupação pela resistência

O processo judicial estando suspenso e havendo a cisão com as Brigadas Populares e com o ex-líder da ocupação, iniciou-se, então, um novo momento de luta para os(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal.

Segundo Leta, os primeiros contatos dela com a ocupação foram de muita desconfiança. Maurício, que nesse momento já estava à frente dos processos de resistência, foi aos poucos aceitando o envolvimento do grupo de arquitetos(as) que chegou ao local.

Uma vez mapeado alguns pontos de maior instabilidade do terreno, os quais estão descritos no contra laudo produzido em favor da permanência da ocupação, foi necessário uma força tarefa por parte de moradores(as) e arquitetos(as) para que as áreas definidas como

⁴³ A noção de “projetos políticos” é aqui colocada nos termos em que a definiu Dagnino (2004). “... os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientem a ação política dos diferentes sujeitos” (p.98).

mais problemáticas fossem tratadas.

Foi desse modo que a parceria com o projeto Arquitetos Sem Fronteiras (ASF) se consolidou. Por um lado, houve a necessidade dos(as) moradores(as) demonstrarem ter supervisão técnica quanto às suas construções e desqualificar o laudo produzido pelos aparatos de poder público; por outro, a “orientação técnica” desses(as) profissionais autorizados(as) se tornou um importante motivador para as contenções a serem realizadas no local, além de ensejar o que vinha a se tornar o projeto do Pomar.

Foto 7 - A arquiteta Margarete Leta (chapéu) com sua turma visitando uma moradora da Vila Pomar do Cafezal em 08/02/2014



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

No final do ano de 2013 e início de 2014 começaram os mutirões, sendo organizados, inicialmente, no intuito de conter pontos críticos da encosta. Alunos(as) da Arquitetura e Urbanismo da UFMG começaram a fazer campo na área⁴⁴, entrevistaram moradores(as) e

⁴⁴ A Professora Margarete Leta ofereceu uma disciplina intitulada “Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Problemas de Urbanização e Requalificação de Assentamentos Precários” em que de acordo com a ementa da disciplina, os objetivos são: “Formar as competências para análise crítica, diagnóstico urbano e arquitetônico e intervenções em assentamentos precários. As atividades propostas têm o objetivo de treinar as habilidades do aluno na resolução dos problemas conceituais, funcionais, legais, plásticos, técnico-construtivos e

fizeram avaliações das moradias no local. Houve ainda a ideia por parte da arquiteta e de moradores(as) em cobrir uma encosta com frutíferas. Tal ação também se justificava pela necessidade de impedir a ocupação da área, uma vez que já havia boatos que moradores(as) locais tinham interesse em cercar a área para construção de futuras moradias.

Na descrição da página na internet dos Arquitetos Sem Fronteiras, essa parceria é descrita da seguinte forma:

Desde então a ASF tem sido parceira da Comissão de Moradores da Vila Santana do Cafezal no pomar, que tem como ideia principal recuperar uma área ambientalmente degradada, sobretudo pelo aporte cotidiano de lixo. O pomar vem se mostrando uma iniciativa importante no processo de retomada da relação cotidiana dos cidadãos do Cafezal com áreas de fragilidade ambiental. Se bem cuidadas, essas áreas demonstram o potencial de revitalização não apenas de seu entorno imediato, mas de toda a cidade. O processo iniciou-se pelo tratamento de um espaço residual da Rua Sustentado em congruência com a vertente íngreme - onde eram constantemente despejados lixo, entulho e esgoto. Por meio de mutirões, moradores e colaboradores limpam o espaço e fizeram nele uma pequena praça gramada e também um viveiro de bambu que abrigaria as futuras mudas do Pomar. Para o tratamento do talvegue, a estratégia adotada foi a construção de terraças suportadas por estruturas de bambu e eucalipto, formando grandes patamares preenchidos com entulho de obras vizinhas e terra. É esperado que os substratos estabilizem-se ao longo do tempo e passem a ser independentes da estrutura, mas ainda escorados pela cobertura vegetal do Pomar, que já está sendo plantado. O processo conformará não só um espaço verde de grande importância para o tratamento da microbacia, como também irá amenizar a declividade original tornando o talvegue mais acessível e de maior capacidade drenante, pela reconstituição do reservatório natural das águas de chuva. Hoje, o Pomar do Cafezal conta com mais de 160 mudas já plantadas das mais variadas espécies de frutíferas e pretende-se chegar a 900 mudas. Os trabalhos da Comissão de Moradores e seus colaboradores seguem por meio de mutirões mensais e ainda com os cuidados diários da Equipe de Vida, responsável pela irrigação e pela manutenção dos espaços do Pomar. Disponível em: <http://semfronteirasbrasil.wixsite.com/asfbrasil/pomar-do-cafezal> Acesso em: 18/08/2017.

Nesse momento, um viveiro de bambu foi construído e através de doações oriundas de vários apoiadores(as) muitas mudas chegaram ao projeto. Normalmente, o plantio acontecia aos domingos pela manhã e, às vezes, era seguido de um almoço comunitário. Em meados de 2014, a equipe que trabalhou na cobertura da encosta diagnosticada como mais problemática, já tinha retirado todo entulho e lixo acumulado no local. Assim a área verde começou a se tornar o Pomar do Cafezal.

Os mutirões realizados no intuito de sanar os riscos pontuais apontados pelo geólogo Gilvan Brunetti e ancorado pelas análises realizadas pelas arquitetas Margarete Leta e Raquel

de representação relacionados a requalificação urbana, paisagística e aos problemas habitacionais em assentamentos precários.” Foram três turmas, uma no segundo semestre de 2014 e duas em 2015. Além dessa disciplina, a aluna de graduação do curso Arquitetura e Urbanismo da UFMG, Alice Campos Barroso Magalhães Queiroz, defendeu sua monografia sobre o processo de formação do pomar (Frutos do Pomar), orientada pela Professora Dra. Margarete Leta. Disponível em: <http://ofiaup.wixsite.com/assentamentos> Acesso em: 18/08/2017

Julião (UFMG) tinham como objetivo ainda o compartilhamento das atividades com os(as) moradores(as) da ocupação, os(as) quais deveriam apresentar os pontos mais críticos em relação a suas moradias e acesso às mesmas. Em vistorias realizadas, as profissionais detectaram alguns problemas no local como: excesso de lixo jogado em áreas indevidas (não há coleta de lixo em parte da ocupação), esgotos eliminados ao ar livre (também não há rede de esgoto e qualquer tipo de saneamento básico), caminhos naturais percorridos pela água da chuva, os quais estavam obstruídos por entulhos ou falta de manutenção e entre outros problemas de infraestrutura local.

Foto 8 - VI Mutirão para a construção do Pomar do Cafezal em 03/05/2014



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

Só tive contato e comecei a trabalhar nos mutirões em meados de 2015, a partir do convite de Maurício para que eu fizesse parte da rede de apoio. Nesse momento específico, o número de moradores(as) já estava bem reduzido. No entanto, as atividades da ocupação puderam ser expandidas, pois a quantidade de apoiadores(as) envolvidos(as) permitiu que muitas frentes de trabalho fossem abertas, e que apesar da desmobilização crescente de alguns(mas) moradores, o projeto do Pomar aos poucos se concretizasse.

Foto 9 - XXI Mutirão realizado em 2015, nota-se a presença massiva de apoiadores(as) e apenas poucos(as) moradores(as)



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

Como princípio organizativo da luta política, o ideal comunitário foi, insistentemente, evocado no sentido de dar legitimidade à Ocupação Vila Pomar do Cafezal. Reiteradamente, as ocupações urbanas, que eclodiram na última década, precisam (re)construir os significados, não só semânticos de termos como ocupação, invasão e comunidade, como também precisam se articular a um discurso político proeminente que legitime a mobilização desses sujeitos.

É muito comum o emprego da palavra “comunidade” pelos moradores de favelas e também nas ocupações, tanto pelos seus moradores como pelos movimentos sociais. O termo ocupação possui um forte conteúdo político que é evitado em algumas ocasiões para não impedir o estabelecimento de diálogos com atores contrários à ação. Sem dúvida, é altamente discutível que as ocupações admitam ser vistas, sem maiores problemas, como “comunidades”, palavra que evoca comunhão de interesses e mesmo harmonia e coesão (...) Outra questão importante para a imagem positiva da ação política é a utilização do termo ocupação ou de termos alternativo, como comunidade, em diferentes momentos da luta política. (LOURENÇO, 2014, p.92)

Viver em comunidade significa, então, compartilhar de uma localidade produzida coletivamente, mas que não necessariamente compartilha modos de vivência e posições parecidas no mundo. Se em determinados contextos a expressão do ideal comunitário

mobiliza até mesmo uma relação estendida ao parentesco, em outros casos basta uma articulação política em que se pleiteia os mesmos direitos para que a comunidade surja como discurso mobilizador.

Vale ressaltar que a noção de comunidade, muitas vezes naturalizada, não se torna um objeto de reflexão em diversos contextos. Comunidades são formadas em um determinado instante, são contextuais e processuais, como também precisam de ativadores políticos para se exercerem como tais. Pois, “só a situação faz a comunidade” (AGIER, 2011, p.181). Sendo assim, a comunidade pode ser entendida como um lugar de pertencimento compartilhado pelos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal, os(as) quais acionam essa noção quando há necessidade em se afirmarem como sujeitos da ocupação que lutam por sua permanência na localidade.

Esse discurso mobilizado pelos(as) ocupantes no contexto de enfrentamento, possibilitou emergir a ideia de comunidade que prosperou na ocupação, principalmente, enquanto a ameaça de remoção das famílias era iminente. Com a suspensão do processo judicial e o perigo de desalojamento apartado, pelo menos momentaneamente, aflorou-se vários conflitos entre moradores(as), apoiadores(as) e moradores(as) e apoiadores(as). Conflitos esses, próprios de qualquer coletivo humano, mas que, paulatinamente, vem desmobilizando os sujeitos envolvidos em prol de um projeto comum.

Entretanto, os(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal continuam atentos(as) às possíveis intervenções do estado-capital. O surgimento de algum(a) agente da Urbel ou da Defesa Civil na área produz outras articulações políticas, motivando os(as) moradores(as) a se posicionarem novamente. Nesse sentido, “a dinâmica de defesa do território torna-se, assim, elemento unificador do grupo que articula, então, um discurso onde se apresenta como coletividade através da construção do “nós”, categoria pronominal enfatizada em alguns depoimentos(...)” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

As estratégias são diversificadas, assim como os motivos necessários para se entenderem como uma comunidade são acionados conforme os interesses enredados. Daí a “emancipação” da ocupação em relação a Vila Santana do Cafezal, assentamento que já estava consolidado desde a década de 80. Para os(as) moradores(as) mais empenhados(as) nos trabalhos da ocupação havia a necessidade de uma nomenclatura própria que acompanhasse o novo contexto, então, a Vila Pomar do Cafezal pôde sobrevir como projeto comunitário. Assim, os(as) apoiadores(as) surgem como elementos responsáveis por estimular esse ideal comunitário nos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal. O movimento político engendrado não diz respeito “somente” a luta por moradia, mas expressa ainda o

desenvolvimento de projetos que positivaram a ocupação em outros circuitos, com propósitos de gerar um “coletivo autogestionário” e uma militância política que solapasse os ideais individualistas, enfim, um projeto outro de cidade e de insurgência política

Todavia, como observadora analítica e crítica do processo, considero que para alguns(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal que foram se afastando, esse projeto comunitário dos(as) apoiadores(as) era mais um protótipo “de gente da universidade”, do que uma realidade alcançável e/ou desejável. A comunidade como projeto para os(as) moradores(as) me parece um desafio articulado pela prática política do dissenso (conflito como forma social de existência), fundamental para construir, cotidianamente, o mínimo necessário para uma convivência de respeito mútuo. Mas que também ativa as diferenças existentes dentro do grupo.

Em resumo, a participação ativa de um grupo de moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal contra as intervenções do poder público na localidade suscitou a organização do coletivo em prol da permanência das famílias na área definida como de alto risco pela Urbel e pela Defesa Civil. Para que a resistência se formalizasse foi necessário pautar a luta por moradia como uma expressão reivindicatória da comunidade, demandando ainda posicionamentos por parte da administração pública belorizontina.

Nessa perspectiva, me debruçarei sobre as estratégias de resistência e agencialidades promovidas pelos(as) moradores(as), que foram responsáveis por fomentar uma identidade local a luta empreendida, além de mobilizarem esses sujeitos em práticas políticas necessárias para que o direito à moradia fosse defendido e reiterado frente às ameaças de remoção.

2.3.2 As estratégias de resistência e as agencialidades nas/das margens

Seguindo o andamento da narrativa-análise, enquanto o contra laudo foi produzido e se estreitavam as relações com os(as) apoiadores(as), alguns(mas) moradores(as) mobilizaram-se em uma comissão no final de 2013, reunindo-se, constantemente para solucionar problemas internos e externos à ocupação. Segundo Maurício, a ideia de constituir uma Comissão de Moradores teria partido dele e de sua avaliação de que era necessário à época um grupo de moradores(as) que ficasse a frente das decisões a serem tomadas no curso da resistência. No entanto, Maurício avalia que “na verdade a Comissão de Moradores nunca existiu”, pois teria faltado envolvimento dos(as) moradores(as), “era sempre uma luta trazer as pessoas para as reuniões”. E que ele se ressentia de ter ficado “marcado como o chato pela insistência em querer que as pessoas se envolvessem mais no projeto”. Para ele, houve

esforços no intuito de cativar as pessoas, mas o convencimento era difícil, “o individualismo é muito grande.”

Foto 10 - Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal e um apoiador das Brigadas Populares em 11/04/2014. Da esquerda para a direita: Cheila Cabral, Maurício Nogueira, Luiz Fernando Vasconcelos, Claudiana Vieira Gonçalves, Weberson Gonçalves, Gilson Santos e Maria Inês Alves.



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

Essa comissão foi sendo renovada à medida que outros(as) moradores(as) se interessavam em organizar a resistência. Os(as) moradores(as) que tiveram participação mais proeminente, ou que pelo menos compareceram em mais reuniões foram, principalmente: Maurício, Cheila, Gilson, Val, Djalma, Neila, Weberson, Claudiana, Rafael, Tiago, Consolação e Alex. A comissão chegou a ter quatorze componentes no ano de 2014, algumas pessoas com mais e outras com menos envolvimento nas atividades da ocupação. Segundo Maurício todos(as) esses(as) moradores(as), que participaram da comissão em algum momento, queriam permanecer na área, negando as indenizações posteriormente oferecidas pela Urbel, lutando até hoje para que o processo contra eles(as) seja arquivado e para que a área seja regularizada pela PBH.

Atividades de contenção e intervenções diversas foram colocadas como possibilidades de atuação na vila. Nessa oportunidade, as doações externas não eram suficientes para dar suporte à demanda. Por isso, foi necessário pensar em uma fonte de renda que proporcionasse valores fixos para o projeto. Inicialmente, Maurício teve a ideia de conseguir cinquenta patrocinadores(as) para o Pomar, cada um(a) contribuindo com cinco reais mensais para arcar com as despesas necessárias. Essa proposta foi efetuada, surtindo efeito por alguns meses, como pode ser observado no relatório financeiro realizado pela Comissão de Moradores:

Relatório de atividades financeiras do Pomar do Cafezal para os integrantes do Programa Patrocinadores do Pomar do Cafezal em novembro de 2015.

Quantidade de patrocinadores 59. Pessoas que deixaram de ser patrocinadores, 3.
 Recurso total do Pomar do Cafezal em 01/11/2015, R\$ 175,11 este é o que estava disponível para uso. Recurso bloqueado em 01/11/2015, R\$ 75,00.
 Quantidade de patrocinadores que deram contribuições durante o mês de Novembro: 24 pessoas: (24*R\$ 5,00, = 120,00)
 Quantidade de patrocinadores que deram contribuições em meses anteriores para Novembro, quatro pessoas: (2 * R\$10,00) + (2 * R\$5,00). Já foi utilizado!
 Doações de professores e alunos, reunidos por Rita de Cássia Liberato, R\$ 270,00.
 Outras doações, R\$ 10,55.
 2º Bazar do Pomar do Cafezal e venda de rifas, em 21/11/2015, R\$ 316,50.
 3º Bazar do Pomar do Cafezal, venda de rifas, cerveja e refrigerante, R\$ 859,50
 Total de recurso conseguido em Novembro, R\$ 1.576,55
 Recurso desbloqueado para uso em 14/11/2015, R\$ 40,00.
 Recurso disponível para uso em 01/11/2015, R\$ 175,11.
 Todo o total disponível para uso entre 01 a 30 de Novembro, R\$ 1.791,66.
 Os responsáveis pela guarda e decisões de uso desse dinheiro são:
 Gilson; Weberson; Valdelicio; Neila; Leta; Claudiana; Djalma; Maurício; Tiago; Adão. (DEZ PESSOAS)
 Todas essas pessoas descritas compõem a Comissão de Moradores e Apoiadores da Vila Pomar do Cafezal.
 Nenhum valor poderá ser gasto em nada que não seja com o Pomar do Cafezal ou com as necessidades coletivas da Vila Pomar do Cafezal.
 Comissão de Moradores e Apoiadores da Vila Pomar do Cafezal, página do facebook. Acesso em: 20/08/2017

Em conjunto com a ideia dos(as) patrocinadores(as), as arquitetas, uma moradora/apoiadora do Aglomerado da Serra, e uma socióloga da PUC deram início a um bazar realizado a cada mutirão de contenção da encosta. Os itens (principalmente roupas e sapatos) foram obtidos pelas próprias proponentes do bazar, que por algum tempo se constitui na principal fonte de renda do projeto. Inclusive, tendo custeado o início da construção da escada hidráulica que é responsável por escoar a água das chuvas na encosta do plantio do Pomar. Essa escada, assim como a sede do bazar, se tornaram motivos de discordância e instabilidade dentro do grupo de trabalho do Pomar, o que será detalhado mais à frente.

Foto 11 - Memorial do Pomar do Cafezal construído em 29/03/2014 com os nomes dos(as) moradores(as) e apoiadores(as) do projeto



Fonte: Arquivo pessoal da autora, imagem realizada em agosto de 2016.

No intuito de consolidar o projeto, parte de um terreno de outra encosta foi comprado por três moradores (Gilson, Val e Maurício) em 11/09/2014, visando à construção de uma sede comunitária para o Pomar. Maurício contou que compraram o terreno por 5.000 reais. A ideia sempre foi ter um espaço público para que toda a ocupação pudesse usufruir, mas que também pudesse abrigar pessoas de outras ocupações em visita ao local, assim como integrantes do MST e outros movimentos pela reforma agrária e moradia que estivessem passando por Belo Horizonte e não tivessem lugar para ficarem. Essa foi uma das grandes ações planejadas pela Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal.

A Comissão de Moradores ainda se organizou de tal forma que decisões quanto ao rumo da ocupação e formas de resistência passavam por reuniões semanais ou mensais a depender da urgência dos assuntos a serem tratados. Entre as muitas propostas de resistência e ação coletiva que foram tomadas ao longo da existência da comissão, as que mais chamam a atenção são as incursões à Tv Record, Rede Globo, Rádio Itatiaia e Rede Minas, todas em janeiro de 2014. Os(as) moradores(as) que compunham a comissão naquela época: Val, Djalma, Cheila, Maurício, Tiago, Gilson, Consolação e outros(as), decidiram ir em cada uma

dessas emissoras e rádios mencionadas para entregar uma cópia do contra laudo produzido em defesa da ocupação. O que desencadeou essa decisão foi uma série de reportagens realizadas em que técnicos(as) da Defesa Civil e da Urbel caracterizam a iminência do desastre que aconteceria na área caso as famílias não deixassem o local. Muitas vezes, tratando o assunto como se os(as) moradores(as) fossem irresponsáveis ao permanecerem no local, uma vez que recusavam a devida segurança oferecida pelo poder público⁴⁵.

Foto 12 - A Comissão de Moradores entregou o contra laudo em janeiro de 2014 a todas as emissoras de tv e rádio que divulgaram informações tendenciosas sobre a ocupação



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

Mesmo com todos os esforços em informar aos meios midiáticos que os(as) moradores(as) da ocupação possuem documentos que contrariam a versão oficial da Urbel e da Defesa Civil, outros meios de comunicação continuaram veiculando notícias de que a “área do complexo da Rua Sustenido” na Vila Santana do Cafezal, é a que apresenta maior risco

⁴⁵ Encontrei apenas um link para a reportagem, as outras foram transmitidas pela televisão e não consegui obter acesso às mesmas. Disponível em: <http://www.itatiaia.com.br/noticia/populares-que-moram-na-rua-com-maior-risco-geologico-de-bh-temem-chegada-das-chuvas> Acesso em: 10/08/2017.

geológico em Belo Horizonte.⁴⁶ Nessas reportagens existem, até mesmo, falas de moradores(as) que desejam ser removidos(as) do local, os(as) quais nunca participaram da resistência, pois acreditam que podem “ganhar” apartamentos do PVV. Nesse mesmo período, Maurício em conjunto com integrantes das Brigadas Populares, conseguiram que o jornal Brasil de Fato fizesse uma reportagem explicando a situação das famílias da Vila Santana do Cafezal ameaçadas pela remoção⁴⁷.

Foto 13 - Faixa colocada em meados de 2014 na encosta condenada pela Urbel



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

Duas faixas também foram colocadas na encosta condenada pela Urbel e pela Defesa Civil na entrada da ocupação para que visitantes, ao chegarem no local, tivessem contato com a resistência formalizada. Os(as) moradores(as) tentaram a todo custo informar sobre a situação vivenciada por eles(as) naquele contexto. Nesse momento específico (principalmente durante o ano de 2014), havia intensa propagação por parte de agentes da Urbel e da Defesa Civil de que os(as) moradores(as) seriam irresponsáveis, ignorantes e que estariam colocando a vida de outros(as) moradores(as) do entorno em risco.

Outra forma de mobilização da Comissão de Moradores foram as campanhas fotográficas realizadas com moradores(as) segurando um cartaz com os seguintes dizeres:

⁴⁶ Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/risco-de-desabamento-iminente-ameaca-casas-de-106-fam%C3%ADlias-no-cafezal-1.1154974> Acesso em: 10/08/2017.

⁴⁷ Disponível em: <https://ns2.mst.org.br/sites/default/files/Edi%C3%A7%C3%A3o%20de%202018%20do%20Brasil%20de%20Fato%20MG.pdf> Acesso em: 10/08/2017.

“Não vamos sair de nossas casas. Famílias da Vila Santana do Cafezal Serra/BH/MG.” Essas fotos foram divulgadas na página da ocupação no facebook (criada com o intuito de dar visibilidade às ações da ocupação), no sentido de atrair a atenção das pessoas para a situação vivenciada pelos(as) ocupantes.

Foto 14 - Campanha organizada pela comissão contra as remoções em 11/01/2014. Gilson, sua esposa, suas três filhas e filho posam para a foto segurando o cartaz afirmando que não sairão das suas casas



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

Houve ainda intervenções artísticas nos espaços públicos contra as ações de agentes da Urbel e da Defesa Civil. As pixações realizadas em casas e muros da ocupação, assim como na praça identificada nos laudos como apresentando sinais visuais da movimentação do solo da encosta, estão espalhadas por toda a vila. Designadas de “expressão cultural de habitantes da Vila Pomar do Cafezal”, essas pixações apresentam agentes da Urbel e da Defesa Civil como monstros, outras também possuem os nomes da Rede Globo, Rádio Itatiaia, Rede

Minas, etc⁴⁸. Não tenho informações quanto aos(às) possíveis autores(as) dessas pixações, entretanto, a quantidade de intervenções na ocupação é muito grande.

Foto 15 - Pixação na pista de skate da praça que fica acima da encosta declarada como de alto risco pela Urbel e pela Defesa Civil



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal, sem data e autor(a). Acesso em: 18/08/2017.

Uma outra expressão cultural/artística realizada pela comissão foram as pinturas feitas nos postes em todo o Aglomerado da Serra com a seguinte frase: “Visite a Vila Pomar do Cafezal na Rua Sustenido”, a intenção é de promover a divulgação do projeto e dar visibilidade à ocupação. Principalmente, entre os(as) moradores(as) do próprio Aglomerado da Serra. De algum modo, percebo também que essa preocupação em se tornar parte do aglomerado sempre partiu de Maurício, que pretendia, nesse momento, uma articulação mais ampla com outros(as) moradores(as) do entorno, no sentido de produzir e concretizar ainda mais alianças em prol do projeto do Pomar.

⁴⁸ Álbum de fotos da página do facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/Vila-Pomar-do-Cafezal-245395828947421/> Acesso em: 18/08/ 2017.

Foto 16 - Divulgação da ocupação em 11/03/2015 no final da Rua Coronel Jorge Davis, Bairro Novo São Lucas



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

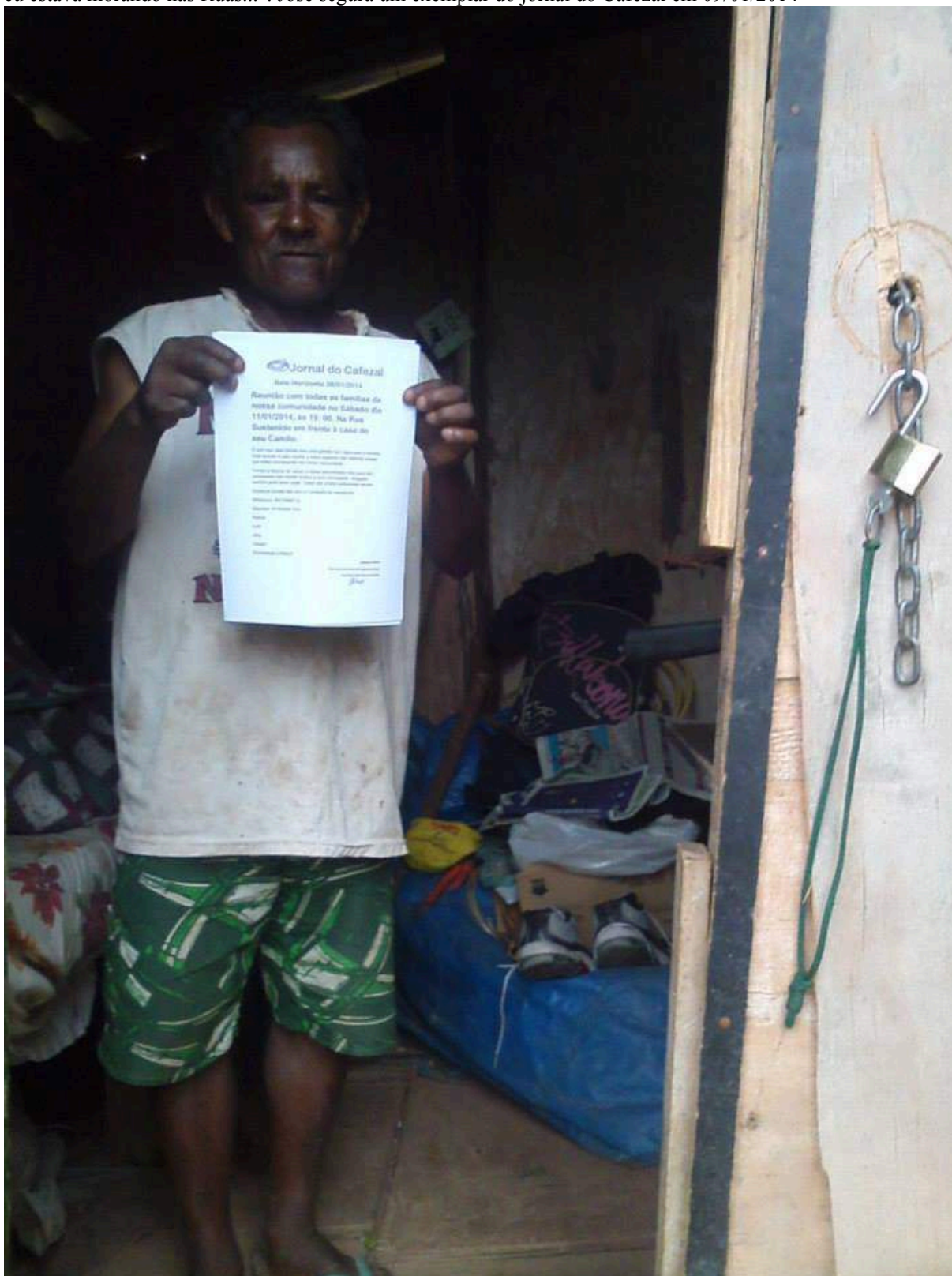
Para a divulgação de todo o movimento de resistência que estava ocorrendo na ocupação e com o intuito de denunciar as atuações dos(as) agentes públicos da Urbel e da Defesa Civil, a Comissão de Moradores criou ainda em 2013 uma página no Facebook⁴⁹. Essa página foi (e ainda é) gerenciada por Maurício Nogueira. O objetivo da página é expresso da seguinte forma:

Belo Horizonte, 02/12/2013

O plano dos agentes da Prefeitura de Belo Horizonte, URBEL e Defesa Civil de BH é nos jogar no "Bolsa Miséria"; nos mandar se virar e depois usar as nossas terras onde hoje estão construídas as nossas casas. Não há respeito nenhum pelas nossas vidas e famílias. Ainda tem coragem de inventar que estamos em risco. É duro saber que isto tudo vem de pessoas que nos governam. Esta página não foi criada para criticar partidos políticos ou políticos. Esta página foi criada para mostrar a realidade de nossa comunidade e como somos atendidos pelos nossos representantes. (Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal, página do facebook. Acesso em 28/08/2017)

⁴⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/Vila-Pomar-do-Cafezal-245395828947421/> Acesso em: 18/08/2017

Foto 17 - Sr. José: "... eu não tenho nada além disso aqui! Se fosse esperar por Prefeitura e gente de Prefeitura eu estava morando nas Ruas...". José segura um exemplar do jornal do Cafezal em 09/01/2014



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

Concomitante a essa divulgação via internet um jornalzinho da Vila Pomar do Cafezal também foi criado no ano de 2014. Circulavam neste jornal as principais notícias, informativos e acontecimentos em relação à ocupação, servindo como suporte para os(as) moradores(as) locais menos envolvidos(as) no projeto.

No ano de 2015 o projeto do Pomar do Cafezal ganhou o prêmio “Gentileza Urbana”, entregue no Museu de Artes da Pampulha⁵⁰. A premiação foi oferecida pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil na categoria Sustentabilidade Ambiental, o projeto foi mencionado como responsável por recuperar áreas ambientalmente degradadas, assim como o plantio de frutíferas que visa a uma autonomia quanto a produção de alimentos nas regiões de aglomerados.

Foto 18 - Entrega do Prêmio Gentileza Urbana de 2015



Fonte: Arquivo comissão de moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 22/11/2017.

A luta das famílias pelo direito à moradia ganhou grande visibilidade, o que freou, em alguma medida, a atuação indiscriminada dos(as) agentes da Urbel e da Defesa Civil na

⁵⁰ Disponível em: <http://iab-mg.blogspot.com.br/2015/09/iabmg-homenageia-os-vencedores-do.html> Acesso em: 15/10/2017.

localidade. O sucesso empreendido com a divulgação do projeto do Pomar e o apoio à ocupação superou fronteiras. Até mesmo apoiadores(as) estrangeiros(as) contribuíram com doações em dinheiro e organização de projetos relacionados à sustentabilidade ambiental em regiões de aglomerado.

Uma estudante de arquitetura sueca, que fazia intercâmbio no Brasil e participou de alguns mutirões no Pomar do Cafezal no ano de 2015, ganhou um prêmio, em Viena, de arquitetura sustentável chamado Blue Award. O projeto da estudante, intitulado Resiliência do Cafezal, se baseia em um protótipo para o centro comunitário da vila, que seria também a sede do Pomar. Esse trabalho foi duramente criticado por Maurício, que alegou um descompasso entre a realidade local e os projetos “sustentáveis” produzidos por grupos de arquitetos(as) que trabalharam no local. Uma vez que a maquete apresentada pela estudante destoava completamente do resto da ocupação, o projeto foi descrito por Maurício como “fora de contexto.” Críticas essas também dirigidas a outros projetos de caráter “sustentável” que começaram a ser realizados em toda a área da Vila Pomar do Cafezal.

Foto 19 - Convocação para o piquenique-conversa sobre as eleições de 2016 em 17/05/2015, evento organizado pelas Brigadas Populares para apresentação das candidaturas do PSOL



Fonte: Arquivo Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 22/11/2017.

Até meados do ano de 2016, a Vila Pomar do Cafezal esteve imersa em muitas atividades tanto externas quanto internas. Foram realizadas rodas de conversa, debates, reuniões, visitas a outras ocupações, entre outras. No entanto, a participação dos(as) moradores(as) se limitou a aqueles(as) que estavam mais envolvidos(as) no projeto. É possível notar ainda, que os eventos internos à comunidade, como as festas, foram responsáveis por maior mobilização dos(as) moradores(as) da vila.

Entre as atividades expostas nesses meios internos de divulgação dos acontecimentos na ocupação estão as festas promovidas pela comunidade. Dois eventos marcam as festividades no local, uma é a realização de um almoço no dia primeiro de maio (ocorreram três almoços, 2014, 2015 e 2016), o dia do trabalhador, em que os(as) moradores(as) mais dedicados(as) às atividades da ocupação conseguem doações de alimento e se organizam para servir um almoço comunitário com a participação de apoiadores(as) e amigos(as) do Pomar. Foram realizados também vários almoços coletivos em dias de mutirão, apoiadores(as) e moradores(as) levavam lanches e/ou alimentos para o preparo, após as atividades do dia todos se reuniam para almoçarem juntos(as).

Foto 20 - 3º Almoço do trabalhador realizado em 01/05/2016



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

Outro evento importante é a festa junina do Pomar do Cafezal. Idealizada por Maurício Nogueira, essa festividade foi bem acolhida pela ocupação, pois foi um momento importante para muitas pessoas gerarem uma renda extra com a venda de alimentos típicos e bebidas em geral. Foram realizadas três festas juninas, a última edição ocorreu nos dias 08 e 09 de julho de 2017, contando com todas atrações que, normalmente, fazem parte da tradição junina, como: pau de sebo, touro mecânico (improvisado numa lata), muitas bandeirolas (feitas pelas crianças), quadrilha (ensaiada e executada somente por moradores(as) locais), fogueiras, barraquinhas e muito forró.

Foto 21 - II Festa Junina do Pomar do Cafezal realizada em 04/07/2015



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

Portanto, muitas das atividades e ações promovidas pela Comissão de Moradores concentraram-se no ano de 2014, quando a iminência de remoção ainda estava muito presente na vida dos(as) ocupantes. A ocupação do prédio da Urbel foi outra expressão do movimento de enfrentamento em que os(as) moradores(as) puderam expor, publicamente, o descontentamento em relação às intervenções realizadas na ocupação. Ocorrida em julho de 2014, essa ocupação contou com muitos(as) moradores(as) oriundos(as) de diversas ocupações da cidade de Belo Horizonte. O movimento exigia que as reintegrações de posse fossem suspensas e que a PBH promovesse os processos de urbanização necessários nas áreas ocupadas. No entanto, como resposta, além de muita violência policial reprimindo os(as) manifestantes, a PBH declarou em nota para o jornal G1 que as “ocupações irregulares urbanas sem o devido planejamento geram o aumento da demanda por serviços públicos de

maneira desorganizada e por saneamento e infraestrutura, podendo gerar novas áreas de risco nessas regiões.⁵¹”

Apesar de ignorarem a atuação política dos(as) moradores(as), desrespeitando os direitos constitucionais quanto à moradia digna, a PBH e o Estado de Minas Gerais aceitaram, depois de muita pressão, conduzir uma mesa de negociação quanto à questão das ocupações urbanas em Belo Horizonte⁵².

Nota-se que o estado-capital não intenta compartilhar o poder decisório quanto à formulação de estratégias em relação a políticas públicas possivelmente adotadas junto a uma coletividade. O modelo de participação da sociedade civil é mascarado por termos que incitam formas pretensiosamente democráticas de gerenciamento da realidade do grupo em que os aparatos de estado intervêm. Quando o que ocorre de fato são tomadas de decisão que passam por "núcleos estratégicos" da administração pública, ignorando as demandas locais.

Foto 22 - Ocupação do prédio da Urbel em julho de 2014



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafetal. Acesso em: 22/10/2017.

⁵¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/07/manifestantes-mantem-ocupacao-da-sede-da-urbel-em-belo-horizonte.html> Acesso em: 22/10/2017.

⁵² A Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais só foi efetivada em abril de 2015 quando começou a serem discutidas as reintegrações de posse e remoções de algumas ocupações urbanas. A ocupação Nelson Mandela no Aglomerado da Serra foi uma das primeiras a ser negociada nesta mesa, tendo garantido o direito ao bolsa moradia a todas as famílias removidas da ocupação.

Dos dias de luta e aprendizado, os(as) moradores(as) carregam experiências valiosas. O momento concretizou o movimento mais amplo de luta por moradia na capital mineira. As possibilidades desses sujeitos atuarem como sujeitos políticos insurgentes nos espaços decisórios fomentou o fortalecimento da luta. Por outro lado, esses atores políticos questionam a democracia constitucionalizada, mostrando ainda que os coletivos sabem se organizar e clamam para que suas práxis sejam legitimadas, e sinalizando ainda para uma despotencialização da política opressiva que caracteriza as relações com o estado-capital.

Importante marcar que a cidadania, ou qualquer outra modalidade que presume formalmente a igualdade jurídico-política daqueles(as) que habitam o território nacional, está amparada em um dos principais signos da constituição do Estado-nação. Como figura institucional emblemática, a cidadania pressupõe a igualdade nos níveis tanto jurídico quanto político, sem levar em consideração as desigualdades dos sujeitos em outras dimensões sociais de sua existência. Esse modelo de cidadania tem sido a expressão institucionalizada da negociação dos limites e das modalidades de dominação no estado moderno/colonial, o qual reproduz o padrão histórico de poder sob seus quatro pilares: a colonialidade, o capitalismo, o Estado-nação e o eurocentrismo (QUIJANO, 2002).

No contexto indiano, por exemplo, Chatterjee (2008) demonstra, etnograficamente, como os sujeitos subalternizados no meio urbano não são tratados como cidadãos(ãs) de pleno direitos. Como a sobrevivência desses sujeitos depende da ocupação “ilegal” da terra e do exercício de atividades produtivas e comerciais no âmbito da informalidade, o dispositivo normativo que versa sobre a formalidade e legalidade impede que os(as) ocupantes das margens da cidade possam exercer plenamente seus direitos de cidadão(ã).

Conquanto essa cidadania limitada ou negada tende a gerir os espaços de decisão política, outra formulação e ampliação dos espaço da política é necessária. Tal ação é colocada em prática pelos coletivos que lutam por moradia, promovendo a constituição de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), os quais definem o que consideram ser seus direitos e lutam para seu reconhecimento enquanto tais. Nesse sentido, é uma estratégia dos(as) não-cidadãos(ãs), dos(as) excluídos(as), uma cidadania “desde baixo” (DAGNINO, 2004b).

Esses outros projetos intentam mecanismos de inclusão, participação e reivindicação ao acesso por meio das particularidades demandadas pelas coletividades, trabalhando para que de fato as estruturas de poder assimétricas sejam diluídas em espaços políticos democratizados. A emancipação dos "cidadãos-sujeitos" traz a tona outras possibilidades de

negociação em situações de conflito em que o estado-capital tende a obstruir o diálogo, além de permitir outros projetos de sociabilidades e modelos mais igualitários de relações sociais.

Foto 23 - Um dos últimos mutirões em parceria com os(as) apoiadores(as) da Vila Pomar do Cafezal realizado em 24/07/2016 para a construção da escada hidráulica responsável por escoar a água da chuva



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

Segundo Maurício, o Pomar do Cafezal foi fundamental para a formalização da resistência. Durante muito tempo, os mutirões e as ações coletivas em prol da permanência mobilizaram o grupo, mantendo as esperanças de construir juntos(as) um futuro melhor. Mesmo Maurício estando muito presente em todas as atividades e propostas para o projeto, ele se tornou uma figura paradoxal nas relações estabelecidas ao longo da resistência. Infelizmente, aos poucos a resiliência formalizada e organizada vem perdendo força, e o projeto precisa ser (re)pensado para que o movimento não se enfraqueça por completo.

Sendo assim, a narrativa prossegue no ritmo dos acontecimentos. Se por um lado, os mutirões e a rede de apoio fortaleceram o movimento de resistência; por outro lado, os conflitos entre moradores(as), moradores(as) e apoiadores(as) e até mesmo entre apoiadores(as) suscitou outra leitura do projeto do Pomar.

2.3.3 Conflitos na condução do projeto político do movimento de resistência

Como forma de elucidar, resumidamente, os conflitos que engendraram novos rumos na condução do projeto do Pomar do Cafezal, desenvolvo uma narrativa-análise quanto às negociações, disjunções e conciliações que surgiram em torno da atuação de apoiadores(as) e moradores(as) da/na vila em meados do ano de 2016.

Quanto às relações internas do Pomar, como de praxe, essas nunca foram de total harmonia e cooperação. Ainda existem muitas áreas a serem ocupadas, contudo, esses locais foram “interditados” pelo geólogo responsável pelo contra laudo, o qual havia afirmado que essas áreas estavam instáveis para a construção. Daí a necessidade de implantar um pomar de frutíferas nesses espaços. Entretanto, alguns(mas) moradores(as) criticam integrantes da Comissão de Moradores mais engajados(as) como se “reservassem” para si essas áreas, limitando o direito de moradia de outros(as) possíveis ocupantes. Além disso, os(as) moradores(as) que fazem divisa na parte de baixo do Pomar movem, constantemente, a cerca que delimita essa divisão, o que gerou discussões graves na ocupação.

Como me alertou um morador, os conflitos internos estão latentes desde o início do processo de resistência para a permanência na área. Pois, apesar de ter se formado uma comissão e muitos(as) ocupantes terem apoiado a resistência, ainda existem moradores(as) que desejam deixar a ocupação, já que acreditam na indenização da Urbel e sonham com a possibilidade de um “predinho”, denominação local dos apartamentos oferecidos pela Urbel como reassentamento. Esses(as) moradores(as) são denominados(as) como “grupo pró-remoção” por esse ocupante mais engajado no projeto.

Na tentativa de alertar esses(as) ocupantes quanto às incoerências da Urbel e os problemas dos “predinhos”, moradores(as) locais e apoiadores(as) ainda tentaram, por algum tempo, manter diálogo com o “grupo pró-remoção”. Esse “convencimento” foi infrutífero, uma vez que esses(as) moradores(as) estavam convencidos(as) que “apartamento é lugar de gente morar”, que não queriam rua de terra, nem os sofrimentos de terem que “sempre estar mexendo nas suas casas”. Por essas razões, o “grupo pró-remoção” entende a resistência para a permanência como uma forma de atrapalhar a conquista do “predinho”.

Outro conflito emergente das relações internas ocorreu entre um morador que se destacou como “liderança” e os(as) outros(as) integrantes da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Já no início da resistência ficou decidido que essa comissão tomaria frente das ações necessárias para a permanência, sem que houvesse a predominância de um(a) líder para o movimento. No entanto, ao longo das atividades propostas pelo projeto, um morador

sobressaiu como figura proeminente na condução e decisão dos rumos do Pomar, o que causou discordâncias, cobranças, críticas e acusações entre os(as) integrantes da comissão. As discussões giravam em torno das questões mais práticas e cotidianas da ocupação, como cercamento do terreno comprado para ser a sede do projeto do Pomar, obras necessárias para o escoamento da água da chuva pela encosta, plantio das mudas, construção de benfeitorias para o projeto (sede do bazar do Pomar), organização das festas ocorridas na ocupação, etc. Nesse momento, os(as) integrantes da Comissão de Moradores criticaram a conduta do morador mais ativo que estaria “assumindo para si a condução do projeto” ao tomar decisões sem consultar o movimento de resistência. As críticas quanto ao caráter intransigente e autoritário da “liderança” foram rebatidas pelo mesmo que responsabilizou a própria comissão de ser omissa e desinteressada quanto ao andamento do projeto.

Devido a todo esse emaranhado de interesses e posições distintas, as relações entre moradores(as) ficaram desgastadas. Concomitante a esses conflitos, surgiram discordâncias entre o morador mais destacado nas atividades do Pomar e o coletivo de arquitetos(as) que apoiou a ocupação. Esse morador pontua, constantemente, que os(as) apoiadores(as) e movimentos sociais chegaram no local com propostas comunitárias, pregando uma certa sustentabilidade e sociabilidade, modos de viver a cidade e outras lógicas esquerdistas que não dão conta das dinâmicas em que os(as) ocupantes vivem. Ele ainda alertou: “quem vê de fora num sabe quanta diferença tem aqui dentro, não dá pra homonegeizar todos os moradores como se tivessem o mesmo interesse”. Sendo assim, as divergências quanto ao andamento do projeto se somaram ao contexto de conflitos internos que se evidenciaram na ocupação.

Pesquisadores(as) que trabalham com o movimento de ocupações urbanas (MORADO, 2016; LOURENÇO, 2014; BITTENCOURT, 2016) marcam diversas dissonâncias em que estão inseridas os conflitos entre apoiadores(as) e moradores(as) das ocupações. O que emerge dessa relação, muitas vezes, são os diferentes objetivos pautados tanto por moradores(as) quanto pela rede de apoio. Pois, se por um lado os(as) moradores(as) entre si já possuem divergências acentuadas; por outro lado, a imposição de pautas políticas caras aos movimentos sociais pode acirrar ainda mais o clima de tensão interno ao coletivo. A agenda política dos(as) militantes é confrontada em outros níveis, porque há a necessidade dos(as) próprios(as) ocupantes em organizarem as suas diretrizes políticas. Contudo, a condição de autoridade dos(as) apoiadores(as), principalmente no que tange ao capital cultural, simbólico e econômico mobilizado no sentido de ter acesso aos meios institucionalizados, sobressai em diferentes situações conflituosas dentro da rede de apoio. As

negociações com os(as) agentes de estado, por exemplo, costumam ser conduzidas por militantes e apoiadores(as).

Sem dúvida que muitos(as) ocupantes se sentem atraídos(as) pelo movimento de luta por moradia e acabam integrando os quadros desses movimentos. Em tal caso, essa divisão entre militante e ocupante pode se confundir. Entretanto, essa incorporação e interligação das duas frentes de luta não resolve os problemas cotidianos. Como afirma um morador de ocupação e militante político, “quem tem expertise para poder falar de ocupação urbana, é quem não tem casa pra morar”.

Esses perigos, em que estamos todos(as) dispostos(as), diz respeito também a negação das condições de diferenças de classes que permeiam as contradições das parcerias entre moradores(as) e apoiadores(as) nas ocupações urbanas. Nesse sentido, o morador que se tornou a figura central quanto à resistência critica o grupo de arquitetos(as) e outros(as) universitários(as) por não conhecerem os limites de classe materializados nas relações cotidianas da ocupação. Além disso, a dimensão acadêmica sofreu fortes críticas quanto aos aspectos que envolve a mobilização da realidade da ocupação como meio de produção intelectual universitária. Como bem pontuou o arquiteto e militante político:

(...) eu, um privilegiado arquiteto-urbanista e historiador, não me percebo como ‘igual’ a um pedreiro, uma empregada doméstica ou outras pessoas que moram nas ocupações, nem enfrento cotidianamente as suas dificuldades. As diferenças objetivas entre moradores e militantes ou ativistas se manifestam de inúmeras formas, até nos hábitos e nas disposições do corpo. (...) De fato, a população moradora das ocupações vem de uma trajetória própria de luta pela moradia, que faz parte de um cotidiano de segregação social que envolve a vida dessas pessoas desde o nascimento. Essa luta pode ser individual e ‘desorganizada’, mas ela existe muito antes da ação de ocupação. Quando os movimentos sociais desconsideram as diferenças e tomam para si a representação política de uma classe à qual não pertencem, também ‘atropelam’ essa trajetória própria e as experiências a ela relacionadas, mesmo que não seja essa a sua intenção. (LOURENÇO, 2014, p.84)

Nesse sentido, foi a condição de autoridade, o conhecimento produzido e o saber técnico legitimado dos(as) apoiadores(as) que teria ocasionado o rompimento com a equipe técnica de arquitetos(as). Contudo, o entendimento da arquiteta, que conduzia as atividades do Pomar, é de que o morador destacado como “liderança” passou a monopolizar o projeto, não ouvindo nem mesmo os(as) moradores(as) locais. Sendo assim, o posicionamento da equipe de arquitetos é de que “o projeto do Pomar sempre foi uma parceria”, e que nunca houve a distinção entre o saber técnico-acadêmico e os saberes locais.

À vista disso, foram apontadas ainda incoerências quanto ao discurso da “liderança”, principalmente, no que concerne às críticas do mesmo de que ele seria o único morador da

ocupação que se empenha realmente no projeto. Importante notar que, ao iniciar o processo de resistência, havia muito envolvimento de diversos(as) moradores(as) com a escrita das atas das reuniões realizadas (parte mais burocrática) e com a organização das frentes de trabalho. Alguns(mas) moradores(as) até deixaram as tarefas do projeto por motivos pessoais ou desmotivação na condução das atividades. No entanto, o que gerou o maior afastamento dos(as) moradores(as) teria sido as dificuldades de diálogo com a “liderança” da ocupação e as críticas do mesmo quanto à falta de “entendimento local” por parte de outros(as) moradores(as) e da rede de apoio, conforme assinalou a arquiteta.

De fato, enquanto sujeito neste processo, algumas vezes, estranhei discursos formulados pela “liderança”, nos quais ele desqualifica outros(as) moradores(as), principalmente, no que tange às relações de gênero dentro da ocupação⁵³, à ausência de escolaridade, a acentuada religiosidade e suposta falta de entendimento quanto à realidade local por parte da maioria dos(as) ocupantes da Vila Pomar do Cafezal. Esse posicionamento, inclusive, contradiz as críticas muito pertinentes que esse morador desenvolve em relação à atuação dos(as) apoiadores(as) como outra dimensão da autoridade frente à subalternidade.

Com isso, não estou negando a participação proeminente e dedicação do morador, no entanto, é preciso trazer o envolvimento, em distintos graus, de outros(as) ocupantes da Vila Pomar do Cafezal. Além de reafirmar esses(as) moradores(as) como atores atuantes e conscientes dos conflitos que permearam a coletividade.

Em meio às críticas proferidas de todos os lados, os conflitos se intensificaram e houve a suspensão das atividades do Pomar por parte da “liderança”. Nessa oportunidade, a arquiteta, que também conduzia as atividades do projeto, tentou reorganizar a frente de trabalho, reunindo alguns(mas) apoiadores(as) em conjunto com moradores(as) contrários aos posicionamentos da “liderança”. A mesma convocou, então, uma reunião na qual participei. Ficou decidido, nessa ocasião, que a parceria entre moradores(as) e apoiadores(as) permaneceria e que haveria continuidade das atividades do projeto do Pomar. Entretanto, os

⁵³ Como mulher e feminista, não posso me furtar de mencionar outro incômodo que eu experimentei na ocupação e, em alguma medida, no que tange ao plano das relações de gênero. Observei que na condução das atividades do projeto, as mulheres da ocupação ficavam a cargo de atividades que alguns moradores e apoiadores consideram mais adequadas aos aspectos femininos. Lembro-me de ter contato à “liderança” sobre a importância da inclusão das mulheres em outras frentes de trabalho, como acontece em outras ocupações urbanas da RMBH que são majoritariamente conduzidas por mulheres. Nesse momento, o mesmo apesar de concordar comigo, insistiu que as mulheres da Vila Pomar do Cafezal não tinham tanto tempo para maior envolvimento por causa das suas obrigações como mães, esposas e donas de casa. Percebi, então, que a questão de gênero precisa de fato ser incluída nos debates, pois, as consequências da desinformação quanto à luta por emancipação feminina reflete nas posições políticas dos homens de todas as classes, raças e orientações sexuais. De fato, não estou aqui cobrando um engajamento feminista por parte de nenhum morador ou apoiador da ocupação, mas esta é uma pauta política por demais importante para que não seja mencionada neste trabalho.

conflitos não cessaram com a “liderança” e, logo após essa reunião, houve a ruptura definitiva com a rede de apoio. Até hoje as atividades do projeto do Pomar estão suspensas, aguardando novas mobilizações e conjecturas políticas para a frente da resistência pela permanência.

O objetivo de trazer esses conflitos à tona não é no sentido de apontar erros de procedimentos ou julgamentos de valores. A intenção é trazer para o debate uma reflexão sobre essas parcerias que têm se formado entre apoiadores(as)-militantes (a maioria de origem universitária) e moradores(as) das ocupações urbanas e outros assentamentos informais. Nesse sentido, é importante evidenciar que os movimentos sociais e a acadêmia podem assumir posturas contraditórias.

Importante salientar ainda que essa distinção operante entre moradores(as) e apoiadores(as), apesar de ser um dado importante na condução do conflito, não implica homogeneidade entre as partes. Essa discussão promove até mesmo uma releitura do ideal de um coletivo sem conflitos, marcando a importância de sinalizar para as confluências e discordâncias quanto à condução de qualquer projeto político. De qualquer modo, tento demonstrar com essa descrição dos conflitos que a realidade apresentada em fragmentos pela narrativa-análise se propõe ainda menos complexa do que ela realmente é. Considero ainda que, em alguma medida, os(as) moradores(as) tiveram maior engajamento e participaram mais efetivamente da resistência enquanto o direito de moradia estava ameaçado, pois, precisaram unir forças contra um “inimigo” em comum. Conquanto o perigo de remoção tendo sido amenizado, enfraqueceu a disposição dos(as) moradores(as) em continuarem uma resiliência mais ativa.

Encerro por ora esse ato para enveredar esforços no sentido de analisar o que motivou a minha inserção como pesquisadora no contexto em questão, qual seja: o discurso da governabilidade que mobiliza a noção e gestão dos riscos como política de intervenção em relação aos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal.

**3º ATO (DESENLACE) Os *experts* do risco e a autoridade do poder-dizer:
O debate em torno do conceito/noção de risco, suas mobilizações e
intervenções na arte de governar**

Trilha sonora:

É o Poder
(Karol Conka)

É o poder, aceita porque dói menos
De longe falam alto, mas de perto tão pequenos
Se afogam no próprio veneno, tão ingênuos
Se a carapuça serve, falo mesmo
E eu cobro quem me deve
(Refrão)

É o poder, o mundo é de quem faz
Realidade assusta todos tão normais
Viu? Falei
Depois não vem dizer que eu não avisei

(Hãn, hãn)
Só não vem dizer que não (hãn, hãn)
(3x)

Sociedade em choque, eu vim pra incomodar
Aqui o santo é forte, é melhor se acostumar
Quem foi que disse que isso aqui não era pra mim
Se equivocou
Fui eu quem criei, vivi, escolhi, me descobri
E agora aqui estou

Não aceito cheque, já te aviso: não me teste
Se merece, então não pede pra fazer algo que preste
Quem é ligeiro investe, não só fala, também veste
Juiz de internet caga se espalhando feito peste

Se não tá no meu lugar então não fale, meu, não fale
Se for fazer pela metade não vale, não vale
Eu vivo com doses de só Deus que sabe, o resto ninguém sabe
Quebro tudo pra que todos se calem (ploploplow)

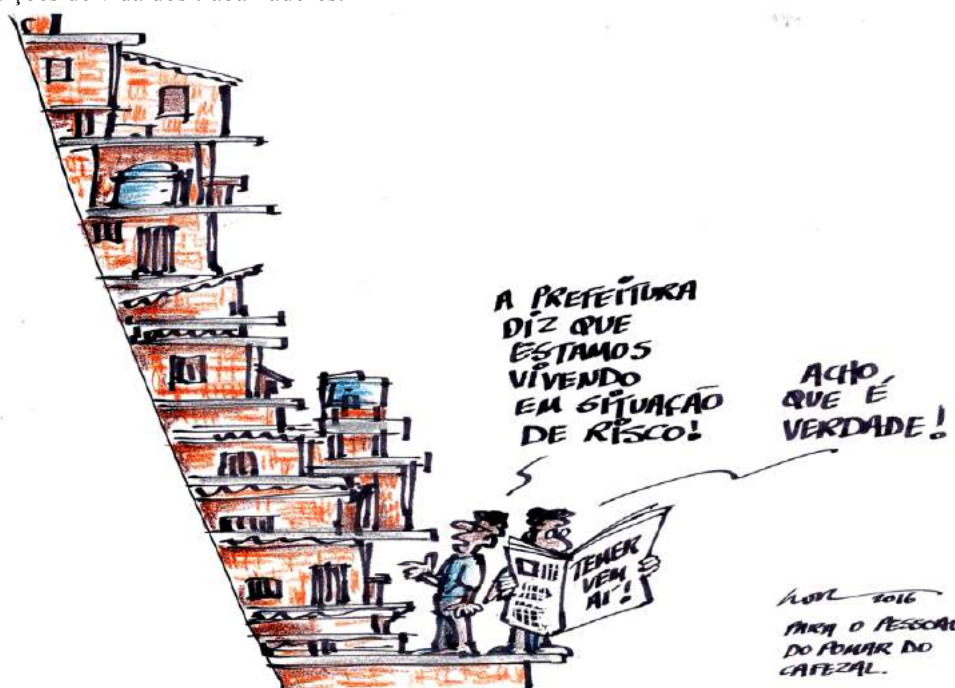
Quem vem, só quem tem coragem vai
Já falei que quem nasceu pra ser do topo nunca cai
O medo é de quem, hein?
Olha quem ficou pra trás
E a vida segue, segue e o tempo não volta mais

(Refrão)

Eles não sabem o que dizem
 Não aguenta então não fica, heim
 Eles não sabem o que dizem
 Não aguenta então não fica, heim

Se tem uma coisa que me irrita é ver bocas malditas
 Dizendo mentiras sobre minha vida
 Coisas que eu nem vivi ainda, eita!
 Frustrados, pirados na cola, já perdi a hora
 Preciso ir embora, alguém me espera lá fora, me deixe
 (Me deixe, me deixe)

Imagem 6 - Charge de Luiz Roberto realizada em agosto de 2016. “A previsão meteorológica é de que projetos de Pomares coletivos vão enfrentar enxurradas de dificuldades para evitar o desabamento das precárias condições de vida dos trabalhadores.”



Fonte: <http://lorcartunista.blogspot.com.br/2016/08/bastidores-de-um-desenho-vila-pomar-do.html> Acesso em: 29/08/2017.

Eu já estava há alguns meses trabalhando como apoiadora nos mutirões da Vila Pomar do Cafezal quando me surgiu a ideia de abordar os conflitos em torno do risco geológico e suas consequências para a ocupação como tema de pesquisa para a seleção de mestrado em Antropologia no ano de 2016. A partir do primeiro contato estabelecido com Maurício, ainda no ano de 2014, quando do cumprimento da reintegração de posse do seu lote (situação que me debruço melhor ainda nesse ato), percebi que algumas coisas haviam mudado na

organização interna da ocupação. Comecei, então, a me interessar ainda mais pelo modo como o movimento estava se organizando, a elaboração de suas metas e direções estavam mais consolidadas e havia um esforço de entendimento do grupo enquanto ocupação urbana. Na avaliação de Maurício, naquele momento os(as) moradores(as) estavam mais cientes quanto aos processos de luta pelos espaços urbanos, além de que havia necessidade em se organizarem para que a permanência das famílias no local fosse uma realidade inquestionável.

Minha decisão em pesquisar os procedimentos dos(as) agentes de estado na localidade foi definida, principalmente, depois desse contato. Nesse encontro, o morador me atualizou quanto às intervenções que a Urbel e a Defesa Civil promoveram nos primeiros momentos de resistência da ocupação contra as notificações que ordenaram as remoções dos(as) ocupantes da área definida como de alto risco e as respectivas demolições das suas casas. O campo me pareceu fértil para uma análise que privilegiasse uma Antropologia do Estado, área que se tornou para mim, uma fonte importante de estudo sobre as práticas de estado e suas consequências para os sujeitos subalternizados. Para tal empreendimento, decidi mapear, então, os vários atores que conformam o campo etnográfico, caracterizando-os conforme suas posições situacionais nessa trama de relações. Com esse objetivo, algumas instâncias e agentes de estado também foram mobilizadas para o debate.

Desse modo, a partir dessas considerações, intento neste ato abordar os discursos formulados sobre o risco e suas dinâmicas corporificadas. Em um movimento confluyente, pretendo também discutir o risco sob o ponto de vista da governabilidade/governança, demonstrando como o regime do risco se conforma em um instrumento do estado-capital e justifica ações de intervenção. Conforme O'Malley (2009a, p.4):

Um dos fatores que dão impulso ao processo de dispersão da governança tem sido uma mudança de orientação para o risco (...) o risco tornou-se um quadro de governo muito mais saliente no último meio século. Isso importa para a análise socio-legal porque considerar um problema em termos de um quadro de riscos muda tanto o foco como o local do governo. O foco muda de uma maneira que traz o futuro para o presente. Governar algo como um risco é identificar uma condição futura como sendo mais ou menos provável, estabelecendo maneiras de responder que afetarão essa probabilidade de alguma forma.⁵⁴ (tradução da autora)

⁵⁴ Do original: "One of the factors giving impetus to the process of dispersing governance has been a changing orientation toward risk (...) risk has become a much more salient framework of government in the past half century. This matters to socio-legal analysis because to regard a problem in terms of a framework of risks changes both the focus and the locus of government. The focus shifts in a way that brings the future into the present. To govern something as a risk is to identify a future condition as being more or less probable, and to set in train ways of responding that will affect this probability in some way."

3.1 O risco sob a perspectiva sócio-antropológica

A primeira pergunta que os(as) entrevistados(as) da Defesa Civil e da Urbel fizeram foi qual risco estava sendo tratado na pesquisa, seria a situação de vulnerabilidade das famílias da ocupação e o conseqüente risco social em que elas se encontram? Ou meu trabalho objetiva discutir o risco geológico associado aos fenômenos naturais, no caso as chuvas, detectado pela Urbel?

Em alguma medida, foi completamente pertinente o questionamento, no entanto, eu não conseguia operar essa divisão com tanta facilidade, pois, vinha pensando a abrangência do conceito de risco sob várias perspectivas sem deixar de entrelaçá-las. Do meu ponto de vista, a maior exposição ao risco geomorfológico, devido às dificuldades construtivas e a vulnerabilidade social que expõe famílias a situações de risco cotidianas, não deveriam ser tratadas como problemas distintos. Ao contrário, o que a realidade urbana demonstra é a existência de sobreposição dessas dimensões, as quais, geralmente, são tratadas analiticamente como questões distintas pelos(as) agentes públicos(as).

Venho trabalhando com uma bibliografia que afirma não haver uma definição fechada sobre o risco, sendo necessário, inclusive, desconstruir essa naturalização. Nesse sentido, reforçar e recuperar os conhecimentos locais associados a prevenção de risco por uma prática da gestão é fundamental quando se pretende trazer a tona outros discursos sobre o risco. Contudo, o que realmente se encontra no cerne dessa pesquisa é a mobilização estratégica que o enquadramento de diversos problemas sociais e suas conseqüentes assimetrias de poder operam em termos do risco.

Mesmo assim, a diretora de Manutenção e Áreas de Risco da Urbel insistiu que eu estaria tratando de níveis diferentes, inclusive porque a condução e tratamento dessas dimensões díspares do risco são operacionadas diferentemente pela Urbel. Justifiquei novamente que meu horizonte etnográfico pretende abarcar essas dimensões distintas do risco com base numa discussão sócio-antropológica, o que me permitiria conduzir a pesquisa sem operacionalizar essa distinção, mas compreendo que, institucionalmente, essa diferenciação é realizada. Ao final dessas considerações, a entrevistada reafirmou que o universo de trabalho da Diretoria de Manutenção e Área de Risco da Urbel é principalmente o risco geológico dentro das áreas de Vilas e Favelas, caracterizadas como ZEIS, e que seria a respeito desse universo que ela falaria.

É importante salientar que a bibliografia referente ao risco é ampla e controversa, o conceito de risco é desenvolvido por diversas disciplinas e áreas de pesquisa, sempre

operando analiticamente de acordo com o campo acadêmico específico. No que tange às ciências ditas “duras”, geologia, matemática, estatística, engenharias, medicina, biologia e etc, o conceito de risco tende a ser mobilizado por fórmulas em que o raciocínio envolve variáveis de análise. Os aspectos sociais podem aparecer nessas discussões, mas surgem como parte de um raciocínio operacional. As dimensões do risco também são muito amplas, os debates transitam por todas as áreas do conhecimento e suas especialidades, como saúde coletiva, riscos tecnológicos, risco que envolvem o mercado e a economia, riscos construtivos, geomorfológicos e suas várias abrangências no que se refere às questões da modernidade/colonialidade.⁵⁵

Nas ciências humanas, de modo geral, o risco vem sendo tratado por diversas perspectivas, gerando conflitos quanto às suas possíveis definições. Seria o risco um conceito, um sistema de ideias ou uma representação? Independentemente dessas disputas conceituais, é importante reiterar que o risco é operado com grande diferencial de poder. O foco é notar, conforme argumenta Ewald, que: “A tecnologia do risco, em suas diferentes dimensões epistemológicas, econômicas, morais, jurídicas e políticas, torna-se o princípio de uma nova economia política e social.”⁵⁶ (EWALD, 1991, p.210, tradução da autora)

Castel (1991) demonstra como o risco na nossa sociedade, diferente do perigo, torna-se objeto de mensuração e gestão. Como afirma o autor, risco e perigo são autônomos, sendo que “um risco não resulta da presença de um perigo específico incorporado em um indivíduo ou grupo concreto. Ele é o efeito de uma combinação de fatores abstratos que tornam mais ou menos provável a ocorrência de modos de comportamento indesejáveis.”⁵⁷ (CASTEL, 1991, p. 287, tradução da autora)

⁵⁵ Utilizo a concepção de modernidade/colonialidade baseada nas abordagens latino-americanas de estudos e práticas caracterizadas pelas teorias críticas da modernidade e baseadas no pensamento decolonial, em contraponto às assertivas de autores como Giddens e Beck. A narrativa histórica da modernidade faz parte da grande narrativa da civilização ocidental onde a revolução científica configura em um grandioso sucesso, não como um ponto de chegada, pois esteve longe de chegar a uma “totalidade universal”, mas a modernidade se pretendeu como algo de si para si, desconsiderando as relações externas e a colonização que permitiu a sua emancipação. Por isso, os/as autores/as desse grupo argumentam que a colonialidade é a face oculta da modernidade, sendo necessário considerar a modernidade pela perspectiva da colonialidade e não o inverso. Dialogando com crescentes estudos culturais e o entendimento habermasiano de “projeto de modernidade”, Castro-Gómez (2005) argumenta também que a modernidade se dá como organização racional de todos aspectos da vida humana através do estado. O estado, portanto está no cerne da questão, é a *instância central* dos mecanismos de controle e disciplina da vida. Assim, a retórica da modernidade é entendida, então, em termos de geração de alteridades. Nesse sentido, a perspectiva da modernidade/colonialidade “defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva.” (2013, p.89)

⁵⁶ Do original: “The technology of risk, in its different epistemological, economic, moral, juridical and political dimensions becomes the principle of a new political and social economy.”

⁵⁷ Do original: “A risk does not arise from the presence of particular precise danger embodied in a concrete individual or group. It is the effect of a combination of abstract factors which render more or less probable the occurrence of undesirable modes of behaviour.”

Nesse sentido, o que distingue risco e perigo é que aquele se manifesta pelo dano que provavelmente ocorrerá com alguém em algum momento, a ideia de previsibilidade e gestão são marcantes no risco. Enquanto o perigo envolve danos, mas com pouca margem de previsibilidade e gerência do seu acontecimento. Resumindo, o risco pode ser visto como uma chance de um efeito indesejável ocorrer estatisticamente, enquanto o perigo é “apenas” uma ameaça (BOVENKERK, 2003/2004).

Conforme ainda analisa Castel (1991), o surgimento do risco na psiquiatria “resolveu” esse problema ao fazer com que o "diagnóstico" pareça objetivo, um efeito alcançado representando o caso particular como simplesmente uma instância de um agregado de propriedades estatísticas tomadas como "objetivas" e cientificamente legitimadas. Tal como acontece com o seguro, ao invés de tentar conhecer um determinado caso único com maior riqueza de detalhes, um diagnóstico de risco, simplesmente, identifica a presença de um fator de risco e, assim, concede variáveis de risco possíveis (O'MALLEY, 2009a). Desse modo, os riscos passaram a ser considerados como reais, visíveis e manifestados, em vez de apenas serem tomados como diagnósticos hipotéticos de indivíduos com base na opinião de um(a) especialista. Essa sistemática originou o que Castel (1991) define como padrão tecnológico de redução de riscos.

Sendo assim, a maior parte das pesquisas na área das humanidades, que versa sobre riscos, desdobra-se no sentido de buscar entender o comportamento dos sujeitos em situação de risco, seja evocando suas resistências e discursos de permanência, como também tentando trazer para o circuito legítimo de poder vozes dissonantes. No entanto, os(as) analistas técnicos-acadêmicos(as) não são questionados(as) na sua objetividade, seus discursos são encarados como tecnicistas, mas o que isso implica fica subentendido e naturalizado.

Dessa forma, é a partir do risco que se define estratégias e práticas as quais interferem de forma concreta no cotidiano das pessoas. Esse conceito-discurso, que se atualiza constantemente, possui efeitos de verdade que enquanto norma projeta para o futuro intervenções justificadas no presente, pois o discurso técnico-político-racional sobre o risco tenciona a modificação do presente por uma antecipação do futuro, calculada e projetada por operações estatísticas baseadas em análises tecnicistas proferidas pelos(as) *experts* do risco.

Se por um lado, existe uma linha teórica sobre o risco baseada em uma determinada perspectiva sócio-antropológica, que questiona o regime de verdade defendida pela visão que se pretende apenas como técnica e imparcial, visando trazer para o debate os pontos de vista dos corpos intervencionados, os quais quase sempre tem o seu direito de poder-dizer negados; por outro lado, a análise sociológica do risco que ficou conhecida por reiterar essa visão

tecnicista ainda é proeminente no debate.

Anthony Giddens (1997) e Ulrich Beck (2010) são teóricos expoentes nas ciências sociais e são responsáveis por formular o debate de como os perigos derivados dos riscos afetam a alta modernidade⁵⁸. Esses autores trabalham o conceito de modernidade atrelado às noções de risco. Uma vez que o processo modernizador trouxe uma profusão de riscos, principalmente no campo tecnológico, há uma caracterização da “confiança nos sistemas peritos” como um estratagema moderno para lidar com os riscos produzidos. Beck (2010), a partir de um esquema centrado na globalização dos riscos, defende que a produção social do risco tem tomado proporções tão amplas na modernidade que os seus efeitos já não possuem um recorte de classe, as situações sociais de ameaça implodiram até mesmo esse esquema.

Apesar de reconhecer que alguns grupos sofrem mais riscos que outros, Beck ainda insiste que não é possível falar de uma sociedade de classes quando se trata do risco. Nessa tensão contraditória, o autor nega a sociedade de classes, mas afirma que a distribuição crescente de riscos afeta mais facilmente as populações pobres do mundo, denominando esse fenômeno de “marginalização das pessoas afetadas”, inclusive reiterando ainda que essa marginalização é responsável pela perpetuação da produção dos riscos.

O problema da distribuição desigual dos riscos acaba sendo marginalizado na análise de Beck. O autor insiste que mais cedo ou mais tarde todos(as) serão afetados(as) pelos riscos produzidos pela sociedade reflexiva, o que ele denomina como “efeito bumerangue”. Nesse sentido, ricos(as) e poderosos(as), apesar de serem possíveis responsáveis por gerarem os riscos, estão também suscetíveis aos seus efeitos. Por isso, a poluição atmosférica seria democrática; e eventualmente afetaria a todos (BOVENKERK, 2003/2004).

Sistematicamente costumamos afirmar que todos(as) estamos sujeitos(as) a riscos quase todo o tempo. “Nada é um risco em si mesmo; não existe risco na realidade. Mas, por outro lado, qualquer coisa pode ser um risco; tudo depende de como se analisa o perigo, considerando o evento.”⁵⁹ (EWALD, 1991, p.199, tradução da autora). No decorrer da entrevista, a diretora de Manutenção e Área de risco da Urbel enfatizou essa retórica: “lógico que hoje todos nós temos (riscos), uma bala perdida, um atropelamento, são vários riscos que a gente lida.” Nesse sentido, tudo seria um risco, afinal “viver é muito perigoso”, como afirma Guimarães Rosa. Todavia essa generalização perde de vista um debate mais minucioso sobre

⁵⁸ Alta modernidade é entendida por Giddens (1995) como uma ordem pós-tradicional (rompimento com a tradicionalidade), que não se afasta dos parâmetros da modernidade propriamente dita, ao contrário, radicaliza e/ou acentua as suas características fundamentais.

⁵⁹ Do original: “Nothing is a risk in itself; there is no risk in reality. But on the other hand, anything can be a risk; it all depends on how one analyzes the danger, considers the event.”

recortes de classe, raça e gênero e suas sobreposições, intersecções e articulações quando se trata da gestão e exposição do/ao risco em relação a sujeitos historicamente vulnerabilizados.

Oliveira (2014) tece uma crítica à perspectiva de Beck, com base nas experiências locais analisadas na sua pesquisa, demonstrando que os argumentos do autor encontram-se descolados da realidade histórica e dos contextos periféricos, onde a localização espacial e social atreladas à classe possibilita maior exposição aos riscos produzidos pela modernidade/colonialidade. Nesse sentido, ainda seria possível questionar como o recorte de classe, gênero e raça podem ser apartados desse debate quando sabemos que o risco de uma “bala perdida” não é o mesmo ao se considerar jovens negros(as) marginalizados(as) e jovens de classe média e alta brasileira. Ao refletir sobre o próprio contexto de pesquisa aqui discutido, não se pode falar de moradia de risco sem considerar quais sujeitos são, de fato, afetados pela falta de moradia digna no país.

Essa tensão no trabalho de Beck tem a ver com a distinção entre as análises quanto às dimensões/escalas dos riscos, uma vez que, apesar de pontuar a importância dos riscos locais, o autor privilegia uma análise dos riscos na sua dimensão global, o que caracteriza situações catastróficas, como aquecimento global, fissão nuclear, poluição do ar, e etc. Por outro lado, Bovenkerk (2003/2004) defende que a maioria dos riscos existe ao nível da localidade, como é demonstrado pelo movimento de justiça ambiental. Nesse sentido, governos se mobilizariam menos para compensar as minorias étnicas por danos ambientais ocorridos. Por exemplo, pessoas negras e indígenas são diferencialmente afetadas pela poluição indústria.

O movimento da justiça ambiental mostrou que os riscos ambientais são distribuídos de forma desigual entre classe e raça e, portanto, que os problemas ambientais são um problema de justiça distributiva. No entanto, uma teoria da justiça ambiental precisa abordar questões de reconhecimento da diferença de grupo, bem como questões de redistribuição. Isso implica prestar mais atenção à participação genuína de grupos marginalizados na elaboração de políticas ambientais. Além disso, uma teoria da justiça ambiental precisa levar em conta as características especiais dos perigos e riscos ambientais, tais como as questões de: quem é responsável por eles; se eles são tomados voluntariamente; e como, e por quem, avaliação de risco e sua análise são realizadas. (BOVENKERK, p. 24, 2003/2004⁶⁰)

Importante considerar que até mesmo a poluição do ar, assim como a fissão nuclear e outros riscos entendidos de modo global, precisam ser analisados na sua dimensão local, pois,

⁶⁰ Do original: “The environmental justice movement has shown that environmental risks are unevenly distributed across class and race and, therefore, that environmental problems more a distributive justice problem. However, a theory of environmental justice needs to address issues of recognition of group difference as well as issues of redistribution. This entails paying more attention to genuine participation of marginalized groups in environmental policy making. Moreover, a theory of environmental justice needs to take into account the special features of environmental risks and hazards such as the issues of: who is responsible for them; whether they are taken voluntarily; and how, and by whom, risk evaluation and analysis are carried out.”

é possível perceber a diferença nas grandes cidades de como certas áreas são mais afetadas pela poluição que outras. Essas “zonas cinzentas”, normalmente definidas espacialmente pelo grande número de indústrias, são habitadas por sujeitos mais marginalizados da cidade.

Quanto aos riscos tecnológicos e nucleares, o trabalho de Gláucia Oliveira da Silva também demonstrou como os(as) funcionários(as) localizados(as) mais abaixo na escala remuneratória e de prestígio estão mais expostos(as) ao contato direto com os agentes nucleares na Usina de Angra I, até mesmo a posição e instalação da usina naquela determinada área pode ser entendida como uma estratégia de gerenciamento do risco que expõe um certo grupo social já marginalizado pelo aparato do estado-capital.

Assim, apesar de muitos riscos possuírem alcance global, todos os riscos são sentidos localmente, e isso pode ser confirmado pelo lugar de habitação dos sujeitos subalternizados que está intrinsecamente relacionado a um recorte de classe, raça e gênero. A localização das fábricas, indústrias, incineradores, lixões a céu aberto, locais de moradia de risco, tudo isso marca uma geografia do risco muito bem gerenciada. É com base nesses exemplos que se pode questionar então: como é possível a alteridade desaparecer diante dos riscos? Ao contrário, a distribuição dos riscos e sua consequente gestão, reforçam ainda mais as desigualdades já existentes (BOVENKERK, 2003/2004).

Para Beck, sendo os riscos potencialmente invisíveis, é necessário o aprimoramento de conhecimentos especializados para (re)conhecê-los. Essa leitura sugere que aqueles(as) que apresentam conhecimentos específicos estão em melhor posição para gerenciar os riscos. Dessa forma, as posições de risco social não seguem as linhas de classe, mas sim as linhas de conhecimento. Por esse viés, em oposição às clivagens de classes e das relações de produção, a sociedade do risco tem como campo conflitivo primordial, na perspectiva de Beck (2002), *as relações de definição*. Em Giddens (1997), cada indivíduo estabelece uma relação de crença e confiança numa instituição específica, cercada da aura imaculada do saber tecnológico, sendo esse “sistema perito” responsável pelo conhecimento sobre os mecanismos que criam e diminuem os riscos. Assim, à medida que o processo modernizador/colonizador trouxe uma profusão de riscos, principalmente no campo tecnológico, há uma caracterização da “confiança nos sistemas peritos” como um estratagema moderno/colonial para lidar com os riscos. Nesse sentido, Oliveira (2012, p.70) questiona:

Nessa medida, enquanto interpretações, alegações e nexos causais traçados, os riscos estão sempre abertos a processos sociais de definição. Conquanto estejamos de acordo com Beck (2010) nessas considerações, o que nos interessa são os processos pelos quais se abrem e se encerram essas definições, especialmente no tocante às perguntas: quem tem a capacidade de definir? Por quê? Se a distribuição de ameaças

e riscos é mediada de modo argumentativo, quais são as argumentações críveis? Quais são as bases dessa credibilidade? Como é constituída? E, sobretudo, como a distribuição do conhecimento e do desconhecimento se relaciona com a distribuição dos danos e ameaças? Se considerarmos que a distribuição das ameaças segue junto com a distribuição da autoridade e da legitimidade, é pertinente interrogar sobre como se estruturam essas disputas e quais são as assimetrias operantes que ordenam ganhadores e perdedores.

Em alguma medida, Douglas & Wildavsky (2012) argumentam de modo semelhante, afirmando que são as instituições politicamente posicionadas que decidem sobre os riscos. No entanto, “o especialista em risco pretende despolitizar um problema inerentemente político” (p. 71). Esse sistema de pensamento só seria possível, pois os sistemas hierárquicos produzem verdades mais estáveis e mais amplamente aceitas.

Por isso, é importante discutir a partir do governo do risco como se define estratégias e práticas que interferem de forma concreta no cotidiano das pessoas. Para tal empreendimento, é fundamental que se leve em consideração a importância da articulação com o liberalismo e a emergência da categoria população como tecnologias fundamentais para se governar pelo risco. “O risco só se torna algo calculável quando abrange uma população.⁶¹” (EWALD, 1991, p.203, tradução da autora). Assim, analisando esse processo, é possível verificar como o risco associado ao controle da vida vem a ser operado pelo estado-capital.

Ao delinear as (re)construções dos espaços geograficamente localizados quanto a reprodução de padrões historicamente forjados em relação a distribuição de risco, no que concerne a questão industrial e seus poluentes lançados, Oliveira (2014) expõe como “a distribuição dos riscos atualiza no presente a geografia historicamente tecida das relações de classe estendidas sobre, mas também constitutivas do próprio espaço urbano.” (p.153) A autora ainda sugere que,

Dessa forma, ao negligenciar as iniquidades presentes na distribuição dos riscos, Beck obscureceria não apenas a geopolítica do risco, mas o modo com que a ‘política do risco’ encerra ou suprime algumas vias e possibilidades de ação política por parte daqueles que procuram evidenciar os laços entre risco, sofrimento e justiça social. Portanto, as variações em termos de exposição e vulnerabilidade demonstram que as fissões entre ganhadores e perdedores na gestão do risco se reproduzem na modernidade tardia, em especial, nesse “ambiente político onde os indivíduos são vistos como consumidores empreendedores responsáveis por seu próprio bem estar”. Com efeito, a geopolítica do risco tem sua dinâmica e padrões de distribuição das ameaças, da exposição, do ônus e da vulnerabilidade articulados à violência estrutural entendida como um processo sistemático e indireto por meio do qual os aspectos estruturantes da desigualdade se materializam na experiência cotidiana de certos grupos e classes sociais. (OLIVEIRA, 2014, p.142 e 143)

⁶¹ Do original: “Risk only becomes something calculable when it is spread over a population.”

Assim, as condições de risco analisadas por Oliveira (2014), no que concerne a questão da poluição industrial e suas consequências em relação a grupos sociais vulnerabilizados geograficamente, compreendido em termos de uma “geopolítica histórica dos riscos”, pode se estender às ocupações urbanas em áreas de risco geomorfológico nos grandes aglomerados urbanos. Pois, a localização geográfica em que essas pessoas se encontram e suas condições de produção de moradia, diz muito a respeito de como a disposição do espaço urbano se dá de acordo com a lógica dos interesses do estado-capital.

As regiões de encostas ocupadas por muitos(as) moradores(as) em situação de vulnerabilidade social, apontam para o fato de o planejamento e a construção das cidades zonear, intencionalmente, parcelas menos favorecidas da população, em áreas sem infraestrutura adequada e/ou outros aparelhos de estado fundamentais para uma vivência digna na cidade. Percorrendo um caminho similar, Norma Valencio (2004; 2009) e Dora Vargas (2006; 2016) também contribuem para o debate, apontando situações de “injustiça ambiental⁶²” e atos de violência praticados por agentes de estado e pelo capital às camadas mais pobres do meio urbano e rural brasileiros. Elas criticam as teorias clássicas do risco e privilegiam uma abordagem etnográfica, denunciando que o discurso técnico traz a possibilidade de risco ambiental aos sujeitos que já possuem uma situação de risco social iminente. As autoras delineiam uma proposta que engloba vulnerabilidade social e risco ambiental, esboçando argumentos quanto às intenções do poder público em contestar, continuamente, a "territorialização dos pobres". De acordo com essa análise, "a cartografização do risco se impõe como uma fala técnica que impede a vocalização de direitos dos que ali vivem, descartando simultaneamente a necessidade de outras interpretações." (VALENCIO, 2009, p.36)

Muitos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal, constantemente, questionam se o tratamento recebido por parte da Urbel e da Defesa Civil seria o mesmo se a constatação do risco ocorresse em algum dos bairros da cidade formal. Talvez outro questionamento importante seria se existem esses diagnósticos de áreas de risco dentro do perímetro da Contorno e nos bairros que se consolidaram nas proximidades da cidade planejada. É bem provável que a resposta seja não, pois essas localidades são atendidas por infraestrutura básica, possuindo equipamentos públicos que permitem a essas pessoas morar com dignidade.

⁶² O conceito de injustiça ambiental diz respeito ao mecanismo de distribuição desigual das consequências ambientais negativas oriundas da vida econômica e social, recaindo os danos sobre grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis. Assim, a lógica segregadora, que dá fluidez ao capital na produção do espaço, sanciona a transferência dos custos ambientais para os mais frácos contra os quais se exercita instrumentos de controle que reforçam a injustiça ambiental (ACSELRAD, 2002).

Nota-se, então, que a discussão que visa tratar a política do risco não coincide com a percepção de Beck e Giddens e sua democratização dos riscos (OLIVEIRA, 2014). Por isso a necessidade de promover uma articulação do conceito de risco à ideia de justiça ambiental e formas de governança. Pois, os mesmos não podem ser apenas encarados como percebidos culturalmente de formas distintas e/ou ressignificados pelos sujeitos intervencionados. Torna-se necessário considerar no horizonte de análise o fato de que os riscos são imputáveis e geridos conforme a lógica da governabilidade baseada nos mecanismos biopolíticos de controle e gerenciamento da população.

Analisarei, então, como a lógica do risco tende a modificar as concepções de justiça. Pois, conforme assinala Foucault (2008b), os dispositivos de segurança e a nova racionalidade de governo deslocam a noção jurídico-política de sujeito de direito, para a noção de população, categoria expressa como “objeto técnico-político de uma gestão e de um governo”. O autor ainda sugere que a concepção liberal designa como povo aqueles indivíduos que não pertencem à população, “o povo é aquele que se comporta em relação a essa gestão da população, no próprio nível da população, como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo que é a população, como se se pusesse fora dela” (FOUCAULT, 2008b, p. 57).

3.1.1 A gestão governamental dos riscos

Na gama de abordagens possíveis, vale reiterar que opto por um recorte do risco baseado numa categoria operativa para a governabilidade. Nesse sentido, é importante indagar: o que significa mobilizar os problemas sociais em termos do risco? Afinal de contas, que tipo de dispositivos o risco ativa? Para o empreendimento dessa análise é necessário, então, focar na gestão governamental do risco, seus instrumentos e tecnologias de controle das populações. Entender como as tecnologias de governo manejam a gestão do risco, suas atribuições, distribuições, definições e manipulações, significa questionar inclusive porque o debate é pautado nesses termos. Os sujeitos intervencionados só podem negar ou afirmar o risco, mas podem questioná-lo per si? O discurso sobre o risco pode entrar na ordem do contraditório? O que de fato significa assumir o risco como problema a ser gerido?

Pautar as adversidades quanto à moradia e área de risco em termos de um regime de verdade do risco implica uma legitimação quanto às possíveis intervenções operadas pelo estado-capital nos territórios dispostos às margens, escamoteando processos de vulnerabilização e sofrimentos sociais promovidos pelas tecnologias de governo.

A questão do risco é operada pelos mecanismos de poder, reforçando as estruturas de

dominação capitalista e se tornando um instrumento privilegiado da sociedade de controle. No que concerne à governança, a atenção é dada às formas em que a adoção, cada vez mais prevalente, de risco como um quadro de governo cria novas subjetividades, redefinindo relações. É necessário, então, refletir como o atual conceito de risco há muito se tornou em um instrumento de controle social e de vigilância sobre o território e sobre as populações, regulando os seus hábitos e eventuais comportamentos desviantes, sendo a ciência e os(as) seus(suas) peritos(as) um(a) dos seus principais pilares dessa observação (AREOSA, 2008). Nesse sentido, O'Malley (2009a, p.6) sugere que,

Concentrar-se no governo de riscos, portanto, não é necessariamente assumir que os riscos se tornaram maiores do que antes (...) O foco, em vez disso, é de que o risco é uma maneira particular de entender e lidar com problemas. Nesta visão, o que mudou foi o aumento da propensão a governar em termos de risco.⁶³ (tradução da autora)

A orientação da administração governamental para com o risco teria iniciado com o surgimento da política neoliberal, conforme defende Thomas Lemke (2014), Sandra Caponi (2014), João Areosa (2008), Pat O'Malley (2009a), entre outros(as). Esses(as) autores(as) demonstram que, normalmente, as formas com que o risco está (in)corporado nas práticas governamentais tendem a variar em diferentes condições governamentais, especificamente, em relação a diferentes racionalidades políticas. As análises governamentais de risco costumam destacar os modos em que a genealogia da governança liberal tem sido associada a mudanças na forma como o risco foi constituído e implantado.

Sendo assim, essas análises sugerem que as diferentes abordagens de risco configuram diferentes formas de expressão do liberalismo (O'MALLEY, 2009b). De acordo com Lemke (2014, p.61), "Foucault concebe o liberalismo não como uma teoria econômica ou uma ideologia política, mas como uma arte específica de governar os seres humanos. Tem seu objetivo na figura epistêmica da população, e depende da economia política como a principal forma de conhecimento."⁶⁴

Essa nova arte de governar introduzida pelo liberalismo possui como quadro operativo a biopolítica. A liberdade liberal pressupõe o estabelecimento de limitações, controles, formas de restrições e intervenções sobre os corpos e na sua dimensão populacional, pois os

⁶³ Do original: "To focus on the government of risks, therefore, is not necessarily to assume that risks have become greater than once was the case (...) instead, is that risk is a particular way of understanding and dealing with problems. In this view, what has changed is the increased propensity to govern in terms of risk."

⁶⁴ Do original: "Foucault conceives of liberalism not as an economic theory or a political ideology but as a specific art of governing human beings. It has its target in the epistemic figure of population, and it relies on political economy as the principal form of knowledge."

indivíduos e/ou grupos sociais não podem comprometer o “bem comum” maior. Desse modo, emerge o dispositivo risco-segurança como prática do poder liberal, articulando-se ao eixo segurança-prevenção-risco.

A segurança é, então, regulada por princípios calculistas e utilitários, sendo acionada como condição de existência do governo liberal. O regime do risco, sob a lógica neoliberal, traz à tona, então, o *Homo Economicus*, ser racional, capaz de calcular e programar a vida. Assim, há uma expectativa de que os indivíduos lidem com os riscos e as inseguranças sociais, esperando que se viva em segurança e que calculem bem suas ações, tomando precauções para si e suas famílias. Esse é um exercício empreendedor, em que o gerenciamento de risco racional e a responsabilidade individual vão explicar o sucesso social ou o fracasso dos indivíduos (LEMKE, 2014).

A partir da introdução do conceito de *Homo Economicus*, característico da tecnologia liberal de governar, um impasse se instaura, pois para que a arte de governar economicamente e a arte de governar juridicamente permaneçam no conjunto da esfera da soberania, para que a arte de governar conserve sua especificidade e autonomia em relação a ciência econômica, articula-se uma realidade sobre a qual se exercerá a arte do governo: a sociedade civil. Desse modo, *Homo Economicus* e sociedade civil são indissociáveis, Foucault (2008b, p.403):

Um governo onipresente, um governo a que nada escapa, um governo que obedece às regras do direito, mas um governo que respeita a especificidade da economia, será um governo que administrará a sociedade civil, que administrará a nação, que administrará a sociedade, que administrará o social.

Essa racionalidade não é mais a racionalidade do soberano, mas dos(as) governados(as) como sujeitos econômicos, sujeitos de interesse. Todavia, apesar desse novo projeto político em pauta, não desapareceu a dimensão do governo regulado pela verdade.

Arte de governar pautada pela verdade, arte de governar pautada pela racionalidade do Estado soberano, arte de governar pautada pela racionalidade dos agentes econômicos, de maneira mais geral, arte de governar pautada pela racionalidade dos próprios governados. São todas essas diferentes artes de governar, essas diferentes maneiras de calcular, de racionalizar, de regular a arte de governar que, acavalandose reciprocamente, vão ser, grosso modo, objeto do debate político desde o século XIX. O que é a política, finalmente, senão ao mesmo tempo o jogo dessas diferentes artes de governar com seus diferentes indexadores e o debate que essas diferentes artes de governar suscitam? E aí, parece-me, que nasce a política. (FOUCAULT, 2008b, p. 424)

Sendo assim, se os indivíduos não se (in)corporarem às dinâmicas necessárias ao *Homo Economicus* e dentro do âmbito ao que compete a sociedade civil, será imperiosa a

intervenção estatal, mesmo que para isso alguns excessos sejam praticados. É assim, que a segurança como dispositivo pode colocar-se acima da lei (CAPONI, 2014). Nesse processo, algumas vidas podem ser excluídas, descartadas ou administradas, colocando em prática o estado de exceção necessário para a manutenção da ordem e da normalidade.

Em entrevista concedida em 10/03/2017, o coordenador da Defesa Civil afirmou que “quando você ocupa uma área de risco você tá colocando a sua vida em risco e a vida dos seus filhos, a vida do vizinho que tá embaixo, e isso não é legítimo.” Outro representante da Defesa Civil insistiu na afirmação de que “o único interesse da instituição é que nenhuma vida se perca”. A preocupação dos(as) agentes seria com a “preservação da vida das pessoas”, sendo o papel da instituição, simplesmente, o de “avaliar os riscos” e que eles(as) “não são insensíveis” à luta histórica das comunidades pobres no Brasil, mas o exercício de suas funções não se dar por “um ato político”.

Destarte, a idéia de neutralidade desses(as) agentes fica evidente quando eles opõem a posição e as atividades técnicas (pretensiosamente esvaziada da dimensão política) que exercem aos problemas e decisões políticas. O campo burocrático, então, constrói-se pelo seu discurso desinteressado que prevê a impessoalidade, gerando credibilidade e legitimidade quanto a seus atos. Sendo a organização burocrática a expressão do poder que o estado explicita na estrutura social (WEBER, 1974).

Em contrapartida, é interessante notar como se evoca a noção da preservação da vida como fundamento/objetivo das ações de governo. Os sujeitos-objetos de intervenção pelo estado-capital não são vistos na sua dimensão cidadã⁶⁵, ou mesmo de sujeitos politicamente agentes, essas pessoas são reduzidas a seres vivos, o que autoriza a intervenção estatal. A distinção da vida entendida como zoé (mera existência biológica = vida nua), e não como bios (existência na sua dimensão política = vida qualificada), sugerido por Agamben (2014), orienta uma busca genealógica em torno do conceito de “vida”. A inclusão da via biológica (vida, saúde, trabalho, sexualidade, e etc) nos cálculos e mecanismos de poder do estado-capital, dão início às tecnologias de governo que conformam a biopolítica do estado moderno/colonizador. Para além das preocupações em manter e administrar os territórios, tornou-se fundamental a domesticação (docilização) dos corpos subalternizados na convergência em que se firmou o estado-capital. Como sugere o autor,

Com efeito, quer o homem viva sob um regime totalitário quer sob um regime

⁶⁵ "No fundo, o cidadão é alguém que estabelece relações jurídicas com o Estado, que tem deveres com o Estado e está no direito de pedir contas ao Estado." (BOURDIEU, 2014, p.455)

democrático, o exercício do poder político sobre a sua vida torna-o sujeito a ser despido de sua humanidade (atributo conferido pelo direito), tornando-se, assim, em mero ser vivente. Isto assim se dá porque a decretação do estado de exceção torna a força de lei em força de lei. (AGAMBEN, 2004, p.61)

Foucault (1999) afirma que no século XVIII, pela primeira vez na história, a vida entrou no campo das técnicas políticas, o biológico passa, então, a refletir-se no político. A vida importa no sentido do controle do saber e da intervenção do poder, esse raciocínio segue a lógica do “fazer viver e deixar morrer”, que se remete a biopolítica:

Se pudéssemos chamar "bio-história" as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de "biopolítica" para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente. Fora do mundo ocidental, a fome existe numa escala maior do que nunca; e os riscos biológicos sofridos pela espécie são talvez maiores e, em todo caso, mais graves do que antes do nascimento da microbiologia. Mas, o que se poderia chamar de "limiar de modernidade biológica" de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão. (FOUCAULT, 1999, p. 134)

Vale salientar que segundo a proposição analítica-discursiva aqui empreendida, o estado como estrutura de poder e decisão sobre a gestão e controle da vida deve ser problematizado. O estado e suas conformações precisam ser compreendidos como processo em construção, mas também como lugar de disputas por meio das práticas de governança.

Se por um lado, a Defesa Civil e a Urbel (na suas atribuições quanto ao risco) se apresentam como as representações estatais de proteção à vida; por outro lado, os(as) moradores(as) da Ocupação Vila Pomar do Cafezal insistem não se sentirem protegidos(as) por essas instituições. Enquanto isso, o MPE, a DPMG e os núcleos de pesquisa da UFMG são percebidos pelos(as) moradores(as) como instituições aliadas e que, de fato, representam os interesses da ocupação. De acordo com a visão de alguns(mas) ocupantes, sobretudo de adolescentes, outras dimensões estatais ainda são percebidas como instituições repressoras e responsáveis pelo medo e por grande parte das mortes nas favelas, caso da PMMG. É nesse sentido que é preciso evidenciar a heterogeneidade com que o estado se apresenta a determinados sujeitos. Sem desconsiderar nessa trama como os atores políticos lêem o estado a partir das relações estabelecidas com determinadas instituições da governança.

Voltando às especificidades do contexto etnográfico, o risco social, assim como a moradia em área de risco apresenta-se, assim, como outra forma de justificar a intervenção

estatal em determinadas áreas da cidade. É importante indagarmos, então, o que está autorizado a se fazer quando os sujeitos em situações diversas de vulnerabilidade são diagnosticados como estando em risco? O que de fato isso significa? Quem possui legitimidade para tratar essas questões nos termos do regime do risco? Como a gestão das populações e os mecanismos biopolíticos de governo antecipam e prevêm os riscos? Em que medida essas estratégias de poder se relacionam com o regime de verdade operante?

Os trabalhos realizados pelos(as) autores(as) mobilizados(as) nesse debate indicam uma variedade substancial nas formas como os riscos são tratados pelo estado-capital. Desse modo, é possível observar variações entre um estado e outro e, talvez ainda mais surpreendente, entre um domínio de risco e outro dentro de um único governo, a depender das dimensões do risco analisadas. O resultado desse jogo de presença e ausência do estado acaba isolando domínios de risco um dos outros, apresentando posições políticas muito diferentes em cada um desses domínios. Quando se trata de alguns riscos, os governos podem adotar mecanismos regulatórios mais sérios, antecipativos e intrusivos que relembram as medidas draconianas tomadas pelos primeiros estados modernos para controlar as pragas, por exemplo. Por outro lado, outros domínios políticos de que trata o risco são negligenciados por uma análise de custo-benefício (HOOD; ROTHSTEIN; BALDWIN, et al., 2004).

Os regimes de regulação do risco são tratados por esses(as) autores(as) como sistemas, denotando o complexo da geografia institucional, regras, práticas e ideias que controlam aspectos relacionados ao risco. São conjuntos de partes interagindo ou se relacionando entre si, apresentando alta mobilidade dinâmica, assim como limitações, ligação e desenvolvimento de algumas das perspectivas institucionais existentes sobre gerenciamento de riscos. Assim, somente na prática pode-se estabelecer como se dá a gestão do risco e quais tecnologias de governo são acionadas para suas conseqüentes intervenções. O esquema que se consolida com a tecnologia de governo articula, portanto, estratégias de intervenção e domínios do saber, conformando regulações, normatizações, assistencialismos e maximização da vitalidade das populações sob a justificativa do controle dos riscos e promoção da segurança.

Esse locus de poder monopolizado e operacionalizado pelas estratégias do estado-capital são responsáveis por condicionar as escolhas e os processos técnicos. Todo o processo de definição, imputação e cartografia do risco é mobilizado pela pretensa racionalidade instrumental do estado-capital. Assim, discutir o habitar (discriminação residencial) das “classes ambientais” segregadas espacialmente e dotadas de pouca mobilidade social e espacial permite denunciar uma série de estratégias perversas de subjugação e abandono. Essa imobilidade (inclusive literal) é reflexo da produção da cidade baseada na visão capitalista de

mundo, que localiza sujeitos subalternizados em áreas com sérios problemas para consumir uma construção segura. Essa estratégia enfraquece os atores sociais menos móveis pela alta mobilidade do capital que deslocaliza sujeitos à medida que os interesses do mercado emergem (ACSELRAD, 2002).

Há uma articulação discursiva liberal no sentido de defender ainda que a alocação de pessoas e coisas pelo estado-capital ocorre imprevidentemente, pois os indivíduos mal situados não teriam investido no seu próprio capital humano para ganhar mobilidade espacial e, portanto, as situações de risco enfrentadas por esses indivíduos decorrem da sua própria incapacidade de se territorializarem adequadamente. Por uma perspectiva correspondente, o fato dos sujeitos resistirem aos discursos técnicos sobre o risco coloca-os na chave da falta, seja de informação, educação, responsabilidade e/ou preparo para lidar com a previsibilidade. Valencio (2009, p.34) esclarece essa relação da seguinte forma:

No Brasil, são freqüentes as disputas territoriais nas quais os pobres sofrem contestação do seu direito de morar e fazer parte do espaço da cidade. Dos mecanismos de contestação sub-reptícia que o Estado utiliza contra os direitos de tais populações ao território urbano, o mais usual é a protelação *ad infinitum* da instalação de equipamentos públicos nas bordas periféricas. A falta persistente de pavimentação, saneamento, eletrificação, transporte coletivo, estabelecimentos escolares e de saúde, dentre outros, deveria repelir dali os novos contingentes e expulsar os radicados. Entretanto, os mesmos encontram meios alternativos de provimento e renovam, em bases precárias, o seu desejo e necessidade de permanecer como ente ativo na produção do lugar, aspirando constituir-se no tecido maior da cidade.

É importante levar em consideração que diferentes grupos enfrentam os discursos quanto aos regimes do risco de acordo, não só, pela probabilidade de ocorrência dos mesmos, mas também pela credibilidade e confiança de quem seja o gerador da informação e administrador da segurança (gestão do risco). A Urbel e a Defesa Civil tendem a evocar a pertinência dos seus discursos frente à comunidade, fortalecendo os argumentos de que são instituições burocráticas que se validam de arcabouços técnicos suficientes e conhecimento científico legitimado. Contudo, esses argumentos não só se mostram frágeis para a comunidade, como também possuem pouca credibilidade, já que os(as) moradores(as) possuem históricos de subalternização e invisibilização pelo próprio poder público.

Desse modo, o plano de estratégias de controle dos riscos tem como resposta a **resiliência** de um grupo há muito já vulnerabilizado por certos aparatos do estado-capital. Como afirmou um morador do Pomar do Cafezal, o risco de alguém ali ser assassinado pela polícia ou pelo tráfico é maior que a encosta deslizar, pois são esses os problemas que essas pessoas precisam enfrentar cotidianamente, mesmo que não haja previsão de chuva.

No intuito de dar andamento ao enredo, sugiro, nesse momento, uma curta explanação que diz respeito à moradia de risco e os discursos que permeiam os riscos construtivos, os quais servem de justificativa para a intervenção do poder público em áreas suscetíveis a deslizamento do solo.

3.1.2 A construção social da moradia de risco

A permanência dos moradores dos barracos levantados em terreno da Rede Ferroviária Federal [...], implica em risco de vida na avaliação do Secretário Executivo da Defesa Civil. A Secretaria de Obras, no entanto, contraria o parecer técnico e realiza obras de contenção de encosta e outras melhorias pra fixar as famílias, satisfeitas com a possibilidade de permanecer no local, apesar da gravidade da situação. O representante da Defesa Civil afirmou que os estudos dos engenheiros do órgão demonstram ser a área de alto risco. ‘Defendemos a retirada dos moradores incondicionalmente [...]. Fica mais em conta removê-los, do que realizar uma obra que possa realmente oferecer segurança [...].’ (Juiz de Fora - Jornal Tribuna de Minas, 24 de março de 1993).

Essa notícia, veiculada no ano de 1993 na cidade de Juiz de Fora, poderia ser perfeitamente aplicada no caso da Vila Pomar do Cafezal. O tratamento da situação, a atuação da Defesa Civil e a posição que essa instituição possui frente às áreas e moradias de risco parecem confluir em estratégias bem definidas ao longo dos anos. A visão da Defesa Civil sobre o ‘risco’ está associada, espencialmente, a uma relação de custo/benefício. Não se leva em consideração o papel estruturador das relações de poder na produção dos sentidos de risco e da sua gestão.

Desse modo, a construção deste subitem se deu pela necessidade de demonstrar como área e moradia de risco são tecnologias de governo que operam pelo deslocamento dos sujeitos. Além disso, o conceito de “moradia de risco”, assim como o de “área de risco” são fundamentais para a análise empreendida e não poderiam ser explicados numa nota de rodapé, nem mesmo seria possível não debater e articulá-lo a outros conceitos importantes para a discussão do risco, suas definições e controle.

Existem diferenças importantes quanto à moradia de risco (que perpassa a ideia de risco construtivo) e área de risco (fundante nas proposições tecnicistas em que o terreno encontra-se geomorfologicamente instável). Essas duas abrangências do risco se articulam e sobrepõem, entretanto, é importante pontuar as dimensões que abarcam essas noções. Para tanto, o coordenador da Defesa Civil e a pesquisadora sobre moradia de risco dão pistas quanto a essas definições:

Tem jeito de fazer isso em risco construtivo (intervenção tecnológica para anular o

risco), essa casa começou a rachar, você tá vendo que ela tá vulnerável, agora quando você tem uma trinca de escorregamento ao longo de um grande espaço, você num sabe qual parte ali vai escorregar primeiro, ou qual casa vai atingir. Porque a questão toda nesse raciocínio é que tem que raciocinar em cima de qual família está em risco e qual não está. (Entrevista concedida em 10/03/2017)

O problema de habitações situadas em áreas de risco é um dos muitos aspectos a serem considerados pelos municípios no âmbito da formulação de uma Política Habitacional – sugerindo um tratamento específico para as áreas de risco com ações voltadas para o reassentamento dos moradores, assim como para a prevenção à moradia nessas áreas. Enfim, apresenta-se como um grande desafio para as políticas públicas urbanas — que tendem a intervir de maneira compartimentalizada sobre a realidade social diversa — lidar com a característica de cumulatividade dos riscos que são de origem sócio-econômica e também ambiental. (VARGAS, 2006, p.48)

Foto 24 - Casa demolida pela Urbel em 19/12/2013



Fonte: Arquivo da Comissão de moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em agosto de 2017.

Autoras como (VALENCIO, 2004; 2009) e (VARGAS, 2006; 2016) propõem uma análise do desastre que reconsidera o que se compreende como fator “natural”. A natureza, expressa pela chuva, por exemplo, tende a ser considerada pelos(as) especialistas do risco como o maior motivo dos desastres por deslizamento de terra. Mas, o que se denomina, correntemente, como “catástrofe natural” é na verdade uma “catástrofe social”, decorrente dos modos como as relações sociais e políticas de dominação e resistência são construídas.

Segundo o setor técnico do risco, os(as) ocupantes de áreas com um “ecossistema

vulnerável” e com o aparato tecnológico defasado seriam os(as) responsáveis por deixarem os terrenos ainda mais suscetíveis a desastres. Esse discurso desconsidera a ausência de políticas públicas necessárias para a ocupação do solo, retirando a responsabilidade da administração pública em gerir o espaço público. As conclusões de Valencio a esse respeito são elucidativas:

Áreas de risco para a ocupação humana não são dadas apenas por circunstâncias naturais prévias- como susceptibilidades geomorfológicas de terrenos com acentuada aclividades, ou fundos de vale- que encontram fenômenos naturais sazonais- as chuvas. Também são construídas pela ação social (como através da hipermeabilização dos terrenos); pela decisão econômica (como pela formação de loteamentos clandestinos ou irregulares); e pelo lastro político (como a forma de enquadrar as práticas individuais e/ou coletivas, o que ocorre seja através incentive, do endosso, ou da omissão do poder público). (VALENCIO, 2004, p.85)

A área de risco é desprovida de legitimidade ante o meio técnico para as funções sociais ali contidas e exorbita paulatinamente da tolerância do ente público. Recorrentemente, os meios de comunicação de massa fazem uso da narrativa na qual os moradores são provocadores de sua vulnerabilidade e nisso reiteram a interpretação dos mapas de risco nos quais se dissocia os processos de territorialização desejáveis dos ditos temerários. Os cordões de isolamento utilizados na interdição das ‘áreas de risco’ agem não apenas como mecanismo de obstaculização legal do acesso ao lugar por todos e, em especial, pelo morador, mas como um juízo moral deletério deste. À pecha de ignorância/ insensatez do ali outrora residente, tido como provocador de seu próprio drama, passa a corresponder a explicitação mais flagrante da indesajabilidade em partilhar com o mesmo o espaço da cidade e dele se espera que dê seqüência à solução de automoradia algures. (VALENCIO, 2009, p.40)

Vargas (2006) parte de proposições que evidenciam a construção social da moradia de risco e suas implicações na governabilidade. A literatura sócio-antropológica afirma que o risco não pode ser tratado a partir de uma visão técnica absoluta e objetiva, mas sim como objeto de construção social por grupos sociais diferenciados. Assim, a autora busca evidenciar os contrapontos existentes entre a percepção de técnicos(as) e leigos(as), entendendo que os sujeitos têm percepções diferentes de um mesmo perigo a que estão expostos. Seus dados etnográficos permitiram visualizar que "os parâmetros do que era entendido como risco para os peritos no referido contexto encontrava, na narrativa dos moradores, um contradiscurso de permanência, fortalecendo a ideia da existência de um embate que culminava na imposição de uma visão." (2006, p.40)

Em sua etnografia sobre as trajetórias de despossessão e resistência, Vargas (2006) produz um trabalho com a história oral de algumas famílias moradoras de regiões condenadas pelo risco em Juiz de Fora, estimulando o relato da experiência vivida de cada uma, tentando identificar os mecanismos de construção social do risco, assim como as estratégias de enfretamento adotadas para a permanência das suas moradias. A autora critica a visão de ‘risco’ associada essencialmente a uma relação de custo/benefício. Pois, não se leva em

consideração o papel estruturador das relações de poder na produção dos sentidos de risco.

Pode-se afirmar que o que identificamos nas narrativas e práticas da população como resistência, constitui, entre outros fatores, uma resposta a essa tentativa de dominação do saber dominante, configurada: pelo conhecimento acumulado ao longo de suas trajetórias, inclusive no que diz respeito à “escolha” do lugar de morar e à forma de construir no mesmo (ambos associados à percepção de que o risco, ou a sua eliminação, estão atrelados ao poder/decisões econômicos e ao acesso da população pobre a esses recursos); pela reinterpretação dos fatos e sinais do cotidiano, que fazem parte do conhecimento apreendido e que norteia as ações e práticas desses sujeitos; pela presença da noção de um lugar identitário, caracterizando um apego ao mesmo e a luta pela permanência, ancorada na necessidade de segurança da posse e dos ativos sociais que interferem positivamente na sua sobrevivência; pela reelaboração do risco que incorpora uma perspectiva de ‘oportunidade’ frente à despossessão vivenciada. (VARGAS, 2006, p.27)

Apresentando sua experiência quanto aos conflitos na gestão dos riscos também na periferia de Juiz de Fora, Grizendi (2003) afirma que “risco, para os moradores em condição de vulnerabilidade socioeconômica não tem dimensão maior que as demais necessidades de sobrevivência. Já o risco para os técnicos tem uma dimensão maior, que corresponde à preservação da vida, valiosa para eles.” (p. 126)

A possibilidade de desabrigo gera uma insegurança muito maior para as pessoas que se deparam com a condenação da sua habitação pelos órgãos de controle e gerência do risco. O apego ao lar, construído com muitos esforços, assim como toda dimensão simbólica que perfaz o sonho da casa própria, são as evidências de que o risco geológico não está no primeiro plano de análise de boa parte dos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal. Inclusive, outros sujeitos oriundos, muitas vezes, do próprio Aglomerado da Serra, vêm ocupando terrenos que ainda estão vazios. Ao chegarem na vila deparam-se com os relatos de moradores(as) quanto aos processos judiciais, mas se decidem por construir suas casas, consolidando o desejo de habitar a cidade, pois essa é a alternativa viável.

As possibilidades oferecidas pelo programa de habitação da prefeitura, já citadas neste trabalho, não satisfazem muitos(as) dos(as) moradores(as), pois viver em um abrigo não passa pelo senso de habitação e moradia dessas pessoas. No entanto, como afirmou Ana Paula (moradora da Vila Pomar do Cafezal), “é melhor estar no abrigo do que vê a casa cair. E eles (técnicos da Urbel) falaram que nossa casa deslizou um pouco agora, mas pode piorar na próxima chuva.”

Os abrigos temporários são responsáveis por uma desterritorialização de grupos que não possuem autonomia quanto à produção das suas localidades. Já o programa Bolsa Moradia se configura numa indefinição que assola a maioria das pessoas que precisam viver a

mercê do aluguel. Além disso, esse programa gera a desconfiança dos(as) ocupantes(as) quanto à continuidade do pagamento pelo município, que, muitas vezes, suspende o “benefício” devido à conjuntura política do momento.

Nesse sentido, as desconfianças de vários(as) moradores(as) quanto a política de reassentamento da Urbel foi confirmada em relação à última remoção realizada na ocupação. Em julho do ano de 2017, Ana Paula e seu esposo Reinaldo aceitaram a proposta de remoção e consequente demolição da sua casa oferecida pela Urbel. Posicionada em um dos terrenos mais íngremes da área ocupada, a casa do casal sofreu com pequenos deslizamentos de terra, sendo que uma parte da mesma veio a ceder no começo do ano de 2016. Entretanto, somente em meados de 2017 a Urbel contactou a família e ofereceu incluí-la no programa de habitação do município.

A família aceitou, então, a proposta da Urbel para inclusão no Bolsa Moradia. Desse modo, o casal passou a procurar imóveis para alugar, conforme os padrões exigidos pela Urbel. Devido às dificuldades em encontrar um imóvel que atenda às características definidas pela política de habitação, e considerando o baixo valor pago pelo programa (500 reais de Bolsa Aluguel), o casal tardou a encontrar um imóvel e quando, enfim, obtiveram êxito na procura, a Urbel informou que o auxílio moradia havia sido suspenso por falta de verba. Nesse momento, o casal e os filhos tiveram que se adequar à política de habitação do município e aceitar a proposta alternativa: mudar com a família para o abrigo municipal Granja de Freitas.

Em uma última conversa que tive com Ana Paula (setembro de 2017), a mesma me afirmou que estavam bem no abrigo, não era a casa da família, mas era o que tinham como opção naquele momento. As esperanças do reassentamento definitivo estavam explícitas nas expressões como: “em breve teremos uma casa de novo”, ou aceitando a provisoriamente da situação: “por enquanto vamos vivendo aqui mesmo, num tem outro jeito.”

O deslocamento compulsório (forma particular de movimento populacional no espaço, marcada pela violência, desmobilização e descaracterização dos modos de vida dos sujeitos-objeto das políticas de intervenção do estado-capital) e reassentamento diz respeito a diferentes sujeitos sociais com racionalidades distintas em conflito num espaço social com diferenciais de poder expressivos. Essa reificação do lugar do sujeito como passível de deslocamento se dá pela expressão de um projeto civilizatório em que o espaço planejado se vincula à imagem do urbano e da modernidade/colonialidade. Planejamento e reordenamento territorial que operam com base nas relações de poder estabelecidas. Os(as) deslocados(as) e reassentados(as) são classificados(as) pelo poder público como “beneficiários” do progresso.

Como sugere Valencio (2009, p.42):

Se a característica do desabrigado é o desprovemento das coisas e das relações, é tratado pelo Estado como um desqualificado. E, ao desqualificado, não é dado, no imaginário dominante, referenciar suas necessidades no escopo dos direitos de cidadania, mas no escopo da ajuda, tendo que considerar suficiente os provimentos que lhe chega fruto da bondade alheia e demonstrar gratidão e motivação para renunciar paulatinamente ao local de abrigo provisório e às provisões caritativas.

Desse modo, o caso vivenciado por essa família evidencia como os deslocamentos compulsórios implicam um “total descompasso entre as expectativas dos afetados e as propostas de reassentamento via programas de moradia planejados unilateralmente pelo Estado” (VARGAS, 2016, p.548). Retomo, novamente, a discussão pontual sobre o discurso do risco, pautado pela técnica e ancorado nas premissas da verdade operadas em nível do estado-capital. Discorro, assim, a respeito das formulações apresentadas pelos(as) agentes de estado responsáveis pelas intervenções na Vila Pomar do Cafezal.

3.1.3 A fórmula do risco: o discurso técnico e a luta pela verdade

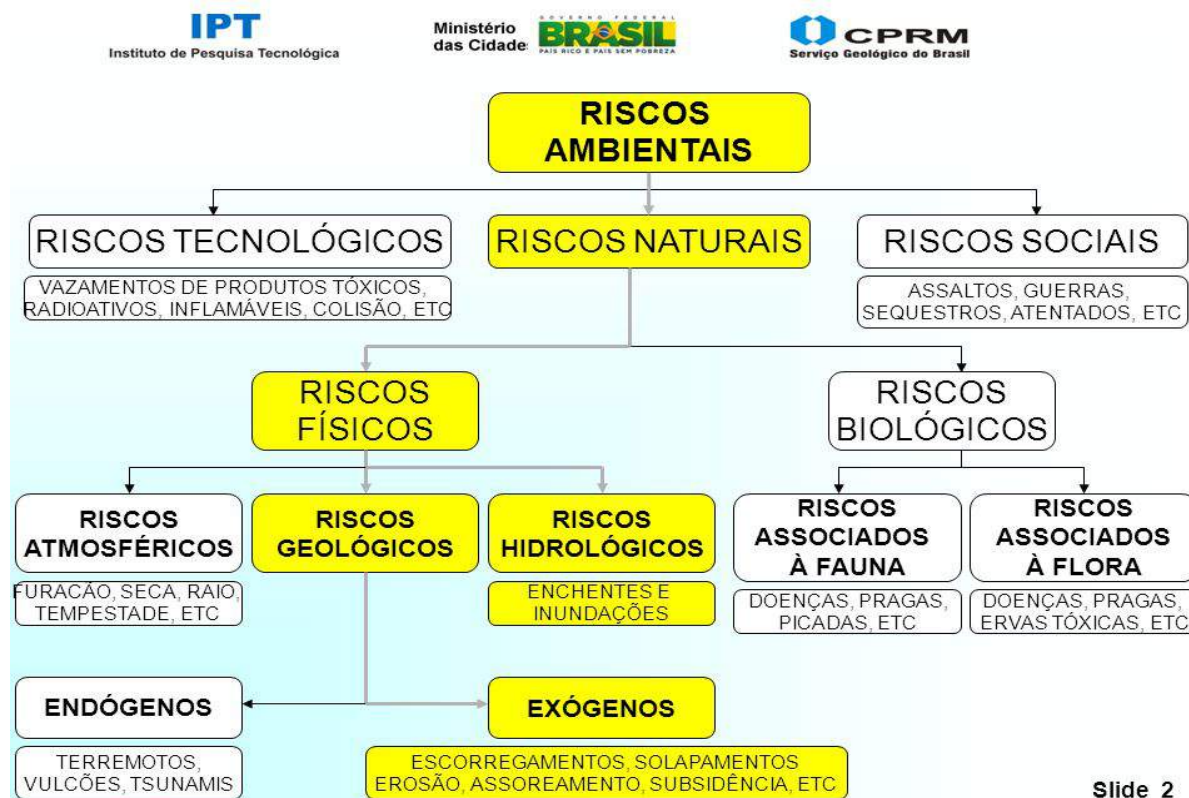
Este subitem evidencia esforços em entender como o estado-capital se apresenta aos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal. Para tanto, os(as) técnicos do risco são imprescindíveis no que concerne ao seus planejamentos e escolhas quanto ao diagnóstico e gestão dos riscos em Belo Horizonte. Para tal empreendimento, foram realizadas entrevistas com agentes públicos, assim como a análise documental de leis, projetos, planejamentos públicos, laudos, mapas, estatísticas entre outros documentos oficiais.

Diante dos conflitos desencadeados pela intervenção do poder público na área considerada como de risco, os laudos produzidos como peças técnico-políticas nos processos judicializados marcam uma disputa simbólico-política em que dados técnicos dão corpo aos relatórios periciais, numa luta argumentativa pelo direito ao (re)conhecimento do poder-dizer (OLIVEIRA, 2014).

A cultura dominante produz um campo político que tende a legitimar uma ordem arbitrária, engendrando uma representação do mundo social que se ajusta à estrutura das relações sócio-econômicas, as quais conservam simbolicamente as relações de forças divergentes e fundam o sistema de dominação em pauta. Em Bourdieu (2002), a organização do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito constitui uma função lógica necessária que permite à cultura dominante, numa dada formação social, cumprir sua função político-

ideológica de legitimizar e sancionar um determinado regime de dominação.

Imagem 7 - Quadro operativo lógico pelo qual os(as) agentes públicos da Urbel e da Defesa Civil esquematizam o risco.



Slide 2

Fonte: IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológica) <http://www.ipt.br> Acesso em: 18/08/2017.

Há o desenvolvimento de uma crítica a certa literatura que defende a percepção de riscos pautada numa avaliação de cálculos probabilísticos - Lemke (2014), Caponi (2014), Areosa (2008), O'Malley (2009a) -, sem levar em consideração que o probabilismo é, por um lado, uma característica do mundo e, por outro, uma característica de certo tipo de pensamento sobre o mundo (Douglas; Wildavsky, 2012). Vale frisar que a ciência não se constitui num corpo cognitivo, objetivo e uniforme. Trata-se de pautar a discussão perpassando as ideias contidas nas formulações bourdieanas sobre campo científico e capital simbólico. Lembrando que trazer o conceito de campo para o debate implica discutir possibilidades objetivas quanto à dinâmica de lutas específicas enredadas em arenas políticas distintas. Assim, o campo deve ser entendido como um “conjunto de pontos de vista no duplo sentido de visões configuradas com base num ponto do campo e em posições dos campos a partir dos quais essas visões interessadas se configuram.” (BOURDIEU, 2004, p. 44)

Logo no início da entrevista com o coordenador da Defesa Civil, questionei quais eram os referenciais teóricos da instituição sobre a categoria/noção de risco e sua gestão

administrativa. O agente público então discorreu a respeito de como trabalham a fórmula do risco. De início, pensei tratar-se de uma expressão de linguagem, mas logo em seguida ficou evidente que o entrevistado falava realmente de uma fórmula matemática, qual seja: $RISCO = AMEAÇA \times VULNERABILIDADE \times EXPOSIÇÃO$, com variáveis e dados operativos que demarcavam o risco. Inclusive com essa fórmula é possível resolver o problema do risco, por que as variáveis podem ser anuláveis. O entrevistado esclarece o conteúdo dessa fórmula:

A gente trabalha a questão do risco, principalmente aqui em Belo Horizonte, em cima de um raciocínio, de uma fórmula. Essa fórmula é muito comentada nas referências bibliográficas da ONU e a gente usa algumas referências, quero te indicar essa aqui (mostra o livro), pode baixar na internet. A fórmula, risco ou desastre é igual ameaça vezes vulnerabilidade vezes exposição. Na verdade a vulnerabilidade vai incorporar tanto a susceptibilidade do evento acontecer quanto a exposição. Então a partir disso aí fazemos uma análise do risco. Vamos supor, sob todas as formas, todos os tipos de possibilidade de desastre a gente faz esse raciocínio operacional. Existe uma ameaça? Existe uma vulnerabilidade? Existem pessoas expostas? Existe uma exposição? E a partir daí a gente faz a gestão de riscos tentando ou mitigar ou, o ideal seria prevenir, não deixar que o risco se instalasse. Ou seja que a ameaça não tivesse instalada. E se ela estiver instalada que não tenha a exposição ou a susceptibilidade. Caso a gente não consiga fazer isso, é mitigar o risco, ou seja, é você dentro dessa equação dos fatores (...) através de ações concretas, reduzir o valor de cada fator desses. Ou seja, se eu consigo anular a ameaça eu resolvi o problema do risco. Se eu consigo anular ou reduzir a vulnerabilidade eu resolvo o problema. Se eu elimino a exposição eu também resolvo. A Defesa Civil ela tem um conceito, esse conceito é Defesa Civil é um conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, respostas e recuperação de áreas propensas ou atingidas por desastres. O nosso raciocínio é esse. E ela tem por objetivo esse conjunto de ações, minimizar é evitar, é o primeiro, ou minimizar os efeitos dos desastres. Evitando danos humanos, materiais, prejuízos econômicos, ambientais e sociais. Então o nosso raciocínio, quando eu chego numa análise do desastre (...) eu tenho que evitar danos humanos, mas eu também tenho que evitar prejuízos sociais. O desastre vai ser o resultante de eu não conseguir gerir, zerar esses componentes. (Entrevista concedida em 10/03/2017)

É possível notar que o entrevistado faz uso do conceito de vulnerabilidade nos mesmos moldes que outros(as) agentes públicos(as) costumam operar. A vulnerabilização dos sujeitos não é encarada como uma situação imputada pelos processos de exclusão e marginalização operados pelos aparatos do estado-capital. O raciocínio, nesse caso, passa pelo fato da vulnerabilidade ser um dos fatores de uma equação entendida como pontualmente ligada a uma localização (área de risco) e habitação (moradia de risco). Então, ao se anular ou reduzir essa variável finda-se o risco e o consequente desastre por vir. Essa fórmula não leva em consideração que essa família ainda esteja enfrentando problemas quanto à precarização do trabalho exercido, a exposição de seus membros à violência exacerbada nas áreas de aglomerado, a precariedade do sistema educacional e de saúde, etc... Tudo isso não está sendo calculado pela dinâmica racional e estratégica do risco, desconsiderando as

particularidades de cada caso. Essas pessoas podem morrer por outros motivos, mas o que não se permite é que isso aconteça contrariando a gestão dos riscos.

A institucionalização da Defesa Civil foi a forma que o Brasil adotou para lidar com os desastres. Conforme auto descrição, a Defesa Civil caracteriza-se como um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e de reconstrução destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social (BRASIL, 1995). A Política Nacional de Defesa Civil (PNDC) em vigor, datada de 1995 foi atualizada, em certos aspectos, pelo Decreto 5.376 de 17 de fevereiro de 2005. Essa política constitui-se de um marco legal, condicionantes, finalidades, objetivos e instrumentos de avaliação de danos, além de apresentar uma conceituação própria da área, diretrizes, planos e programas. A PNDC tem por finalidade destacar a competência da Defesa Civil na garantia do direito natural à vida e à incolumidade, em circunstâncias de desastre e de forma permanente, promovendo a articulação e a coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, em todo o território nacional (BRASIL, 1995). Desse modo, a Defesa Civil se institui como sistema que se articula com vários outros órgãos a nível municipal, estadual e federal.

O SINDEC é expressa como órgãos municipais pelas Coordenadorias Municipais de Defesa Civil – COMDEC's ou órgãos correspondentes e Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC's, ou entidades correspondentes, responsáveis pela articulação e coordenação do Sistema em nível municipal. O órgão municipal de proteção e defesa civil, comumente denominado de Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) centraliza o SINPDEC (Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil) no município, e tem por finalidade contribuir no processo de planejamento, articulação, coordenação e execução dos programas, projetos e ações de proteção e defesa civil local. As COMPDEC têm, entre as suas atribuições, a função de realizar estudos de ameaças (levantamento de áreas de risco); conscientizar a população sobre a gravidade dos desastres e procedimentos preventivos a serem adotados; determinar vulnerabilidades; mobilizar e treinar de voluntários; estabelecer e divulgar alertas e alarmes; socorrer; dar assistência; analisar danos e confeccionar a documentação relacionada à situação de emergência e estado de calamidade pública, além de prestar apoio na recuperação do cenário afetado por desastres.

Assim, a Defesa Civil tem como objetivo as primeiras ações, estruturas e estratégias de proteção e segurança dirigidas à população. De acordo com auto descrições, hoje, a Defesa Civil se organiza em sistemas abertos com a participação dos governos locais e da população no desencadeamento das ações preventivas e de resposta aos desastres, seguindo o princípio da Defesa Comunitária. Além disso, um dado importante quanto à Defesa Civil se dá pela

ligação com a dimensão militar que acompanha esse sistema.

Em um cenário mais global, foi definido em 2015, na 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas em Sendai (Japão), um plano de ação regional para implementação de um novo marco para a gestão do risco e sua conseqüente redução na América Latina. Conhecido como Marco de Sendai, essa diretriz política é marcada pela gestão do risco e não mais pela gestão do desastre, ou seja, o ideal preventivo está baseado em uma proposta de ação em que a sociedade e o estado estejam comprometidos na redução e prevenção dos riscos de desastres. Esse documento tem como objetivo a integração aos planos de ação regional operacionalizados em cada país. Para tal empreendimento, o Marco de Sendai criou algumas prioridades a serem seguidas pela gestão do risco na América Latina, qual seja: compreender o risco de desastres; fortalecer a governabilidade do risco de desastres para gerir certos riscos; investir na redução dos riscos de desastres para a resiliência; e aumentar a preparação para casos de desastres, a fim de dar uma resposta eficaz e “reconstruir melhor” os campos da recuperação, reabilitação e a reconstrução.

Essa política gestonária do risco orienta práticas locais quanto a objetivos, planos, competências e coordenação do risco que envolvem a participação da população a ser intervencionada. No entanto, as diretrizes dessa política privilegiam o fortalecimento da governança do risco, autorizando intervenções nas comunidades desde que se fomente a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação dos riscos de desastres. Os sujeitos-objetos da intervenção do estado-capital aparecem nesse cenário como colaboradores. Nesse sentido, ações como a de capacitação e mobilização das pessoas, ordenação dos espaços e alianças entre a comunidade e o poder público, são evocadas sem levar em consideração a realidade complexa e as condições de desigualdade a que estão dispostos esses sujeitos. O parágrafo que se segue circunscreve as necessidades de intervenção em áreas consideradas como de risco e as preocupações que perfazem a política de gestão dos riscos:

Las inversiones públicas y privadas para la prevención y reducción del riesgo de desastres mediante medidas estructurales y no estructurales son esenciales para aumentar la resiliencia económica, social, sanitaria y cultural de las personas, las comunidades, los países y sus bienes, así como del medio ambiente. Estos factores pueden impulsar la innovación, el crecimiento y la creación de empleo. Esas medidas son eficaces en función del costo y fundamentales para salvar vidas, prevenir y reducir las pérdidas y asegurar la recuperación y rehabilitación efectivas (Marco de Sendai, 2015, p.29).

Ao sugerir que as intervenções públicas e privadas (explicitação da relação estado-capital) são essenciais para aumentar a resiliência econômica, social, sanitária e cultural das

peessoas, o Marco de Sendai opera pela lógica de que há a necessidade de capacitar-educar-conscientizar-otimizar-qualificar-habilitar esses sujeitos frente aos riscos de desastres. Sendo assim, as diretrizes para a gestão do risco partem do pressuposto de que os problemas enfrentados pelos sujeitos em áreas de possíveis desastres dizem respeito a um déficit dessas pessoas quanto à condução e enfrentamento dos riscos em que se colocam. Essa lógica tende a mascarar os processos de vulnerabilização que certos aparatos do estado em aliança com o capital promovem em relação aos sujeitos subalternizados, principalmente, no que diz respeito ao acesso a terra e as condições de moradia.

O coordenador da Defesa Civil, assim como a diretora de Manutenção e Área de Riscos da Urbel, enfatizaram, reiteradamente, que a atuação dessas instituições estão baseadas nessas diretrizes globais de gestão do risco. Todas as ações regionais são pautadas nas recomendações da ONU. Ambas instituições, inclusive, se orgulham de ter ganhado prêmios pela eficiência na prevenção e redução dos riscos em Belo Horizonte.

De acordo com o site da PBH, somente em 2003, a URBEL voltou a ser o órgão responsável pela execução/coordenação das ações nas áreas de risco geológico-geotécnico. Sendo que a partir dessa data, o PEAR⁶⁶ (Programa Estrutural da Área de Risco) passou por aprimoramentos com a formação dos Núcleos de Defesa Civil, que conforme legislação são formados a partir de moradores/lideranças formais ou não. Por isso, o PEAR possui um viés educativo, fazendo-se necessário um entendimento da população assistida quanto às dimensões do risco e sua conseqüente gestão, o que torna a população co-responsável pelas ações de prevenção, monitoramento e fiscalização das áreas. Para tanto, foram criados seis centros de referência em áreas de risco (CREAR), tendo como objetivo “aproximar o poder público da comunidade implantando o conceito de co-responsabilidade aos moradores de áreas de risco.” Esse programa pode ser melhor compreendido com base na própria explanação da entrevistada da Urbel.

Nós temos o programa estrutural da área de risco, existe há mais de 20 anos (desde 1994), (...) trabalha tanto do ponto de vista de você erradicar o risco naquelas

⁶⁶ O PEAR tem como objetivo diagnosticar, prevenir, controlar e minimizar situações de risco geológico-geotécnico, estruturando e revitalizando estas áreas, visando à diminuição de ocorrência de acidentes e garantindo a segurança da população envolvida.

O programa tem como metas:

- Proteger a vida dos moradores de áreas de risco geológico-geotécnico, evitando a ocorrência de acidentes relacionados a processos geodinâmicos;
- Promover a estruturação urbana/ambiental dessas áreas visando não só à minimização de situações de risco geológico-geotécnico, mas também à melhoria da qualidade de vida da população envolvida;
- Incentivar a participação da comunidade através do repasse de informações técnicas acerca de métodos construtivos e percepção de situações de risco, envolvendo a população no processo decisório das intervenções necessárias.

situações pertinentes de erradicação, como também de preparar a comunidade pra conviver com o risco, porque tem situações que você não consegue resolver tudo ao mesmo tempo. Então você prepara, você mobiliza, você capacita aquelas pessoas que vivem naquela região do ponto de vista da percepção do risco, da cultura do risco, para ela saber viver com aquele risco até ele poder ser erradicado, minimizado, né. Essa questão de você trabalhar com a comunidade, de forma geral, a percepção, a cultura do risco, principalmente frente às questões da natureza, que é o que a gente lida mais propriamente, é muito importante, porque a gente é um país que ninguém tem cultura do risco. Então a gente precisa desenvolver essa percepção. Como a gente não tem grandes eventos catastróficos que nem vários países, essa questão fica sempre em segundo plano. Se você vai no Japão, por exemplo, qualquer pessoa, de uma criancinha até um velho sabe como se portar diante de um terremoto ou um maremoto, ou um vulcão, eles sabem o que fazer. Nós aqui não temos esse tipo de acidente, mas temos outros, estamos cada vez mais tênues em função das ocupações e tudo, da forma que vem sendo ocupados os terrenos, do crescimento da cidade desordenado, por isso a gente tá vendo eventos de inundação, enchentes urbanas, deslizamentos, mas que de certa forma já estão sendo controlados nos últimos anos. Então o programa trabalha identificando as áreas de risco, as áreas vulneráveis, fazendo um planejamento de intervenção nessas áreas pra mitigar ou erradica esse risco, e trabalhando na comunidade pra entender o risco. Como que ele acontece, como se evita, como se gera o risco, e na hora quando você tiver frente a uma situação como você deve se portar. (Entrevista concedida em 24/03/2017)

O último relatório da Urbel de atualização do mapa das áreas de risco das vilas e favelas da cidade ocorreu em 2016. Nesse diagnóstico a situação de risco geológico feito por técnicos(as) da Urbel registrou a existência de 1.505 edificações em situação de risco por deslizamento de encosta e solapamento de margem de córrego. Em 2011 havia 2.761 edificações em áreas de risco, sendo 2.738 delas em risco alto e 23 em risco muito alto. No decorrer do trabalho em questão foram mapeados os locais com risco em 216 assentamentos (186 vilas/favelas, 23 conjuntos habitacionais populares de interesse social e 7 assentamentos irregulares ainda sem classificação definida). Ainda segundo esse relatório:

O diagnóstico localizou, mapeou e delimitou os lugares em cada comunidade que apresentaram situações instáveis. Nos setores onde foram identificados casos de risco alto e muito alto foi feita a contagem das edificações, bem como a classificação do tipo do processo de instabilidade presente (risco de deslizamento ou de solapamento de margem de córrego) e também do grau do risco (baixo, médio, alto e muito alto). O primeiro diagnóstico de áreas de risco geológico nas vilas e favelas foi elaborado pela Urbel em 1994. Ele apontou a presença de 14.856 edificações em situação de risco de risco alto e muito alto. No segundo diagnóstico, realizado em 2004, este número caiu para 10.654 edificações. Em 2009, época do terceiro diagnóstico, houve outra redução, desta vez para 3.789 edificações em risco alto e muito alto. Mesmo com o acréscimo do número de áreas mapeadas, observou-se diminuição expressiva da quantidade de edificações em situação de risco alto e muito alto nas vilas e favelas. Tal redução pode ser atribuída tanto às ações desenvolvidas ao longo dos anos pelo Pear, como também por outros programas da Prefeitura voltados para as vilas e favelas. Com destaque para as obras de urbanização do Orçamento Participativo, as intervenções integradas e estruturantes do Vila Viva e os empreendimentos do Programa Drenurbs. Soma-se a isto, o importante processo contínuo de mobilização e sensibilização da população em convivência com o risco. De acordo com os resultados do diagnóstico de 2016, as regionais que apresentam maior número de edificações em situação de risco alto

foram a Centro Sul, com 318 casos; a Leste, com 225; e a Oeste, com 196 casos.⁶⁷

Valencio (2009) afirma que os(as) responsáveis por produzirem os mapas de risco, normalmente engenheiros(as) e geólogos(as), são emblemáticos de um certo fazer técnico que tende a atribuir responsabilidade aos(às) marginalizados(as) por consequentes danos ou destruição de suas moradias. Os mapas, que se justificam, convenientemente, como uma ferramenta nas agendas dos investimentos públicos, sugere que a intervenção do estado priorize os sujeitos cuja territorialização seja consentida. Consequentemente, a posição e o viés político no qual o poder público tende a optar por uma determinada interpretação da realidade social acaba por ser obscurecido pelos processos cartográficos.

Marca-se, então, uma problemática acerca da instrumentalidade dos mapas de risco para reforçar a performatividade do ente público na expulsão dos que se territorializam fora da ordem estabelecida. A cartografia do risco se impõe como um discurso técnico, responsável por impedir a vocalização de direitos dos que ali vivem, descartando, simultaneamente, a necessidade de outras interpretações nesse circuito de poder. Ao simplificar a realidade sócio-espacial, suprime-se as correspondências de sentido entre as diferentes conformações territoriais possíveis. Como toda linguagem tecnicista, o objetivo é silenciar os(as) não especialistas, sobretudo os(as) que transgridem a situação de classe. “Ao delimitar o lugar de vivência de populações empobrecidas como área de risco, o referido mapa fundamenta as práticas de remoção compulsória dos ali inseridos e evita mostrarem o pulsante conflito territorial que caracteriza a cidade” (VALENCIO, 2009, p.36).

Douglas & Wildavsky (2012) sugerem que uma sociedade hierarquicamente confiante na produção tecnológica de conhecimento e progresso tende a ver os riscos com menos temor. Esse discurso se fortalece nos pressupostos de que qualquer risco porvir pode ser evitado e/ou controlado pelo conhecimento e tecnologia produzidos pela modernidade/colonialidade, e o mapa de risco seria um instrumento para tal finalidade de controle e observação. A racionalização das práticas gestoras do risco utilizam desses instrumentos como meio de legitimar as intervenções realizadas em espaços subalternizados nas cidades. Castel (1991, p.289) pontua que:

As ideologias modernas de prevenção seguem um grandioso e tecnocrático sonho racionalizante de controle absoluto do acidental, entendido como a irrupção do imprevisível. Em nome deste mito da erradicação absoluta do risco, eles constroem

⁶⁷ Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=81375&chPlc=81375&&idPlc=&app=salanoticias> Acesso em: 16/01/2018

uma massa de novos riscos que constituem tantos novos alvos para a intervenção preventiva. (tradução da autora)

Atualmente, a Urbel desenvolve seu trabalho nas ZEIS no intuito de promover obras de melhorias públicas, como rede de esgoto, abertura de ruas, ordenamento de coleta de lixo, calçamento e etc. Essa infraestrutura tem sido negada, durante mais de um século, aos sujeitos que ocuparam a cidade por suas margens, tendo que conviver com os infortúnios causados pela irregularidade das suas moradias até os dias de hoje. Ainda assim, as margens da cidade continuam se expandindo e, novamente, as áreas recentemente ocupadas enfrentam o descaso do poder público.

A diretora de Manutenção e Área de Risco da Urbel afirma a necessidade de fazer todo um sistema de drenagem e esgotamento sanitário para que a contenção da encosta diminua consideravelmente o risco na Vila Pomar do Cafezal. É exatamente essa questão que evidencia o problema em não se considerar a moradia de risco atrelada à ausência de infraestrutura das áreas ocupadas tardiamente e perifericamente. A situação de vulnerabilidade se instaura a medida que se nega a esses sujeitos o direito de viver numa área segura, que possam usufruir de infraestrutura básica e equipamentos públicos necessários ao modelo proposto pela urbanidade. O gerenciamento desigual na cidade implica uma profusão de demandas que os coletivos subalternizados denunciam como falta de estrutura básica. O discurso oficial acaba justificando esse déficit ou ausência de melhorias públicas, em determinadas áreas da cidade, como uma questão econômica e/ou burocrática, o que obscurece as razões políticas e sociais que atravessam o espaço urbano.

Atrelada à noção de risco como mecanismo de poder e controle social, encontra-se a propagação das ideias baseadas em sistemas perito de definição e a projeção científica de previsibilidade, probabilidade, projeção e dimensão dos riscos e sua consequente anulação ou diminuição. A busca incessante por segurança e controle sobre aqueles(as) que ameaçam ou podem vir a ameaçar a estabilidade social desconsidera toda contingência e ambiguidade decorrente das diversas dinâmicas operacionais na sociedade. Para isso, as estatísticas de morte por deslizamento de terra e encostas transforma-se num quadro alarmante que servirá de justificativa para a intervenção governamental.

Essa tentativa de controle sobre o nível atual dos riscos e suas consequências no âmbito social não dá conta das diferenças produzidas pelas relações de desigualdade. Dessa forma, as injustiças sócio-ambientais enfrentadas por sujeitos em situação constante de vulnerabilidade são consideradas pelos sistemas perito, principalmente, pelo viés técnico-burocrático de erradicação da condição de risco pontual vivenciada num determinado tempo-

espaço. Por exemplo, no que tange a “áreas de risco” as resoluções encontradas são baseadas em deslocamento de pessoas de um território “condenado” a qualquer outro lugar desde que o risco seja sanado, independentemente das condições em que essas pessoas serão realojadas e mesmo que elas não se sintam seguras em abrigos e/ou no Bolsa Moradia. O importante para os(as) agentes públicos(as) gestores do risco é ter o controle sobre uma área que pode vir a condenar o trabalho proposto pela administração estatal em resguardar a vida da população.

Assim, o risco expresso em probabilidades não pode ser isento de seus antecedentes sociais e políticos dos quais cientistas, economistas e políticos o querem muitas vezes desembaraçar. Neves (2008) também argumenta sobre a posição dos(as) especialistas no campo científico, afirmando que “o expert do risco procura proteger sua prática e saber, distanciando-se do chamado interesse político, como estratégia de manutenção da autoridade.” (2008, p.45) Desse modo, uma escolha racional não pode ser entendida como um dado, mas como um constructo que une aspectos psicológicos e sociológicos.

No intuito de tentar demarcar a *expertise*, o coordenador da Defesa Civil, ao longo da entrevista concedida em 10/03/2017, fez questão de pontuar os nomes de vários(as) técnicos(as) envolvidos(as) no processo. Esses(as) profissionais, como bem demarcado pelo entrevistado, são oriundos(as) da sociedade civil, portanto, paira sobre eles(as) a legitimidade baseada na imparcialidade, responsável pela aura imaculada que circunscreve os laudos produzidos pela Urbel em parceria com a Defesa Civil de Belo Horizonte.

Outra característica peculiar do Pomar do Cafezal, por exemplo, diz respeito ao conflito técnico para definir se o local teria sido um “bota fora” (aterro), terra solta retirada de outras localidades, como sugere os(as) técnicos(as) do setor físico da Urbel, ou até mesmo um lixão conforme já foi mencionado por agente públicos(as) durante as audiências públicas realizadas. Essa constatação veiculada por meios de comunicação, ocorreu após engenheiros do IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de Minas Gerais) produzirem um complemento do laudo pericial alertando quanto ao alto risco geológico em que se encontra a Vila Pomar do Cafezal. “Existe uma região de risco, com ocupação irregular, casas sem acompanhamento técnico, erguidas em um aterro, feito por lixo, resto de construção, sem controle geológico, não apto a suportar o peso. (...) a questão não é se vai ou não cair, é quando vai cair”, disse o presidente do Ibape, Clémenceau Chiabi Saliba Júnior⁶⁸.

O complexo da rua Sustenido é, constantemente, evocado como a área de maior risco geológico da cidade. Esse discurso acaba se reforçando em várias notícias veiculadas pela

⁶⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/10/laudo-do-ibape-aponta-risco-de-desabamento-em-aglomerado-de-bh.html> Acesso em: 25/07/2017

mídia, que tende a apresentar o local como “uma bomba relógio pronta pra explodir”. Outras reportagens definem o local como a área mais vulnerável a deslizamentos da cidade⁶⁹. Esses alertas de iminente desastre, normalmente, estão atrelados a informações fornecidas pelos(as) técnicos(as) da Urbel e da Defesa Civil, mas as notícias são sempre veiculadas com os nomes de entidades da engenharia especializada, como a ABMS (Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica), ABECE (Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural) e da própria IBAPE-MG.

Então, quem assina este laudo aqui junto? O presidente, que é voluntário, da ABMS, o presidente da ABECE, engenheiro projetista estrutural voluntário, e o vice-presidente do IBAPE, ele assina isso aqui junto com a gente. Então, meu engenheiro, além dos engenheiros dessas instituições, e eles falam nesse aqui (relatório 2015) cita a conclusão do relatório. Olha pra vc ver (...) Quem assina isso aqui são pessoas isentas. Porque isso? Porque eu quero alguém (sério), como eu tenho que evitar prejuízo social e retirar pessoas das suas casas, sejam elas ricas ou pobres, sejam elas mansões ou barracões, é um dos prejuízos sociais talvez um dos mais absurdos ou dos mais violentos, eu preocupo com isso.

Os conflitos que atravessam peritos(as) versus leigos(as), termo que define certa desqualificação de sujeitos em um determinado campo, passam por processos de negociação sobre como definir e enfrentar os riscos. Quando os(as) porta-vozes legítimos(as) do saber não assumem o debate pelo qual se problematiza a ciência, a quem o campo científico atende, a que custo e quais os domínios historicamente intervencionados pelas ciências, esvazia-se toda problemática em torno da produção científica e suas relações desiguais de poder. Todavia, é muito importante reiterar que no caso etnográfico em questão não se pode definir o conflito pela simples operação dicotômica entre peritos(as) e leigos(as), o campo conflitivo é muito mais complexo e sugere, inclusive, a luta entre laudos produzidos pelo mesmo campo do conhecimento, mas dentro de instituições diferentes. Nesse sentido, existem conflitos entre peritos(as), entre moradores(as) e peritos(as), assim como entre moradores(as).

A questão em torno do debate mobilizado em termos de peritos(as) versus leigos(as), apesar de uma importante discussão sobre a construção e legitimação de um conhecimento em detrimento a outros, pode subsumir uma dimensão mais ampla do contexto, que é a situação de racismo ambiental e política habitacional que versa o debate. Além disso, pode obstruir outras formas de análise, pois, ao longo do exercício etnográfico foi possível identificar como moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal incorporaram elementos da perícia para sua contra-

⁶⁹ Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/01/16/interna_gerais,725724/defesa-civil-emite-alerta-para-area-de-risco-no-aglomerado-da-serra.shtml Acesso em 25/07/2017
<http://www.itatiaia.com.br/noticia/populares-que-moram-na-rua-com-maior-risco-geologico-de-bh-temem-chegada-das-chuvas> Acesso em: 25/07/2017

argumentação. Por parte de Maurício, por exemplo, não há uma completa negação do conhecimento científico, mas sim um mal uso do mesmo quando o interesse político-econômico é maior que as preocupações sociais. Outros(as) moradores(as), por outro lado, constantemente, lembram que suas experiências são negadas e/ou desvalorizadas, principalmente, no exercício de suas profissões, como mestre de obras e pedreiros.

Nesse sentido, a contingência objetivista da ciência dominante não privilegia o conhecimento situado e corporificado. Por isso, a importância em se focar na luta para que os “saberes localizados” sejam (in)corporados nas redes de conhecimento, e para que outras práticas de objetividade priorizem a desconstrução, a contestação e as outras formas de ver, estar e se posicionar no mundo (HARAWAY, 1995).

De modo geral, a resistência formalizada pela Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal também teve que se basear em um laudo técnico-político. Foi necessária a intervenção técnica de geólogos(as) e arquitetos(as) para que o laudo da Urbel fosse questionado, não se considerou de antemão as formulações produzidas pelos(as) moradores(as) locais de que a equipe técnica da Urbel estaria equivocada quanto a sua produção de provas. Em um contexto etnográfico similar, Oliveira (2014, p.182) expõe essa perspectiva tecnicista:

Instados a fazer críveis os riscos e reconhecíveis os danos, os moradores procuram se engajar no debate, elaborando uma pesquisa na qual eles se apresentam e são apresentados como aquele “objeto técnico-político de uma gestão e de um governo” (FOUCAULT, 2008b, p. 92), ou seja, como uma população que quer fazer visível e pertinente sua condição enquanto segmento diferencialmente exposto e afetado pelos riscos da incineração.

É importante notar como o discurso técnico-político orienta práticas, os contextos acabam por fundamentar ações. Assim, a produção dessa etnografia permite, em alguma medida, oferecer pistas de como se constrói a visão de técnicos(as) representantes do poder público e como as suas intervenções se dão no nível da comunidade. Apesar de não serem homogêneos, esses discursos pretendem-se como dominantes no âmbito da definição de risco e suas conseqüentes definições de políticas, condutas, gestões e decisões acerca de grupos sociais específicos.

Mensurar e prever riscos por meios de equações sugere a possibilidade de assegurar sua susceptibilidade e gravidade por meio de um raciocínio calculista, desconsiderando que possa haver discrepância na análise e avaliação por parte de corpos técnicos distintos. Inclusive, como afirma Grizendi (2003), os(as) técnicos(as) da Defesa Civil, constantemente,

se valem de argumentos como “bom senso”, “feeling” (intuição), adquiridos por meio das suas experiências pessoais e profissionais, para orientar suas decisões quanto a questões que envolvem a noção de risco, o que demonstra uma condição vulnerável desses(as) técnicos(as).

Em entrevista concedida em 10/03/2017, o coordenador da Defesa Civil afirmou que nos primeiros relatórios da instituição, por meio da atuação sistêmica com a Urbel, houve a constatação do risco “a partir de aspectos visuais muito característicos” (rachaduras no solo, trincas na praça, rastejamento em alguns pontos e outros), e após a contestação por meio do contra laudo, a Urbel e a Defesa Civil teriam produzido “um laudo mais técnico com perfurações de sondagens.” Nesse momento indaguei se o primeiro indicativo de remoção das famílias teria, então, se baseado em relatórios e laudo os quais não possuíam esses aspectos mais técnicos? Logo o coordenador me interrompeu e afirmou:

Não, veja bem. Não quer dizer que esses sinais aqui não sejam técnicos. Alias eles são muito mais técnicos sob o ponto de vista do risco, eles são muito mais evidentes sob o ponto de vista do risco do que até a perfuração e a sondagem. A sondagem vai só complementar, e vai inclusive fortalecer o argumento de que ali é uma área de risco. Então, esses relatórios técnicos foram sendo aperfeiçoados e foram sendo apresentados na questão judicial. (Entrevista concedida em 10/03/2017)

De acordo com essas mesmas interposições, ao conversar com a diretora de Manutenção e Área de Risco da Urbel sobre o acordo que a PBH firmou com a Defensoria em abril deste ano⁷⁰, questionei sobre a possibilidade mencionada nessa negociação que obriga a Urbel “a revisar o Parecer Técnico de Avaliação de Risco do Complexo da Rua Sustenido.” Prontamente, a entrevistada declarou que “a dinâmica do risco é muito significativa,” tanto do ponto de vista natural quanto da ação antrópica. Entretanto, ela foi veemente em afirmar que,

Quando a gente fala de risco, a gente num fala em rever. Chegando lá, identifica-se sinais e comportamentos daquele terreno, daquele maciço e caracteriza o risco. Eu posso voltar lá daqui uma semana, depois de uma semana de chuva, e identificar outra situação. Então, quando se fala em identificação do risco, a gente num fala em rever, fala em constatar os sinais de risco que se tem hoje, eles podem evoluir como podem ficar parados. Quando se lida com risco não se fala de revisão, fala de diagnóstico daquele momento. (...) Você atualiza as condições que aquele terreno

⁷⁰ O termo de acordo extrajudicial foi proposto pela Defensoria Pública à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Urbel e firmado pela Promotoria de Direitos Humanos (Ministério Público de Minas Gerais) teve como asserção a solução extrajudicial do litígio, visto, principalmente, que o terceiro laudo solicitado pelo juiz no processo teve honorários fixados em 310.795,00 (trezentos e dez mil reais e setecentos e noventa e cinco), o que onera muito a administração pública. “Pelo presente Termo de Acordo o Município de Belo Horizonte e a URBEL se comprometem a realizar uma vistoria e revisão do Relatório de Avaliação de Risco do Complexo da Rua Sustenido e entorno realizado pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e pela URBEL que apontou a existência de risco geológico por escorregamento situado na Rua Sustenido entre a praça e a Rua Sustenido localizada na seguinte coordenada geográfica WGS 84:613.894-7795.262.”

apresenta num certo momento. Num é que você viu de um jeito e volta e vê de outro, a evolução é constante. A terra é viva e se você tem o homem mexendo nela, tem mais reação ainda (...) Inclusive, num foi nem nós que movemos esse processo, foi uma ação da prefeitura, muito deflagrada pela Defesa Civil, que tem o poder de polícia, de solicitar as remoções. Nós só demos o suporte técnico. (Entrevista concedida em 24/03/2017)

Assim, apesar de constar no acordo em questão o comprometimento da Urbel quanto a “reavaliação da situação e condições de risco atual com produção de novo relatório e envolvimento de outros técnicos”, a diretora insiste que não será revisto e/ou avaliado o primeiro diagnóstico de risco produzido pela Urbel. O diagnóstico será apenas “atualizado”, uma vez que o risco é um dado inquestionável, não está passível de subjetividades, pela sua dinâmica ele pode melhorar ou piorar, mas estará sempre ali.

A busca pela verdade, em que se encontra imerso o conflito em torno do risco na Vila Pomar do Cafezal, está presente como ferramenta inquestionável ao longo do processo. O Defesa Civil fez diversas provocações quanto à análise do discurso, sugerindo, inclusive, que minha pesquisa precisa se basear na verdade. Ele afirmou ter lido as produções acadêmicas da socióloga Norma Valencio, sugerindo que seu discurso é “ideológico demais”, o que comprometeria o diálogo com a Defesa Civil.

Então, o que a gente quer, o que eu queria te pedir na sua pesquisa, é uma visão de pesquisadora mesmo, completamente liberta de aspectos ideológicos, de aspectos outros que a gente vê muito em alguns discursos. Eu faço isso, eu tento me policiar, nós temos nossas tendências, mas eu foco muito na missão que Deus me deu. Eu falei de erros que nós cometemos, eu num tenho dificuldade nisso. Mas eu sofro muito às vezes com alguns discursos que não são verdade, e interpretações mesmo, se você quiser interpretar tudo contra o poder público você pode. Mas não é a verdade, temos nossos erros, apontamos e vamos fazer com que melhore. O discurso que não é verdade, ele se fecha num grupo, ele não alcança as mudanças que precisam ser alcançadas. E ele rompe diálogo. Concorde comigo? Porque quando você não está em cima da verdade, ‘ah mas a verdade cada um tem seu lado.’ Não, existem verdades que sim, são posicionamentos, mas tem outros que não, tem outros que são muito claros (...) Risco não dá pra negociar, isso não dá pra negociar (...) Se os discursos forem polarizados de forma ideológica, a distância vai só aumentando. Então, é importante que seja baseado na verdade do que as pessoas falaram, do sentimento que você captou (...) porque você vai ver que os discursos vão ser diferentes, a forma de falar pode ser diferente, alguma coisa técnica de risco, e também da visão, mas ser fiel a isso, eu queria te pedir isso. Ser fiel não só ao que eu falei, mas o espírito que tá por trás daquilo que te falei. (Entrevista concedida em 10/03/2017)

De acordo com Foucault (1979) a verdade é algo pelo qual se luta, em torno do qual se realizam disputas. Ela “não é um conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, a verdade é “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (p.13). Por isso, “a verdade não

pode existir fora do poder. A verdade é produzida nesse mundo graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (p.12). Desse modo:

O discurso dos peritos é um fenômeno claro do regime moderno de produção de verdades. Mais especificamente, a Engenharia apresenta-se como um campo disciplinar cuja episteme pressupõe uma série de operações de classificação, nomeação, hierarquização da realidade com o objetivo de explicá-la; há mecanismos de ação sobre o real, incluindo a produção de discursos, como os planos, a documentação oficial, os laudos, etc. Não é um conhecimento autônomo, mas é um campo disciplinar, de saber, mas também de poder; este, por sua vez, não é exercido sobre os moradores e o território das áreas "de risco" exclusivamente porque os engenheiros estão dentro da burocracia de Estado. (GRIZENDI, 2003, p.59)

Para além das produções de condições mais tecnicistas, a própria atuação da PBH como parte, supostamente, interessada na remoção das famílias da área, gera questionamentos quanto a pretensa neutralidade dos órgãos de governo. Dessa forma, faz-se necessário uma discussão sobre os apontamentos das irregularidades operacionalizadas pela administração pública de Belo Horizonte e denunciada por moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal no decorrer das intervenções realizadas. Mas, primeiramente, desloco a narrativa para outro cenário, onde se formulou publicamente os embates entre moradores(as) e gestores públicos(as): as audiências públicas.

3.2 As audiências públicas: o palco dos embates travados entre a gestão política intervencionista do risco e a resistência dos sujeitos-objetos de intervenção

Jogo de Dentro
(Paulo César Pinheiro)

Se você, camará, entrar eu entro
Vim aqui pra jogar jogo de dentro
Eu não temo quem me ataca
Nem na luta nem no jogo
Uso braço contra faca
Perna contra arma de fogo
Aprendi dessa maneira
Encarar o desafio
Praticando capoeira
Na pedreira são Diogo

Pode vim, pode entrar que eu me concentro
Vim aqui pra jogo de dentro
Pra jogar com maestria
É preciso que se adestre
Quem é mestre desafia
A qualquer poder terrestre
Foi aluno cabaceira
Em santana virei mestre
Foi ao pé da gameleira
Na fazenda são silvestre

Oh de lá, oh de cá eu tô no centro
Vim aqui pra jogar jogo de dentro
O tirano que me atiça
Vai tomar a sua dor
Não engulo a injustiça
Não aturo desafio
Zum zum zum é minha missa
Capoeira é meu tesouro
Quem perguntá pra polícia
Vai saber quem é besouro

Se você, camará, entrar eu entro
Vim aqui pra jogar jogo de dentro
Pode vim, pode entrar que eu me concentro
Vim aqui pra jogo de dentro

As trajetórias de vida, os relatos produzidos pelos(as) moradores(as) quando da intervenção da Urbel e da Defesa Civil, os conflitos entre os atores envolvidos na resistência para a permanência e toda a trama que se desenrola na produção da localidade e da

comunidade são fundamentais para a compreensão dos processos e procedimentos burocráticos que tencionaram a remoção e tentativas de remoções das famílias da Vila Pomar do Cafezal. Nesse sentido, outro evento de suma importância para o desenvolvimento dessa narrativa-análise é a emergência das audiências públicas como palco de embate (governança pela participação) entre moradores(as) da ocupação em conjunto com apoiadores(as) contra os discursos formulados pela administração pública do município de Belo Horizonte.

Nesse cenário complexo, mesmo estando assegurada a permanência das famílias até que um terceiro laudo fosse apresentado ao processo, audiências públicas foram solicitadas pela DPMG e pelo Vereador Adriano Ventura para que fosse discutida a situação da Vila Pomar do Cafezal, principalmente, no que concerne às relações entre agentes públicos(as) e moradores(as), os(as) quais vinham denunciando a atuação intransigente dos(as) técnicos(as) da Urbel e da Defesa Civil na ocupação.

Assim, a segunda audiência pública envolvendo a ocupação da “área do Complexo da Rua Sustenido” ocorreu na DPMG em 09/05/2013 por iniciativa do vereador Adriano Ventura (PT), foram convidados(as)⁷¹: DPMG, MPMG, diretor-presidente da Urbel, diretora da área de riscos da Urbel, coordenador Municipal de Defesa Civil - COMDEC, secretária Municipal Adjunta de Direitos da Cidadania, Casa das Brigadas Populares, coordenadora do Pólo de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG, representante da Comissão Pastoral da Terra e o secretário Municipal de Governo. A mesa foi composta por Kelmer de Souza (líder comunitário da Vila Cafezal) e muitos(as) dos(as) representantes de estado mencionados(as).

O defensor público, que atuava no processo da ocupação naquele momento, afirmou nessa audiência pública que a PBH havia informado em contatos anteriores, que a realização de obras de contenção seria suficiente para eliminar ou minorar os riscos geológicos da área (informações obtidas na primeira audiência pública mencionada no 1º ato dessa narrativa). No entanto, em 2013, a Procuradoria do município ajuizou ação demolitória e teve concessão da liminar autorizando a demolição das moradias.

De acordo com os(as) representantes da PBH presentes na audiência pública, a realidade da Vila Pomar do Cafezal se apresenta, atualmente, de outra forma. A administração pública insiste que o risco é dinâmico, muda de acordo com o cenário antrópico sobre o meio ambiente, e tendo aumentado o número de moradias no local, o solo teria apresentado sinais visíveis de instabilidade. Desse modo, a remoção das famílias seria inevitável, e como formulado desde o ajuizamento da primeira ação demolitória pela Procuradoria, a maioria das

⁷¹ Informações obtidas pelo acesso às notas taquigráficas. Essa audiência foi a primeira após a judicialização do caso, mas a segunda que envolve as investidas do poder público junto a Vila Santana do Cafezal.

famílias da Vila Pomar do Cafezal não teria direito ao reassentamento nem a inclusão no Programa Bolsa Moradia por não se adequarem à política habitacional do município.

Foto 25 - Segunda audiência pública realizada em 09/05/2013



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

Em meio às tentativas de esclarecimento, o defensor público lembrou que a remoção só deve acontecer em último caso, conforme posicionamento da ONU em que o Brasil é signatário. Por isso, a DPMG entrou com uma ação civil pública exigindo da PBH a realização de obras de engenharia de contenção na Vila Pomar do Cafezal.

Ainda na mesma audiência pública, os discursos do coronel responsável pela Defesa Civil e da diretora de riscos da Urbel foram muito parecidos com suas posições nas entrevistas concedidas para essa pesquisa. Ressaltaram que o comprometimento da administração pública é com a vida das pessoas, não sendo possível realizar obras públicas porque o local não está dentro da ZEIS. Concluindo ainda, que a existência da controvérsia quanto à dificuldade em distinguir o que é área pública e o que é área privada (o vereador solicitou que a PBH declarasse os limites do público e do privado na área) não seria um problema para as remoções. No final da audiência, os(as) técnicos(as) responsáveis pelo laudo da Urbel reafirmaram novamente a legitimidade do documento e da atuação dos(as) técnicos(as) das instituições, declarando, em seguida, que a área do “Complexo da rua Sustenido” apresentava alto risco geológico e que as remoções eram indispensáveis.

Devido aos impasses mal resolvidos nessa audiência pública e devido ao grande número de denúncias impetradas por moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal contra os(as) agentes da Urbel e da Defesa Civil, que vinham promovendo pressões psicológicas para que os(as) moradores(as) deixassem seus imóveis, outra audiência pública foi convocada alguns meses depois.

A DPMG, por meio da Defensoria Especializada em Direitos Humanos Coletivos e Socioambientais (DPDH), realizou a terceira audiência pública⁷². Ocorrida em 16/12/2013, a audiência tinha como finalidade debater, esclarecer e traçar diretrizes para melhor o equacionamento de conflitos de interesses entre o poder público municipal e moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal ameaçados(as) de remoção e demolição das suas moradias. Conforme relato da Comissão de Moradores à época⁷³:

Hoje realizamos a nossa audiência pública. Esta fora realizada na Defensoria Pública de Minas Gerais. Em sinal de desprezo pela nossa comunidade os agentes da Prefeitura de Belo Horizonte, da URBEL e da Defesa Civil de BH não compareceram à audiência pública. Mesmo assim isso não significou muito para a comunidade. Aproveitamos para debater as ações criminosas destes agentes públicos com as autoridades presentes, que foram um defensor público - Dr.º Lucas; duas arquitetas - Dr.ª Margarete e Dr.ª Raquel; um geólogo - Dr.º Nilton; um apoiador e estudante de Geografia Sr.º Samuel; um representante de Direitos Humanos - Dr.º Bruno; um vereador - Senhor Adriano Ventura; um apoiador advogado e representante do movimento Brigadas Populares Dr.º Luiz; entre outros. Nesta audiência a comunidade pode debater a real intenção de agentes da Prefeitura em atentar contra nossa comunidade. Em seguida já às 17:00 decidimos rumar até a sede da URBEL para questionar os agentes da mesma companhia os motivos de suas ações desrespeitosas em nossa comunidade, mas ao chegarmos percebemos que todas as portas das salas de todos os andares foram sendo fechadas enquanto adentrávamos no prédio por servidores dali. Em seguida chamaram a PM para nós em mais um claro sinal de repúdio pelas famílias que ali chegara. Também já passava das 17:40 e a maioria dos agentes e servidores dali já haviam ido embora. Mesmo assim ficou registrado um acordo entre a URBEL e a comunidade de ambas as partes comparecerem a uma outra audiência pública que será realizada no Ministério Público em data ainda não prevista. Em um dado momento, quando todas as famílias atravessavam a Av. do Contorno para entrarem no edifício da URBEL houve a necessidade de se bloquear as duas vias para garantir a passagem segura de tantas pessoas ao mesmo tempo. Um motorista em um carro preto, com terno preto e óculos escuros, magro auto e bastante prepotente acelerou para cima das pessoas. Estas imediatamente reagiram batendo no veículo. O motorista desceu do carro para entrar em confronto com as pessoas ali, mas ao perceber que todos se voltaram contra ele e que poderia se tornar uma situação complicada decidiu dar partida no seu veículo. Mas estacionou adiante e se pôs a monitorar os acontecimentos e a falar intensamente ao celular. Saímos do edifício uns trinta minutos após chegarmos, mas ficou dois membros da comissão de moradores para assinarem o acordo de audiência: Valdeir e Luiz. (Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal, página do Facebook. Acesso em 22/08/2017)

⁷² Informações obtidas na chamada para a audiência pública no site da DPMG. Disponível em: <http://www.defensoria.mg.def.br/defensoria-publica-atua-em-defesa-de-moradia-segura-para-familias-da-vila-santana-do-cafezal/> Acesso em: 22/10/2017.

⁷³ Não tive acesso às notas taquigráficas da audiência, apesar de ter solicitado junto a DPMG. Por isso, o relato terá como base as informações contidas na sinopse feita pela Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal.

Foto 26 - Terceira audiência pública realizada em 16/12/2013



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 22/08/2017.

Devido a ausência dos(as) representantes da Defesa Civil, da Urbel e da PBH, a terceira audiência pública se transformou em um local de debate entre os(as) próprios(as) moradores(as) e apoiadores(as) da ocupação. Como expressão pública de indignação, as audiências públicas carregam também o viés de um espaço de discussão e revelação de sofrimentos desencadeados pelos processos de intervenção do estado-capital na vida dos sujeitos subalternizados. Desse modo, o não comparecimento dos(as) representantes de estado despertou ainda mais revolta dos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal. Unidos(as) da prerrogativa de que os espaços de poder (como a sede da Urbel) também são espaços públicos, os moradores(as) da ocupação adentraram o prédio da Urbel exigindo satisfações por parte dos(as) representantes públicos(as) que se ausentaram sem as devidas explicações. O acionamento da PMMG por parte dos(as) funcionários(as) da Urbel acirrou ainda mais o clima de animosidade entre moradores(as) e os(as) agentes dessa instituição. Apesar de não conseguirem falar com a diretoria de Manutenção e Área de Riscos da Urbel, os(as) moradores(as) exigiram uma outra audiência pública em que representantes da instituição se comprometeram a participar por meio de um protocolo assinado por ambas partes.

A ausência dos(as) agentes públicos(as) na terceira audiência pública pode estar relacionada com o fato de no mesmo período (dezembro de 2013), a PBH, por meio da sua

procuradoria, ter impetrado nova ação demolitória contra as famílias da Vila Pomar do Cafezal que resistiam. Como já mencionado neste trabalho, essa ação foi suspensa pela DPMG antes mesmo dos mandados judiciais serem expedidos.

Não obstante ao cansaço e desgaste provocados por todas essas audiências públicas, os(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal compareceram em número considerável para demonstrarem suas insatisfações quanto a condução dos processos judiciais e ações dos(as) agentes da Urbel e da Defesa Civil na localidade. Esse momento de encontro ainda proporcionou aprendizados importantes para a condução da resistência formalizada, tais como: melhor entendimento quanto aos canais de participação popular, formulação de denúncias e reclamações, fundamentação dos argumentos quanto a resistência pela permanência e fortalecimento da luta coletiva.

Sendo assim, a quarta audiência pública ocorreu em 13/02/2014 na Associação Mineira do Ministério Público e voltou a contar com a participação tanto de representantes da PBH (Urbel e Procuradoria do Município) quanto da Defesa Civil⁷⁴. Conforme relato da Comissão de Moradores:

Iniciada a audiência pública, se apresentaram: nós moradores da Vila Santana do Cafezal e principais envolvidos no caso; a Promotora de Justiça Dra. Claudia do Amaral Xavier; Promotora de Justiça Dra. Janaina de Andrade Dauro; Promotora de Justiça Dra. Claudia Spranger; Defensor Público Dr.º Lucas Diz Simão; Procuradoria Geral Município Vitória Jacob; Diretora de Manutenção e Áreas de Risco Isabel Eustáquia Queiróz Volponi; coordenador municipal de defesa civil na Prefeitura de Belo Horizonte Alexandre Lucas Alves; Advogado Luiz Fernando Vasconcelos Frente pela Reforma Urbana - Brigadas Populares) Advogado de Direitos Humanos Bruno Cardoso; geólogos que fizeram, voluntariamente, o laudo geológico para a nossa comunidade: Geólogo Dr.º Gilvan Brunet Aguiar e Geólogo Dr.º Nilton. As pessoas que estão dando força técnica e moral para todos nós: Professora de arquitetura na UFMG Margarete Leta; Professora de arquitetura Raquel Julião; Advogada e componente da Brigadas Populares Isabela Gonsalves Miranda; componente da Brigadas Populares Viviane Tofaneli e os advogados Bruno e Luiz citados acima. Iniciou-se a audiência com a fala da Promotora de Justiça Dra. Claudia Spranger. Em seguida concedeu-se a palavra para a comunidade, momento em que a Comissão de Moradores foi à frente e um componente fez a leitura de um texto denunciando tudo o que tem sido feito em nossa comunidade. O texto pode ser lido junto a uma imagem no álbum chamado Audiências Públicas. Em seguida a promotora passou a palavra para o coordenador de Defesa Civil Municipal, mas este preferiu falar mais adiante. Então o geólogo Dr.º Gilvan apresentou seu trabalho sobre a nossa comunidade e ressaltou que não condiz com a realidade as afirmações apresentadas nos laudos da URBEL e Defesa Civil. Mas ressaltou que há riscos pontuais que devem ser tratados pelo próprio poder público. Em seguida o geólogo Dr.º Nilton deixou claro que não são justos e verdadeiros os laudos e todo tipo de documentos desenvolvidos pelas autoridades envolvidas e que o que motiva isso tudo é simplesmente a especulação imobiliária e

⁷⁴ Também não tive acesso às notas taquigráficas desta audiência pública, apesar de solicitado junto ao MPE. Por isso, o relato terá como base as informações contidas na sinopse feita pela Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal.

a falta de respeito, sobretudo por nós que fazemos parte da maior parte da população excluída deste país. Em sua fala ainda nos recomendou mantermos atenção, união e buscar conscientizar a todos de nosso meio. A Professora e arquiteta Margarete Leta apresentou um trabalho a respeito da situação da nossa comunidade e do que vem sendo feito por parte dos servidores públicos envolvidos no nosso caso. Um vídeo que postaremos logo. A audiência foi se tornando um espaço de debate entre nós da comunidade perguntando sobre as mentiras e os motivos disso, os nossos apoiadores dando um importantíssimo suporte técnico e mostrando com argumentos sérios e consistentes suas opiniões. Por outro lado os representantes do município e envolvidos na situação evitaram dar muitas explicações. O coordenador de Defesa Civil e a diretora da URBEL sugeriram um laudo judicial e negaram saber da existência do nosso laudo geológico. Por fim ficou acordado que não se fará mais nenhuma remoção até que se faça o laudo judicial. Foi uma audiência de altíssimo nível! Até mesmo porque as autoridades públicas atuais não estão acostumadas a lidar com uma comunidade cada vez mais consciente de lutar por seus direitos. Nós estamos cada vez mais conscientes e determinados a defender o que é nosso! (Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal, página do facebook. Acesso em: 22/08/2017)

Essa audiência voltou a ser o espaço público de debate entre o que se pode entender como os dois lados do processo judicializado. Inclusive, foi a primeira vez que o contra laudo teve circulação fora do aparato jurídico da DPMG. Contudo, conforme se deu o prosseguimento da audiência, os posicionamentos do coordenador da Defesa Civil e da diretora de Manutenção e Área de Risco da Urbel foram evasivos e sem muita fundamentação. Para os(as) moradores(as) da ocupação, então, essa audiência se mostrou como uma vitória (mesmo que parcial) em nível argumentativo, o que incentivou maior mobilização do coletivo.

Ainda nessa mesma audiência foi realizada a leitura de uma carta escrita pela Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Em um ato solene, ao fim da audiência, foi entregue o contra laudo realizado em defesa da ocupação para os(as) representantes da Defesa Civil e da Urbel que estavam presentes. A intenção da carta era demonstrar a indignação de parte dos(as) moradores(as) da ocupação com as ações realizadas pelos(as) agentes do poder público na comunidade.

Audiência pública para a Santana do Cafezal em 13/02/2014

Hoje em audiência pública entre nós moradores da vila Santana do Cafezal e os respectivos servidores públicos deste município, viemos pela segunda vez nos apresentar para tratar das ações destes em nossa comunidade. Na primeira audiência pública realizada pela Defensoria pública em 16/12/2013, fomos desrespeitados pelos servidores envolvidos no nosso caso. Simplesmente não compareceram. Para agravar ainda mais a situação continuaram suas ações em nossa comunidade com o único objetivo de destruí-la e nos jogar para longe. Desenvolveram um laudo geológico tendencioso para fazer uma mentira virar verdade para a opinião pública, para em seguida nos jogar, com força policial, para fora de nossas casas e do lugar onde vivemos. Colheram muitas assinaturas de todos nós sem nos explicar o conteúdo dos documentos e suas consequências para nós. Mentiram para todos nós em reunião em outubro de 2013 e vem mentindo sempre por meio dos agentes da URBEL e Defesa Civil. Um desrespeito grave para com uma população!

Convenceram quinze famílias a deixarem que destruíssem suas casas sob ameaça de que seriam tirados à força ou que ficariam sem receber nenhuma assistência diante de uma remoção forçada. Corromperam moradores para que fingissem ser representantes da comunidade e para que convencessem os moradores que deixassem destruir suas casas e, acreditassem nas mentiras que vinham contando para nós. E como se não bastasse, estão colocando militares perigosos para calar a voz dos moradores que estão se posicionando contra suas ações. Nós nos organizamos. Vimos que somos vítimas de um sistema perverso e que as pessoas que vão em nossa comunidade fingindo estar prestando serviço de utilidade pública, na verdade estão prestando serviço de utilidade particular. Não nos engana mais seus casaquinhos vermelhos escritos URBEL, PBH ou Defesa Civil! Sabemos que devemos ter cuidado com vocês e que nem tudo o que falam é verdade. Seus mapas; seus laudos; seus documentos e tudo o que vocês trazem consigo deve ser questionado, uma vez observado que não são de confiança. Por isso tudo, nesta audiência pública declaramos para todos que não sairemos de nossas casas! Sabemos que vocês já fizeram mapeamento de toda a nossa terra e que andam planejando fazer muitas coisas nela. Vocês nos consultaram para isso? Não! A partir de agora estaremos prestando atenção em tudo o que qualquer um de vocês fizerem e falarem em relação a nós. Uma sociedade justa começa pelo respeito mútuo!

Assinado: Famílias da Vila Santana do Cafezal atingidas por mentiras da PBH, URBEL e Defesa Civil. (Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal, página do facebook. Acesso em: 22/08/2017)

Foto 27 - Quarta audiência pública realizada em 13/02/2014. Momento em que Gilson entrega o contra laudo em defesa dos(as) moradores(as) para as autoridades públicas presentes, da esquerda para a direita: o Cel. Alexandre Lucas (Defesa Civil), Isabel Volponi (Urbel), Claudia Spranger (Promotora de Justiça), Cheila Cabral (calça preta e blusa cinza), Gilson (laudo nas mãos), Maurício Nogueira (camisa branca) e outros(as) moradores(as) e apoiadores(as) da Vila Pomar do Cafezal



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em agosto de 2017.

Após mais de dois anos desde a última audiência pública, uma nova audiência foi convocada no sentido de dirimir outros conflitos que eclodiram na Vila Pomar do Cafezal, uma vez que os desentendimentos entre agentes públicos(as) e moradores(as) não cessaram. Apesar desse lapso temporal, basicamente, devido aos impasses judiciais quanto à espera do

terceiro laudo solicitado pelo juiz responsável pelo caso, alguns(mas) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal participaram de outras audiências públicas que envolviam as ocupações da RMBH e continuaram fortalecendo seus argumentos quanto à permanência na localidade.

Quanto ao contexto das audiências públicas é importante frisar que participei apenas da quinta e última audiência realizada em 01 de Março de 2016, ocorrida na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte e convocada e conduzida, novamente, pelo vereador Adriano Ventura (PT) como solicitada por moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal. Nessa audiência teve ainda a participação de moradores(as) de outras duas ocupações da RMBH (Ocupação Novo São Lucas e Ocupação Terra Nossa), o morador da Vila Bandeirantes, Sr. Agostinho, representantes da DPMG, pesquisadores(as) de projetos de extensão da UFMG e PUC, o geólogo responsável pelo contra laudo produzido em favor da ocupação e o representante da Defesa Civil. O intuito era de discutir o laudo de risco geológico que deu ensejo a ação demolitória apresentada pela PBH contra os(as) moradores(as) da ocupação que se iniciou na região denominada nos laudos como “Complexo da Rua Sustenido”.

Inicialmente, houve uma contextualização do caso, demonstrando como a ameaça da PBH em retirar as famílias da região sob alegação de risco geológico por deslizamento de terra existe desde o ano de 2009, se concretizando em dezembro de 2012 e se reafirmando em outras duas ações judiciais subsequentes no ano de 2013, em que todas determinavam a imediata remoção das famílias da área ocupada e a demolição de suas casas.

Conforme as notas taquigráficas da última audiência pública e gravação realizada pela própria pesquisadora foi possível notar que se seguiu uma ordem lógica argumentativa semelhante às audiências anteriores. Primeiro por quem defende a permanência das famílias naquela localidade, justificando que os laudos apresentados pela Urbel e pela Defesa Civil estariam equivocados tanto quanto a localização da área de risco circunscrita, quanto pela gravidade (alto risco) e pela emergência de evacuação de toda a área. Seguindo pelas argumentações do único agente público presente na audiência.

Eu já estava familiarizada com os argumentos da equipe técnica dos ASF de que não se poderia condenar uma área daquela proporção com apenas quatro sondagens e de que nas notificações da Defesa Civil constavam coordenadas geográficas distintas as das casas identificadas com alto risco geológico. O geólogo responsável pelo contra laudo argumentou ser necessário trabalhar pontos geográficos específicos, mas que o risco não compromete toda a área. Também já me era conhecida a contra argumentação produzida por moradores(as) de que existia um interesse de caráter especulativo na área, que a intenção dos(as) agentes da Urbel e da Defesa Civil era de retirada das famílias dali para futuros projetos imobiliários,

mais uma vez a expulsão de pessoas pobres em prol do capital e do mercado imobiliário. No entanto, foi a primeira vez que eu tive contato com a versão dos(as) produtores(as) dos laudos e agentes públicos(as) responsáveis pelas vistorias e condenação da área para além do processo judicial.

Foto 28 - Quinta e última audiência pública realizada em 01/03/2016



Fonte: Arquivo Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 22/08/2017.

Num primeiro momento, as argumentações do representante da Defesa Civil me pareceram tão evasivas quanto a atuação da administração pública nas margens da cidade. O mesmo não precisou elaborar nenhuma resposta a todos os questionamentos realizados durante a audiência pública, sua posição de confiança e até mesmo de pouco interesse naquele acontecimento permitiu que ele apenas dissesse: “tudo que as pessoas vem dizendo até então só corrobora o trabalho realizado pela Defesa Civil e pela Urbel.” O Coronel continuou firme, utilizando dos slides levados pelos(as) próprios(as) moradores(as) e apoiadores(as) e apontando aqui e acolá onde estariam visíveis os indicadores para o iminente desastre.

Ao longo da audiência o discurso do coronel apontava para o compromisso da Defesa Civil com a vida das pessoas, não foi diferente nas entrevistas realizadas com o coordenador da Defesa Civil de Belo Horizonte, e com a diretora de Manutenção e Áreas de Risco da Urbel. O bem estar das famílias e suas vidas foi evocado como único propósito das

instituições em questão, o que não poderia ser diferente se seguirmos a lógica de gestão da vida da população nos moldes abordados por Foucault (1979) quanto a biopolítica. Todavia, não me parecia que aquelas pessoas queriam permanecer ali a custo das suas vidas, não era uma questão de irresponsabilidade, desconhecimento e/ou teimosia. Nem imagino que algum(a) morador(a) da Vila Pomar do Cafezal desejasse entrar para as estatísticas de morte por deslizamento de solo. Estávamos falando de pessoas que contestavam argumentos técnico-políticos, inclusive com base em outros também de mesmo caráter. Desse modo, o conflito se dava em nível discursivo, contudo, isso era negado de início pelos(as) gestores(as) públicos(as) responsáveis pelo caso, uma vez que, para eles(as) o risco é um dado calculado, localizado e incontestável.

Desde a expedição dos mandados de remoção das famílias e demolição das moradias, observou-se que o discurso baseado no sistema-perito de conhecimento e produzido pelos aparatos de estado estão envoltos na legitimidade que o próprio poder público lhes confere (construção de um saber administrativo). Se não fosse a resistência das famílias que ali vivem, o suporte de outros aparatos de estado, como a DPMG e o MPE, além da colaboração de apoiadores(as) diversos(as), a área teria sido evacuada sem que as famílias fossem ouvidas.

Por várias vezes, durante a audiência pública, o representante da Defesa Civil mencionou que a realidade vivenciada pelos(as) moradores(as) era de responsabilidade dos(as) mesmos(as), já que a PBH vinha alertando a ocupação quanto à iminência do desastre. Assim, um recurso constantemente utilizado pelos(as) agentes da Defesa Civil e da Urbel é o de associar a imagem dos(as) moradores(as) a uma carência de informação e formação adequada para entender o processo em trâmite. Desse modo, a manutenção da distância social coloca-se como um meio funcional de impedir um confronto direto com a verdade dos sujeitos marginalizados pela estratégia e produção discursiva da verdade.

No caso da ocupação Vila Pomar do Cafezal esse silenciamento e deslegitimação dos discursos daqueles(as) intervencionados(as) pelo estado-capital fica evidente em vários momentos. Ao questionar o fato do laudo geológico apresentado pela Urbel e pela Defesa Civil ter se baseado apenas em quatro sondagens realizadas na região, os argumentos do morador da Vila Pomar do Cafezal foram rapidamente refutados pelo representante da Defesa Civil que afirmou: “Nós não precisamos nem de sondagem Maurício, olha aqui (foto) já tem evidências no próprio local que indicam a fragilidade dali, é uma região de bota fora.” Logo em seguida, outro morador questiona o fato das sondagens não aparecerem no processo judicial, e novamente o coronel rebate afirmando: “Eu num quero usar da palavra aqui pra contra argumentar nem discutir, eu só quero dizer pra vocês que a gente mantém nosso

posicionamento como Defesa Civil que trata de um local de risco (...) e as pessoas sem uma noção, sem um conhecimento, vão fazendo as suas casas ali (...)”

É possível identificar nesse discurso a indisposição do agente de estado em sequer explicar os argumentos fundantes da instituição quanto à formulação de risco da região. O coronel se recusa até mesmo a debater sobre outros posicionamentos, inclusive no que concerne ao contra laudo produzido pelo geólogo da UFMG. Importante reiterar que as evidências encontradas pelos(as) especialistas no diagnóstico do risco, mesmo que contestadas por outros(as) especialistas, são, normalmente, de caráter visual, como rastejo de massa (terra que se movimenta), trincas encontradas em algumas casas e na academia localizada na praça que fica acima da encosta condenada, rachaduras no solo e demais aspectos visuais. Esses aspectos identificados por geólogos(as) da Urbel foram suficientes para impetrar o primeiro mandado de remoção das famílias.

Em resumo, ao final dessa audiência, o impasse quanto aos laudos e os conflitos em torno da dimensão e gravidade do risco diagnosticado permaneceram. A maioria dos(as) moradores(as) presentes saiu do local cansado(a) de repetir os mesmos argumentos. Como encaminhamento, a defensora pública atuante no caso solicitou a inclusão da área conhecida como “Complexo da Rua Sustenido” nos termos das ZEIS, para que assim pudessem ser realizadas obras na vila. O vereador solicitou ainda que fosse realizada uma vistoria na Vila Pomar do Cafezal, em que estivessem presentes técnicos(as) da Urbel e da Defesa Civil, além de apoiadores(as) e militantes dos ASF e moradores(as) locais responsáveis por guiar o grupo e pontuar seus argumentos *in locu*.

Apesar dessa vistoria técnica ter proporcionado aos(as) moradores(as) uma experiência de contato diferente aos outros momentos de encontro entre a ocupação e os(as) agentes públicos(as), a proposta se consolidou em mais uma forma de exposição do problema sem diretrizes que, deveras, dirimissem os conflitos existentes quanto às peças técnicas produzidas em torno do risco. A administração pública continuou mantendo seu posicionamento quanto ao risco de desastre apresentado pela área e os(as) moradores(as) mantiveram a resistência pela permanência.

Somente no ano de 2017, com a realização do acordo extrajudicial e com a reunião solicitada pela Urbel para apresentação de novo diagnóstico de risco da área condenada, que os(as) técnicos da Urbel, Defesa Civil e PBH se propuseram reavaliar as condições de risco na Vila Pomar do Cafezal. Foi a resistência pela permanência ensejada pelos(as) moradores(as) que suscitou essa conquista, promovendo um deslocamento e reorientação do estado quanto às investidas contra a ocupação.

3.2.1 (Re)fazendo o estado-capital por suas margens: algumas reflexões sobre a resistência da Vila Pomar do Cafezal

Em conversa com Baiano (morador da Vila Pomar do Cafezal), esse afirmou olhando para a encosta condenada pela Urbel, “esse barranco (encosta) sempre teve aqui, desde que moro na Serra, esse negócio nunca desceu, aí quando o povo constrói e vem morar vem falar que é risco, é muito estranho”.

Foto 29 - Baiano com o cartaz da campanha de resistência da Comissão de Moradores em 11/01/2014



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

Ao ser questionado pelo agente da CPT (vídeo mencionado no 1º ato), o qual afirmou que a ocupação estaria mesmo em uma área de risco, mas que a PBH precisava oferecer alternativas dignas para a remoção, Djalma (morador da ocupação) contestou prontamente: “Aqui também num é tão assim, como eles falam não. Num é área de risco não, esse pessoal quando eles querem tirar eles aproveita muita oportunidade. Tanto que eles vem aqui só em época de chuva, época que o sol tá quente num aparece ninguém aqui. Todo mundo é morador

mais velho aqui, pode perguntar um por um, a partir de fevereiro, março num vem ninguém aqui, aí começou a chuva é hora deles começar a encostar, apurrinhando um e outro”.

Visa salientar de início, que os conhecimentos produzidos fora do eixo acadêmico-técnico não são necessariamente sempre na ordem da experiência, pois essa lógica tende a desqualificar, novamente, outros saberes que também lançam mão de problemáticas intelectuais que visam um ordenamento não só das suas práticas cotidianas como ainda de seus devires e questionamentos como agentes nesse mundo. O termo conhecimento do senso comum é uma outra violência epistêmica que generaliza saberes tão diversos por uma simples oposição em relação aos conhecimentos dominantes. Evidenciar essas formas de saber-viver, assim mesmo no plural e nas suas características próprias, é fundamental para que não englobe uma gama de possibilidades outras de pensar-viver em termos excludentes e/ou delimitadores. É necessário cuidado para não reiterar dicotomias impregnadas pelo saber sintético (BISPO, 2015), dividir as “representações de mundo” como baseadas em experiência do vivido ou formulação intelectual de cunho acadêmico-tecnicista implica colocar sujeitos historicamente subalternizados na posição de incapacidade de formulações que não sejam pautadas na experiência, como se esses(as) agentes também não produzissem conhecimentos de ordem intelectual. O que opera a distinção entre essas produções de conhecimentos é que o discurso acadêmico-tecnicista está baseado num saber sintético, enquanto os discursos subalternizados estão na dimensão dos saberes orgânicos, conforme teoriza Bispo (2015).

Nesse sentido, é importante notar ainda que os(as) moradores(as) construíram suas próprias conceituações sobre o risco. Seja desconfiando das intenções do poder público na área ou suspeitando dos procedimentos de análise de risco procedidos tanto pela Urbel quanto pela Defesa Civil, essas questões sempre intrigaram os(as) moradores(as) locais, por isso a resistência se fortaleceu. As informações e argumentações apresentadas pela PBH são muito frágeis, há inconsistências no processo, seja quanto à delimitação do que é área pública e privada, se a área é de preservação ambiental ou não, se realmente houve o loteamento no local, ou se o interesse real é quanto à especulação imobiliária na região. Nessa trama complexa, o risco é o componente que de fato legitimou a intervenção estatal no local, sendo a justificativa necessária para a judicialização do caso.

Quando indagado sobre as acusações de que a PBH tem interesse na desapropriação da área para fins de especulação imobiliária promovida pelas empreiteiras belorizontinas, o representante da Defesa Civil foi incisivo em afirmar que,

Toda a argumentação de que a prefeitura tá atuando nesse caso em função de

reintegração de posse, de preservação de terreno próprio, de algum interesse no espaço, não é verdade. O único interesse da prefeitura nisso daqui é a questão da gestão do risco. Quero te explicar muito bem (...) nós temos um monte de áreas de risco na cidade, se o discurso fosse higienista como muitos estão nos acusando, nós teríamos feito isso com todas as áreas de risco. Outra coisa se o discurso fosse patrimonialista, de território, nós teríamos reivindicando a reintegração de posse e não foi esse o processo. (Entrevista concedida em 10/03/2017)

Sobre o processo judicializado e os trâmites processuais, entendo que a PBH não poderia pedir a reintegração de posse do terreno, uma vez que boa parte da área designada como de risco pela Urbel e pela Defesa Civil se encontra em terreno particular (pertencente a antiga Construtora Fayal). Além disso, agentes das duas instituições afirmam que há na localidade terrenos do município, no entanto, a propriedade nunca foi comprovada no processo em questão. Ou seja, mesmo se a PBH quisesse não poderia ter ensejado uma ação de reintegração de posse quanto a área de risco delimitada.

A contestação dos(as) moradores(as) quanto ao diagnóstico de risco promovido pela Urbel se verifica ainda no fato de que todos os imóveis que possuem documentação regularizada (mais ou menos 3 lotes da Rua E) não foram notificados como estando em área de risco. Daí o questionamento: se toda a região está ameaçada, porque essas casas que estão dentro da região delimitada pelo relatório da Urbel não apresentam risco geológico? Essa pergunta nunca foi respondida pelos(as) gestores(as) públicos(as), os(as) quais se limitaram a responder que desconhecem essas informações.

Por outro lado, a possível intervenção tecnológica na área foi um dos principais questionamentos dos(as) moradores(as) para os(as) agentes públicos(as) nas audiências realizadas. Uma vez que a engenharia e geologia dispõem de tecnologias variadas, essas poderiam ser utilizadas para estabilizar a encosta e evitar o deslizamento da mesma. Não houve resposta quanto a essa questão nas audiências, no entanto, nas entrevistas realizadas o assunto veio à tona.

Em engenharia tudo é possível. A questão é quais são os pontos? Eles num falam. Eles falam que se tirar alguns aqui, mas ninguém quer ser ele e ninguém quer que ele seja considerado de risco (...) A gestão pública ela tem que ser feita em cima de princípios constitucionais que são: legalidade, moralidade, razoabilidade, publicidade (...) O princípio da legalidade diz que a prefeitura não pode fazer obra em área pública. A segunda coisa é a razoabilidade, qual que é mais razoável é você não deixar que as pessoas ocupem o lugar que é risco ou você gastar milhões e milhões de reais para fazer uma contenção pra cem pessoas ficarem ali. Porque esses milhões e milhões de reais vão sair de algum lugar, então eles vão sair ou da saúde ou da educação ou da segurança, vai sair de algum lugar. Então, a questão é não deixar a ocupação nesses locais de risco é melhor do que deixar ocupar. Outra coisa, estamos falando de um terreno particular, não é terreno público, não dá pra fazer obra pública em terreno particular. A não ser em casos extremos que num é o caso lá, pelo menos assim entendeu quem governa. Por que quem governa estabelece

prioridades, você tem que tirar do lugar. O que é melhor, pegar aquelas trinta e seis pessoas que estavam ali, colocar no minha casa, minha vida em outro lugar, até no Viva Vila ali, ou fazer um muro que precisa de uns cinco milhões, dez milhões, vinte milhões, num sei. (Coordenador da Defesa Civil. Entrevista concedida em 10/03/2017)

Pra fazer uma obra ali de contenção pra estabilizar tudo, primeiro tem que fazer um estudo específico, segundo tem várias propriedades ali, tem terreno que é particular, tem dono, aí a postura é diferente, vc tem terreno do estado e tem terreno do município. Ali era um loteamento da década de 50. A engenharia pode avaliar tudo, mas pra vc fazer uma obra ali tem um monte de implicações, inclusive talvez ter que remover pessoas pra fazer a obra. Existe possibilidade de ter, existe, tem que se avaliar, fazer um estudo, tem um monte de questões ali, num é simples assim. Então são vários condicionantes que tem que se avaliar pra vê se é possível ou não. Pra vc estabilizar completamente uma encosta daquele tamanho com um pacote de aterro significativo num é uma obrinha de um murinho atrás de uma casa que vai resolver. Ela pode melhorar, resolver completamente não. Tem todo um sistema de drenagem, esgotamento sanitário, saneamento que tem que fazer. Num é só pegar, fazer uma contenção e pronto acabou. Se vc vai estabilizar pra consolidar, tem que pensar em todo um contexto de consolidação, inclusive de saneamento. (Diretora de Manutenção e área de risco da Urbel. Entrevista concedida em 24/03/2017)

Então, após os cálculos operados pela administração pública, a resolução mais “fácil” (menos custosa monetariamente) quanto a situação de risco identificada é de remoção de centenas de pessoas de suas moradias e inclusão das mesmas no Bolsa Moradia? Emerge ainda dessa fala outros questionamento: Quanto que a administração pública está disposta a gastar com determinadas populações? A seletividade quanto aos gastos operados pelo poder público demonstra maiores ou menores disposições a depender do público alvo. Assim, as considerações feitas por ambos(as) agentes públicos(as) caminham nessa direção, existe sim a possibilidade de permanência das famílias (que hoje são mais de cento e oitenta), entretanto, a disposição de investimentos públicos na área é descartada, seja porque o valor das obras teria alto custo (desconheço como esse cálculo foi realizado), ou devido os impasses quanto aos diferentes tipos de propriedade do terreno.

Por outro lado, em entrevista realizada em 29/03/21017 com a defensora pública responsável pelo caso, essa afirmou que existiria sim a possibilidade de realizar obras de contenção na encosta se a área em questão fosse transformada em ZEIS, mas para tanto é necessário ter “vontade política”. A mesma ainda afirmou não haver conflito possessório em relação a maioria dos terrenos, o que facilitaria a atuação da Urbel caso houvesse interesse do município em resolver a situação considerando a permanência das famílias no local. “Com a resistência das famílias já é uma área consolidada, as pessoas construíram suas casas, exercendo o seu direito de morar, o desejo da maioria é de permanecer ali”.

Nesse sentido, conforme o contra laudo apresentado pelo geólogo da UFMG, como os riscos da encosta deslizar são pontuais, o investimento necessário para estabilizar a área não

seria muito alto. Foi dessa forma que os(as) moradores(as) em conjunto com apoiadores(as) de diversas áreas, com suporte técnico dos ASF e Praxis (UFMG), promoveram desde o ano de 2014 mutirões visando a sanar os pontos considerados de risco pelo contra laudo.

Esse episódio controverso quanto aos laudos soma-se a um cenário complexo, em que duas ações de reintegração de posse também se configuram no caso. Alguns meses depois do primeiro contato que tive com a ocupação, recebi um mandado de reintegração de posse (processo: 3288597-44.2013.8.13.0024) que constava como parte autora uma pessoa física e a parte ré um morador da ocupação, o qual ainda não havia tido contato. Muito perplexo com a situação, o morador recebeu a judicialização individual do seu caso como uma resposta da PBH frente às suas mobilizações contra a Urbel e a Defesa Civil. Quanto ao processo em questão, o mesmo relata:

Vila Cafezal, 20/05/2015

Em 19 de Maio realizamos nossa 26ª Reunião da Comissão de Moradores. Reunião extraordinária para tratar sobre a audiência realizada em 18/05/2015 às 13:30. Sabemos que a nova estratégia dos agentes da Urbel, da Defesa Civil e da Prefeitura de Belo Horizonte é dar apoio aos supostos donos de lotes dentro de nossa ocupação para que abram processos civis contra moradores da Vila Cafezal para enfraquecer aos poucos a nossa resistência a remoção forçada. A audiência realizada em 18 de Maio foi para tratar do processo de Maurício Nogueira de Souza. O número do processo é 3288597-44.2013.8.13.0024. A audiência pública estava marcada para as 13:30. Quando chegamos, fomos informados por uma atendente que a audiência ainda não havia sido iniciada e que quando fosse ser iniciada todos seriam avisados. Curiosamente a audiência foi iniciada e nós não fomos avisados. Somente soubemos que a audiência estava sendo realizada sem a nossa presença porque a defensora pública foi verificar os motivos da demora e constatou que estava acontecendo a audiência. O juiz não permitiu que nenhuma das três testemunhas e nem o réu em questão falassem alegando que eles haviam chegado atrasados para a audiência. Em seguida propôs uma negociação entre as partes. O que foi recusado por nós. Agora será preciso entrar com recurso. A reunião anterior reuniu parte das famílias que moram onde supostamente pertence ao homem que abriu o processo civil. Agora todas poderão participar do processo de alguma forma. (Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafeza, página do facebook. Acesso em: 18/08/2017)

Sendo assim, devido a sua atuação como figura de destaque da ocupação, o morador denuncia que se tornou um alvo da Urbel e da Defesa Civil. Para ele o órgão do município é responsável pelo processo judicial instaurado em que ele se configura como réu, utilizando-o como meio de desarticular o movimento. Nesse sentido, foi necessário esforços da DPMG em demonstrar no processo a impossibilidade de localizar com precisão onde se encontra o lote pleiteado judicialmente. Desde então, o processo continua em trâmite sob a alegação da defensora pública de que as ruas no local não foram abertas pela PBH, ou seja, não houve conclusão do loteamento, não sendo possível determinar a localização exata dos terrenos. Nesse sentido, vale indagar se essa estratégia de individualizar para culpabilizar/criminalizar

demonstra uma dificuldade do estado em lidar com uma coletividade difusa, sendo mais um mecanismo de desestabilização deliberada promovida pelas tecnologias de governo.

Por outro lado, logo depois, em 13/08/2014 houve um processo judicializado (2310242-11.2014.8.13.0024) contra outro morador da ocupação, em que o juiz responsável concedeu a liminar de reintegração de posse ao autor. Nessa ocasião, o mandado expedido, apenas três semanas depois de ajuizada a ação, foi recebido pelo mesmo colega que havia criticado minha postura profissional de não cumprimento dos mandados de demolição/remoção. Ao tentar cumprir o mandado, esse colega se deparou com a situação de grande vulnerabilidade que a família se encontrava no momento.

O morador, sua esposa e um filho ocuparam um dos terrenos mais íngremes da região, o acesso a residência da família é muito difícil, a casa possuía dois cômodos e o casal estava desempregado. Para complicar ainda mais a situação, o filho do casal foi diagnosticado com uma doença congênita, uma paralisia cerebral que o impossibilita de se locomover, falar, e até mesmo comer normalmente. Na época, a criança tinha apenas dois anos, e o oficial de justiça, sensibilizado com as condições da família, devolveu o mandado detalhando a situação para o juiz responsável. Além disso, todos(as) oficiais da região se juntaram para acionar a DPMG e o MPE, pois sabíamos que havia possibilidade do juiz insistir com a liminar.

O que de fato ocorreu, pois, enquanto a DPMG ainda não havia interferido no processo, outros dois mandados de reintegração de posse foram expedidos em 2015, desconsiderando as informações apresentadas pelo oficial na primeira certidão, o juiz ordenou que fosse realizada a reintegração de posse, sem levar em consideração que a família não tinha outro lugar para residir. Com as consequentes negativas de cumprimento dos outros mandados por minha parte e por parte de uma outra oficiala, somente nesse momento, os autos foram remetidos ao MPE que exigiu audiência com as partes envolvidas.

Ao me contarem a respeito dessa audiência, que ocorreu em 22/03/2017, o morador e a moradora afirmaram que o juiz em questão parecia ser amigo da parte ora autora, que ambos conversavam sobre suas fazendas, ignorando completamente a presença dos réus. No final da audiência, sem sequer ouvir o casal, o juiz determinou que o terreno fosse desocupado no prazo de quinze dias. O próprio autor percebendo o drama que seria em retirar a família nesse prazo decidiu por deixá-los no local até dezembro de 2017.

Pergunto: O juiz conversou com vocês?

moradora: Ele nem quis conversa com nós.

morador: Tipo assim, ele ficou foi com uma conversinha de que ele tirou uma mulher de casa, uma senhora que era aleijada, andava de cadeira de rodas, que ele nem ligou, tirou ela de casa, mas aí o que aconteceu, depois que ela morreu ela

ganhou a causa. E ele tava tipo jogando pra gente, tipo assim, num tô nem aí que você tá com seu filho especial não, eu quero que você saia de lá porque eu tô cumprindo a lei. E ele contou essa história na frente nossa lá, lá dentro da sala.
 moradora: Nossa, aí eu pensei assim, como é que pode ser juiz.
 morador: Ele num tava nem se danando pra gente não sô. Por ele era quinze dias.

Enquanto conversamos, mencionei a situação parecida em que se encontra a outra família também ameaçada pela reintegração de posse, e questionei se o defensor público responsável pelo processo deles não teria feito as mesmas interposições nos autos sobre a impossibilidade de localização efetiva dos lotes no local, e quanto a necessidade de uma perícia com um(a) topógrafo(a) que identificasse os terrenos. Entretanto, o morador afirmou que o juiz não ouviu nem mesmo o defensor, o magistrado já estava com a decisão pronta, a audiência foi só para “inglês ver”, conforme pontuou a moradora. “A gente num tem vez não (...)”, em seguida, o morador completou: “a intenção era essa mesmo, juiz num quer saber da gente não. Já tava decidido, já num tinha o que dá ideia não.”

As práticas jurídicas definidas ao longo do drama vivenciado pelas famílias da Vila Pomar do Cafezal demonstram as relações tão desiguais de poder em que estão dispostos os sujeitos subalternizados. Os relatos dos(as) moradores quanto aos processos judicializados revelam os meandros e interstícios da dominação e da produção de desigualdades. Como também deixa exposta a produção discursiva que legitima as práticas de juristas. Bourdieu argumenta nesse sentido que:

(...) o discurso faz parte da realidade e, nesse caso particular, os mestres do discurso, isto é, os juristas, têm esse trunfo formidável de poder fazer crer no que eles dizem; têm uma autoridade, têm a capacidade, podem fazer crer que o que é conforme os seus interesses é verdade. Fazendo crer que é verdade as pessoas que têm o poder de fazer existir o verdadeiro, isto é, os poderosos, eles podem tornar real o que dizem. (BOURDIEU, 2014, p.356)

Entre as tantas denúncias impetradas pelos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal, surge constantemente na memória dos(as) entrevistados(as) situações em que agentes da Urbel obrigaram moradores(as) a assinarem sem ler documentos, os quais desconheciam o conteúdo. A ilegalidade das ações dos(as) agentes da Urbel e da Defesa Civil foram denunciadas ao longo das audiências públicas já mencionadas. Nesses momentos, os(as) moradores(as) acusaram essas instituições, representadas por seus(suas) técnicos(as), de tentarem persuadir e constranger pessoas sem escolaridade a assinarem documentos sem que soubessem de fato o significado dos mesmos.

Com a justificativa de que estavam assinando um documento de cadastro, que serve para o recebimento da Bolsa Aluguel, moradores(as) afirmaram ter assinado documentos que,

posteriormente, descobriram que os(as) comprometia a sair de sua casa e autorizava a demolição do imóvel. Um morador lembra que foi enganado: “eu não sei ler, só sei assinar meu nome. E assinei confiando neles.” Muito revoltado com a situação, ele ainda desabafa: “Esse pessoal da prefeitura está agindo de forma muito incorreta com a gente. Estão agindo de má fé com todo mundo, agindo de má fé mesmo”.


De acordo com a defensora pública responsável pelo caso esse documento se tratava de uma notificação para que a família deixasse sua casa na hipótese de não apresentarem um laudo devidamente assinado por responsáveis técnicos(as) contradizendo o risco de desabamento no prazo de três dias. Caso não cumprisse nem deixasse o imóvel, a família ainda teria que pagar uma multa que supera os R\$9 mil.

Apesar de estar completamente em desacordo com a realidade local, além de beirar o absurdo, essa notificação foi responsável pelo pânico gerado nos(as) moradores(as). Cheila Cabral me relatou que nos dias que ocorreram as notificações “apareceu até mesmo o Batalhão de Choque da Polícia Militar”, muitos carros da Defesa Civil e da Urbel ficaram o dia todo na entrada da Rua E. De acordo com Reinaldo e sua esposa Ana Paula, “eles (agentes da Urbel e da Defesa Civil) passaram fotografando as casas e as pessoas”, com o intuito de registrar todas as moradias. As notificações eram realizadas por esses(as) agentes que estavam acompanhados(as) por policiais militares, o que gerava ainda mais insegurança para os(as) moradores(as). Em nota, a Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal relatou em reunião com a DPMG as ameaças que estavam sofrendo e as irregularidades sistemáticas realizadas pela Urbel e pela Defesa Civil.

Belo Horizonte, 11/12/2013

Os participantes da reunião também avaliaram como desastrosa a atuação da Prefeitura Municipal que age de forma truculenta, pressionando os moradores a assinar um papel que diz que a casa em que residem está em situação de risco de desabamento por causa das possíveis movimentações de rastejo na encosta. Os populares ficam amedrontados e diante da pressão feita pelo Município e falta de oportunidades apresentadas pelo Poder Público, acabam assinando tal documento. (Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal, página do Facebook. Acesso em 18/08/2017)

Foto 30 - Cópia da notificação recebida por um morador da Vila Pomar do Cafezal em 2013

 PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE		NOTIFICAÇÃO		NÚMERO 135
IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO				
NOME SO LOPADO				
ENDEREÇO AV. E				
COMPLEMENTO	CEP. —	BAIRRO UNA SANZÃO		
CPF / CNPJ —	INSCRIÇÃO MUNICIPAL —			
2 TERMOS DA NOTIFICAÇÃO				
PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:				
<p>Apresentar Laudo Técnico com ART – Anotação de Responsabilidade Técnica referente as condições de risco e estabilidade do imóvel conforme Lei 9725/09, artigo 8º, inexistente regulamentada pelo Decreto 13.842/10. Havendo risco, o laudo deverá citar as obras necessárias à garantia da segurança da edificação ou dos imóveis vizinhos, bem como as condições e prazo em que deverão ser executadas.</p>				
LOCAL PARA APRESENTAÇÃO DO LAUDO/ART:				
Rua Tupis, 149 – 6º andar GERFI-3/CS (Gerencia de Fiscalização Integrada III- CS)				
RECURSOS: BH RESOLVE – Av. Santos Dumont 363- Centro Tel: 156				
3 NOTIFICAÇÃO				
O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE 03 (Três) dias				
AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:				
<p>Multa de R\$ 9.938,40 (Nove mil, novecentos e trinta e oito reais e quarenta centavos) aplicável nas reincidências a cada 01 (um) dia, e valores progressivamente aumentados do valor base, embargo, interdição e demolição, conforme a Lei 9725/09, artigos 74, 76, 77, 79 e 80, Anexo VII, item 03, regulamentada pelo Decreto 13.842/10.</p>				
PRAZO PARA RECURSO: 03 (Três) dias				
EXPEDIENTE DE ORIGEM [assinatura] DATA [assinatura]				

Fonte Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em 18/08/2017.

Suponho que as exigências da Urbel tinham como objetivo principal que os(as) moradores(as) aceitassem a qualquer custo saírem das suas casas, mesmo sem alternativas viáveis de reassentamento. As pressões psicológicas que os(as) agentes realizaram no local tinham por finalidade a aceitação dos(as) moradores(as) quanto ao risco. No entanto, não contaram que emergiria desse conflito sujeitos engajados para se alinharem na resistência para a permanência. De qualquer modo, mesmo depois das várias audiências públicas em que essa e outras denúncias foram formalmente apresentadas, os casos de abuso de autoridade não cessaram. E os relatos constantes na página do Facebook da Vila Pomar do Cafezal registraram as ilegalidades promovidas pelo poder público.

Belo Horizonte, 18 de Fevereiro de 2.014 + Tempo natural.

É impressionante o tamanho da arrogância e ignorância das autoridades da nossa cidade! Cinco dias após a nossa audiência pública, após ser acordado que mais nenhuma ação seria feita em nossa comunidade enquanto não for feito um laudo judicial, parece que os agentes da URBEL, Defesa Civil de BH e Prefeitura de Belo Horizonte se sentaram e ao invés de decidirem nos respeitar e tentar trabalhar em consonância com a nossa comunidade decidiram enviar uma equipe com marretas em mãos, acompanhados de policiais militares para acabar de quebrar uma casa onde haviam abduzido uma família dias antes. Quando acabaram, deram rizadas [sic] olharam para todos os lados, entraram em seus carros e foram embora, acompanhados dos militares. Atitude desprezível que mostra que não estão nem aí para a nossa luta. Agora, depois de destruir mais uma casa em nossa comunidade, vão para suas casas e mansões abraçar as suas mulheres e os seus homens e os seus filhos e comer suas comidas e bater em seus peitos e dizer: hoje destruímos mais uma casa de mais um desses pobres! Depois vão até um banco sacar o pagamento que nós mesmos vamos pagar para vocês, é uma esmolinha que damos para vocês todos os meses. Depois não lamentem por terem brincado com a realidade! Vocês são inúteis e incapazes de entender como somos e o que passamos no nosso dia-dia. Nós produzimos para nós e nossas famílias e para vocês que são parasitas miseráveis e sem respeito. Agora vão se sentar à uma mesa e vão dar gargalhadas do que fizeram aqui. Monte de lixo! Nem a lixo podemos equiparmos [sic] vocês porque até o lixo pode ser reciclado. (Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal, página no facebook. Acesso em: 22/08/2017)

Apesar das analistas técnicas/sociais da diretoria de risco da Urbel sempre pontuarem, durante a entrevista concedida em 12/04/2017, que todos os procedimentos de notificação são muito claros e que as famílias recebem esclarecimentos sobre todo o processo, existem denúncias por parte de alguns(mas) moradores(as) de que a Urbel se aproveitou da pouca ou nenhuma escolaridade das pessoas para coletar assinaturas que as faziam concordar com a saída das suas moradias. Esse tipo de denúncia também foi realizado por moradores(as) de outra localidade do Aglomerado da Serra, onde foi aberta a Avenida do Cardoso. Em vídeo produzido pelo Programa de Extensão Pólos de Cidadania da UFMG, já mencionado neste trabalho, moradores(as) afirmam que “até o dia em que eles (agentes da Urbel) falavam, falavam não, escreviam um número vermelho no seu portão, aí você sabia que ia ser

removido”, “ abaixo da minha casa aqui foram removidas (...) umas trinta casas, pessoas que eu conhecia e convivia, eu posso te falar, elas não foram avisadas antes, elas não foram consultadas, não sabiam da obra, elas não sabiam o traçado da avenida, elas num sabiam que nem ia ser uma avenida, que estavam derrubando as casas delas pra fazer uma avenida, é muito agressivo isso com a população” (moradora do Aglomerado da Serra).

Por essa perspectiva, o estado que se pretende legível às pessoas, também apresenta facetas ilegíveis, incompletas, operando e mobilizando incoerências e irregularidades pelas quais se podem desvelar suas ilegalidades. Desse modo, os problemas gerados pelas ilegibilidades dizem respeito às próprias práticas de estado, o que sugere evidenciar as margens que o estado produz em relação aos sujeitos de disputa de direitos, mas também quanto a ele mesmo (DAS; POOLE, 2008).

Além da ilegibilidade com que o estado opera suas ações, a ausência de consulta dos sujeitos-objetos de intervenção sugere o descompromisso das instituições quanto até mesmo em informar sobre os procedimentos a serem executados. Há um completo descaso inclusive quanto a essas reclamações. Moradores(as) da ocupação afirmam diversas vezes que o fato de não possuírem a propriedade dos lotes faz com que o poder público aja como se eles(as) não fossem dignos(as) de respeito. Da mesma forma, os(as) moradores(as) removidos(as) para a construção da Avenida do Cardoso também foram silenciados(as) quando questionaram o *modus operandi* da Urbel, obtendo apenas como resposta que “tinham invadido terreno público”. Assim, a fragilidade jurídica quanto a posse dos lotes legitima/autoriza ainda a PBH a pagar indenizações irrisórias, indenizando somente a construção e benfeitorias do imóvel.

Hoje vieram dois agentes da URBEL vistoriar uma moradia dentro da nossa vila. A casa tem documentação. Se tratava de uns dois metros cúbicos, risco pontual, de solo que desceu em Dezembro passado. Na fala de um dos agentes ele disse: "... seu terreno é lote! Nós só mexemos com invasão! Vou te colocar em contato com outro setor..." Logo depois o agente com chapéu deu um telefonema e continuou: "... é na Rua E nº 68, na Vila Santana do Cafezal! É na mesma encosta da bagunça... mandem um geólogo da URBEL e equipe de apoio...". (Relato de Maurício Nogueira no facebook em 02/01/2014. Acesso em: 18/08/2017)

Foto 31 - Dois agentes do PEAR da Urbel fazem vistorias na Vila Pomar do Cafezal em 02/01/2014, conforme relato acima



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 28/08/2017.

Assim, se por um lado a administração pública propaga políticas no intuito de atender toda a cidade, “acomodando os pobres” dentro das diretrizes adotadas e como se estivessem abrindo caminhos para as discussões quanto a reformulação e ampliação dos espaço da política, muitos sujeitos estão dizendo que não é esse o modelo de cidade que almejam e que não querem ser enclausuradas dentro de lógicas do fazer política orientadas pelo estado-capital. Na contramão dessa proposta, os(as) agentes públicos(as) entrevistados(as) sempre mencionam o problema do déficit de moradia como uma pauta legítima dos grupos subalternizados, entretanto, discordam das estratégias políticas que implicam a “invasão” de terrenos, pois esse tipo de ação política não é legitimada pela governabilidade. Essa questão também nos faz refletir: quem de fato consegue pautar a agenda do estado-capital?

Enquanto os desgastes sofridos pelos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal se intensificaram, a Comissão de Moradores promovia denúncias constantes. Além de reflexões sobre os processos intervencionistas que vinham sofrendo, essa comissão, reiteradamente, manifesta seus desapontamento com a gestão pública belohorizontina, com o modo como são tratados(as) e a descrença no aparato legal que o sistema afirma existir para protege-los(as):

Belo Horizonte, 26/12/2013

Hoje acordamos para um mal de milênios: a luta pela Terra e por espaço, é simplesmente o que está acontecendo na nossa comunidade e em varias outras. Antes, se atacava e matava as pessoas de forma indiscriminada para ficar com tudo o que tinham. Com o passar do tempo foi se criando governos e hoje se utiliza tais governos para manipular e executar os trabalhos sujos que já não se pode mais fazer de forma indiscriminada como dantes. "Faz-se tudo dentro das leis" (...) Hoje não interessa quem é o prefeito dessa cidade e nem quem são os vereadores ou deputados ou quem está no judiciário mandando "matar ou deixar viver". Todos são apenas pessoas da mesma sociedade que sempre tiveram raiva de pessoas mais pobres e que agora, com cargos públicos e passagem temporária pelas esferas públicas, querem utilizar tais poderes para atacar mais ainda as comunidades pobres e os jogar ainda para mais longe. Tais autoridades públicas pensam que seus salários aparecem em suas contas salários por mágica. Pensam também não fazer parte desta sociedade, como se tivessem vindo de um planeta distante e muito desenvolvido para governar a Terra. Assim é que se pode explicar seus sentimentos de superioridade. Imaginam também estar dentro de uma SUPER BOLHA que lhes protegerá sempre dos pobres. Acham que nunca se verão frente às crianças de rua, aos mendigos, e aos homens e mulheres que partiram para o mundo de violência ao qual são apresentados. Tais autoridades públicas não se veem como agentes públicos e a serviço da sociedade, se veem mesmo é como especiais que não precisam trabalhar. Salvo os que tem mesmo tal compromisso estes são poucos e ajudam a manter o equilíbrio. (Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal, página do Facebook. Acesso em: 22/08/2017)

Nesse sentido, a atuação da PBH ainda foi indagada dentro das aparentes contradições que se apresentaram nos laudos produzidos pela Urbel e pela Defesa Civil. A questão da praça que se localiza acima da encosta condenada pelo risco é um exemplo de erro apontado pelos(as) moradores(as) e apoiadores(as) da Vila Pomar do Cafezal em relação aos laudos das instituições em questão. Pois, de acordo com o primeiro laudo que ensejou a remoção das famílias, os sinais visíveis de movimentação do solo (rachaduras nos equipamentos esportivos, bancos e postes inclinados, deslizamentos de terras pontuais e etc) encontravam-se nessa praça, que foi construída pela própria Urbel. Ou seja, o aterro que, tecnicamente, se aponta como risco de deslizamento é oriundo da construção da praça pela própria PBH. Além disso, mesmo depois do processo judicializado, a secretaria de esportes (órgão do município) instalou uma academia popular e uma pista de skate na praça.

A ocupante de um dos terrenos da área delimitada como de risco na Vila Pomar do Cafezal indagou em entrevista ao Jornal Itatiaia⁷⁵: “Como é que a praça vai descer toda e eles pegam dinheiro público, do povo, dinheiro de impostos, porque até um grão de arroz que você comer você paga imposto sobre ele, e colocam aparelhagem toda nova na praça sabendo que a praça vai descer? Se a praça vai descer realmente, o aparelho vai todo para o brejo e o dinheiro do povo está sendo jogado fora.” Logo depois, quando questionada sobre a provável

⁷⁵ Disponível em: <http://www.itatiaia.com.br/noticia/populares-que-moram-na-rua-com-maior-risco-geologico-de-bh-temem-chegada-das-chuvas> Acesso em: 18/10/2017.

remoção dos(as) ocupantes da localidade, ela responde: “Na realidade, não queremos (mudar), mas se for caso de ter que tirar mesmo, a gente vai até preferir do que ver a casa da gente toda jogada no chão”.

Por esse e outros motivos, moradores(as) e apoiadores(as) indagam como a Urbel pode apontar o alto risco da encosta deslizar, levando consigo a praça e os equipamentos de esporte construídos, se nesse espaço estão sempre presentes crianças, adolescentes e idosos(as)? Se existe o risco de morte por movimentação de solo, esse risco teria sido criado e acentuado pela própria PBH. De acordo com essa lógica, em nome da gestão e regulação do risco, não houve de fato um trabalho que vise a integridade dos(as) moradores(as) da ocupação.

O coordenador da Defesa Civil inclusive assumiu os erros da PBH, pontuando as incoerências que o poder público incorre: “essa questão de uma gestão pública voltada para a percepção do risco é uma coisa nova, tanto que eles iam construir um posto de saúde lá do lado (da praça), a Odebrecht ia construir e nós falamos que não pode construir” (Entrevista concedida em 10/03/2017). Existe o discernimento por parte do mesmo quanto à ausência de comunicação entre os órgãos públicos e até mesmo um possível interesse político na construção da praça e dos equipamentos de esporte, mas isso pode ser superado pelo pleno exercício científico (expresso pela parceria neutra com técnicos(as) de renome no mercado) e do compromisso das instituições com o trabalho proposto pelo gerenciamento do risco. O entrevistado assinalou ainda que as diferentes propostas de planejamento da PBH e o desinteresse em urbanizar a área são fatores que geraram o risco na região.

(...) lá é um loteamento particular, da década de 50, que não foi implementado, inclusive tem uma série de erros da prefeitura aí, tem uma série de equívocos das gestões passadas que num urbanizaram, que num exigiram do empreendedor a urbanização. Equívocos da prefeitura que por não terem implementado isso gerou o risco, isso aí a gente assume com maior tranquilidade.

Por outro lado, o comprometimento da Defesa Civil e da diretoria de Manutenção e áreas de risco da Urbel foi reificado por todos(as) entrevistados(as) que apontaram os prêmios ganhados pelas instituições como consequência da excelente atuação e acompanhamento da gestão do risco em Belo Horizonte. Premiações essas ofertadas pela ONU, que recomenda diretrizes legais e legítimas quanto a condução das situações de risco. Assim, o acontecimento do iminente desastre na área pode acarretar prejuízos inclusive quanto ao trabalho desenvolvido por essas instituições, uma vez que o objetivo é de que não haja mortes no local.

Retomando às ilegalidades e ilegibilidades praticadas por agentes de estado, outra queixa recorrente por parte dos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal diz respeito aos

procedimentos de remoção das famílias, de como a Urbel e a Defesa Civil atuaram de forma indiscriminada na região, sem considerar as particularidades apresentadas por algumas famílias e a necessidade de um tratamento humanizado por parte dos(as) agentes públicos(as).

Belo Horizonte, 06/01/2014.

Hoje foi removida mais uma família em nossa comunidade. Foi da família da senhora Onofra Zita de Paula. Esta é mais uma das famílias que ainda estava iludida e que acham que vão receber um apartamento da URBEL. Nunca se interessaram em participar das reuniões da comunidade e não quiseram ler os documentos que provam as mentiras que foram contadas pelos servidores da Prefeitura de Belo Horizonte, URBEL e Defesa Civil de BH em nossa comunidade. Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal, página do facebook. Acesso em: 18/08/2017

Foto 32 - Processo de remoção de uma família da área e consequente demolição da cada em 03/02/2014 acompanhado da PMMG



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

Em entrevista concedida pelas analistas técnicas/analistas sociais da diretoria de risco Urbel em 12/04/2017, quando questionada a atuação dos(as) técnicos(as) nos procedimentos que envolvem remoção das famílias e demolição das casas, foi enfatizado que todos(as) profissionais seguem o PEAR da Urbel, “o atendimento é o mesmo”, independentemente da Vila Pomar do Cafezal apresentar características próprias.

De acordo com as técnicas, o trabalho da equipe social define-se por aplicar “política pública e a política municipal de habitação tem critérios e os critérios não podem ser diferentes pra Alice, pra Mayara e pra Denise.” Nesse sentido, afirmaram que o trabalho exercido “é muito objetivo”, pois “a gente tem um laudo geológico de risco e a gente precisa oferecer uma alternativa praquela família pra resguardar a própria vida dela”.

As expectativas dos sujeitos-objetos de intervenção de não serem tratados como meros números ou beneficiários(as) das políticas de estado⁷⁶ são encaradas como uma tentativa de vantagem individual. Como se aspirar a um tratamento que considere suas especificidades e trajetórias de vida transgredisse o princípio da impessoalidade da administração pública. “Às vezes as pessoas esperam (...) um tratamento diferenciado, nós somos poder público, não podemos diferenciar” . “Porque que A teria mais direito que B, que critério é esse?” O argumento de que se deve seguir as normativas, que os procedimentos devem ser considerados sempre que tratarmos de políticas públicas, embasa justificativas de que não devem existir tratamentos especiais pelo poder público. No entanto, historicamente, podemos situar uma longa trajetória em que a governabilidade dos “pobres” sempre ocorreu por meio da violência institucionalizada, da atualização dos privilégios de grupos específicos, do processo de subalternização e alocação dos sujeitos na categoria de pobreza.

Portanto, é importante denunciar a remoção como discurso articulado a uma estética e funcionalidade monológica, o(a) removido(a) não é tomado(a) como sujeito de direito, sua autodeterminação é solapada, por isso, o tratamento não se dá com base nos princípios de igualdade e cidadania tão veiculados por diversos aparatos de estado. Princípios tais que, na verdade, são violados por esse mesmo aparato de poder. Assim, a lógica de perpetuação da exclusão social, baseada nessa racionalidade tecnocrata e na produção de categorias sociais pelos deslocamentos compulsórios – cujos componentes tanto jurídicos quanto morais implicam também em racialização e desigualdades – descarta pessoas, lugares e bens considerados dispensáveis e/ou ameaçadores (FELDMAN-BIANCO, 2015).

Djalma afirmou em um vídeo já mencionado nesse trabalho que: “nós aqui tá sendo tratado pela Prefeitura quase que nem cachorro.” Mesmo assumindo que houve conflitos e animosidades na Vila Pomar do Cafezal, as analistas técnicas/analistas sociais da diretoria de risco da Urbel consideram a atuação do PEAR como a melhor referência dentre todas as diretorias da instituição.

⁷⁶ Beneficiário(a) é uma categoria estatal de dominação, universo político da tutela, pois, quando se trata de cidadãos(ãs) plenos(as) fala-se de restituição de bens. Essas ferramentas e dispositivos de poder se (re)atualizam pela legitimidade de nomeação da realidade (VALENCIO, 2009).

A população que a gente atende recorre a gente, às vezes anos depois liga procurando aquele técnico que atendeu, o telefone do risco é o mesmo há muitos anos, às vezes ligam querendo falar com a Marcia, com a Lilian, querendo falar com técnicos que já passaram pelo risco. (Sra. Denise Magalhães, entrevista concedida em 12/04/2017)

Temos um atendimento diferenciado, a gente é uma referência, tenta achar uma saída, a gente atende bem. (Sra. Alice Mascarenhas, entrevista concedida em 12/04/2017)

A indisposição dos(as) moradores(as) do Aglomerado da Serra (seja da Vila Pomar do Cafezal, Ocupações Novo São Lucas e Nelson Mandela, e até mesmo os(as) removidos(as) pelo Programa Vila Viva) em relação à gestão e administração da Urbel nas Vilas e Favelas de Belo Horizonte não foi um caso isolado. A Vila Bandeirantes, no Conjunto Santa Maria, próximo ao Hospital Luxemburgo, sofreu intervenções similares ao caso da Vila Pomar do Cafezal. Em vídeos realizados por Frei Gilvander (CPT)⁷⁷, os(as) moradores(as) fazem as mesmas denúncias que aparecem em outros contextos do Aglomerado da Serra. Agentes que forcem moradores(as) com pouca ou nenhuma escolaridade a assinarem documentos, ausência de elementos que justifiquem a intervenção pelo risco geológico (também baseado em laudo produzido pela Urbel em conjunto com a Defesa Civil), ausência de clareza quanto aos procedimentos, indenizações completamente fora dos valores de mercado, descaso, desrespeito, silenciamento e autoritarismo em relação aos sujeitos-objeto da intervenção.

Com um horizonte de análise que, normalmente, subjaz as experiências e conhecimentos locais, os(as) agentes da Defesa Civil e da Urbel justificam que suas práticas, responsáveis por intervencionar a realidade social, não desconsideram o componente humano quanto ao risco. A diretora de risco da Urbel assegurou que quando há necessidade de remoção das famílias de suas residências, o(a) técnico(a) “da área física, o geólogo, explica, o técnico social vai fazer o convencimento, vai apresentar o que o município pode ofertar quando ele se encaixa dentro dos programas do município.” Pois, de acordo com a entrevistada, a equipe técnica da Urbel é composta por um(a) engenheiro, um(a) geólogo e um(a) técnico(a) social (várias áreas possíveis), que acompanham as vistorias e todos os procedimentos de remoção das famílias.

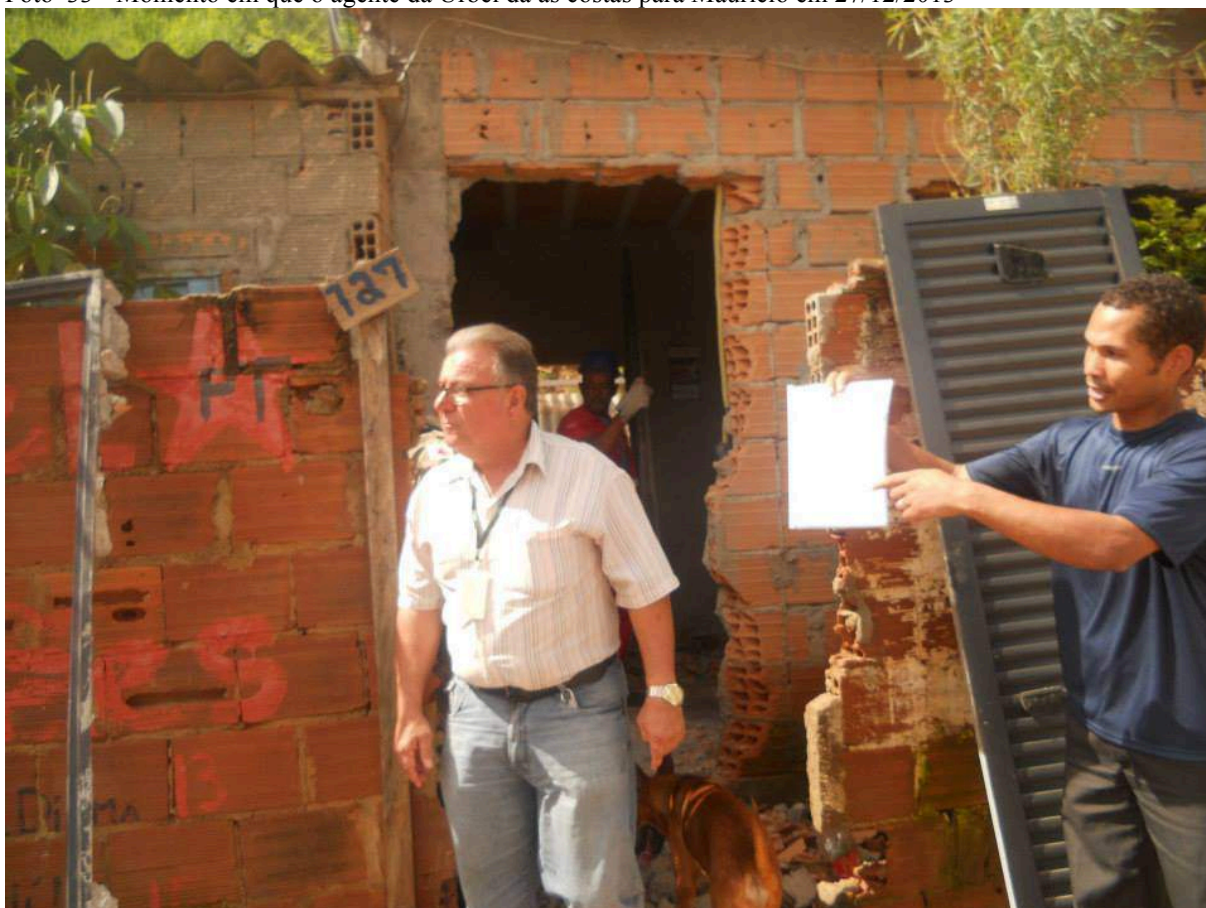
Apesar da “questão social da família” ser avaliada pela equipe técnica da Urbel há nos discursos dos sujeitos-objetos de intervenção denúncias pontuais contra o trabalho exercido por esses(as) agentes. Nesse sentido, agentes da Urbel e da Defesa Civil são, constantemente,

⁷⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XaC0WKGTyxU>
https://www.youtube.com/watch?v=HOaMFkkH_Tg&t=10s Acesso em: 08/08/2017.

denunciados(as) por moradores(as) da ocupação por agirem como “se não trabalhassem para o povo”, sendo responsáveis por “mentir para derrubar as moradias da comunidade”, havendo nestas instituições “pessoas que são transitórias e que podem e estão utilizando estas instituições para defender interesses privados”. Como mais uma expressão da resistência dos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal, a página criada no facebook e gerenciada por Maurício, relata os acontecimentos cotidianos, vídeos e fotos são compartilhados e as situações de conflito expostas.

Este é o Gerente de Área de Risco da Regional Centro-Sul, José Augusto de Abreu (foto abaixo). Um dos membros da Comissão de Moradores da Vila Santana do Cafezal tentou lhe mostrar o laudo que geólogos independentes fizeram para a comunidade e tentou lhe informar que o processo para remoção estava suspenso. Este virou as costas e não quis conversa. Isto está certo? (Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal, página no facebook, 27/12/2013. Acesso em: 18/08/2017).

Foto 33 - Momento em que o agente da Urbel dá as costas para Maurício em 27/12/2013



Fonte: Arquivo da Comissão de Moradores da Vila Pomar do Cafezal. Acesso em: 18/08/2017.

O histórico de exclusão desses sujeitos está predisposto pela lógica da exceção acionada por diversos aparatos de estado. Assim, certas medidas atropelam a autonomia dos grupos subalternizados, visando pouco o englobamento da diferença, não permitindo,

inclusive, que os atores sociais tenham condições apropriadas para gerir os programas governamentais. Essas relações desiguais no exercício de autoridade e poder quanto às ações estatais frente às comunidades marginalizadas faz parte da rotinização das práticas de algumas instituições de estado, como a Defesa Civil e a URBEL. Contudo, é importante ter cautela para não enclausurar os sujeitos nesse modelo de funcionamento e ordenamento estatal. Pois,

(...) os dominados também são perigosos porque se mobilizam, porque protestam, porque fazem motins da fome, porque ameaçam não só a saúde pública como a segurança coletiva e a ordem pública (...) De certo modo, os dominados forçam os dominantes a fazerem concessões, e em grande parte essas concessões, associadas à ameaça de secessão, são sobre o que se chama de social e de vantagens sociais. (BOURDIEU, 2014, p.468)

Sendo assim, primei por localizar os sujeitos segundo suas dinâmicas próprias de ação social, autonomia e organização política cotidiana. Com o intuito de finalizar essa narrativa-análise passo às considerações finais, atualizando os(as) leitores(as) quanto aos últimos acontecimentos do processo judicializado, trazendo reflexões sobre a resistência dos(as) ocupantes da Vila Pomar do Cafezal e suas vitórias parciais pela permanência na localidade.

4 NOTAS FINAIS DE UM PROCESSO (IN)CONCLUSO

Trilha Sonora:

Um Corpo No Mundo
(Luedji Luna)

Atravessei o mar
Um sol da América do Sul me guia
Trago uma mala de mão
Dentro um oração
Um adeus

Eu sou um corpo
Um ser
Um corpo só
Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar
Eu sou a minha própria embarcação
Sou minha própria sorte

E Je suis ici, ainda que não queiram não
Je suis ici, ainda que eu não queria mais
Je suis ici agora

Cada rua dessa cidade cinza sou eu
Olhares brancos me fitam
Há perigo nas esquinas
E eu falo mais de três línguas

E palavra amor, cadê?
Je suis ici, ainda que não queiram não
Je suis ici ,ainda que eu não queira mais
Je suis ici, agora
Je suis ici
E a palavra amor cadê?

Os(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal se mobilizaram em práticas políticas necessárias para que o direito a moradia fosse defendido e reiterado frente às ameaças de remoção. Esse agenciamento dos sujeitos-objetos de intervenção pelo estado-capital permite localizar os atores envolvidos num campo político em que o próprio estado encontra-se em disputa. Dispostos à margem do planejamento político, esses atores sociais inserem-se nos circuitos de poder, forçando setores do estado a dialogarem e colocando na pauta da administração pública problemas quanto às questões básicas de dignidade humana. Daí a

importância de se propor um exercício etnográfico que contemple repensar o estado como um objeto de investigação, ponderando o modo como se tem utilizado o efeito duplo de ordem e transcendência pelo qual o estado se (re)afirma, e para, assim, detectar as distintas formas da sua ausência/presença na vida dos sujeitos dispostos às margens.

Desse modo, essa narrativa-análise, que diz respeito ainda à construção problemática da vulnerabilidade e do risco como discursos técnicos do estado e da emergência de um coletivo que luta pela permanência na localidade, soma-se a um redimensionamento das ideias de participação popular, insurgência política e ação de sujeitos-objetos de intervenção em um contexto tão desigual de poder e correlações de força. Em meio ao debate contemporâneo sobre políticas públicas urbanas, conflitos sociais e direito à moradia, tais considerações permitem entender melhor em que medida os(as) administradores(as) públicos(as) participam do processo de deslegitimação e construção da ilegalidade das ocupações, reiterando a administração estatal como uma rotinização de exercícios de poder.

Atravessados por relações de subalternidade produzidas e administradas pelo estado-capital, os sujeitos que compartilham um pouco das suas trajetórias de vida na constituição da Vila Pomar do Cafezal oferecem a possibilidade de repensar o lugar nas/das margens não como fora do estado, mas “como rios que atravessam todo seu corpo” (DAS; POOLE, 2008, p.15). Desse modo, os atores sociais em questão revelam a porosidade pela qual o estado se (re)faz a cada interação, evidenciando ainda como as margens promovem um (re)arranjo das práticas que orientam a constituição do estado que se encontra sempre em movimento. Nesse sentido, baseio meus argumentos na formulação de uma atuação política pensada de forma múltipla e aberta, em que a mobilização nas/das margens também intervencionam o estado-capital, provocando uma (re)leitura das práticas de governança.

Afora os efeitos gerados pela resistência dos(as) moradores(as) da ocupação quanto às remoções impetradas pelo município, questionando uma determinada governamentalidade, a agência nas/das margens demonstra a contingência de se romper com uma visão moderna/colonial em que o estado se apresenta como forma administrativa racional de organização (DAS; POOLE, 2008). Pois, tanto estado quanto margens se (con)formam a partir das experiências locais, apresentando-se, diferentemente, a medida que atores e contextos vão sendo (re)elaborados.

Situados siempre en los márgenes de lo que se acepta como el territorio de control (y legitimidad) indiscutible del estado, los márgenes que estudiamos en este libro son simultáneamente lugares donde la naturaleza puede imaginarse como salvaje e incontrolada y donde el estado está constantemente volviendo a fundar sus modos de instituir el orden y de legislar. Estos lugares no son sólo territoriales; son también, y

quizás de forma más importante, lugares de prácticas en los que la ley y otras prácticas estatales son colonizadas por otras maneras de regular que emanan de las urgentes necesidades de las poblaciones de asegurar su supervivencia política y económica. (DAS; POOLE, 2008, p.10)

No início dos conflitos, a resiliência dos(as) ocupantes em permanecerem nas suas casas obrigou a PBH a dialogar com os(as) moradores(as) da ocupação. Naquela ocasião, a Urbel teve que rever seus critérios e incluir os(as) moradores(as), que desejassem deixar seus imóveis, na política de habitação do município. Essa conquista foi seguida pela suspensão do processo judicial de demolição/remoção, o que permitiu aos(as) moradores(as) da ocupação se organizarem coletivamente para garantirem a permanência na localidade. As audiências públicas que ocorreram no decurso do processo de resistência permitiram que esses sujeitos se organizassem politicamente, desenvolvendo seus argumentos de permanência, denunciando agentes públicos(as) e produzindo enfrentamentos contra o estado-capital.

Como expressão da luta travada pelo direito à permanência na localidade e reflexo dos embates que ocorreram nas audiências públicas, o termo de acordo extrajudicial firmado entre a DPMG e a PBH em fevereiro de 2017 transformou-se numa vitória emblemática para a comunidade. Diante disso, pela primeira vez, agentes da Urbel se propuseram a (re)avaliar as condições de risco da área. A última reunião realizada no dia 23/11/2017 junto a Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público (PJHUMP) revela também os frutos que a luta dos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal têm colhido. No intuito de apresentar aos(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal o escopo do trabalho a ser realizado pela Urbel, no sentido de promover um novo diagnóstico de risco da área do loteamento Parque Nossa Senhora do Rosário, o possível risco geológico da área passa, então, por novos estudos.

Acompanhei a reunião como apoiadora da Vila Pomar do Cafezal e me atualizei quanto às demandas judiciais ainda em curso. Após o acordo extrajudicial firmado entre a DPMG e a PBH para suspensão dos processos judiciais, a Urbel apresentou um relatório de avaliação de risco não mais condenando toda a área ao desastre. O novo relatório apontou o risco existente como “monitorável”, o que suscitou questionamentos por parte dos(as) moradores(as) da ocupação quanto às contradições apresentadas nos primeiros laudos produzidos pela Urbel em conjunto com a Defesa Civil. As críticas foram respondidas pela diretora da Urbel que afirmou a necessidade de “construir um futuro”, sem “ficar falando do passado”, ou como salientou o procurador do município, “é preciso recomeçar o diálogo entre a comunidade e o poder público.”

Observa-se, assim, um recuo dos(as) principais agentes públicos(as) envolvidos(as) no caso. Se, anteriormente, a permanência das famílias na localidade era completamente descartada, nesse outro momento, as agentes da Urbel pontuaram que o diagnóstico a ser realizado objetiva fazer o mínimo de remoções possíveis na área, somente em casos em que o estudo apontar a impossibilidade de consolidação da moradia. Essa nova diretriz ainda leva em consideração o acordo extrajudicial mencionado, em que qualquer possível remoção na área deve ser analisada individualmente, constando de laudos de dois(duas) engenheiros(as) que acompanhe o diagnóstico, inclusive um(a) profissional apontado(a) pelos(as) próprios(as) moradores(as), além da garantia do reassentamento da família removida.

Não obstante a nova postura tomada pela Urbel frente ao caso da Vila Pomar do Cafezal, os(as) moradores(as) permaneceram desconfiados(as) do diagnóstico integrado a ser produzido. Os(as) mesmos(as) se posicionaram contra qualquer remoção das famílias e a respectiva demolição de qualquer imóvel. Ao apresentar o diagnóstico urbanístico a ser realizado na área, uma técnica da Urbel lembrou que a instituição “trabalha com todas as exceções possíveis, mas se deve respeitar a legislação urbanística e ambiental do município”, pois, “existem dispositivos que não podem ser flexibilizados.” Esse tipo de discurso é, constantemente, articulado pela gestão pública, implicando que determinadas normativas podem se cristalizar, obstruindo possibilidades de reflexão do contexto local. Nesse sentido, esses argumentos apresentam-se aos(às) moradores(as) como “desculpas” para a administração pública não regularizar a área e permanecerem com as remoções.

De fato, algo que não mudou nas relações estabelecidas entres gestores(as) públicos(as) e moradores(as) foi o conflito que atravessa a ocupação pelo direito do poder-dizer. A expertise e o discurso técnico continuou pautando a reunião, as tentativas de silenciamento permaneceram, mesmo com os gritos mais efusivos de Djalma, Maurício, Didi, José Rosa, Neila, Alex e Olavo. De qualquer modo, os(as) moradores(as) da Vila Pomar do Cafezal saíram da reunião ainda mais confiantes.

Desde o primeiro momento de resistência, quando tive contato com o coletivo em questão, precisei refletir sobre minha posição como agente de estado no âmbito da estrutura de poder que cerca o judiciário. Foi a partir da minha experiência profissional que tive oportunidade de me inserir no contexto da narrativa, assim como pude me posicionar enquanto agente de estado disposta a repensar minhas práticas e fazer a diferença na minha atuação. A possibilidade de não cumprimento de uma ordem judicial significou não só uma (re)avaliação da minha postura como servidora pública com atuação limitada, como também traduziu meus posicionamentos enquanto militante social.

Apesar de ter separado o enredo em conformidade com a minha entrada no campo enquanto oficiala de justiça, apoiadora-militante e pesquisadora-antropóloga, essa divisão nunca foi, de veras, operativa. À medida que os primeiros contatos com os(as) moradores(as) foi se estabelecendo, a minha função de agente de estado passa a ser completamente influenciada pela minha posição no campo enquanto militante social. Da mesma forma minha atuação enquanto apoiadora-militante foi, diversas vezes, atravessada por meu ofício. Em uma perspectiva confluyente, ao decidir-me por produzir a pesquisa em questão, precisei encarar a militância e a minha profissão como elementos que constituem a própria trama narrativa.

As minhas condições de produção de pesquisa foram, então, marcadas por essa tríplice presença em campo. Parti do pressuposto que somente uma proposta em conjunto com os sujeitos envolvidos, privilegiando não só as demandas científicas, pode definir políticas de fato inclusivas. Por outro lado, é sabido que muitas dessas políticas esbarram nas burocracias estatais, gerando dificuldades de implementação de medidas viáveis às comunidades. Assim, denunciar as relações desiguais no exercício de autoridade e poder quanto às ações estatais frente a grupos marginalizados, é um modo importante de atuação como antropóloga.

Como um esboço generalizado do contexto em que se encontra a formação e organização da Ocupação Vila Pomar do Cafezal procurei refletir como as peças técnicas produzidas pelos aparatos de estado servem de veículo produtor de verdades (FOUCAULT, 1979), além de obedecerem a pretensa lógica racional responsável por legitimar as intervenções operacionalizadas por certos aparatos do estado-capital.

No intuito de compreender como o estado-capital intervenciona a vida de sujeitos marginalizados, como também é intervencionado pelos mesmos, é necessário superar ideias que engessam a sociedade como *locus* de ação do estado, transformando o espaço social em um lugar da falta e da passividade, suscetíveis a intervenção estatal como meio de gerenciar e administrar a população. Uma análise que privilegia as margens permite perceber o estado embebido em práticas diversas, sugere questionamentos quanto à pretensa racionalidade reivindicada pelos(as) agentes burocráticos(as), explicitando dinâmicas em que "Estado e sociedade conjugam-se, desfazendo dualismos e essencialismos que forjam fronteiras, quase fossos, entre ambos e que, ao separá-los, invisibilizam seus modos entrelaçados de presença" (BIRMAN et al, 2015, p.29).

Esse registro etnográfico me permitiu, então, perceber que o estado não passa por uma questão de localização geográfica e/ou um dado pronto, mas que o mesmo se faz visível e invisível de acordo com os interesses que se encontram em jogo. O estado se apresenta, assim, como um campo de disputas, mas ainda como um conjunto de técnicas de governo

(governamentalidade), responsáveis por instituir e consolidar realidades, as quais por outro lado podem ensejar mudanças das lógicas empreendidas pelo próprio estado.

Foto 34 - Organização dos trabalhos a serem realizados em um dos mutirões em novembro de 2015



Fonte: Imagem de autora própria, realizada em novembro de 2015.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

AGAMBEN, G. Estado de exceção e genealogia do poder. *Revista Brasileira de Estudos Políticos* | Belo Horizonte | n. 108 | pp. 21-39 | jan./jun. 2014.

_____. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGIER, M. Antropologia das cidades: lugares, situações e movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011, 213p.

_____. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Rio de Janeiro: Mana*, vol.21, no.3, Dec. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>

ALMEIDA, M.; BEMFICA, A. Cerco Militar e despejo da ocupação Eliana Silva: Uma aproximação etnográfica. *Belo Horizonte, Revista 3 pontos*, v.14.1, 2018. No Prelo.

APPADURAI, A. A Produção de Localidade. In:_____. *Dimensões Culturais da Globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema, 2004, p. 237-263.

AREOSA, J. O risco no âmbito da teoria social. VI Congresso português de sociologia. *Mundos sociais: saberes e práticas*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nº de série 323, p. 1-16, 25 a 28 de Junho de 2008.

BASTOS, C. et al. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. *REV. BRAS. ESTUD. URBANOS REG. RECIFE*, V.19, N.2, p.251-266, MAIO-AGO. 2017.

BATALLER, M. A. S. O estudo da gentrificação. *Revista Continentes*, UFRRJ, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p.9-37, 2012.

BECK, U. No vulcão civilizatório: os contornos da sociedade de risco. In. BECK, U. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010. p.21-60.

BEVILAQUA, C. Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e ética. Comunicação apresentada no GT "Antropologia do Estado" da IV Reunião de Antropologia do Mercosul (Curitiba, novembro de 2001).

BIANCHI, Álvaro. Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos "Quaderni del carcere". *Utopia y Praxis Latinoamericana*, Mar 2007, vol.12, no.36, p.35-55.

BIRMAN, P. et al. (org) *Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2015.

BISPO (NÊGO), A. S. Colonização, Quilombos, modos e significação. Universidade de

Brasília- UnB. 2015.

BITTENCOURT, R. R. Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-15). 2016, 241f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BECK, U. La Sociedad del Riesgo Global. Madrid: Siglo Vientiuno de España Editores, 2002.

_____. No vulcão civilizatório: os contornos da sociedade de risco. In.: BECK, U. Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010. p.21-60.

BLOWERS, A. Environmental Policy: ecological modernization or the risk society? In. Urban Studies, vol. 34, n. 5-6, 1997, pp. 845-871.

BOULOS, G. Por que ocupamos?: Uma introdução a luta dos sem-teto. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2015.

BOURDIEU, P. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

_____. Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papyrus Editora, 2008.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOVENKERK, B. Is Smog Democratic? Environmental Justice in the Risk Society. In. Melbourne Journal of Politics, vol. 29, 2003-2004, pp.24-39.

CALDEIRA, T. P. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPONI, S. Viver e deixar morrer: biopolítica, risco e gestão das desigualdades. Revista Redbioética/UNESCO, Año 5, 2 (10): 27-37, julio - diciembre 2014.

CARDOSO, A. L. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. Cadernos IPPUR, ano XX, n°1, jan-jul 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1996, v.39, n°1.

CASTEL, R. From Dangerousness to Risk. In. BURCHELL, G; GORDON, C. & MILLER, P. The Foucault Effect: studies in governmentality. Chicago: University of Chicago Press, 1991, p.281-298.

CASTILHO, S. R. R. et al. (org) Antropologia das práticas de poder. Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2014.

CASTRO-GOMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’. In.: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

CHATTERJEE, P. Colonialismo, modernidade e política. Salvador: EDUFBA, CEAO. 2004.

COSTA, H. S. M. Habitação e Produção do Espaço em Belo Horizonte. In. CEDEPLAR/PBH. Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte, p. 51-77, 1994.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, nº5, p. 139-164, out. 2004a.

_____ Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D.; GARCIA, I. (org.) Políticas de cidadania y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004b.

DAS, V. Life and words. Violence and the descent into the ordinary. University of California, Press Berkeley Los Angeles. 2007.

DAS, V.; POOLE, D. El Estado y sus márgens. Revista Académica de Relaciones Internacionales, núm. 8 junio de 2008, GERI-UAM.

DAS, V.; DAS, R. How the Body Speaks: illness and lifeworld among the urban poor. In. BIEHL, J.; GOOD, B.; KLEINMAN, A. (eds.) Subjectivities: ethnographic investigations, University of California Press, p. 66-97, 2007.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. Risco e cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos e ambientes. Rio de Janeiro: Editora: ELSEVIER - CAMPUS. 2012.

EWALD, F. Insurance and Risk. In. BURCHELL, G; GORDON, C.; MILLER, P. The Foucault Effect: studies in governmentality. Chicago: University of Chicago Press, p.197-210, 1991.

FELDMAN-BIANCO, B. Deslocamentos, desigualdades e violência de Estado. São Paulo: Ciência e Cultura, vol.67, no.2, Apr./June 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602015000200009>

FOUCAULT, M. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008a, 572p.

_____ O nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008b, 248p.

_____ Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, 277p.

_____ Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, 291p.

_____ A verdade e as formas jurídicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002, 160p.

_____ História da Sexualidade I: A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, 151p.

GRAMSCI, A. "State and Civil Society". In Aradhana Sharma and Akhil Gupta *The Anthropology of the State: a reader*. Oxford: Blackwell, p.71-85, 2006.

GRIZENDI, L. T. *Condições de Moradia e Risco: Representações Sociais de Técnicos e Moradores da Periferia de Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Puc-Rio de Janeiro, 2003.

GIDDENS, A.; LASH, S. (Orgs). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GUIMARÃES, M. B. *Favelas em Belo Horizonte: Tendências e Desafios*. In: XVI Encontro Anual da AMPOCS 20-23 outubro, Caxambu, Minas Gerais, 1992, p. 1-16.

_____. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. 1991, 195f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1991.

GUIVANT, J. S. *A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social*. *Revista brasileira de Informações Bibliográficas - ANPOCS*, n° 46, p. 3-38, 1998.

HARAWAY, D. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. [1988] Campinas: *Cadernos Pagu*, trad. Mariza Corrêa, p.7-41, 1995.

HARVEY, D. *O direito à cidade*. Traduzido do original em inglês "The right to the city", por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/Marília. *New Left Review*, n.53, 2008.

HOOD, C.; ROTHSTEIN, R.; BALDWIN, R. (org.) *The government of risk: understanding risk regulation regime*. Oxford University Press. 2004.

LASCHEFSKI, K. *500 anos em busca da sustentabilidade urbana*. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 15, n.29, p.143-169, jan-jun, 2013.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEMKE, T. *The Risks of Security: Liberalism, Biopolitics, and Fear*. In: LEMM, V.; VATTER, M.(org.) *The Government of Life: Foucault, Biopolitics, and Neoliberalism*. Fordham University Press, New York, p. 59-74, 2014.

LE VEN, M. M. *As Classes Sociais e o Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. 1977, 174f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 1977.

LE VEN, M.; FARIA, E.; MOTTA, M. *História oral de vida: o instante da entrevista*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 16, p.57-65, set/1996.

LOURENÇO, T. C. B. *Cidade Ocupada*. 2014, 234f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MARICATO, E. Brasil 2000: qual planejamento urbano? Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XI, Nº 1 e 2, p.113-130, jan-dez 1997.

_____. As Idéias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Idéias – planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.121-192.

MORADO, D. N. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. São Paulo: Cad. Metrop., v.18, n.35, p.145-164, abr. 2016.

MOTTA, L. D. A normatização da limpeza e da beleza no Aglomerado do Morro das Pedras-BH: estratégias legais, políticas e discursivas para implementação do Programa Vila Viva. Monografia (Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MOUTINHO, E. R. B. Intervenções estruturantes na urbanização de assentamentos precários: O caso da Vila Nossa Senhora de Fátima. 2014. 265f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

NEVES, E. M. Antropologia e ciência: Uma etnografia do fazer científico na era do risco. Maranhão: Edufma. 2008

OLIVEIRA, R. A Crise como Contexto no Médio Jequitinhonha: sobre perícia e política. In: Jalcione Almeida, Cleyton Gerhardt, Sônia Barbosa Magalhães (org.) .Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: práticas, políticas, conflitos, interpretações - Dossiê 3, Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012.

_____. “A GENTE TEM QUE FALAR AQUILO QUE A GENTE TEM QUE PROVAR” A geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte – MG. Tese (Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

OLIVEIRA, F. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, n.74, p. 67-85, Mar. 2006.

O’MALLEY, Pat. Governing Risks. Legal Studies Research Paper, n.09/86. Sydney Law School, University of Sydney, 2009a. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1473553 Acesso em: 15/07/2017.

_____. Governmentality and Risk. Legal Studies Research Paper, n.09/98. Sydney Law School, University of Sydney, 2009b. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1478289 Acesso em 15/07/2017.

POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade, Poder, Globalização e democracia. Revista Novos Rumos, No. 37, Ano 17, 2002.

REVEL, J. (org.) Jogos de escala. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, S. S. O. A identificação das favelas em Belo Horizonte, 2013. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal/RN.

ROLNIK, R. Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo editorial, 2015, 423p.

SANTOS, C. R. H.; MORADO, D. N. A autoconstrução coletiva: possibilidades contra-hegemônicas na produção do espaço urbano. (Apresentação de trabalho/seminário), 2016. Disponível em: http://praxis.arq.ufmg.br/textos/alteridade_santos.pdf

SCHROEDER, Christopher. Rights Against Risks. In. Columbia Law Review, vol. 86, p. 495-562, 1986. Disponível em: http://scholarship.law.duke.edu/faculty_scholarship/493/

SILVA, G. O. Angra I e a melancolia de uma era: um estudo sobre a construção social do risco. EdUFF, Niterói, RJ, 1999. 284 p.

SILVA, M. M. A. Água em meio urbano. Favelas nas cabeceiras. 2013, 270f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SPIVAK, G. C. Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TELLES, V. S. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. Dilemas: revista de estudos de conflitos e controle social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, 2010.

_____ Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v.3, n.2, p.359-373, jul-dez. 2013.

THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992, 388p.

VAINER, C. B. 2000. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. 2000. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, p. 75-103.

VALENCIO, N. et al.(org.) Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

_____ A produção social do desastre: Dimensões territoriais e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades frente às chuvas. Teoria e pesquisa 44 e 45, jan. e jun. 2004.

VARGAS, M. A. R. Construção social da moradia de risco: A experiência de Juiz de Fora (MG). R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS V.8, N.1 / MAIO 2006.

_____ Moradia e pertencimento: a defesa do lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 535-557,

jul 2016.

WEBER, M. Ensaio de sociologia. 3a ed.. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade*, Campinas v. X, n. 2, p. 119-135, jul.-dez. 2007.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (org.) Formas de matar, de morrer e de resistir. Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, 395p.

DOCUMENTOS

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. Política Nacional de Defesa Civil. Brasília: Diário Oficial da União, 1995.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2007. 82p. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/pndc.asp>>. Acesso em: 22/10/2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 22/10/2017.

NAÇÕES UNIDAS. Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres, 2015-2030.